

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CAIO VINICIUS DE CARVALHO FERREIRA

**POLÍTICA, IMPRENSA LOCAL, PERSEGUIÇÃO:
O GOLPE DE 1964 NO PONTAL DO TRIÂNGULO MINEIRO**

UBERLÂNDIA

2017

CAIO VINICIUS DE CARVALHO FERREIRA

**POLÍTICA, IMPRENSA LOCAL, PERSEGUIÇÃO:
O GOLPE DE 1964 NO PONTAL DO TRIÂNGULO MINEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de pesquisa: Política e Imaginário como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regma Maria dos Santos

UBERLÂNDIA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F383p Ferreira, Caio Vinícius de Carvalho, 1989-
2017 Política, imprensa local, perseguição : o Golpe de 1964 no Pontal do
Triângulo Mineiro / Caio Vinicius de Carvalho Ferreira. - 2017.
176 f. : il.

Orientadora: Regma Maria dos Santos.
Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Triângulo Mineiro - História - Revolução,
1964 - Teses. 3. Imprensa e política - Brasil - História - Revolução,
1964 - Teses. 4. Perseguição política - Brasil - História - Revolução,
1964 - Teses. I. Santos, Regma Maria dos. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CAIO VINICIUS DE CARVALHO FERREIRA

**POLÍTICA, IMPRENSA LOCAL, PERSEGUIÇÃO:
O GOLPE DE 1964 NO PONTAL DO TRIÂNGULO MINEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de pesquisa: Política e Imaginário como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Uberlândia, 7 de fevereiro de 2017

Banca Examinadora

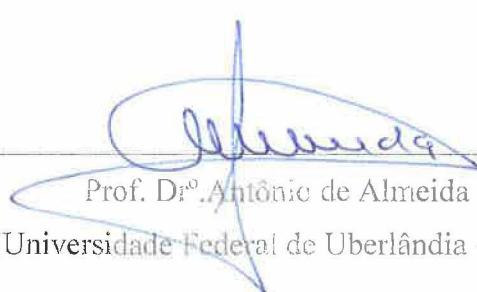


Prof. Drª Regma Maria dos Santos -- Orientadora

(Universidade Federal de Goiás - UFG/ Universidade Federal de Uberlândia -UFU)


Prof. Drº Cláudio Lopes Maia

(Universidade Federal de Goiás - UFG)


Prof. Drº Antônio de Almeida

(Universidade Federal de Uberlândia -UFU)

À memória do amigo Rui Costa. Com gratidão.

AGRADECIMENTOS:

À minha mãe Julia, meu pai Neto e minha irmã Anelize, por proporcionarem todas as formas de apoio que um pós-graduando poderia ter.

À orientadora Professora Dr^a Regma Maria dos Santos, pelas conversas profissionais e pessoais que tivemos, sempre me apoiando e ajudando durante esse árduo percurso.

Aos professores Dr^o Antônio de Almeida e Dr^o Cláudio Maia Lopes, que gentilmente aceitaram nosso convite para as bancas e que os apontamentos foram muito valiosos durante a qualificação.

Aos amigos de pós-graduação, Tadeu, Auri, Jean, Victor, Artur, Rochelle e principalmente a Nathalia, amiga de longa data.

Aos meus professores e amigos Josberto, Astrogildo, entre outros que contribuíram para minha formação enquanto sujeito pensante.

Ao amigos que conquistei durante a graduação, representado aqui por Mateus, Guilherme, Daniel, Iza, Anderson, Fernanda, entre outros.

Cid Moreira, pela ajuda na pesquisa e com os documentos referentes ao seu pai.

A todos os entrevistados que cederam seu tempo e narraram suas experiências.

A outros pesquisadores que cederam gentilmente documentos e suas entrevistas realizadas anteriormente.

Ao CEPDOMP, APM e a Hemeroteca Digital e outros centros de documentação que tem como missão registrar e resguardar fontes históricas para os pesquisadores.

À família Costa, pelo carinho, pela ajuda com leituras e pelas indicações onde foi útil pesquisar.

À Mariana e toda a sua família. Mesmo nossos caminhos tendo se descruzado, durante grande parte da pesquisa apoiaram, incentivaram e ajudaram da maneira que puderam.

Ao Iago e ao José Fernandes, companheiros de pesquisa, que sempre contribuíram com novas leituras e documentos que compartilhamos desde a graduação.

À Miryah e ao Berna, pela amizade de sempre e pela ajuda na construção do Abstract.

Jorge, Gilberto, Sandro, Giovana, Adriano, Julia, Isabela, Caio entre outros amigos conterrâneos que mesmo não participando ativamente da pesquisa, me apoiaram nas diversas conversas e crises que tive nesses últimos meses.

Agradeço-lhes calorosamente.

Resumo: Em 1964 ocorreu um golpe de Estado no Brasil, no qual as forças armadas, em conjunto com uma parcela da população, tomaram os cargos políticos e instauraram um governo autoritário. No estado de Minas Gerais, na microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro, na cidade de Ituiutaba, longe das capitais, o golpe civil-militar se fez sentir em forma de intervenção. A chegada de uma junta militar armada em cooperação com civis no município forçou a renúncia do prefeito, do vice e de mais cinco vereadores, além da prisão de três destes últimos e de um assessor do prefeito – todos ligados às políticas trabalhistas, em sua maioria filiados ao PTB. Em seus lugares foi colocado outro grupo político, ligado ao diretório local da UDN. Essa junta também fechou um jornal local, a *Folha de Ituiutaba*, e impediu sua circulação, culminando na prisão do proprietário e de seu redator chefe, que foram levados ao Departamento de Ordem Política (DOPS) em Belo Horizonte e obrigados a prestar depoimento. Nesse contexto, ressurge um jornal que já circulou na região, o *Correio do Triângulo*, que, nessa nova versão, retorna como porta-voz desse novo grupo que conquistou a hegemonia política local. Essa aliança ainda perseguiu e prendeu líderes sindicais locais, desarticulando o recém-fundado Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba. Essa pesquisa se propõe a analisar os desdobramentos do golpe civil-militar na microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro, pensando além dos redutos convencionais de estudos sobre o golpe que priorizam análises nas grandes capitais e em níveis nacionais. Procuramos entender o processo histórico, fatores e repercussão, as ações e reações a esses acontecimentos e a maneira como foram sentidos, vivenciados e executados na conjuntura local. Desse modo, analisamos a trama política quando da instauração do golpe e o impacto deste na microrregião. Para tanto, pretende-se trabalhar com diferentes fontes disponíveis, entrecruzando-se as informações e fazendo a crítica de diversos documentos, tais como: fontes hemerográficas, fontes textuais – atas da Câmara Municipal, documentos do DOPS de Belo Horizonte, processo crime e um documento pessoal – e de fontes orais – depoimentos e narrativas de sujeitos que vivenciaram direta ou indiretamente esses acontecimentos na microrregião no ano que se efetivou a implementação da ditadura e a tomada de poder local.

Palavras-chave: Golpe de 1964; Autoritarismo; Perseguição; Imprensa; Pontal do Triângulo Mineiro.

Abstract: In 1964, a coup d'état occurred in Brazil, in which the armed forces, together with a portion of the population, took political posts and established an authoritarian government. In the state of Minas Gerais, in the micro-region of *Pontal do Triângulo Mineiro*, in the city of *Ituiutaba*, far from the capitals, the civil-military coup was felt in the form of intervention. The arrival of an armed military junta in cooperation with civilians in the city forced the resignation of the mayor, the vice mayor and five other councilors, as well as the arrests of three of the latter and an mayor advisor - all linked to labor policies, mostly affiliated to the *PTB* (Brazilian Labor Party). They were replaced by another political group, linked to the *UDN* (National Democratic Union) local directory. This junta also closed a local newspaper, *Folha de Ituiutaba*, and prevented its circulation, culminating in the arrests of the owner and his chief editor, who were taken to the Political Order Department (*DOPS*) in *Belo Horizonte* and forced to testify. In this context, a newspaper that has already circulated in the region, the *Correio do Triângulo*, reappears, which, in this new version, returns as a spokesman for this new group that has won local political hegemony. This alliance still persecuted and arrested local union leaders, dismantling the newly founded Union of Rural Workers of *Ituiutaba*. This research proposes to analyze the consequences of the civil-military coup in the micro-region of *Pontal do Triângulo Mineiro*, thinking beyond traditional studies on the coup that prioritize reviews in large capitals and national levels. We seek to understand the historical process, factors and repercussions, actions and reactions to these events and the way they were felt, experienced and executed in the local context. In this way, we investigate the political plot when the coup was established and its impact on the micro-region. In order to do so, it is intended to work with different sources available, intersecting information and criticizing several documents, such as: hemerographic sources, textual sources - city hall minutes, *DOPS* documents of *Belo Horizonte*, personal document - and oral sources - testimonials and narratives of subjects who experienced these events, directly or indirectly, in the micro-region, in the year that the implementation of the dictatorship and the local takeover took place.

Keywords: 1964's coup; Authoritarianism; Persecution; Press; *Pontal do Triângulo Mineiro*

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIAPI - Associação Comercial e Agropecuária de Ituiutaba

AI-1 – Ato Institucional Número 1

AI-2 – Ato Institucional Número 2

AI-5 – Ato Institucional Número 5

APM – Arquivo Público Mineiro

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEPDOMP - Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal

CPI - Comissão de Parlamentar de Inquérito

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação/Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DVS – Delegacia de Vigilância Social

EUA – Estados Unidos da América

FACIP – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal

FLN – Frente de Libertação Nacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PIB – Produto Interno Bruto

PM – Polícia Militar

PR – Partido Republicano

PRP – Partido Republicano Paulista

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SNI – Serviço Nacional de Informações

STF – Supremo Tribunal Federal

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária

UDN – União Democrática Nacional

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

URSS – União das repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	81
Reprodução de capa. <i>Folha de Ituiutaba</i> , n. 1304, 1 de fev. de 1964.	
Figura 2	99
Reprodução de capa. <i>Correio do Triângulo</i> , n. 18, 19 mar. 1959.	
Figura 3	100
Reprodução de capa. <i>Correio do Triângulo</i> , n. 3, 10 de maio 1964.	
Figura 4	102
Reprodução de capa. <i>Correio de Capinópolis</i> , n. 1, 16 de set. 1964.	
Figura 5	143
Reprodução de Ficha de Identificação. <i>APM-Fundo DOPS/MG</i> , rolo 097, pasta 5489-im.289.	
Figura 6	143
Reprodução de Ficha de Identificação. <i>APM-Fundo DOPS/MG</i> , rolo 097, pasta 5489-im.402.	

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 - FORÇAS POLÍTICAS E GOVERNO AUTORITÁRIO: RELAÇÕES DE PODER EM ITUIUTABA NA BOCA DO GOLPE DE 1964.....	33
1.1 - Do contexto econômico e a elite política: A “Capital do Arroz”.....	34
1.2 - “Ou Vai ou o Rabo Arranca”: Ascensão do PTB tijucano e sua curta administração municipal.....	45
1.3 - Carestia, corrupção, deposição.....	59
2 - IMPRENSA TIJUCANA EM TORNO DE 1964.....	74
2.1 – A Folha de Ituiutaba: Um periódico “comunista”?	75
2.2 – O Correio do Triângulo: Um periódico anticomunista.....	98
3 - ENTRE CIVIS E MILITARES: PERSEGUIÇÃO, PRISÃO, ANTICOMUNISMO E LEMBRANÇA.....	114
2.1 - Da perseguição civil: A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Ituiutaba....	115
2.2 - A ação e visão da polícia política.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS.....	159
FONTES HEMEROGRÁFICAS.....	164
FONTES ORAIS.....	170
FONTES TEXTUAIS.....	172

INTRODUÇÃO

Movimentação de tropas iniciadas no estado de Minas Gerais, deposição do Presidente João Goulart, cassação de diretos políticos, Operação *Brother Sam* (pela qual os Estados Unidos dariam apoio militar, se houvesse reação contra o golpe), apoio da grande imprensa ao Golpe, Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, Lei de Segurança Nacional, fechamento do Congresso Nacional, empastelamento do jornal *Última Hora* e invasão e censura de diversos jornais após a decretação do AI-5, surgimento de guerrilhas urbanas e seu extermínio, sequestro de embaixadores que foram trocados por presos políticos (eventos esses que configuram parte da temporalidade do que foi conhecido como “Anos de Chumbo”), torturas nos porões dos DOPS (Departamento de ordem Política e Social) de cada estado e do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna), desaparecimentos políticos no Brasil, censura contra a arte e a imprensa e o caso da bomba no Atentado do Riocentro. Esses episódios, entre vários outros, são amplamente lembrados quando nos referimos ao Golpe de 1964 e à ditadura que se seguiu nos próximos 21 anos.

Esses “grandes” eventos citados, entre vários que também se destacam, compõem, de forma satisfatória, os importantes estudos historiográficos referentes a esse período de autoritarismo (1964-1985), ocupando tanto as prateleiras de livros de história e das outras ciências sociais e humanas quanto o conteúdo das monografias, revistas, dissertações e outros produtos acadêmicos que privilegiavam a temática. Entretanto, na margem desses processos históricos constantemente destacados, outros, com tanta importância histórica quanto se desencadearam, não ganharam repercussão em grande nível. O autoritarismo, introduzido após o golpe com a ditadura militar, repercutiu e impactou a vida de pessoas nas mais diferentes regiões do Brasil, desde grandes centros ao interior.

De tal maneira, os estudos sobre a temática, predominantemente, focaram acontecimentos decorridos nos centros mais destacados do país. Condição que menosprezou experiências vivenciadas em pequenas cidades interioranas do Brasil. A despeito de não terem despertado maiores interesses por parte de estudiosos, intrincadas tramas políticas desdobraram-se à margem dos processos mais evidentes. Esse trabalho se baseia em uma análise de uma dessas muitas tramas históricas que, se comparadas às outras “grandes”, foram menosprezadas pela historiografia interessada nos estudos sobre o golpe civil-militar de 1964. Assim, seguiremos a nossa narrativa refletindo sobre os acontecimentos daquele ano na microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro.

Essa microrregião tinha como sua principal e maior cidade o município de Ituiutaba. A cidade mineira, durante a década de 1960, tinha uma população de 70.992¹ habitantes. À época, a cidade se considerava um polo nacional de produção de arroz, motivo pelo qual se autodenominou nesse período como a “capital do arroz”. Embora a dinâmica econômica do município tenha lhe conferido destaque no cenário nacional pela sua produção rural e industrial, muitos aspectos de sua historicidade permanecem praticamente desconhecidos.

Em 1964, o poder de administração do executivo na cidade estava a cargo dos trabalhistas José Arcênio de Paula e do vice Rodolfo leite de Oliveira. Dois anos antes, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) local conseguiu vencer no pleito municipal, elegendo, além do prefeito e do vice, a maioria no poder legislativo da cidade. A Câmara Municipal da cidade tinha, ainda, como bancadas, elementos do Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN), sendo este último a maior oposição ao PTB em nível nacional e local. No desenvolver das mudanças políticas forçadas pelo golpe civil-militar, os gestores municipais foram surpreendidos pela intervenção de uma junta militar vinda da cidade vizinha de Uberlândia, comandada por um militar, o Capitão Cláudio Rech, o qual contou com o apoio de nomes influentes da política local, integrantes da União Democrática Nacional. Dentro desse contexto, o prefeito e o vice-prefeito, junto aos vereadores do PTB e um de outro partido, foram depostos de seus cargos políticos, sendo que alguns foram mantidos em cárcere privado no Tiro de Guerra da cidade. No poder executivo, foi instituído para o cargo de prefeito um dos vereadores que pertenciam a UDN da cidade.

Além das cassações desses administradores ligados ao trabalhismo, outras arbitrariedades foram executadas pela tal aliança civil-militar local. Antes da chegada da junta militar à cidade, alas conservadoras, formadas pela burguesia urbana, partidários da UDN, secundaristas, religiosos católicos, entre outros, organizaram uma versão local da “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade” na cidade, manifestação que apoiava a intervenção militar no país e que, ao seu fim, prometia atacar o jornal *Folha de Ituiutaba*, o que não aconteceu durante a Marcha.

A “Folha” era o jornal em circulação mais antigo da cidade e, no momento, era o único produzido na microrregião. Com mais de 21 anos de existência, o jornal tinha, em sua linha de frente, três personagens ligados à política local: Ercílio Domingues da Silva, Geraldo Sétimo Moreira e Manoel Agostinho, todos filiados ao diretório local do PSD, e defendiam,

¹ Informações retiradas do senso demográfico 1960, disponível no site oficial do IBGE. Para mais informações : <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t9_mg.pdf>. Acessado em: 16/04/2016. Esse contingente engloba população urbana, rural e distritos.

em suas folhas jornalísticas, projetos trabalhistas e reformistas para a política local, além de apoiarem a ideologia política do nacionalismo.

Mesmo sem ter sido destruído durante a marcha, o jornal estava com seus dias contados. A mesma junta militar fechou o jornal, acusando a linha deste de fazer apologia ao ideário comunista/subversivo. Dessa forma, o prelo se tornou alvo da repressão política. O jornal foi empastelado, Geraldo e Ercílio foram encaminhados e ficaram durante um período sobre cárcere privado no DOPS, em Belo Horizonte, além de terem seus diretos políticos cassados. Quase de maneira instantânea, ressurge outro jornal de publicação local, o *Correio do Triângulo* – jornal que já havia circulado na região em 1959 em outro formato –, que tinha à frente de sua redação Benjamin Dias Barbosa e Jayme Gonzaga Jayme, passando a ser um veículo de comunicação representativo de ideais anticomunistas e alinhado com o discurso da UDN local e do capitão Cláudio Rech. Dessa maneira, podemos afirmar que a posição de cada um desses jornais expressa a existência de forças que se opunham ao regime, bem como de outras coniventes, representando, em suas páginas, a luta pela hegemonia política.

Ainda houve outras pessoas que foram perseguidas e presas na cidade, rotuladas como “comunistas” e membros do “credo vermelho” local, como Mário Campos, Ivanildo Santos, Iracides Lima, Nestor Fernandes de Moraes, Humberto Teodoro Júnior, Tomaz Petraglia, Genésio Alves Pereira, entre outros. Alguns desses acusados de fazer apologia e propaganda em favor da revolução comunista eram lideranças no Sindicado dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, que acabava de ser fundado no início do ano na cidade, além do que tinham participação colaborando com textos para a Folha de Ituiutaba.

Não há nada de novo em relação às perseguições. Como afirma a historiografia, a perseguição a lideranças de movimentos sociais, jornalistas, políticos e a cassação de direitos políticos, partindo do Estado, ocorreram durante boa parte da ditadura (ALVES, 1989). Nesse sentido, o que queremos diferenciar nessa pesquisa é que esses eventos também se deram em uma região periférica do país, com características peculiares.

Perante essa experiência, podemos afirmar que, dentre os desdobramentos decorrentes desses primeiros atos dos intervenientes, depreende-se aquilo que as análises mais recentes acerca da própria definição do golpe em termo de seu caráter “civil-militar” (FICO, 2014; NAPOLITANO, 2014). A condução do golpe só foi possível por uma aliança entre uma parcela de civis e militares. Porém, se podemos afirmar que o golpe aconteceu em nível nacional, em relação ao local, só ocorreu em decorrência da tomada de poder na presidência primeiramente. É possível dizer que o golpe ocorreu de cima para baixo, principalmente após

decretar o Ato Institucional, que ficaria conhecido, posteriormente, como AI-1. Outros 16 Atos Institucionais foram decretados até 1969.

Os acontecimentos em Ituiutaba só foram possíveis pela efetivação do AI-1 e pela Lei de Segurança Nacional. Muito do que se ouve falar das perseguições, censuras, prisões, cassações, torturas, extermínios, entre outras barbaridades durante a ditadura militar, foi efetivado por meio do AI-5 decretado em 1968. Contudo, o AI-1 foi tão nefasto quanto. Ele deu ao governo federal o poder de alterar a constituição, cassar leis do legislativo, suspender direitos políticos, demitir e aposentar qualquer um considerado subversivo contra a segurança do país. Sua intensão, na realidade, foi neutralizar e eliminar qualquer forma de oposição e legitimar a recém-instituída ditadura (ALVES, 1989). Logo, foi isso o que aconteceu em 1964 no pontal do Triângulo Mineiro.

Pelo exposto, percebem-se indícios de um processo que foi investigado a fim de compreender melhor a história política no Pontal do Triângulo Mineiro e a relação existente entre a política nacional e a local. Diante disso, a intenção do presente trabalho consiste em dar continuidade e maior aprofundamento a uma pesquisa que resultou em uma monografia de conclusão de curso de graduação em História, defendida em 2013, cuja temática deve-se à abordagem de aspectos referentes aos acontecimentos citados (FERREIRA, 2013). O referido trabalho se deteve no estudo da trama histórica de Ituiutaba durante o golpe de 1964, e a intenção deste novo estudo é dar maior ênfase à análise das questões surgidas durante a experiência da pesquisa, escrita e discussão da monografia. Assim, tencionamos ampliar o recorte local, as reflexões bibliografias e, consequentemente, produzir um trabalho mais denso.

Ao refletirmos sobre a produção historiografia que aborda o golpe e a ditadura militar, observamos que as perspectivas em torno dessa trama histórica prevalecem nas grandes cidades do Brasil. Essa constatação, em si, instiga a questionarmos sobre a maneira como isso ocorreu ou se houve interferência em outros locais. O golpe e os anos em que a ditadura se manteve vigente repercutiram e impactaram conjunturas políticas, alteraram o cotidiano da população de pequenas cidades em proporções até então ainda pouco conhecidas.

Os acontecimentos em Ituiutaba e as suas particularidades são um exemplo de que o golpe de 1964 afetou localidades para além dos lugares conhecidos pela atual historiografia sobre o tema². Há uma necessidade histórica de que o tema – golpe e ditadura - seja

² Recentemente, diversos trabalhos que se dedicam a estudar a atuação da repressão da ditadura militar e do golpe de 1964 em cidades do interior vêm ganhando espaço, de maneira lenta, dentro do mercado bibliográfico e dos trabalhos acadêmicos. Isso se deve, provavelmente, à expansão dos cursos de história e de outras ciências

trabalhado em lugares para além dos grandes centros urbanos e localidades que são bem conhecidas, assim, ocupando lacunas que a historiografia tradicional que trabalha com os acontecimentos mais notórios (ocorridos em capitais e demais grandes centros urbanos) não consegue preencher. É possível pensar, ainda, que tal aspecto não constitua somente uma particularidade de Ituiutaba, mas também de outras cidades interioranas do Brasil.

Como nos afirma Benjamin (2012), entendemos que o historiador deve considerar “como sua tarefa escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p. 225), ou seja, ir contra a correnteza das histórias oficiais, propor investigações históricas alternativas contra as tradicionais e clássicas (LÖWY, 2005). Dessa maneira, propor uma historiografia voltada para tramas marginalizadas se configura como uma alternativa de uma possível história.

Este trabalho tem como objetivo central analisar, historicamente, o processo político, repercussão, impacto e reorganização do poder no Pontal do Triângulo Mineiro, com a instauração de um novo regime autoritário no Brasil, inaugurado pelo Golpe Civil-Militar de 1964. Propomos uma pesquisa sobre a história da política da microrregião do Pontal do Triângulo mineiro.

Em termos de objetivos específicos, buscaremos apresentar, por meio de um panorama histórico, político e social, como eram as disputas pela hegemonia política antes do golpe, quais foram os episódios do golpe e como a gestão implantada por seus representantes impactou a cidade de Ituiutaba, a microrregião, e quais seus reflexos. Para tanto, procuraremos compreender as relações entre as forças políticas existentes na cidade antes e com o governo autoritário instaurado localmente, além da relação entre os civis e os militares envolvidos nessa trama histórica; identificar os motivos pelos quais o prefeito, o vice, os vereadores foram depostos de seus cargos públicos, a prisão dos vereadores e de um assessor do prefeito; indagar acerca dos fatores que demandaram o destaque de uma junta militar para a cidade e os seus atos efetuados por este comando; elencar os motivos que conduziram ao fechamento do jornal *Folha de Ituiutaba*, o que teria feito esse periódico para que, além de lacrar o jornal ter ocorrido a prisão de seu proprietário no DOPS de Belo Horizonte; analisar possíveis ligações entre este evento e o surgimento do Jornal *Correio do Triângulo*. Também refletiremos sobre a perseguição a outros sujeitos da cidade tidos como “comunistas”, por muitos desses serem lideranças sindicais e líderes de movimentos de trabalhadores. A partir disso, pensaremos sobre os diferentes projetos políticos que estavam em jogo e sobre a

sociais, no interior do país, e à abertura de novos programas de pós-graduação nas universidades. Exemplo disso é uma obra coletiva (VICENTINI et al, 2014) que analisa a ação golpista na cidade de Piracicaba no interior de São Paulo.

relação de forças exercidas nesse embate político. Este trabalho pode ser de relevante importância para a história da região do portal do Triângulo Mineiro, pois, como trabalho de pós-graduação, é uma obra inédita.

Como nos afirmaram dois grandes pensadores europeus, na metade do século XIX, a “história de todas as sociedades até o tempo presente é a história das lutas de Classes” (MARX; ENGELS, 1998, p, 7). Ou seja, nos diversos modos de produção pelos quais a humanidade perpassou, o confronto entre oprimidos e opressores sempre se fez presente. Como exemplo disso, temos, na sociedade capitalista moderna, o embate entre burgueses e proletários. Acreditamos que golpe de 1964 e a experiência local aqui estudada foram mais um episódio da lutas de classes, marcando a derrota de um projeto político que favorecia os trabalhadores em prol de outro projeto que contemplava a burguesia e, acima de tudo, a propriedade privada. Entretanto, também acreditamos que não foi só isso. Não podemos limitar a análise apenas à bipolarização das classes sociais, tendo em vista que, dentro das próprias classes, existem conflitos entre as categorias e, mais que isso, conflitos entre sujeitos com diferentes perspectivas e interesses nas relações de poder. Dessa forma, as classes sociais não são homogêneas internamente e a luta pela hegemonia política não se faz somente pelas classes, mas também em grupos e individualmente.

Antes de iniciarmos as análises em si, é importante esclarecermos alguns conceitos e escolhas teóricas que escolhemos para este trabalho³. Aqui, dialogamos abertamente com

³ Aqui também se faz importante contextualizarmos a situação em que vivia o mundo durante a década de 1960. Segundo Eric Hobsbawm (1995), uma das principais marcas da segunda metade século XX foi a polarização ideológica criada com o fim da Segunda Grande Guerra, em um conflito entre a USSR e os EUA – configurando o que conhecemos como a “Guerra Fria”, dividindo o mundo em uma “Cortina de Ferro”, em uma briga do capitalismo contra o comunismo. Os países latino-americanos se tornaram um dos palcos de disputa dos dois distintos projetos políticos e econômicos. O chamado “Primeiro Mundo” era formado pelos países capitalistas desenvolvidos, e “Segundo Mundo” pelos países desenvolvidos comunistas. O “Terceiro Mundo” eram os países pobres – em comparação com os desenvolvidos –, que dependiam, de certa maneira, dos demais países desenvolvidos. O Brasil se encaixava no que era denominado como país de “Terceiro Mundo”. O Terceiro mundo, em seu todo, se diferenciava, em um aspecto fundamental, do Primeiro Mundo e do segundo mundo. Formava uma zona mundial de revolução recém realizada, iminente ou possível. Poucos estados do Terceiro Mundo, de qualquer tamanho, atravessaram a Guerra-Fria sem revoluções; golpes de Estado para suprir, impedir ou promover revolução ou alguma outra forma de conflito interno (armado). Os EUA, desde o início da Guerra Fria, partiram para o combate contra a influência soviética no Terceiro mundo. Seja com ajuda econômica, com propaganda ideológica ou até a guerra maior, fazendo alianças com um regime local ou comprando, porém, se necessário, sem o apoio local. Nesse contexto, o Terceiro Mundo era um local de combate de influências. Um movimento relativamente pequeno, atípico e bem-sucedido colocou a estratégia de guerrilha como umas principais notícias do momento: a revolução liderada por Fidel Castro tomou a ilha caribenha de Cuba no primeiro dia do ano de 1959. Os rebeldes Latino-Americanos, inevitavelmente, se viram recorrendo a retórica de seus libertadores históricos e também à tradição anti-imperialista e social-revolucionária da esquerda. Em março de 1960, os EUA já haviam decidido tratar Cuba como um País comunista e a CIA foi autorizada em providenciar a derrubada de Fidel do poder. No próximo ano, Cuba se alia ao bloco soviético. Os EUA dobraram sua atenção para possíveis revoluções na América Latina dentro do contexto de bipolarização que o mundo vivia. De tal maneira, os Estados Unidos buscavam apoio entre os elementos mais conservadores do Terceiro Mundo. Houve uma onda de regimes militares direitistas que inundou a América do sul a partir da década de 1960. Esse

historiadores e com seus trabalhos que são referências no que diz respeito ao conhecimento histórico (principalmente sobre o Golpe e o período em torno de 1964). Entretanto, também traremos, para o enriquecimento do trabalho, pesquisadores de outras áreas do conhecimento, como filósofos, economistas, sociólogos, cientistas políticos, entre outros.

Esta pesquisa concentra suas forças em estudar as ações das elites políticas no portal do Triângulo em torno do ano 1964. Essas mesmas elites estavam à frente das relações de poder e podiam decidir o futuro das leis que atingiam a todos da microrregião. Apesar deste trabalho dialogar com diversos segmentos do conhecimento histórico, a pesquisa se baseia em uma investigação histórica sobre a política e a luta pela hegemonia do poder. Podemos afirmar, então, dentro dessa lógica, que é um trabalho de *História Política*.

Não é mais supressa, pelo menos para a maioria dos historiadores, que a história política não simplesmente retornou, mas voltou renovada. Hegemônica durante as últimas décadas do século XIX, a história política passou a ser questionada no início do século XX, passando por um gradual descrédito historiográfico. A despeito do ocorrido, no entanto, lentamente, o interesse pela política foi retornado ao domínio dos historiadores e, nas últimas décadas do século XX, a história política entrou em um processo de revalorização. O retorno do interesse pela política é uma das grandes marcas da historiografia a partir dos anos 70, de tal maneira que hoje é comum a prática de escritas de histórias que privilegiam o político como objeto de análise, porém, durante todo final do século, a discussão da sua renovação se fez presente. Segundo Rémond (2014), a história é histórica, ou seja, apesar de ela estudar as mudanças sociais, não escapa a essa mudança e, assim, reflete o movimento das ideias da sociedade. Desse modo, uma história social e econômica que emergiu na França nos fins da terceira década do século XX se afirmou por meio de uma crítica e, por conseguinte, asseverou o descrédito da história praticada por uma geração anterior nos fins do século XIX: uma história política que enaltecia os “grandes” personagens, os Estados, as instituições, as revoluções, dentre outros temas considerados relevantes. Essa historiografia, predominante até parte do século XX, exaltava a nação e o papel do Estado, ou seja, uma história ordenada pela glória nacionalista, uma história factual ou *événemmentielle*. Anedótica, negligenciava as massas e as multidões populares, pois tinha uma uniformidade narrativa linear. Individualista e idealista, privilegiava o particular e o nacional, por conseguinte, privava-se de comparações no

modelo de golpe de Estado inicia-se no Brasil em 1964, no qual as Forças Armadas tomaram o poder contra “os herdeiros do grande líder populista brasileiro Getúlio Vargas (1883-1954), que se deslocavam para a esquerda no início da década de 1960 e ofereciam democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política americana” (HOBSBAWN, 1995, p.429). Esse modelo de golpe ainda se expandiu em outros países, cada um com sua especificidade, como a Argentina, Chile, Uruguai, entre outros.

tempo e no espaço, interditando-se a sínteses e generalizações. Portanto, a nova história do século XX concentrou suas forças contra a tradicional história política, com o anseio de:

[...] ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade, a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de franca amplitude, e que as realidades do trabalho, da produção, das trocas, o estado das técnicas, as mudanças da tecnologia e as relações sociais daí resultantes tinham mais consequências, e, portanto, deviam reter maior atenção aos observadores, que os regimes políticos ou as mudanças na identidade dos detentores de um poder, cujas decisões, segundo se entendia, só fazia traduzir o estado da relação das forças, ou refletir realidades anteriores às escolhas políticas (RÉMOND, 2014, p. 16).

A tradicional história política, submetida ao crivo da *nova história*, encerrava defeitos e limitações que justificariam o decreto de sua lenta decadência como campo historiográfico para o qual a tematização do político, antes mantida como pressuposto central à pesquisa histórica, tornar-se-ia obsoleta para historiografia. A análise das circunstâncias, que colaboraram para o declínio da tradicional história política, se insere em uma conjuntura complexa de mudanças e rupturas enredadas em um ambiente anteriormente forjado na confluência de interesses e aproximações intelectuais e políticas; o advento da democracia social e política no surgimento das massas, movimentos de trabalhadores e a simpatia pelos sujeitos pequenos esquecidos da história: as multidões se tornavam os protagonistas. Nesse sentido, nas últimas quatro décadas do século XX, a história política começou a passar por um processo de retomada e renovação. Constatava-se um crescente número de trabalhos, orientações acadêmicas e discussões que privilegiam, na história, o fator político. Essas transformações respondem a demandas inerentes à própria conjuntura estabelecida por uma multiplicidade de aspectos, tais como a experiência das Guerras, as quais não podem ser explicadas somente pelo fator econômico, crises na economia liberal e a intervenção do Estado, o desenvolvimento de novas políticas públicas e

[...] a pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais; contribuíram para dar crédito à ideia de que o político tinha uma consistência própria e dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social (RÉMOND, 2014, p. 23).

Podemos argumentar que a nova história política se apoderou de novos problemas anteriormente ignorados, de modo que a tradicional história política não os considerava relevantes. Essa ressurreição da história política trouxe consigo renovações metodológicas e teóricas, que se diferenciam da tradicional história política, e suas transformações são um

exemplo de como uma disciplina se renova mediante a reflexão e a crítica. Essa renovação não se restringiu ao campo da história política, mas afetou a disciplina em um todo, como também as outras áreas do conhecimento.

A renovação foi fortemente influenciada (e também influenciou) pelo contato com outras disciplinas e pelas trocas com as ciências sociais: a ciência política, a psicologia, a psicanálise, a linguística, a antropologia, dentre outras, emprestaram conceitos, noções, métodos de pesquisa, vocabulário e problemas. Essa nova perspectiva também tem a pretensão de integrar diversos atores sociais, mesmo os mais modestos na conjuntura dos estudos da política, atentando para a pluralidade e diferentes temas que trabalham com múltiplas temporalidades, ritmos e durações históricas.

Os agentes políticos que foram depostos de seus cargos administrativos na cidade tijucana vinham, gradualmente, ao longo da década de 1960, aplicando e lutando por reformas de políticas na região. Segundo cientista político Norberto Bobbio (1987), ao fazer uma análise e esclarecimento conceitual no que se refere ao reformismo, afirma que quando falamos em reformismo, referimo-nos a reformas políticas, econômicas e sociais no interior da sociedade. A tradição do reformismo se fez na contraposição, não só ao conservadorismo político, mas também à tradição revolucionária do movimento trabalhador. O reformismo acredita na mudança gradual via processo prolongado, enquanto o revolucionarismo acredita na ruptura, na transformação radical. Se, no passado, o reformismo era mal visto entre a esquerda, atualmente, o revolucionarismo ocupa essa visão (tachado de extremismo). No entanto, o reformismo compartilha com o socialismo a ideia de supervalorização do elemento político em detrimento do social, no qual a ação política é que promoverá a mudança social.

Como falamos sobre reformismo enquanto visão política, se faz necessário, nessas primeiras páginas, diferenciarmos o que conhecemos como direita e esquerda no campo político. Novamente, adotaremos a conceituação aventada por Bobbio (1995) referente a esses dois campos da política, que, muitas vezes, não são dicotômicos, afirmando que existe pelo menos 5 linhas políticas entre eles; esquerda, centro esquerda, centro, centro direita e direita. Contudo, não há como um sujeito ou uma política enquadrar-se como de direita e de esquerda ao mesmo tempo. Para o cientista político italiano, o que difere, essencialmente, a ideologia de direita e de esquerda é a visão sobre a igualdade e a desigualdade humana e a opinião sobre as mudanças históricas das tradições vigentes. A esquerda busca, em sua essência, promover e lutar por critérios de igualdade, optando por mudança na ordem social. Enquanto a direita prega que a desigualdade é algo intrínseco às sociedades humanas – apegando-se às tradições e ordens sociais postas. Essa diferenciação se faz essencial neste trabalho, em que as direitas,

por meios reacionários e antidemocráticos, derrotaram os projetos de mudanças políticas, sociais, que lutavam por modificações de privilégios e neutralizaram aparelhos de reivindicações locais, isto é, reivindicações que vinham sendo promovidas pelas esquerdas da região. O golpe agiu, principalmente, no que se refere ao zelo pela propriedade privada, marcando a luta pelo poder de conservá-la.

Aqui usaremos a concepções de “poder” e “violência” propostas por Hannah Arendt (1985), em que o poder é a habilidade humana de agir em sociedade, sendo que o poder não pertence, exclusivamente, a um sujeito, e sim a uma comunidade que o apoia. Logo, quando há alguém no poder, esse alguém está por consentimento de um grupo. Nas palavras da autora:

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome (ARENDT, 1985, p. 27).

Já para a autora, a “violência”:

[...] distingue-se por seu caráter instrumental. Do ponto de vista fenomenológico, está ela próxima do vigor, uma vez que os instrumentos da violência, como todos os demais, são concebidos e usados para o propósito da multiplicação do vigor natural até que, no último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo (ARENDT, 1985, p. 28).

Retomaremos essas noções, entre outras emprestadas da autora citada, durante o capítulo III. Estudar a história política do Golpe e de seus reflexos no Pontal do Triângulo Mineiro implica compreender as relações de dominação e subordinação, poder e sujeição exercidas. Para pensarmos sobre essas relações, faz-se necessário atentar para a formação destes na condição de sujeitos sociais, seu tipo de organização, suas preocupações com o momento vivido, a maneira como se relacionavam com a sociedade local e com outros movimentos, bem como as ideologias que se estruturavam no momento. A narrativa e a memória se tornam essenciais para a compreensão dessa trama histórica. Refletindo no contexto da memória de pessoas que vivenciaram esse período em Ituiutaba, o Golpe pode ter determinado uma série de mudanças drásticas de comportamentos impostas pelo autoritarismo perpetrado em 1964. A trajetória de vida de homens e mulheres que se envolveram com a vida política no Brasil, nos anos da ditadura, teve, por assim dizer, suas histórias marcadas por uma experiência difícil de ser contemplada pela historiografia. Há uma dificuldade da história em

enfrentar temas que envolvam sensibilidades e sentimentos atingidos pelas situações vividas durante os anos de autoritarismo e repressão. No contexto do golpe e da ditadura militar, para escrevermos uma história política, é imprescindível atentarmos para as experiências que esses sujeitos sociais vivenciaram. Os fenômenos da história e da sociedade estão nas experiências de vida. Nesse contexto, a memória constitui-se como um importante suporte para compreendemos a trama histórica que esses sujeitos atravessaram. As lembranças e o esquecimento se fazem necessários para a tal compreensão.

Para Ricoeur (2007), a memória não é subordinada à História e, sim, a sua fonte privilegiada, devido a sua ambição de “veracidade”, a memória é a matriz da história. Não se deve permitir que a problemática do esquecimento seja conduzida, especificamente, pelo sentido da deficiência, de formas patológicas da memória. É preciso evitar o entendimento como disfunção entre o normal e o patológico. Há duas possibilidades de esquecimento: o esquecimento por apagamento de rastros e o esquecimento de reserva. Assim, o esquecimento protagoniza a mais importante operação da memória: o reconhecimento. O propósito das afecções (rastros para a lembrança) é permanecer, persistir, sobreviver, durar; de outro lado, o aceso, o saber das inscrições-afeções, nos é marcado pelos obstáculos à recordação. Desse modo, a sobrevivência das imagens (inscrições-afeções) não acessadas constituiu uma forma fundamental de esquecimento: esquecimento de reserva. A chave desse pressuposto é o reconhecimento. Para que haja reconhecimento, é necessário crer na permanência das imagens e na existência da lembrança “pura”. O reconhecimento é o que autoriza a acreditar, ou seja, é o processo por meio do qual reprendemos o passado no presente; o passado é contemporâneo do presente que ele foi. Isso se dá de tal maneira que o que foi vivido não está completamente perdido: sobrevive, pois podemos recordá-lo e reconhecê-lo. A lembrança é uma representação do passado no presente.

De tal maneira que o que marca o fenômeno mnemônico é o feito de presença, ausência e distância, pois:

Há o reconhecimento propriamente mnemônico, geralmente, chamado de reconhecimento, fora do contexto de percepção e sem suporte de representação necessário; ele consiste na exata superposição da imagem presente à mente e do rastro psíquico, também chamado de imagem, deixando pela impressão primeira (RICOEUR, 2007, p. 438).

Há, para o presente, a necessidade de esquecer o antes, ou seja, o esquecimento do si mesmo é necessário como organização de escalas temporais, como organizador do ter ou *Ser-sido*, mas o ato de rememorar, como hipótese feliz, não é ingênuo ou imparcial: há abuso implicado na relação memória e esquecimento. O lembrar-se é não esquecer. Por outro lado,

manifestações individuais do esquecimento estão, inextricavelmente, misturadas em suas formas coletivas, a ponto de que as experiências mais perturbadoras do esquecimento – como a obsessão – somente desenvolvem seus eventos mais danosos na escala das memórias coletivas, juntamente o local onde as negociações do rememorar estão mais íntimas no âmbito do político. O esquecimento é uma operação que impede a rememoração do evento traumático, de modo que o esquecimento aparece como pista secundária, enquanto o trauma permanece o mesmo, substituído por outros sintomas.

Ainda em relação à memória, a teoria de Beatriz Sarlo (2007) sobre a memória e usos (e mau usos) enriqueceu este trabalho. Para a autora, a memória é onde o passado se faz no presente. O testemunho é onde se pode permitir o anacronismo, pois a memória, como já afirmamos, é uma representação do passado. O passado, na construção de significado, só é possível como tal porque há um presente que lhe serve de lugar de produção e de contraste, pois não há testemunho sem experiência e tampouco há experiência sem a narração.

A história oral é reconhecida na academia, que considera totalmente legítimas as fontes testemunhais orais (e, por instante, dá impressão de julgá-las mais “reveladoras”). Com o advento de novos estudos sobre o cotidiano, surge um conjunto de inovações nas pesquisas que problematizam uma reconstituição de vida abrigadas nos testemunhos de experiências, uma *guinada subjetiva* que se concentra nos direitos e verdade da subjetividade do sujeito. Os pesquisadores da memória devem, como regra, sempre problematizar a valorização demasiada do testemunho. O que a autora propõe é uma espécie de exercício da desconfiança, da crítica do testemunho, no que se faz imperioso o distanciamento e a busca pela inteligibilidade – que se eclipsou pela necessidade do dever de memória.

Ainda alguns outros esclarecimentos são importantes serem pontuados sobre este trabalho. O que encontrarão escrito aqui é uma história protagonizada por homens. Nessa narrativa, são poucas as vezes em que aparecem mulheres dentro da trama, devido a uma questão de exclusão na vida política local. Isso indica o quão raro é a participação de representantes do sexo feminino nesse meio, reflexo de uma cultura machista que se propaga até os dias atuais na vida política no Brasil. Isso porque as mulheres, apesar de votarem e terem uma participação decisiva nas escolhas políticas, eram (e são) marginalizadas da vida pública em que os cargos políticos foram (e ainda são) ocupados apenas por homens, em sua grande maioria. É importante ressaltar que, durante esse período na região de Ituiutaba, não encontramos sequer uma candidata entre vários homens.

Esses “homens da política” ocupavam diversas posições na sociedade, tanto no trabalho como na vida pública. Podemos dizer que são homens de muitas profissões e um

pouco mais. Eram desde fazendeiros, donos de indústrias, comerciantes que também tinham uma pequena propriedade produtiva, jornalista dono de livraria e gráfica, além de jornalistas que trabalhavam no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e farmacêuticos, alfaiates, advogados, líderes de associações, clubes recreativos e esportivos, entre outros. Eram esses homens de muitos afazeres.

Encontra-se, aqui, um trabalho sobre a ação do Golpe de 1964 no Pontal do Triângulo, com já está bem claro. Uma narrativa histórica específica sobre uma localidade e sobre um determinado período e suas peculiaridades. Nesse sentido, este trabalho se encaixa no que conhecemos como uma história local ou regional. Segundo Albuquerque (2008), para o historiador:

A região se constitui, assim, num objeto fixo, já dado, um objeto evidente, não-problemático: um objeto constituído por uma realidade inquestionável, um referente de uma materialidade positiva e auto-expressiva. Na região existiriam problemas dignos de se tornarem preocupações de trabalhos de historiadores, mas ela mesma não seria um problema. Ela seria um dado facilitador para as necessárias demarcações e balizamentos espaciais requeridos pela pesquisa historiográfica (ALBUQUERQUE, 2008, p. 54).

É necessário historicizarmos o espaço físico abordado, pois os espaços dão origem a práticas e a ações, configurando-se como base e dirigindo projetos políticos, administrativos, culturais, étnicos e estéticos que definem as fronteiras e os domínios. Logo:

[...] o historiador que se interessa pela região, por qualquer recorte espacial que assim é nomeado, deve estar atento para os afrontamentos políticos, as lutas pelo poder, as estratégias de governo, de comando, os projetos de domínio e de conquista que aí estão investidos, que fizeram parte de sua instalação e demarcação, que estabeleceram as fronteiras e os limites que agora podem reivindicar como sendo naturais, ancestrais, divinos ou legítimos. As regiões, portanto, não pré-existentes aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas. Falar em região implica em se perguntar por domínio, por dominação, por tomada de posse, por apropriação. Falar em região é também falar em subordinação, em exclusão, em desterramento, em banimento. Falar em região é se referir àqueles que foram derrotados em seu processo de implantação, àqueles que foram excluídos de seus limites territoriais ou simbólicos, àqueles que não fazem parte dos projetos que deram origem a dado recorte regional (ALBUQUERQUE, 2008, p. 58).

Desse modo, as regiões são organizações humanas, pois visam a ordenar a natureza, em práticas de significação, sendo constantemente um objeto em movimento, em construção e desconstrução.

No entanto, o trabalho não fica somente situado na questão local, uma vez que é primordial contextualizarmos o que acontecia em nível nacional para a compreensão e enriquecimento da trama política. Dessa maneira, não perderemos o foco da trama na relação do espaço local, contudo, constantemente, apoiamo-nos na literatura que se refere ao nacional. O contraste se faz essencial para o entendimento da relação específica que estudamos. A escolha da escala é fundamental como condição para o estudo, que se constitui como um ponto de vista do conhecimento.

Tão importante quanto a escolha dos conceitos é explicarmos a trajetória desta pesquisa, as fontes com as quais trabalhamos e a metodologia adotada para esta dissertação.

Há alguns anos caiu, nas mãos de um pesquisador, uma entrevista produzida anos antes por outro pesquisador, na qual um senhor no alto da sua vida narrava, de maneira angustiante, os eventos pelo quais atravessou em 64, além de outros que compuseram a sua trajetória de vida. Seu nome é Ercílio Domingues da Silva, um jornalista que teve sua vida totalmente modificada em decorrência da intervenção civil-militar na região. Ercílio é um entre muitos que foram perseguidos e prejudicados com as mudanças no cenário político e com o regime autoritário que foi instaurado no Brasil.

Esta pesquisa só se tornou possível por causa dessa entrevista que nos privilegiou chegar ao tema. Essa narrativa oral foi registrada na metade da década 1990 e, mais de dez anos depois, apontou-nos além de uma possível temática de pesquisa, os caminhos onde, provavelmente, encontrariamos outros rastros e vestígios do passado referentes a essa trama histórica. Desse modo, podemos mencionar que esta pesquisa se iniciou em 2008, como um trabalho de graduação que resultou em uma monografia de conclusão de curso (FERREIRA, 2013) e, como consequência, teve como um dos seus resultados um artigo publicado em revista no ano seguinte (SILVA; FERREIRA, 2014). Neste trabalho, não propomos somente uma continuidade das reflexões antes feitas, mas também o uso de novas fontes e novas descobertas em torno da trama histórica de 1964, no Pontal do Triângulo Mineiro. Longe de ser um trabalho final sobre a temática, consideramos que aqui avançaremos sobre o entendimento desses anos sombrios em um local em que tais arbitrariedades permanecem acobertadas pelo conhecimento histórico, principalmente, por seu caráter de localização periférica.

Pela extensão do tempo de pesquisa (que se constituiu desde os anos de graduação), houve um grande acúmulo de documentos referentes ao tema, sendo que alguns tiveram que ser deixados de lado devido ao tempo para o desenvolvimento do trabalho e outros, por razões

familiares, nos levaram ao impedimento e não nos coube usá-los. Compreendemos, portanto, que a ética deve prevalecer sobre o desejo de pesquisa.

Em nossa narrativa, há uma categoria de documento que é usada, constantemente, ao longo dos capítulos: os depoimentos orais. Ora esses aparecem claramente citados, outras de formas mais sutis, porém, podemos afirmar que as fontes orais foram uma das privilegiadas para este trabalho devido a sua importância em narrar as experiências de vida, e como já apontamos, esta pesquisa só foi possível por causa destas. Usaremos, aqui, entrevistas gravadas com 10 pessoas que vivenciaram direta e indiretamente essa trama, desde pessoas que foram perseguidas até outras que, de “longe”, testemunharam os fatos ocorridos naqueles dias. Alguns desses protagonistas e outros que sentiram os acontecimentos de maneira mais distante, mas sabiam o que estava ocorrendo na ordem do dia. As entrevistas que acumulamos para o trabalho foram executadas ao logo de 20 anos, muitas feitas em parceria e outras executadas por outros pesquisadores⁴ para outros estudos. Muitos desses entrevistados já vieram a falecer em razão de estarmos falando de uma trama histórica que se passou há mais de 52 anos, ademais, muitos já eram homens de meia idade em 1964.

Como afirma Verena Alberti (2010), o fazer das fontes orais constitui-se na produção de entrevistas com sujeitos que participaram, testemunharam e experenciaram conjunturas do passado. Tais entrevistas se apoiam nos contextos dos projetos de pesquisa e do objeto em que se almeja pesquisar. A História oral é uma metodologia interdisciplinar por excelência, pois dialoga com as mais diversas áreas do conhecimento. De tal modo:

Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas (...). Em linhas gerais, essa combinação significa o seguinte: entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas (ALBERTI, 2010, p. 165).

Um acontecimento vivenciado pelo entrevistado não pode ser transmitido para outros sem que seja narrado. Assim, o sujeito, ao contar sua experiência, transforma o que viveu em uma narrativa, selecionando e organizando os acontecimentos em determinados sentidos.

A autora diferencia três momentos da pesquisa pela fonte oral: 1) preparação da entrevista; 2) a realização; 3) tratamento. Os entrevistados são tomados como unidades qualitativas. Faz-se importante atentar para os relatos, as interpretações e os pontos de vistas e

⁴ Agradeço aos pesquisadores Pedro Affonso de Oliveira, Iago de Paula Barbosa, Dalva Maria de Oliveira Silva, Bárbara Quadros, Leonardo Silva Oliveira, entre outros, pela gentileza em ceder algumas dessas narrativas para a pesquisa.

seus significados e comparar com outros documentos, para buscar compreender as diferenciações dos “fatos” e da narrativa, e pensar, desse modo, suas representações e os deslocamentos temporais.

Outras categorias de documentos foram utilizadas no trabalho. Encontramos uma gama de documentos textuais a que também recorremos para as críticas e para a construção da nossa narrativa nas próximas páginas. Como nos afirma Barcellar (2010):

O abnegado historiador encanta-se ao ler os testemunhos de pessoas do passado, ao perceber seus pontos de vista, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas. Com o passar dos dias, ganha-se familiaridade, ou mesmo certa intimidade, com escrivães ou personagens que se repetem nos papéis. Sente-se o peso das restrições da sociedade, ou o peso da miséria, ou a má sorte de alguém, e deseja-se ler mais documentos para acompanhar aquela história de vida, o seu desenrolar (BARCELLAR, 2010, p. 24).

Há diversos tipos de documentos textuais (ou manuscritos). No caso desta pesquisa, fizemos um trabalho com arquivos do poder executivo (documentos da polícia política), arquivos do poder legislativo (atas da câmara municipal), do Poder Judiciário (processos crimes) e arquivos privados (o que corresponde a arquivos particulares, da família e/ou de grupos de interesse).

Como documentos da polícia política, servir-nos-emos de documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Minas Gerais, que se referem à ação na microrregião em 1964. Os arquivos do DOPS/MG se encontram todos abertos para a pesquisa *online* no sítio do Arquivo Público Mineiro⁵, que detém a custódia de tal documentação. É possível a pesquisa com exceção de “1%”, que estão bloqueados para a consulta pública, dentre esses, encontra-se um documento de *Pedido de Busca e Apreensão* referente a Ituiutaba, que poderia vir a enriquecer este trabalho (APM - Fundo DOPS, Rolo 053, Pasta 4084-im. 32). Agradeço ao APM por disponibilizar para a consulta tais documentos, mas a burocracia em torno desse “1%” poderia fazer a diferença⁶.

Pretendemos, ao analisar esses documentos, compreender a visão dos perseguidores e como agiram. Documentos da polícia são, de maneira geral, relativos à ação repressora do

⁵ Para pesquisar os arquivos do DOPS de Minas Gerais, basta acessar o sítio eletrônico: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=¬acao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0>.

⁶ O argumento principal no sítio online da APM sobre o bloqueio da pesquisa de tais documentos descreve que “Um por cento dos documentos é de consulta restrita, apresenta informações relativas à intimidade e à honra das pessoas e, portanto, só pode ser consultado pelos envolvidos. Para tal, é necessário que o interessado compareça à instituição munido da carteira de identidade ou CPF, ou munido de procuração com firma reconhecida em cartório”. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/xoopsfaq/index.php?cat_id=4#q11>.

Estado, em que, nas mais diversas ações, os sujeitos são investigados, capturados, julgados e presos. Segundo o autor, os arquivos policiais, especificamente do DOPS:

[...] tais acervos vêm sendo intensamente pesquisados, revelando os bastidores da ação repressiva do Estado contra grupos ou pessoas considerados perigosos, subversivos. O denso material, constituído de fichas de arquivo e de prontuários por indivíduos ou por pessoa jurídica -sindicatos e partidos, entre muitos outros - tem permitido a análise histórica sob os mais variados enfoques (BARCELLAR, 2010, p. 32).

Aqui, também usaremos, para a análise, os documentos referentes ao poder legislativo da cidade, as Atas da Câmara Municipal de Ituiutaba que se encontram abertas para a pesquisa na própria casa que os produziu. Abertas para a pesquisa e de fácil contato, as atas referentes à administração da cidade são um material riquíssimo para quem pesquisa na área de política local, porém, o local que abriga os documentos não é adequado para a conservação e muito menos para a pesquisa. Do último contato que fizemos, ficamos sabendo que o legislativo estava com uma parceria com o curso de História e com o Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Pontal (CEPDOMP) da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU), onde iniciaram a lenta e progressiva digitalização do material, um trabalho por demais necessário devido à riqueza de tais fontes.

Cabe ressaltar que as Atas de Câmaras Municipais, apesar de serem documentos oficiais de caráter administrativo, se analisados a contrapelo, podem evidenciar as disputas e os diferentes projetos políticos que buscavam conquistar hegemonia nas relações de poder, identificado o que e pelo que cada um luta – além do teor das aprovações e negações de leis. Em relação aos arquivos do legislativo, é imprescindível a pesquisa para a consulta dos originais da legislação, pois as atas se fazem um importante documento para o acompanhamento das sessões e discussões dos mais variados projetos políticos. Assim, é possível analisarmos a participação de vereadores, senadores e deputados, muitas vezes em calorosos debates, defendendo seu ponto de vista. No caso deste trabalho, concordamos com o seguinte posicionamento acerca disso:

São fontes importantes, também, as séries de Registros das câmaras municipais, onde todo o tipo de documentação relativa à atuação das câmaras é copiado: correspondência recebida e enviada, ordens régias e legislação, entre muitas outras (BARCELLAR, 2010, p. 35).

Também usaremos o processo judiciário referente ao fechamento da folha de Ituiutaba, processo que só teve seu fim em 1966 quando chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Encontra-se aberto para a pesquisa na página virtual do STF⁷. Por meio dele podemos entender não só acerca do seguimento do processo, mas também qual foi a acusação e entender os motivos descritos pelos denunciadores. Como nos afirma Barcellar (2010), os arquivos do poder judiciário são aqueles que se referem a inventário e testamentos, processos civis e ao que nos interessa: processos crimes. Esses arquivos são fontes abundantes, pois neles podemos encontrar a voz de diversos segmentos sociais; desde os que estão sendo acusados de crimes quanto os de acusadores e, também, de quem relata.

Outro documento examinado foi um datilografado, onde se encontra um relato feito pelo jornalista Geraldo Sétimo, escrito momentos antes do fechamento do jornal, em que ele documenta sua visão sobre os acontecimentos em que se envolvia em abril de 1964 e como se sentiu durante aqueles dias. Esse registro pessoal foi fornecido pelos familiares após algumas negociações que envolviam outros nomes na narrativa, o qual agradeço mais uma vez.

Segundo Barcellar (2010), a documentação de caráter privado é a que diz respeito ao acervo de sujeitos, de familiares, grupos de interesse (militantes, clubes, etc.) ou a empresas. Apesar de, no Brasil, não haver uma prática corriqueira de criação ou preservação de documentos pessoais, muitos desses se fazem necessários nas pesquisas, pois estão em centro de documentações, porém, a maioria está nas mãos de familiares, que, não raro, se desfazem por desinteresse.

Ao avaliarmos as fontes documentais, é essencial percebermos as inúmeras informações que elas podem nos oferecer ou não (de acordo com a temática e abordagem de cada pesquisa). Assim, devem ser entendidos no que lhes é singular, nas suas peculiaridades.

Outros documentos que se fizeram indispensáveis nessa narrativa são as fontes hemerográficas. Como já citamos páginas atrás, a imprensa local não só foi importante dentro do processo político do golpe de 1964, na microrregião, como foi um dos seus protagonistas. Isso posto, procuraremos analisar essas mídias e como se comportaram durante o processo político de destituição e tomada do poder.

A imprensa cotidianamente registra cada lance no jogo do poder, de maneira que, mais do que registro, há um posicionamento de quem escreve, pois o jornalista também é um agente social e, por consequente, um agente histórico. De Luca (2010) afirma que, ao analisarmos fontes impressas, devemos atentar para a materialidade e para os suportes do periódico, ou seja, o seu visual. Desde seu formato de impressão, o papel, a tinta, o tamanho das letras, as manchetes, a presença/ausência de suas imagens, número de páginas, separação

⁷ Sítio oficial do STF online: <http://www.stf.jus.br/>. Recurso Ordinário Criminal N° 1070 - Minas Gerais

das folhas, sua capa, seu corpo documental, sua estruturação e divisão de conteúdos, suas funções e articulações com a sociedade, sua periodicidade, o tempo e o espaço em que se insere o jornal, sua relação com o mercado, os anúncios e publicidade, seu meio de sobrevivência financeira, o seu público e seus objetivos. Devemos notar que há uma variação entre os diversos periódicos resultante do lugar social ocupado por ele. Historicizar a fonte requer levar em consideração a sua produção e o porquê da escolha dentre diversas condições técnicas de produção. Com isso, leva-se em conta as funções sociais do impresso.

Em relação às fontes hemorográficas, percorremos dois caminhos distintos. O jornal *Correio do Triângulo* tem um acervo que podemos encontrar para pesquisa no CEPDOMP. Há dois arquivos públicos que tutelam o a *Folha de Ituiutaba*. O já citado CEPDOMP guarda um acervo do jornal digitalizado, que se encontra esparsos com falta de diversas edições (o Correio do Triângulo encontra-se em situação parecida, quase idêntica). Não houve preocupação anterior de fazer um acervo do jornal na cidade e a coleção do dono da *Folha*, como este relata, foi confiscada pelos militares em 1964 como forma de apagamento de rastros.

Outro acervo encontra-se online no site da *Biblioteca Nacional*, fazendo parte da *Hemeroteca Digital Brasileira*⁸. Existe nele um carimbo do Arquivo Público Mineiro, provavelmente, entidade que o resguardou e doou para a digitalização. Nesse acervo, também se encontram várias edições do Jornal faltando. O que fizemos foi um trabalho de junção entre os dois arquivos, unindo as edições das diferentes coleções, complementando-as em um único acervo. Apesar de termos uma quantidade satisfatória das edições para a pesquisa, não conseguimos completar a coleção dos jornais.

Podemos assegurar que a pesquisa em recolher as fontes foi um longo e árduo trabalho de minúcias, que, aos poucos, foi recolhendo o que se tornou um grande acervo referente à temática. Essa dificuldade baseia-se no fato de a cidade não manter um arquivo público em que se organiza tal documentação, além disso, o CEPDOMP, apesar de fazer um ótimo trabalho com fontes históricas, encontra-se dando seus primeiros passos, pois o centro de documentação conta com poucos anos de existência.

Cabe ao historiador analisar e problematizar essas narrativas. Desse modo, há uma importância em identificar quem é grupo e quem são os sujeitos responsáveis pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos e atentar para os títulos e textos mais

⁸ <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/folha-de-ituiutaba/829838>

pragmáticos. Inquirir, também, sobre a sua relação com os poderes políticos institucionais ou não, bem como seus interesses financeiros. Dessa maneira:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só, já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas [...] os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir (LUCA, 2010, p. 140).

Apesar desse amontoado de documentos, este trabalho intentou fazer a crítica histórica ao organizá-los em uma narrativa lógica, que nos levou ao levantamento de hipóteses. Para isso, mais do que trabalhar individualmente em cada uma dessas fontes, a mais importante tarefa se fez no exercício não só de questioná-las, mas também de cruzar em busca de diferentes informações e de paradoxos. Concordamos com Barcellar (2010), quando nos afirma que é dever do historiador “cruzar as fontes, cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História” (BARCELLAR, 2010, p. 72). Contextualizar os documentos e devolvê-los à sua época é uma função fundamental na escrita da história, pois documento algum é neutro e carrega consigo uma expressão do lugar/pessoa que o produziu. Isso posto, faz-se forçoso desconfiar sempre. Passemos, agora, a uma breve descrição dos capítulos dessa história.

No primeiro capítulo, trazemos uma panorâmica sobre o que era a cidade de Ituiutaba, o lugar em que se insere a população, a situação econômica e a situação política que a cidade vivia durante a década de 1960 e sua relação com o golpe deflagrado no ano de 1964. Assim, iniciaremos contextualizando a situação econômica e social da microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro e da “Capital do Arroz”, nas décadas de 1950-60, apoiando-nos em produções historiográficas que trabalharam sobre o assunto. A seguir, daremos sequência com o exercício de pensarmos as distintas forças políticas institucionais que estavam em disputa no pleito eleitoral na década de 1960, a ascensão do PTB como partido hegemônico, em 1963, e as políticas públicas defendidas pelos diferentes partidos locais (sendo os maiores o PTB, UDN e PSD) e suas ações na região. Por fim, discutiremos o andamento da política local em 1964, marcada por um turbilhão de crise política e econômica e a deposição autoritária no

executivo e no legislativo da cidade. Neste capítulo, além da literatura de apoio, usaremos como fonte as Atas da Câmara Municipal de Ituiutaba, as narrativas orais e outras.

No segundo capítulo, executamos a missão de nos aprofundarmos em dois jornais que correram no Pontal do Triângulo Mineiro durante a década de 1960. Dessa maneira, buscaremos compreender o projeto político nacional e local que cada um desses periódicos defendia e suas relações com o novo modelo de governo instaurado em 1964 e com o anterior. Desse modo, tomamos os dois jornais como fonte e objeto de estudo e pesquisa. Dissecaremos a “Folha de Ituiutaba”, que correu de 1941 até 1964. Ressalta-se que o recorte escolhido de análise serão as edições referentes ao período do fim da vida do jornal (1962-1964) – levando em conta a quantidade do acervo e no recorte eleito –, de modo a refletirmos sobre a representatividade que o jornal tinha durante esse período e o que fez seu editorial levá-lo ao fechamento. Em seguida nos embrenharemos na versão do jornal “Correio do Triângulo”, que circulou pela cidade em 1964. Esse jornal teve produção durante dois momentos distintos: uma em 1959, em outro formato, retornando no ano de 1964 e fechando, novamente, no ano seguinte, para seu grupo editorial fundar um novo periódico: “A Cidade de Ituiutaba”. Pesquisaremos as edições de 1964/65. Esse capítulo se baseia em compreender o posicionamento de cada um desses periódicos e os seus protagonismos dentro da trama histórica. Enquanto fontes, este capítulo se baseou na crítica dos próprios jornais e das fontes orais.

No terceiro e último capítulo, nos dedicaremos a entender a ação formada de uma cooperação civil-militar na cidade de Ituiutaba, a partir da perseguição aos sujeitos que estavam ligados ao Jornal “Folha de Ituiutaba”, de políticos reformistas e outros que foram tachados de “subversivos” pela polícia política. Seguiremos analisando um testemunho escrito por Geraldo Sétimo (redator chefe do “Folha de Ituiutaba”), o qual foi redigido nos primeiros dias de abril de 1964. Nesse texto, Sétimo narra sua visão sobre os acontecimentos na vida tijucana e suas mudanças com o golpe e o contexto do apoio civil na *Marcha da Família com Deus*, que aconteceu na cidade. Examinaremos os documentos e as ações da polícia política, os arquivos crimes e como descreveram os que foram perseguidos, buscando entender quais motivos levaram a tal ação e quais os seus usos. Nesse capítulo, serão usadas como fontes, além da literatura sobre o tema, o testemunho de Geraldo Sétimo, as narrativas orais, documentos DOPS e o processo crime referente ao fechamento da Folha de Ituiutaba.

**1 - FORÇAS POLÍTICAS E GOVERNO AUTORITÁRIO: RELAÇÕES DE PODER
EM ITUIUTABA NA BOCA DO GOLPE DE 1964**

1.1 - Do contexto econômico e a elite política: A “Capital do Arroz”

Quando perguntamos sobre como era a cidade de Ituiutaba durante a década de 1950 e 60, a mais comum resposta dos moradores da cidade a respeito é esta: que era a “Capital do Arroz”. A economia baseada na orizicultura é o pano de fundo dessa trama – mas não o único. O Pontal do Triângulo passava por mudanças drásticas no interior de sua organização como sociedade, principalmente, no que se refere às relações não só entre os trabalhadores e patrões, mas também ao surgimento de novos atores políticos reivindicando novos direitos, o que ocasionou um choque marcado pelos distintos projetos políticos em 1964.

Ituiutaba localiza-se no Brasil Central, em plena vegetação do cerrado e no oeste do estado de Minas Gerais, especificadamente, na mesorregião conhecida como Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Quase na fronteira entre o limite do estado de Goiás, a microrregião em que o município se insere é popularmente conhecida como Pontal do Triângulo Mineiro – ou simplesmente Pontal, como alguns preferem –, na qual, dentre as cidades que constituem a microrregião, Ituiutaba se destaca com relação ao seu tamanho populacional e economia⁹.

Essa cidade mineira está localizada no bioma do cerrado. Longe das capitais, situa-se a 673 km da capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, e a 315 km de Goiânia, capital do estado de Goiás, sendo município vizinho de Uberlândia, com 135 km¹⁰ de distância, a maior cidade do Triângulo Mineiro, muito influente no que diz respeito a sua economia e política. Por questões de tamanho e de influência, a cidade de Ituiutaba é a principal da microrregião do Pontal do Triângulo. A cidade teve diversos nomes ao longo da sua ocupação desde o século XIX, chegando ao nome de “Ituiutaba” em 1915.

A cidade passou por diversas modificações durante as décadas de 1950/1960 devido à guinada socioeconômica proporcionada pelo desenvolvimento da produção da rizicultura, que se expandiu pelo campo e industrializou a cidade. A economia da produção de arroz, que teve seu auge nesse período, representou mudanças no cenário urbano e rural, principalmente, com a implantação da rodovia BR-153, em meados dos anos de 1960, que alavancou o escoamento da produção de arroz e outros produtos para os estados vizinhos de Goiás, São Paulo e Distrito Federal. Dessa maneira, a cidade se projetou nacionalmente como um centro de produção agrícola.

⁹ Algumas das cidades vizinhas que comportam a microrregião até meados da segunda metade do século XX eram distritos pertencentes ao município de Ituiutaba, sendo que, até o ano de 1963, foram emancipadas as cidades de Gurinhatã, Ipiaçu, Capinópolis e Cachoeira Dourada.

¹⁰ Informações consultadas via GoogleMaps em 18/10/2016.

Como a microrregião viveu um avanço da sua produção rural nesse início da segunda metade do século XX, a cidade passou a se auto intitular a “Capital do Arroz”, como afirma Mateus (2013). Segundo o autor, esse foi um:

[...] período instigante para o município de Ituiutaba, que vivia um forte crescimento econômico, atrelado a um processo de êxodo rural, à urbanização e ao ascendente incremento das relações entre a oricultura e a indústria de beneficiamento desse produto, que contava, basicamente, com as “máquinas de arroz”, instaladas em número considerável para uma cidade interiorana (MATEUS, 2013, p. 9).

As dinâmicas locais, como o solo fértil e favorável para a produção de diversos tipos de grãos, coligadas com políticas públicas e econômicas, como a adoção de preços mínimos subsidiados, empréstimos facilitados, sistemas de créditos disponíveis em instituições bancárias (sobretudo, do Banco do Brasil) e estímulo ao incremento de técnicas para a produção agrícola influenciaram o estabelecimento desse processo na microrregião:

Além da fertilidade dos solos, clima, relevo e água em abundância, a posição geográfica do cerrado é conveniente ao escoamento para os grandes centros localizados nas regiões do centro-sul e centro-oeste do país. Trata-se, portanto, de um cenário adequado à oricultura, que contribuiu para que o arroz se qualificasse como o produto principal desta região, destacando-a em níveis nacionais, principalmente entre as décadas de 1950 e 1960 (MATEUS, 2013, p. 11).

A elite econômica tijucana se afirmava como uma grande produtora do arroz, porém, não era somente essa a produção de movimento na economia da microrregião. Era sustentada, também, em menor grau, pela criação de rebanhos bovinos e suíños. Com isso, ganhou uma sessão na *Revista da Associação Comercial*, escrita pelo funcionário do IBGE e jornalista local Geraldo Sétimo Moreira (sujeito de que falaremos muito à frente deste trabalho) em 1953, o qual, em uma visão ufanista e otimista sobre o momento vivido, menciona os principais produtos industriais produzidos no município, sendo eles: arroz beneficiado, manteiga, charque, óleo de caroço de algodão, algodão beneficiados, óleos industriais, arreios, calçados, telhas, tijolos e outros. Em relação à produção rural, havia – além do já citado arroz – milho, algodão, feijão, gergelim, abacaxi, amendoim, cana de açúcar, banana, manga, laranja e leite (MOREIRA, 25/08/1953). Como nos afirma José Arantes de Oliveira em depoimento, a economia local nesse momento era:

Exclusivamente, pecuária e agricultura do arroz, não tinha indústria e comércio.... mais era pecuária e agricultura. E não pecuária leiteira era pecuária mais de corte, naquela época, não tinha laticínio, pra comprar leite num tinha nada. Os fazendeiros, fazendeirinhos, naquela época, fazia queijo pra vender e era a agricultura, a Lavoura (ARANTES, 2015).

A cidade passou por uma modernização na produção rural. Se antes a produção era voltada para um mercado interno e de baixa tecnologia, passou, a partir de então, a exportar o novo produto, dentro de um projeto de expansão de novas fronteiras agrícolas em direção ao oeste do país. O novo modelo agrícola se baseou no crédito subsidiado, insumos industrializados e mecanização, diminuindo o espaço do pequeno produtor, meeiro e posseiros na região.

O sistema de subsídios e empréstimos estatais favorecia intensamente os grandes e médios produtores, entre os quais, envolvidos com a comercialização e transformação do produto, muitos eram, também, donos das chamadas “máquinas de beneficiamento” instaladas no perímetro urbano. Houve, nesse momento, uma monopolização do setor, que passou a ser atrelado ao sistema financeiro, criando uma dependência das políticas de créditos (MATEUS, 2013, p. 50).

Junto com o projeto de desenvolvimento e modernização da produção rural, o perímetro urbano se desenvolve, pois, além da criação de fábricas e galpões para abrigar e balancear o arroz e outros produtos da agroindústria, criaram-se hospitais, escolas e farmácias. O desenvolvimento do meio urbano esteve atrelado às potencialidades da produção agrícola, como suporte e especialização do meio rural. Ainda na cidade, concentrava-se um comércio ligado à produção rural, mas também com base em vendas de varejo, bares e outras lojas:

Então é...tinha loja demais na época, e não tinha indústrias a não ser máquinas de arroz, tinha muita máquina de arroz, que falavam que aqui era “capital do arroz”. O que mais tinha em Ituiutaba era máquina de arroz e lojas e emprego praticamente fora disso praticamente não tinha... e zona rural. E agora máquinas de arroz. E escritório trabalhava pouca gente na época né (ARANTES, 2012).

A produção do arroz era dispendiosa e requeria cuidados especiais de cultivo. Havia a necessidade de muita gente para a colheita e para manejá-lo produto até os pontos de armazenamento. Entra nesse contexto a migração em massa de trabalhadores, especialmente, de nordestinos que se locomoviam para o trabalho no campo na microrregião. Surge, também dentro desse contexto, o agravamento de problemas de infraestrutura, relacionados à falta de planejamento urbano e social, falta de saneamento básico e distribuição de energia elétrica na cidade, além do aumento do desemprego e a precarização do nível de vida. Como a cultura do arroz e de outros grãos foi incentivada crescentemente no Pontal, esse desenvolvimento foi atrelado à industrialização dentro de um projeto de modernização, no qual os problemas sociais, trabalhistas e urbanísticos foram marginalizados e jogados para um segundo plano.

Ainda no artigo escrito por Sétimo, é mencionado o crescimento populacional que a cidade sentiu na passagem da metade do século, baseando-se no modelo censitário do IBGE, que contribuiu para a pesquisa. Isso posto, o jornalista afirma que:

De acordo com os resultados censitários dos anos de 1940 e 1950, Ituiutaba teve sua população elevada para mais de 17.188 habitantes, ou sejam 36.052 no primeiro exercício e 53.240 no segundo, representando um acréscimo considerável de quase 50% (SÉTIMO, 25/08/1953, p. 54).

Isso incluiu a população rural e urbana da cidade, uma vez que, se separarmos ainda dentro desses dados, a população que vivia no meio urbano era de 8.334 habitantes. Uma década depois, no início dos anos de 1960, a população geral do município, incluindo campo e cidade, passaria para 70.992¹¹.

No apogeu tijucano da produção de arroz, iniciou-se uma desenfreada migração de nordestinos, que deixaram suas terras natais em troca de um futuro de oportunidades e trabalho, lutando contra a miséria e buscando melhores condições de vidas que a propaganda sobre a região oferecia. Como nos afirma o então jornalista Ercílio Domingues:

Foi no início do surto da agricultura, é, na região, começaram a vir para cá, os nordestinos e isso aqui, para eles que vinham de um sofrimento intenso, dado à seca até da falta de agricultura na sua região, é para eles isso aqui era um verdadeiro paraíso (SILVA, 1995).

Surge aí o agenciador de mão de obra, que faz o intermédio com os fazendeiros e arrendatários da região, desse modo, a vida entre os ituiutabanos e nordestinos começa a ter uma relação de diálogo, estranhamento e de encontro de culturas diferentes, como bem registrou Silva (1997), em um trabalho sobre memória e o esquecimento:

Nas décadas de 1950 e 60, os trabalhadores nordestinos chegaram em massa, à procura das novas e promissoras oportunidades que haviam sido anunciadas. Espalharam-se por essa vasta região trazendo seu modo de vida sua linguagem, estabelecendo diferenças, que deram origem a interpretações variadas, gerando explicações, conceitos e preconceitos. De um lado os nordestinos que chegavam, observavam e eram observados, de outro, os mineiros. Criou-se uma imagem.

O nordestino, com o seu jeito de ser e de viver, foi recebido pelo mineiro com respeito e uma dose de desconfiança. A incompreensão quanto às diferenças culturais, transformou-as em barreiras erguidas pelo preconceito. Conceitos errôneos eram formulados e disseminados de boca em boca por toda a região, formando opinião sobre o outro, que era mantido à distância. Esses conceitos nortearam, por muito tempo, as relações entre mineiros e nordestinos (SILVA, 1997, p. 8).

¹¹ Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1960.

Trazidos pelos agenciadores (que também eram chamados de “gatos” em razão da sua esperteza no negócio) nos famosos carros de “pau de arara¹²”, esses trabalhadores foram altamente explorados em relação ao trabalho que exerceram nas lavouras locais. A economia local, antes baseada quase¹³ exclusivamente na pecuária, não contava com mão de obra qualificada para a nova produção de grãos. Investiram, acentuadamente, em propaganda em rádios, jornais e principalmente do “boca a boca” sobre a situação de prosperidade em que Ituiutaba se encontrava e o que a cidade daria aos novos moradores, tendo como alvo as regiões mais pobres de Minas Gerais (como vale do Jequitinhonha) e do nordeste brasileiro – especialmente o estado do Rio Grande do Norte. A propaganda de alarde sobre a riqueza das produções rurais locais funcionou e, em uma região que não dispunha de trabalhadores para essa atividade, migrantes nordestinos chegavam constantemente durante as décadas de 1950 e 60. Na visão de José Arantes:

[...] tinha muito nordestino que viam na época pra cá também... que fazia muito movimento no comércio porque tinha muita lavoura naquela época, o mais importante não era a pecuária que tinha...era a lavoura, por causa que tinha muita máquina de arroz e os nordestinos vinham de pau-de-arara né, caminhão e levava para o hotel São Pedro e lá iam os fazendeiros... igual compra escravo, na época da escravidão sabe... mais ou menos aquilo. Chegava, vamos supor, vinte nordestinos no pau-de-arara ai o fazendeiro pagava pro caminhoneiro, o motorista trazia e levava-os pra fazenda pra trabalhar, pra paga a despesa e o nordestino naquela época quase morria de fome no nordeste aí vinha todo mundo pra cá, aí tinha muito fazendeiro sem consciência que aproveitava muito dos nordestinos, trabalhava às vezes um ano na fazenda e praticamente não recebia nada, outros já tinha mais consciência (ARANTES, 2012).

Muitos desses migrantes se decepcionavam com a situação, notadamente no que se referia ao salário, pois, quase sempre, a promessa dos “gatos” não se cumpria. A grande maioria desses negociadores eram também nordestinos e agenciavam trabalhadores em suas terras natais e redondezas, de tal maneira que boa parte desses migrantes eram conterrâneos dos gatos, trazidos por “encomenda” dos fazendeiros. No primeiro momento, esses trabalhadores eram encaminhados às pensões, que se encontravam na cidade; posteriormente, acabavam sendo, na verdade, “vendidos” como mãos de obra, pois não escolhiam o lugar que iriam trabalhar e muito menos quem seria seu novo patrão. Esses trabalhadores, não raro, ficavam presos ao trabalho, particularmente por endividamento em relação ao transporte e à

¹² Nome popular dado a uma forma de “transporte” irregular, na qual um caminhão improvisado com uma lona e bancos de madeira se torna um substituto do transporte feito por ônibus convencionais. As tábuas de madeira servem de acento dos passageiros enquanto a lona tem serventia de quebrar a ação de intempéries. Esse modo de transporte não oferece as mínimas condições de segurança e conforto, como é proposto pelo Código de Trânsito Brasileiro. Em vista de sua periculosidade, essas viagens configuram condições desumanas de tratamento a que eram submetidas as pessoas que viajavam nesses caminhões.

¹³ Durante a metade da década de 1930, tivemos na região uma forte migração devido à extração de minérios, configurando um trabalho local de garimpo.

alimentação, pois muitos vieram para a região somente com a roupa do corpo e, às vezes, até sem documentos, devendo o dinheiro da passagem e sem ter como pagá-lo.

Após a contratação para o trabalho, os trabalhadores recebiam uma quantia diária em que, em geral, eram descontadas a alimentação e a moradia (muitos eram alojados em barracões que eram chamados de “Chatão”)¹⁴.

Muito frequente também era o sistema de trabalho de “meia”, pelo qual alguns desses migrantes recebiam uma gleba de terra para poder plantar – no caso, eles entravam com o trabalho enquanto o patrão sustentava com o preparo da terra e o patrocínio financeiro.

Ao passo que alguns poucos se tornaram arrendatários de terras, até adquirindo pequenas propriedades, a grande maioria desses trabalhadores migrantes, com a estagnação e a posterior decadência da produção da lavoura no início da década de 1970, transferiram-se para a periferia da cidade, ocupando-se em subempregos como pedreiros, serventes, boias-frias, chapas, carroceiros, vigias, empregadas domésticas, entre outros. No censo de 1970 consta que dos 64.234 habitantes que havia na cidade (população que diminuiu em face da emancipação de distritos), apenas 17.429 estavam vivendo no meio rural.

A rizicultura no ponal do triângulo Mineiro teve seu fim a partir do início da década de 1970. O Arroz de sequeiro, dentro de seu ciclo, tem uma determinada validade de produção, esgotando os nutrientes do solo. É comum que logo após esse esgotamento, os proprietários mudem de cultura de solo, passando da agricultura para a pecuária de corte, como aconteceu no início da década de 1970 no Ponal do Triângulo¹⁵, assim diminuindo a mão-de-obra para o trabalho e tomando as terras que estavam nas mãos dos meeiros. É provável que, nesse esquema de produção, esses trabalhadores e suas famílias foram expulsos das terras que produziam, vendo-se obrigados a se estabelecerem na cidade. Como nos afirma Martins (1996), nesse momento, quando “não integrados no mercado de trabalho, os camponeses eram e são expulsos de suas terras e empurrados para “fora” da fronteira econômica ou para “dentro” como assalariados sazonais” (MARTINS, 1996, p. 41). Acima de

¹⁴ Não podemos apenas tratar o trabalhador migrante como passivo nessa conjuntura. Nesse contexto de exploração, há relatos tanto de resistência como de trabalhadores que fugiram das fazendas em que eram encaminhados e seguiram suas vidas com outros tipos de trabalho, além outros relatos sobre patrões que tratavam “bem” seus empregados, proporcionando condições de ascensão financeira e social, pagando salários justos e dignos aos trabalhadores.

¹⁵ Segundo Muniz (2014), essa desarticulação da plantação de arroz no Ponal iniciou-se na metade da década de 1970, findando-se no início da década de 1980, com a formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que desmonta a produção especializada por município ou regiões, propondo ocupar o cerrado e tornar as terras produtivas para grãos e pecuária extensiva para exportação. Introduziu-se aí, além do gado de corte, soja, cana-de-açúcar e café.

tudo, a fronteira é o lugar do conflito social, de alteridade e do embate, neste caso, o conflito é entre os que têm a terra – o proprietário – e os que não têm – o trabalhador/meeiro.

Como nos afirma Mateus (2013), o codinome “Capital do Arroz”, muito bem aceito e autoglificando pela sociedade tijucana, serviu para mascarar graves problemas sociais desenvolvidos junto com a economia da época, desde trabalho semiescravo nas lavouras do Pontal do Triângulo Mineiro, marcado pela exploração de mão de obra de migrantes nordestinos no campo e nas máquinas de arroz e grãos em jornadas extensas e insalubres com salários irrisórios, traficados ilegalmente de suas regiões, até problemas de agravamento da infraestrutura, sobretudo por falta de planejamento urbano e político da cidade.

Em um contexto nacional, podemos asseverar que:

Se até 1940 cerca de 70% dela (a população) se encontrava na área rural e 30% na área urbana, em um curto espaço de quatro décadas essa proporção se inverteu, passando a ser de cerca de 30% na área rural e 70% na urbana. Esse êxodo produziu um dramático inchamento nas periferias das cidades e o crescimento de favelas. Esta, que já era motivo de preocupação desde pelo menos o início do século XX [...] (GRYNSZPAN, 2006, p. 57).

Durante a década de 1950/60, o que passou a ser identificado como a grande origem dos problemas do campo e, consequentemente, da nação, foi a grande propriedade rural, que conhecemos como “latifúndio”. Esse termo, muito mais que uma grande extensão de terra, designa um sistema de dominação com base na força dos grandes proprietários de terra, que exercem poderes com recursos de controle sobre aqueles que dependem das suas terras, criando uma rede de sociabilidade. O trabalhador do campo estava sujeito ao latifúndio e ao seu proprietário, preso por uma série de obrigações e dívidas.

A partir da década de 1940, radicalizando-se durante o início da década de 1960, surge, na sociedade brasileira, a tese de que era preciso promover mudança no meio rural brasileiro. Os trabalhadores rurais se afirmaram, nesse momento, como grandes atores no debate político brasileiro no que se refere à luta pela terra. Nesse contexto, surgem diversas organizações camponesas, reivindicando seu espaço pela terra – como sindicatos de trabalhadores rurais, ligas camponesas e associações. Em nível nacional, temos, a princípio, as ligas camponesas e associações de lavradores, consolidando o espaço do campesinato no espaço político.

Segundo Barbosa (2015), no fim da década de 1940, despontam em Ituiutaba e em toda a região vizinha ligas e associações de trabalhadores rurais, que trazem em suas aspirações políticas reivindicações sobre a questão agrária. Grande parte dos conflitos em torno da propriedade rural no Pontal do Triângulo estavam vinculados à relação do pequeno

produtor (que, na maioria das vezes, não era proprietário da terra e, sim, um meeiro ou arrendatário) com o dono da propriedade. Tal situação chegou a ponto de, na região de Capinópolis, no início da década de 1950, uma extensa propriedade rural ter sido ocupado por um grupo de famílias arrendatárias, sendo que a reintegração de posse foi feita pela polícia local, demonstrando uma clara radicalização do conflito.

Nesse contexto, constituiu-se uma peculiar elite política tijucana, na qual muitos desses políticos eram ligados a diferentes projetos políticos conectados não somente a questões do município, mas, de certa forma, ao trabalho no campo, às indústrias e a seus interesses.

Nesse meio, havia comerciantes, jornalistas, sindicalistas, grandes e pequenos produtores rurais, proprietários de indústrias, funcionários públicos, além de trabalhadores liberais que integravam a disputavam do poder em Ituiutaba. Com isso, chegou-se aos fins da década de 1950 com três partidos maiores, com distintos projetos, que disputavam a hegemonia das políticas institucionais na cidade: A União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). Tínhamos, ainda, com menor força, o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Republicano (PR). A situação desses partidos assemelhava-se ao âmbito nacional, no qual esses três primeiros partidos eram os mais fortes, tanto no senado como no congresso. Como nos afirma Samir Tannús, que, na época, era filiado ao PSD, "Ituiutaba tinha três... havia muitos partidos políticos na época mais os três partidos mais importantes, pela ordem nessa época já era o PTB – o maior - o segundo era a UDN e o terceiro era o PSD, no qual eu participava" (TANNUS, 2015).

Como também nos afirma Cícero de Barros Junior, sobrinho do petebista, e na época deputado estadual, Daniel de Freitas Barros: "Os partidos fortes da época eram a UDN, o PSD e o PTB que era os três partidos fortes e tinha o PR, PSP" (BARROS, 2013). Ou, ainda. José Arantes de Oliveira, que se afiliou ao PTB e venceu nas eleições de 1962 como vereador:

E na cidade já passou a ser liderança política né, lá era líder ruralista, aqui, era líder político era o Seu Nicota, José Arsenio de Paula(PTB), Seu "Nicota" é Antônio de Souza Martins (PSD) foi prefeito de Ituiutaba. Parece que duas vezes... David Ribeiro de Gouveia (UDN), que era uma liderança muito importante na época [...] eu lembrei de um líder ruralista muito importante na minha época também, lembrei agora, que passou despercebido, o Napoleão Faissol(PSD), sogro do Samir Tannús, um dos homens mais importantes de Ituiutaba e região, porque ele ajudava muito Ituiutaba... ia pra Belo Horizonte fala com governador era um dos primeiros a ir, era um homem muito importante e muito trabalhador e ajudou muito Ituiutaba (ARANTES, 2012).

Há, ainda, o seguinte depoimento: “O PSD tinha um, que era o Camilo Chaves, ele era o dono do PSD... É o Camilinho, pai do Públío” (CHAVES FAISSOL, 2012). É o que nos informa Carmem Chaves Faissol, que, apesar de ter sido criada dentro de uma família de udenistas, casou-se com um filho de um pessedista e era sobrinha de um petebista. Todos políticos influentes na cidade:

[...] a minha lembrança é através do círculo familiar, porque havia três partidos políticos né, que eu lembro o PSD, a UDN e o PTB e eu convivi com todos esses três grupos, é... o meu avô era PSD e o pai do Afonso também, o meu tio que eu morava com ele era UDN e o meu tio Daniel, que foi deputado, era PTB (CHAVES FAISSOL, 2012).

Muitos desses partidos tinham à sua frente chefes de família que consigo levavam seus filhos, irmãos e outros parentes para dentro do partido, configurando, quase sempre, grupos familiares ligados à elite econômica da cidade dentro dos determinados partidos. Com isso, às vezes, casavam-se membros de um partido com os de outros, dessa forma, mantinham o poder dentro de uma mesma elite política. Outra sigla da cidade que também disputava as eleições, com força menor e com menos filiações locais, era o PSP, que tinha, em sua linha de frente, Omar Diniz¹⁶, que havia sido prefeito da cidade nos fins da década de 1940. Como nos afirma Fued Dib, que na época um dos principais nomes do diretório local do PSD:

Não é, é, é antes da ditadura aqui existia o PSP de Ademar de Barros, que era liderado pelo Dr. Omar, e existia o PSD, que era liderado pelo senhor Antônio de Souza Martins, o “Nicota”, Napoleão Faissol e outros companheiros nossos, tinha a UDN, União Democrática Nacional, que era oposição ao governo de Juscelino Kubichek e liderada pelo Dr. David Gouvêa, José de Andrade e outras pessoas (DIB, 2009).

Ou, ainda, como cita Afonso Faissol, filho de Napoleão Faissol, uma das lideranças do PSD local: “E tinha o PSP que era do Ademar de Barros, que aqui era representado pelo doutor Omar Diniz, o Doutor Omar era mais ou menos independente, não se coligava com ninguém não, coisa só dele mesmo” (FAISSOL, 2012).

Quando perguntamos sobre quem eram as pessoas que compunham os partidos no momento, aparece, sempre, nas suas falas, os nomes dos líderes dos partidos na cidade: Napoleão Faissol, Camilo Chaves, David Gouveia Franco, José Arcênio de Paula, Daniel de Freitas Barros, Antônio de Souza Martins (Seu Nicota) e Omar Oliveira Diniz¹⁷.

¹⁶ Antes de se filiar ao PSP, no início da década de 1950, Omar Diniz integrava o Partido Republicano (PR). Após a desvinculação, o PR continuou a existir na cidade, porém, aos poucos, foi desaparecendo nos documentos que se referem às políticas institucionais de Ituiutaba.

¹⁷ Os tijucanos Daniel de Barros e Omar Diniz conseguiram, nesse mesmo período, se eleger como deputados federais.

O partido é o lugar onde se opera a mediação política, onde há relação e distância entre o domínio do concreto e o discurso, que traz consigo a expressão de ideias e de linguagem. Pois,

É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações (BERSTEIN, 2014, p. 61).

Com o fim da ditadura Vargas em 1945, com o esgotamento dos modelos autoritários de governo em decorrência do fim da Segunda Grande Guerra e com a vitória de países comprometidos, pelo menos formalmente, com a democracia, aconteceu no Brasil uma abertura política pela qual foram convocadas novas eleições para presidente e representantes de uma assembleia constituinte a partir desse mesmo ano. De imediato, iniciou-se uma nova organização partidária, com o olhar para o pleito eleitoral, dando origem a partidos efetivamente nacionais pela primeira vez na república (MOTTA, 2008).

Nesse contexto, o ex-ditador Getúlio Vargas deixou sua marca em dois dos principais partidos – o PSD e o PTB –, o que tornou possível sua volta ao poder em 1950, dando ênfase a um novo modelo que se distinguisse da ditadura e que durou até 1945, conhecido como Trabalhismo. Modelo esse que demonstrava preocupação com interesses da classe trabalhadora, sobremaneira em torno da legislação trabalhista, levando isso para o discurso e para a propaganda política de seu novo governo.

O PTB se configurou como o partido mais getulista, que defendia o legado e a herança do ex-chefe de Estado, apoiando-se em uma política de continuidade de reivindicação política dos trabalhadores e tendo Vargas como a grande inspiração. Dentro de sua origem, havia, basicamente, políticos ligados ao ministério do trabalho do governo Vargas e sindicalistas. O partido, em seus 19 anos de existência, viveu um paradoxo, no qual ao mesmo tempo em que reclama a herança o ex-ditador, paulatinamente se desvinculava de sua imagem, adotando um projeto reformista e se afirmando em torno das Reformas de Base, que seriam o carro chefe da gestão do presidente João Goulart (DELGADO, 1989).

Ao mesmo tempo em que Vargas se aproximava da classe trabalhadora, os movimentos mais conservadores se distanciavam e criticavam o ex-ditador. Desse modo, um dos principais partidos criados a partir de então afirmou-se no cenário com uma proposta antigelulista. A UDN, o partido da “eterna vigilância”, combatia os ideais e o legado do líder do Estado Novo, manifestando-se contra o regime e seus sucessores políticos. Defendendo questões doutrinárias liberais, a UDN criticava o excesso de intervenção do Estado na

economia, posicionando-se a favor da abertura ao capital estrangeiro e se mostrando contra a corrupção como uma imagem mais moral, o que, nem sempre, era verdade dentro do próprio partido. Para compreendermos o papel udenista, é importante percebermos sua identificação com questões como o liberalismo, moralismo e o elitismo. A UDN era um partido conservador, contra o voto de analfabetos, contra reivindicações trabalhistas urbanas e rurais – trata-se da “eterna vigilância”, contra a subversão e ameaça aos interesses dos proprietários rurais ou de “proletarização da classe média” (BENEVIDES, 1981).

Outro partido de grande força que se formou foi o PSD, também de orientação conservadora e ligado à classe média e aos grupos econômicos dominantes (mas não tão reacionário quanto a UDN), evitava tomar posições doutrinárias rígidas, e era também ligado ao getulismo devido à sua formação, que contou com intelectuais nomeados por Vargas no final do Estado Novo. Com um caráter pragmático, o partido estava mais ligado ao mundo rural e ao interior, e a regra básica do pessedismo era conciliação e moderação – um partido em que conviviam líderes tradicionais, atentos a bases do interior e reformistas emergentes voltados ao eleitorado urbano – as raposas e as alas moças (HIPPOLITO, 2012). O PSD, em aliança com o PTB, ganhou três eleições para presidente entre 1945 até 1955.

No quesito nacional, além desses três partidos, havia outros de menor influência no período 1945-64. Como exemplo, o PSP, que tinha a frente o carismático líder Adhemar de Barros, que havia rompido com Vargas no início da década de 1940, mas ainda trazia consigo heranças, mormente do populismo. O partido ganhou um forte eleitorado, sobretudo em São Paulo, onde Barros exercia grande influência.

Uma das principais diferenças entre a UDN e o PSD, além do getulismo, era seu caráter. De certa forma, a UDN estava ligada mais à elite urbana e empresarial, diferente da PSD, que se concentrava no âmbito rural e era bem mais maleável para fazer barganhas políticas, ora se aliando ao PTB e, em outros momentos, rompendo as alianças, como no caso do apoio no congresso às reformas de base, em que se afastou aos poucos dos Trabalhistas em março de 1962, devido a sua aproximação com a esquerda. Como nos afirma Benevides (1981):

[...] a principal diferença que existia entre PSD e UDN deriva das posturas tradicionalmente anti-estadista da UDN (nos moldes do liberalismo clássico) e favorável ao capital estrangeiro, enquanto que o PSD, numa linha mais “progressista”, admitia, ao mesmo tempo e com igual ênfase a intervenção estatal e o capital estrangeiro (BENEVIDES, 1981, p. 280).

Em nível nacional, o PSD e o PTB fizeram aliança, esboçada por Osvaldo Aranha e Tancredo Neves, depois da morte de Vargas (1954) - a chamada “dobradinha”, em nome da estabilidade política da república. Esse pacto elegeu o Juscelino Kubitschek como presidente da república em 1955, e também elegeu Jânio Quadros e João Goulart como vice em 1960 (NAPOLITANO, 2014).

A aproximação do PTB com o PCB e as insistências de aplicação das reformas de base fizeram com que, gradualmente, os petebistas se distanciassem do PSD. Na mesma medida em que se afastava do PTB, o PSD passou a se aliar com os opositores da UDN dentro do congresso nacional (DELGADO, 1989).

Diferente das composições de alianças políticas, em nível nacional, em Ituiutaba, o PSD e UDN se alinharam contra o PTB durante a década de 1950. E se em nível nacional a UDN representava mais os interesses da burguesia urbana, no Pontal do Triângulo, a UDN também estava ligada às elites rurais. Durante os dois pleitos municipais para legislativo e executivo da década, a aliança entre os dois partidos rendeu frutos contra a oposição (formadas pelos trabalhistas), elegendo os prefeitos em 1954 e depois em 1958 – primeiro, o Antônio de Souza Martins, o “Seu Nicota”, do PSD; depois, o Udenista David Gouveia Franco.

Nas eleições tijucanas no ano de 1962, de maneira diferente da década anterior, o PSD e a UDN não fizeram alianças e lançaram, cada um, seus pretendentes a prefeito, mas nenhum deles sairia vitorioso. Era a vez do PTB.

1.2 - “Ou vai ou o rabo arranca”: Ascensão do PTB tijucano e sua curta administração municipal.

Depois de mais de uma década de tentativas, o PTB local, finalmente, nas eleições de 1962, elege um líder no poder executivo. Não somente esse cargo, o partido conseguiu também maioria na Câmara municipal e conquistou, além disso, o cargo de vice-prefeito, uma vez que as eleições de prefeito e vice, diferente de como acontece hoje, eram feitas separadamente, nas quais havia a oportunidade de eleger um prefeito de um partido e o vice de outro. Como nos aponta José Arantes, “antes dele era PSD e UDN. Ou ganhava PSD ou ganhava UDN. José Arsénio era oposição, PTB era a oposição e ganhou a eleição” (ARANTES, 2015).

O diretório local do PTB foi fundado na cidade no ano de 1949. Surgiu da necessidade de agregar reivindicações dos trabalhadores locais, principalmente no que se refere ao direito da terra, dentro de uma nova realidade social e econômica que começa a se desenvolver na cidade. Ao início, o grupo político contava com duas frentes em sua fundação: uma de trabalhadores que já estavam previamente se organizando antes da fundação do partido e outra de uma crescente burguesia urbana em ascensão.

Esta remodelagem, que visava inserir socialmente os trabalhadores rurais e urbanos, agora em maior escala na região devido à nova sistemática econômica, não se deu de forma pacífica, muito pelo contrário, ela representou o gatilho para uma crise social na qual a consolidação do diretório municipal do Partido Trabalhista Brasileiro estabeleceria uma relação intrínseca [...], seria esta crise fator crucial para que o discurso petebista no município se tornasse fecundo e se apresentasse como uma resposta satisfatória capaz de justificar sua ascensão eleitoral (BARBOSA, 2015, p. 38).

A implantação da rizicultura trouxe consigo novos problemas e novas crises no espaço do trabalho local, pois conforme a economia se modificava, despontavam novos atores políticos. Esses novos problemas foram cruciais na efetivação de novo discurso político em que o PTB do Pontal se embasaria. Conforme alimentava a produção do arroz no campo, a cidade passou por um processo de industrialização, instalando galpões de máquinas para o beneficiamento de arroz e milho.

Durante a década de 1950, o fazendeiro José Arcênio de Paula, que, ao início de sua vida política local, aparece de forma tímida dentro do diretório do PTB local, começou a ganhar força e popularidade na cidade, principalmente em torno da imagem que o fazendeiro começou a criar junto a seus companheiros de legenda, como Rodolfo Leite de Oliveira e Daniel Freitas de Barros. Dentro dessas movimentações, o partido, em um quesito local, passa a entrar em contato com uma elite urbana local, formada por trabalhadores liberais como dentistas, advogados, comerciantes e funcionários públicos, grupo esse que se torna hegemônico dentro do diretório local na metade da década de 1950¹⁸, caracterizando-se como um partido de elite urbana, fruto de uma nova classe média da recente urbanização. Isso não quer dizer que o partido deixou de lado a luta pelos direitos trabalhistas, como veremos nas análises das atas da câmara municipal da cidade. O PTB nacionalmente se instrumentalizou por meio do trabalhismo oficial (de cunho assistencial e preso a ordem legal em vigor), apresentando, desde seu início, um forte vínculo com sindicalismo também oficial, agindo, ao fim de seu percurso, com fortes potencialidades de política reformista (DELGADO, 1989).

¹⁸ O partido contava não só com comerciantes e trabalhadores liberais, mas também com latifundiários, como o caso de José Arsênio de Paula, e donos de indústria, como o caso de Germano Laterza.

Como já afirmado, o PTB em Ituiutaba teve, até o ano de 1962, um tom oposicionista dentro do legislativo da cidade, marcado pelas perdas eleitorais para as alianças formadas entre a UDN e o PSD. Passamos, agora, a discorrer um pouco sobre esses outros dois grandes partidos (no sentido de atuações locais).

A UDN se configurou como a maior inimiga local do PTB. Apesar de se firmar no cenário nacional como um partido ligado às elites urbanas, localmente, a UDN tinha um forte apelo representativo não só dos industriais, mas também dos proprietários rurais, mesmo porque muitos dos filiados à legenda eram membros da Associação Rural de Ituiutaba – junto com alguns membros do PSD. Contudo, sua formação local contava não só com latifundiários, mas também de trabalhadores liberais, professores, médicos, donos de indústrias e até funcionários públicos, além de pelo menos um desses ser chefe de associação de trabalhadores¹⁹. Apesar disso trazia, em seu bojo, a defesa de privilégios da elite econômica do município, seja nos interesses do campo, como também nos interesses urbanos e da produção industrial.

O outro partido da cidade, o PSD, apesar de muito parecido com UDN, tinha como catalizador um ideário que defendia mais os interesses agrários que urbanos. Muitos de seus representantes eram velhos conhecidos da parte agrária da cidade, famílias tradicionais, possuidoras de grandes propriedades rurais, desde a primeira república, com seus herdeiros como o Antônio Souza Martins, Camilo Chaves, Napoleão Faissol, entre outros. Porém, o partido também agregava comerciantes, arquitetos, líderes de associações de trabalhadores, entre outros, que eram mais voltados para políticas urbanas e, até certo ponto, reformistas e nacionalistas, que adquiriam um tom político mais progressista²⁰. Ao fim das contas, a formação profissional dos sujeitos dos partidos era um pouco parecida – de fazendeiros até trabalhadores liberais –, o que os diferenciaria eram, de fato, os interesses que cada um defenderia dentro no poder tijucano.

As eleições em 1962 na cidade marcaram a memória dos tijucanos, principalmente pelos comícios que movimentaram a cidade na época eleitoral. A propaganda política local era anunciada de diversas maneiras, mas a lembrança dos tijucanos remente aos comícios:

[...] naquela época, tinha o código eleitoral, tinha regulamento também, só que a campanha era o seguinte, era o tal do comício, era importantíssimo o comício, se ia

¹⁹ Podemos citar o exemplo de Cristóvão José de Ribamar Nunes, que havia fundado, em 1961, a Associação Recreativa dos Nordestinos.

²⁰ Como o exemplo de Samir Tannús, que, quando ingressou no PSD, era dono de Bar no centro da cidade e motorista de caminhão. Foi presidente da Associação de Motoristas de Ituiutaba e também da Associação dos Aviadores de Ituiutaba.

pra uma praça pública fazia um comício e ali juntava todos os da equipe do partido e o pessoal que ajudava, cabos eleitorais e convocava a população de rádio e de tudo e a população descia praças públicas (BARROS, 2013).

Ou, como nos afirma Fued Dib:

[...] então se fazia um comício, reunia-se o povo para guiar bem a política né, e para atrair o povo costumava-se muito trazer artistas né, duplas caipiras, artistas para animar o povo e atrair a atenção das pessoas. E as disputas eram acirradas, a eleição era comum, o voto era no papel, ou você tinha que levar a cédula do seu candidato com o nome dele, o partido (DIB, 2009).

José Arantes de Oliveira se lembra de uma forma saudosa de como foram as eleições durante o período, enfatizando, quase de maneira heroica, a campanha eleitoral que levou à vitória não somente José Arcênio como prefeito, assim como também o próprio José Arantes como vereador, entre outros petebistas locais:

Em 62, o José Arcênio deu maior show de votos em Ituiutaba, ele foi muito bem votado, inclusive ele teve um *slogan*, ele não era assim um orador, mais era um homem que quando ele subia no palanque, e naquela época não tinha, não era radiado, televisão muito menos, ninguém tinha televisão né. E o comício naquela época era uma festa. Tinha comício que amanhecia o dia. E o Zé Arcênio, na hora, perdeu o argumento pra falá, e falou assim “*ou vai ou o rabo arranca*” ai ficou o slogan dele, e isso ai pegou na cidade toda e ele estourou a votação dele e então ganhou a eleição estourado (ARANTES, 2015).

De fato, José Arcênio e o PTB saíram na frente de seus rivais ao fim da corrida eleitoral, vencendo o pleito a prefeito com 6.288 votos, pouco menos que o dobro do segundo lugar que ficou com o candidato da UDN, Eurípedes de Alves Freitas, com 3.628 votos, e Samir Tannús, do PSD, que ficou com 2.581 votos. Para vice-prefeito, venceu o também petebista Rodolfo Leite de Oliveira, que tinha apenas uma rival: o médico José Zoccoli de Andrade, da UDN. O PTB conseguiu, também, conquistar a maioria no legislativo de Ituiutaba. Poucos anos antes, o PTB local ainda conseguiu eleger para deputado federal Daniel de Freitas Barros, um dos chefes da legenda na microrregião, alinhando ainda mais os interesses locais aos nacionais. A esse respeito, nos assegura o então candidato a prefeito Samir Tannús:

Em 1962 eu fui candidato a prefeito. Ituiutaba tinha três... havia muitos partidos políticos na época mas os três partidos mais importantes, pela ordem, nessa época já eram o PTB – o maior- o segundo era a UDN e o terceiro era o PSD, no qual eu participava. Em 1962 nós fizemos do PSD 3 vereadores, a UDN fez cinco, e o PTB fez 7 vereadores, logo o PTB ganhou a eleição com um líder político o José Arcênio de Paula (TANNÚS, 2015).

O vereador mais votado foi Germano Laterza, um dos pertencentes ao PTB. Além deste, o PTB conseguiu eleger mais Geraldo Moíses e Silva, Geraldo Luiz de Moraes

Andrade, José Arantes de Oliveira, Diógenes de Souza e Athaides Quirino Ribeiro, ocupando seis cadeiras no legislativo. O segundo maior número que compôs cinco das 15 cadeiras na Câmara Municipal de Ituiutaba ficou com a UDN, com Vicente Vilela de Carvalho, Paulo Domingos Vilela, Cristóvão José de Ribamar Nunes, Benedito Santana e Geraldo Gouveia Franco, seguindo do PSD, que elegera Jurandir Inácio Moreira, Adalardo Muniz Borges e Agesípolis Maciel, seguindo de um único candidato do PSP: Arthur Junqueira de Almeida²¹.

A instalação dos novos representantes do poder legislativo e executivo da cidade aconteceu no último dia do mês de janeiro de 63. A mesa de recepção foi ocupada por figuras influentes na cidade para dar a posse: o Juiz Eleitoral da cidade Sebastião Lintz, o Promotor de Justiça, o chefe católico Padre João Ávi e Ercílio Domingues da Silva, o então dono da *Folha de Ituiutaba*²², único periódico local a circular nesse momento na cidade. Na posse da prefeitura, José Arcênio de Paula deixou bem claro sua posição de fazer um governo trabalhista, de tal modo foi documentado em ata que “prometeu tudo fazer pelo município e reafirmou que pensa da mesma maneira: fazer um governo Trabalhista, trabalhar por Ituiutaba, um governo de trabalho e Justiça acima de tudo” (ITUITABA, 31/01/1963), e de fato esse foi o fio condutor de sua curta gestão.

Com maioria na Câmara Municipal da cidade e com a prefeitura nas mãos, o PTB passou de uma oposição crescente na década de 1950, para situação política no início dos anos 1960. Porém, essa organização não se manteria dessa maneira, pois durante pouco mais de um ano, sucedem diversas mudanças nos mandatos que se seguiram, tanto no poder legislativo quanto no poder executivo da cidade. Na reunião da instalação dos novos componentes da Câmara municipal, o até então Udenista C. J. Ribamar Nunes²³ anuncia apoio ao PTB, migrando de partido logo ao início de seu mandato, enfraquecendo ainda mais o papel da UDN no legislativo como oposicionistas. Apesar de Nunes se deslocar de legenda, a cadeira no legislativo pertence ao partido, tanto que se o vereador se afastasse do cargo, quem assumiria era um suplente da UDN, e não do PTB.

²¹ O PSP, apesar de pequeno na cidade, conseguiu eleger um vereador e um deputado federal (Omar Diniz) nesse ano. Nessas eleições, o PSP e o PTB fizeram conchave político, uma vez que o PSP não lançou nenhum candidato a prefeito, e o PTB também não lançou nenhum nesse ano para deputado federal. Logo na primeira reunião da câmara municipal, o vereador do PSP Artur Junqueira assume coligação com PTB dentro do poder legislativo da cidade.

²² A *Folha de Ituiutaba*, da mesma maneira que qualquer periódico, tinha uma íntima relação com a Política, sendo que no dia 10/06/63 foi aprovado por unanimidade na Câmara o projeto que considerava o Jornal como sendo de “Utilidade Pública”. Para saber mais a esse respeito, ver o capítulo II.

²³ Cristóvão José de Ribamar Nunes teve uma trajetória política muito interessante dentro na cidade durante a década de 1960. Ao início da década, José Ribamar, que era fotógrafo, auxiliava os migrantes nordestinos sem documentação para que fizessem a retirada de documentos. Em 1961, funda a Associação Recreativa dos Nordestinos. Vale lembrar é que Ribamar Nunes pleiteava já o cargo público de vereador, sendo assim, essas atitudes eram carregadas de interesses.

Durante o primeiro ano, há uma grande saída e a entrada de novos atores na Câmara Municipal da cidade, por questões de licença que retiravam os eleitos, o que era frequente durante os mandatos. Aceitos quase sempre por meio de votações unâimes dos vereadores, assumiram muitos sujeitos que tentaram a eleição no ano anterior. Muitas vezes os suplentes convocados eram esquecidos de ser mencionados nas atas. Muitos retiravam licença por saúde e outros apenas pediam afastamento sem ter o relato do porquê nas atas. Dentre todos esses pedidos de afastamentos, quase não houve alguma objeção dentre todos os vereadores²⁴. Vale apontar que, nesse período, quem exercia esse cargo público não recebia qualquer tipo de remuneração.

Tirando alguns conflitos, durante o ano de 1963, a maioria dos requerimentos, indicações e projetos municipais eram aprovados dentro da Câmara Municipal da cidade de Ituiutaba. Havia muitas aprovações de crédito para o executivo, referentes a obras de infraestrutura, aquisição de maquinaria e abertura de ruas na cidade. Há exemplos de aprovações como autorização, para prefeitura, da criação de uma guarda de polícias de foco, doação de verbas de mercados e lojas para o município, aprovação de projeto de aquisição de uma carreta, instalação de torre para a transmissões televisivas que chegavam à cidade e instalação de uma biblioteca municipal (ITUIUTABA, 19/02; 22/02; 02/05; 05/08; 29/11/1963).

Como podemos constatar, o que mais pesava nos encontros eram pedidos referentes à infraestrutura da cidade e região. Como exemplo, quando os vereadores Laterza e Souza pediram para que o prefeito, com urgência, providenciasse escoamento na estrada de Gurinhatã e de Santa Vitória. Ou, ainda, quando a bancada da UDN solicitou do prefeito a aquisição de maquinarias, a construção de uma ponte sobre um ribeirão na estrada Ituiutaba/Ipiaçu, e de redes de esgoto na Av. 17, no bairro platina, e acima da Av. 19 a execução do serviço na Av. 15 e 18, bem como comissão para escolher o terreno da estação rodoviária (ITUIUTABA, 05/02; 18/02; 15/04/1963).

Algumas vezes havia pedidos da Câmara Municipal para o governo mineiro. A exemplo, temos, no dia 18/2, “apelos” ao governador Magalhães Pinto para acelerar a construção de duas escolas e da cadeia pública de Ituiutaba, um requerimento para o estado de MG para a instalação de um Ginásio Estadual (ITUIUTABA, 18/02; 15/04/1963). Ademais,

²⁴ Vale apontarmos um pequeno embate entre Udenistas e Petebistas na Câmara sobre essas posições em que: “Souza levantou uma questão de ordem, manifestando-se contra a concessão de licenças sucessivas de vereadores e que só fosse empossado se os mesmos tivessem de posse de todos os documentos; nesse sentido falaram Abrão, Arantes e Ribamar em apoio ao vereador Souza. Contraditaram os vereadores Vilela, Tavares, Franco e Moisés, favoráveis a posse.” No entanto, a discussão sobre isso não se desenvolveu em seguida (ITUIUTABA, 20/08/1963).

durante a visita do governador na região, foi colocado na reunião pelo então presidente da Câmara Agesípolis Maciel:

Em seguida o Sr. Presidente disse que quando da visita do Sr. Governador a essa cidade, surgiu a possibilidade da construção da ponte sobre Cachoeira Dourada e sua necessidade. Pediu a colaboração de seus colegas da Associação comercial, Associação Rural, Sr. Prefeito, Folha de Ituiutaba, etc, para unidos trabalharem na concretização dessa obra (ITUIUTABA, 19/08/1963).

A cidade crescia de maneira desenfreada, e as políticas públicas do município não conseguiam acompanhar esse desenvolvimento. Acima, são citados alguns exemplos mais gritantes no que se refere à expansão estrutural da cidade, isso dentro de apenas um ano. Com relação à parte de infraestrutura, há um quase consenso entre não só as bancadas políticas que compunham a câmara municipal, mas também os indivíduos que, não raro, eram favoráveis a essas construções e melhorias infraestruturais. A cidade necessitava de expansões.

Entretanto, nem sempre havia consenso internamente às bancadas formadas pelos vereadores dos mesmos partidos, e constantes eram os choques em vista das individualidades. Logo na primeira reunião ordinária da Câmara, houve uma tentativa, por parte do Udenista Paulo Domingos Vilela, de impugnar a posse do também udenista Vicente Vilela de Carvalho e do petebista José Arantes de Oliveira, devido ao ato ser inconstitucional, pois os dois eram parentes (Carvalho era cunhado de José Arantes). Foi levada à votação pelo presidente da Câmara Agesípolis Maciel, porém, o seu partido (PSD) se posicionou contra a decisão que estava sendo tomada. A permanência dos dois foi aprovada por sete contra cinco votos. Outro atrito interno dos udenistas foi a acusação por parte de Vereador Santana sobre o udenista Sebastião Luiz Mamede, então suplente, de comparecer embriagado na sessão do dia anterior. Os outros udenistas Vilela e Gouveia Franco confirmam a acusação. O Presidente da Câmara solicitou aos acusadores que apresentassem um laudo médico como prova, o que não foi feito, no entanto, afirmaram que possuíam uma certidão reconhecida do gerente da caixa econômica estadual atestando que Mamede não compareceu ao serviço no dia. O presidente negou o pedido (ITUIUTABA, 04/02/1963).

Durante o ano, seguiram diversos embates em torno dos diferentes projetos de política. Um desses embates se deu quando o vereador Diógenes de Souza (PTB) fez o pedido se poderia ocupar, ao mesmo tempo, o cargo de vereador na Câmara e o de chefe de gabinete do Prefeito. A bancada UDN disse que o assunto era “inconstitucional” e precisava ser estudado, enquanto que a bancada do PTB defendia a soberania da Câmara para resolver o assunto, e a bancada do PSP se absteve. “O resultado foi o seguinte: Aprovado o requerimento pela bancada do PTB, com seis votantes a favor” (ITUIUTABA, 14/04/1963).

Havia, em relação a alguns projetos, embates que não eram propriamente novidades dentro do poder legislativo, mas que fizeram diferença e caracterizaram as políticas locais do PTB. Um desses exemplos é a (re)proposta, de autoria do comerciante petebista José Arantes de Oliveira²⁵, de instituir na cidade a “Semana Inglesa”²⁶.

A chamada “Semana Inglesa” se referia a um novo modelo que visava diminuir a jornada de trabalho. Esse novo modelo previa a execução total de 44 horas semanais de trabalho, distribuído em 8 horas de segunda a sexta-feira e 4 horas durante o sábado, reservando o período da tarde de sábado e o domingo todo (além dos feriados) para descanso dos trabalhadores. Intitulado como projeto 15/63, era uma das promessas políticas do PTB local, que vinha em discussão desde a década anterior, não sendo aprovada anteriormente nas reuniões do legislativo. Como afirma José Arantes (2015) em entrevista:

Quando eu fui eleito a primeira vez, o comércio, a indústria não fechava sábado ao meio dia, fechava as 5 da tarde, não tinha “Semana Inglesa”. Em 1962, eu apresentei o primeiro projeto, criando a semana inglesa em Ituiutaba, o comércio e a indústria fechando ao meio dia. Ai na época os comerciantes não estavam aceitando e aquele negócio todo e ai no fim acabou acertando e tudo. É uma das razões que quando eu fui candidato depois eu fui o mais votado, porque quem trabalha comércio e ficavam do meu lado é lógico né (ARANTES, 2015).

No desenrolar da aprovação do projeto, a maioria da Câmara se posicionou favorável a ele, com exceção do petebista e dono de indústria Germano Laterza, que propôs uma ementa pela qual as indústrias poderiam despachar as mercadorias a qualquer momento, independente do horário estipulado pela nova jornada.

Quanto a isso, o vereador udenista Geraldo Gouveia Franco mostrou resistência, apontando que o projeto teria que conter mais algumas ementas, pedindo vistas de 24 horas, o que lhe foi negado e, em seguida, Franco propôs uma ementa, que também lhe foi negada por votação. O projeto foi votado e aprovado no dia 11/03, com a integração da ementa proposta Laterza, por 10 contra 1 voto do vereador Gouveia Franco (ITUIUTABA, 11/03/1963).

Outra discussão que havia se arrastado desde o final da década passada, que teve seu desenrolar somente no ano de 1953, foi a proposta de um novo código tributário para o

²⁵ Na década de 1960, José Arantes de Oliveira era proprietário de uma loja de calçados chamada “Galeria dos Calçados”, localizada em pleno centro da cidade, na Rua 22, entre as avenidas 15 e 17.

²⁶ A implementação da Semana Inglesa não era novidade no debate político tijucano. Essa foi uma das pautas propostas do, até então, vereador de Daniel Freitas de Barros no legislativo tijucano no ano de 1956. Projeto esse que sofreu resistência principalmente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Ituiutaba, enquanto a Associação dos Trabalhadores e Empregados no comércio enviou um ofício para a Câmara pedindo implementação da semana. O projeto não foi aprovado (BARBOSA, 2015).

município²⁷. Essa pauta buscava reformular o antigo código tributário da cidade originário de 1938, que, segundo os vereadores, já estava obsoleto e necessitava de modificações devido à expansão pela qual a cidade passava nos últimos anos. As bancadas se distinguiam em relação aos projetos para o novo código, em que as mais conservadoras se mostravam contrárias com relação ao aumento na tributação das propriedades rurais, afirmando que os proprietários de terras seriam os grandes prejudicados com o novo projeto.

Reiniciaram-se os debates em torno desse novo código em agosto de 1963, quando foi enviado o projeto da prefeitura, com o título do projeto de 50/63. Logo, a Associação Rural e a Associação Comercial do município – a primeira composta por latifundiários e a segunda por donos de comércios – pediram, por meio de ofício, em 14/08, um prazo de 30 dias para estudar o novo Código Tributário. Iniciou-se o debate no qual a bancada petebista defendia o prazo até o dia 25 do corrido mês, enquanto os udenistas Paulo Vilela e Geraldo Gouveia Franco mantinham os 30 dias. Venceu a bancada PTB, com ajuda do voto do vereador Manuel Moraes (PSD), com sete contra dois votos.

Passando-se os dias de prazo, as associações encaminham ofícios com ementas para o projeto. Iniciou-se uma reunião que marca o auge do confronto dos diferentes projetos em disputa durante o ano. Foi convidado o Sr. Mario Calil, o então Chefe do Serviço da Fazenda, para apresentar o projeto do Código Tributário Municipal. Logo que entrou em discussão entre os vereadores, o suplente em cargo, Armando Campos (UDN), solicitou vista do projeto em face de sua recém investidura no legislativo – o presidente da Câmara Agesipolis Maciel (PSD) acatou o pedido. Os vereadores Souza (PTB), Andrade (PTB) e Laterza (PTB), aparteando o pedido do vereador Campos, afirmaram que a bancada da UDN tentava fazer obstrução ao projeto, gerando um grande embate e descontrole na reunião²⁸, de maneira que desejavam que a mesa deliberasse por meio de votação a solicitação de vista – a bancada petebista venceu. Sentindo-se deslegitimado, Agesípolis renuncia ao cargo de presidente da Câmara, retirando-se do salão Municipal e levando consigo quase toda a bancada da UDN (ficou apenas Sebastião Mamede). Apesar de dar seguimento à reunião, presidida pelo vice-presidente Germano Laterza, foi aprovado o Novo Código Tributário (por unanimidade dos 8 presentes) e a ata da reunião foi impugnada no dia seguinte, com o uso do argumento de que não houve eleição para novo presidente do legislativo (ITUIUTABA, 26/08/1963).

²⁷ Iniciou-se a campanha de reformulação do código do código tributário em 1959, essa mesma sofreu resistência principalmente por parte da Associação dos Produtores Rurais de Ituiutaba (BARBOSA, 2015).

²⁸ No dia 09/09, o vereador Moreira solicita no legislativo protesto contra os Jornais Correio do Triângulo e Estado de Minas por referências a notícias exageradas dos acontecimentos passados das reuniões da Câmara (ITUIUTABA, 09/09/1963).

Nos dias seguintes, continuaram as discussões. O udenista Paulo Vilela levantou que, segundo o regimento, deveria ser feito outra eleição para presidente da câmara. Em seguida, as bancadas do PTB, PSD e UDN entraram em discussão. Foi votado o novo presidente, vencendo Geraldo Luiz Morais de Andrade (PTB) (ITUIUTABA, 27/08/1963). Jurandir Inácio Moreira (PSD) fez um requerimento verbal, em que pedia do projeto, para justificar desconhecimento, vista de 24 horas. Em torno da questão, debateram Souza (PTB) contra Santana e Vilela (UDN). O presidente da Câmara precisou soar a campainha para pôr ordem, em vista de a Câmara estar cheia de espectadores. Moreira, a pedido do presidente, retira seu pedido de vista, mas afirma que se absteria do voto por não conhecimento. O udenista Vilela apresenta um novo requerimento, afirmando que:

Sr. Presidente, os vereadores abaixo assinados requerem a V. Excia., ouvida a casa, que seja retirado da ordem do dia o projeto CM/50/63, que institui o Código Tributário do Município, constituindo-se de uma comissão intrapartidária, para no prazo de 12 (doze) dias improrrogável, apresentar parecer, ementa, substitutivo ou qualquer sugestão a respeito do mesmo (ITUIUTABA, 18/08/1963).

Isso posto, o pedido foi aprovado em votação por unanimidade.

Por fim, o Novo Código Tributário Municipal acaba sendo aprovado, depois de um acordo intrapartidário que colocaria emendas no novo código. O Código Tributário entrou em vigência a partir de 1 de janeiro de 1964 (ITUIUTABA, 25/11/1963). Depois de mais de quatro anos de discussão, apesar da resistência, marcada pelo constante adiamento das votações por parte da bancada do PSD e de maneira mais acentuada da UDN, com apoio de setores ligados aos latifundiários, o PTB conquista, apesar das emendas, uma das suas principais bandeiras: reformar o modelo antigo de tributos que favorecia os grandes proprietários de terras.

Contudo, a aprovação do novo código não passaria sem retaliação por parte dos pessedistas e udenistas que foram contra. Sobre a presença dos vereadores nas sessões, nos encontros seguintes foram constantes as faltas das duas bancadas, de modo que, durante os dias 4, 5, 7, 8, 11, 12, 18, 19 e 22/11, as reuniões da câmara foram canceladas por uma falta mínima de “Quorum”. Ao ponto de, em novembro de 63, haver sessões apenas nos dias 14, 25, 27 e 29 (ITUITABA, 04; 05; 07; 08; 11; 12; 14; 18; 19; 22; 25; 27; 29/11/1963)²⁹.

Essas sucessivas faltas durante o mês de novembro tiveram uma pausa durante o dia 14, quando foi convocada uma reunião extraordinária, de urgência para resolver um

²⁹ Em editorial no dia 06/11/1964, o jornal *Folha de Ituiutaba* noticia que a falta de vereadores nas reuniões estava se dando como uma forma de retaliação, por parte da bancada udenista e pessedista, devido à aprovação do novo código tributário, proposto pela executivo (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/11/1964).

“problema que aflige a classe produtora de Ituiutaba”. Isso porque, na cidade, havia se instalado um comando fiscal estadual e os comerciantes fecharam suas portas em protesto contra. A Câmara, com apoio de todas as bancadas, mandou um ofício ao governador, solicitando a retirada desse comando, afirmando que estavam atrapalhando o comércio e a indústria da cidade. Durante a sessão, o chefe do Comando Fiscal ligou e esclareceu que se tratava apenas de levantamento de impostos atrasados.

Outro dos embates que marcaram as reuniões foi quando a bancada da UDN, solicitando diversas informações da prefeitura, em que o vereador Vilela, como porta voz da bancada, fez uso da palavra para cobrar esclarecimentos do prefeito, com relação a funcionários e empregados do município que teriam sido dispensados (ITUIUTABA, 02/08/1963).

Houve, também, discordância entre a bancada PTB e UDN em relação ao projeto 90/63 da prefeitura, que autorizava a alienação de maquinários, rejeitado por 8 contra 6. Assim, passou-se à ementa substitutiva do Vereador Vilela, que permitia a venda dos referidos tratores, contanto que fossem reformados antes.

Outra polêmica girou em torno do ao Projeto 82/63, que “Incorpora abono provisório aos vencimentos e salários da prefeitura e dá outras providências”. Nesse momento, os trabalhadores da prefeitura se organizavam, cobrando melhorias de salários, além do 13º, e outros direitos trabalhistas. Vilela, da bancada da UDN, propôs uma ementa. No entanto, a bancada do PTB considerava a aprovação da ementa como uma:

[...] mutilação do orçamento e uma medida de injustiça que pouco beneficiava os operários e favorecia aqueles funcionários municipais que recebiam maiores salários, que com o aumento de 50% iriam beneficiar mais êsses categorizados funcionários praticando uma injustiça para com os operários e aquêles que menores vencimentos percebiam (ITUIUTABA, 27/11/1963).

A intensão, segundo o PTB, era mutilar o orçamento de 1964, desviando verbas da prefeitura que serviram para outras coisas. A ementa foi aprovada por 8 votos contra 6, sendo favoráveis Maciel (PSD), Tavares (PSD), Moreira (PSD), Gouveia Franco (UDN), Vilela (UDN), Carvalho (UDN), Domingues (UDN) e Silva (PTB).

Podemos ver que os oposicionistas da UDN, em relação à maioria dos projetos que eram contra, não tentavam barrar a aprovação, mas, sim, impor emendas que modificavam o projeto. Provavelmente, sabiam que seriam aprovadas por conta da maioria do poder legislativo ser da situação, de maneira que sua única opção era negociar com os integrantes do PSD e com o do PSP por meio de emendas nos projetos que poderiam ser inseridas.

Outro ponto que dividia as opiniões internas no legislativo tijucano, em 1963, foram os posicionamentos em relação às chamadas Reformas de Base, mais especificamente, a Reforma Agrária – proposta pelo governo federal, liderado pelo até então presidente petebista João Goulart, uma das principais bandeiras de seu governo. Como exemplo, podemos citar a indicação da bancada da UDN:

[...] solicitando comunicação imediata ao Congresso Nacional, dizendo que essa casa não é contrária à aprovação de uma lei agrária para o país, desde que a mesma seja conduzida em consonância com os princípios cristãos e democráticos que norteiam a maioria do povo brasileiro e que repudiam qualquer tentativa de modificação constitucional (ITUIUTABA, 27/05/1963).

O governo do presidente petebista João Goulart prometia uma agenda de reformas políticas, sociais e econômicas. Tais mudanças se chocavam com um ambiente conservador e excluente de orientação neo-oligárquica e pelo autoritarismo pragmático das elites econômicas. Jango assumiu a presidência em 1961, em um momento de crise deflagrada por seus opositores políticos. No início, sobre a vigência de um sistema parlamentarista, que limitava seus poderes de governo, e depois, quando recuperou sua vigência presidencial, seu restante de mandato foi claramente marcado por uma polarização política nacional e internacional (DELGADO, 2010). Conseguiu se livrar em janeiro de 1963 do regime parlamentar, após um plebiscito popular, votando ao regime presidencialista. Ele afirmou que a sua reforma constitucional se basearia em uma série de mudanças, que seriam: a Reforma Agrária, bancária, eleitoral, tributária, além da regulamentação da remessa de lucros das multinacionais para suas matrizes – as chamadas “Reformas de Base”. Dessa maneira, a agenda reformista seria executada de maneira gradual e moderada.

Nesse contexto, a grande propriedade rural, o latifúndio, foi aos poucos sendo identificado como o grande problema do campo e, também, aos poucos, foi se firmando que esse problema só viria a ser eliminado via Reforma Agrária. O governo João Goulart se tornou uma fase de aceleração pela luta pela terra, pois desenvolveu-se, nesse momento, uma percepção dos intelectuais e políticos sobre a necessidade de equacionar a questão agrária como pauta fundamental no desenvolvimento econômico e social do Brasil. A reforma agrária ganhou legitimidade com a população, pois 72% dos eleitores das principais capitais consideravam uma mudança necessária (GRYNSPAN, 2006).

Ainda em 1963, a Convenção Nacional da UDN, que decidiu quais seriam suas diretrizes políticas, vetou qualquer tipo de reforma política como discurso e a palavra de ordem para o futuro golpe: a constituição é algo intocável. Desse modo, Jango era visto, pelas

direitas, como amigo dos comunistas, que prometia mais do que poderia dar e um incompetente em relação a ações políticas, enquanto as esquerdas o viam com um articulador político que negocia com as direitas em troca de apoio parlamentar (NAPOLITANO, 2014).

Como presidente, Jango viveu um período de bipolarização política, no qual, de um lado, foi criticado pelas esquerdas e, de outro, pressionado pelas direitas. Seu governo agiu de maneira pendular, transitando suas negociações entre direita e esquerda, como uma tentativa de agradar às diversas alas políticas.

Dentre esse último grupo:

Destacaram-se entre eles: a União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, igreja católica conservadora, proprietários rurais, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais. Uniram-se em forte atuação desestabilizadora de seu governo, que culminou com o golpe que o destituiu (DELGADO, 2010, p. 126).

Isso pode nos esclarecer os posicionamentos dentro da Câmara Municipal da cidade após a indicação udenista contra a mudança na constituição. Nesse sentido, vereadores ligados ao PTB afirmaram que o assunto era inoportuno não deliberativo da casa, pedindo para que o legislativo local não se pronunciasse a respeito. Assim, foram rebatidos tais argumentos pelo vereador Vilela, que afirmou ser contra qualquer reforma na constituição federal, ao fim, a indicação foi aprovada com 7 contra 6 votos, sendo favoráveis: Vilela (UDN), Santana (UDN), Gouveia (UDN), Domingues (UDN), Tavares (PSD), Moreira (PSD) e Almeida (PSP). Já os contra foram, praticamente, todos os petebistas presentes: Andrade, Laterza, Oliveira, Ribamar Nunes, Silva e Ribeiro.

A UDN local não só exerceu, durante o corrente ano, seu papel no poder legislativo de oposicionista da prefeitura, mas também contra o PTB em todos os níveis, fosse federal ou local, seguindo diretrizes nacionais do partido aliado com seus interesses locais de proteção à propriedade privada e ao liberalismo – firmando-se no ideário antigelulista, elitista e moralista e posicionando-se firme contra modificações nas leis de maneira conservadora, dando ênfase no legalismo formal e na ordem – dentro de sua tradição de vigilância e assegurar a ordem (BENEVIDES, 1981). Além disso, quando necessário, fazendo algumas alianças com PSD e/ou com o vereador do PSP para defender privilégios dos grandes proprietários rurais e donos de indústrias na microrregião.

Os pessedistas dialogavam de acordo com seus interesses, também, via de regra, conservadores. No início da gestão petebista, apoiavam os projetos reformistas da prefeitura e do PTB, mas gradualmente se alinharam à oposição feita pela UDN, pensado que os votos da

bancada do PSD local faziam diferença em muitas reuniões, mormente quando se juntava às forças da UDN, vencendo o PTB. Segundo Hippolito (2012), o PSD se apresentou como o fiador da estabilidade do regime democrático em meio a um sistema político pluralista. De tal maneira que o sistema partidário viveu entre 1945 e 1964 na dependência e na capacidade de articulação do PSD com os outros partidos.

Enquanto o PSP, com seu único representante no legislativo, como reafirmado no primeiro encontro da Câmara, se posicionou aliado ao PTB. Porém, traiu essa aliança, somando votos com as bancadas dos outros dois maiores partidos.

Isso não exclui também a individualização do voto. Algumas vezes sujeitos dentro de uma bancada compactuavam com os votos de outras, fazendo um movimento contrário aos demais companheiros de partido, a exemplo do suplente udenista Sebastião Luiz Mamede, que, muitas vezes, ia contra aos demais de sua legenda. Para isso, dependiam em que direção iriam os interesses individuais dos votantes.

Como nos afirma Delgado (1989), nacionalmente, o PTB, com o tempo, dentro de sua existência, incorporou de forma definitiva:

[...] como um de seus principais objetivos, as bandeiras do reformismo econômico e social, que se caracterizava pelos seguintes pontos: distributivíssimo salarial e de benefícios sociais; ampliação da participação político-eleitoral, através da extensão do direito de voto aos soldados e analfabetos; reforma agrária com desapropriação de grandes propriedades improdutiva e crédito especial do Estado aos pequenos produtores; política tributária de favorecimento às empresas nacionais, especialmente as de pequeno e médio porte; nacionalismo econômico através do controle de remessa de lucros; estatização econômica, através do controle pelo Estado das indústrias de bens de capital, especialmente dos setores energéticos e, finalmente, ao nível da política sindical-trabalhista, manutenção do corporativismo oficial colorido por mobilizações reivindicativas ampliadas (DELGADO, 1989, p. 297).

O PTB local se manteve firme na proposta trabalhista em sua gestão, lutando não somente por direitos e interesses dos trabalhadores regionais, como também do pequeno produtor rural, tentando propor uma resposta por meio da política distinta dos outros partidos locais para os problemas que surgiam em meio a modificações economias da cidade - tanto da estrutura latifundiária quanto da recente industrialização e da expansão estrutural da cidade. Isso possibilitou melhores condições de vida aos trabalhadores urbanos e rurais. Logo, podemos afirmar que a gestão petebista local se alinhou claramente com a bandeira reformista.

1.3 - Carestia, corrupção, deposição

No dia dois de fevereiro de 1964, após um mês de recesso, como é de praxe, a Câmara Municipal da cidade volta ao funcionamento. É escolhido um novo presidente da Câmara Municipal, uma vez que esse cargo era votado anualmente, vencendo o petebista Germano Laterza. Ainda nesse mesmo primeiro encontro, o prefeito José Arcênio de Paula envia à Câmara um ofício pedindo afastamento de três meses do poder executivo devido a questões de saúde, pois passaria por um procedimento cirúrgico, deixando o cargo, a partir do dia 6, temporariamente nas mãos do então vice-prefeito Rodolfo Leite de Oliveira (ITUIUTABA, 03/02/1964). Na realidade, esses seriam os últimos dias de José Arcênio à frente da prefeitura de Ituiutaba, pois dali ele sairia e nunca mais ocuparia o cargo.

Na reunião seguinte, foi deliberada a licença ao prefeito, com ressalva de apenas um dos 11 votantes, o udenista Geraldo Gouveia Franco, que fez questão que se registrasse em ata seu voto contra a retirada de licença do prefeito, pois, segundo ele, não havia um parecer médico de que o prefeito estivesse precisando retirar a tal licença.

José Arcênio não foi o único a se licenciar no início do corrente ano. Após o pedido aceito de licença de 180 dias, o até então professor Benedito Santana (UDN), um dos vereadores mais atuantes no ano anterior, renuncia ao cargo no legislativo, pois foi nomeado como servidor público no Banco do Brasil, mudando-se para a cidade Porangatu em Goiás. Assim, quem assume como efetivo é Antenor Tomaz Domingues. Ainda nos primeiros dois meses do corrente ano, outros pedem afastamento, dentre esses, Jurandir Inácio Moreira (PSD) retira 60 dias e Geraldo Moises e Silva pede 180, assumindo Antônio Ferreira Neto (ITUIUTABA, 25/02; 03/03 e 09/03/1964).

Nos primeiros meses de exercício da Câmara Municipal em 1964, o debate se concentrou em torno das medidas políticas locais e nacionais contra a crise econômica que assolava país e a região, o que se dava o nome de “carestia”. Desde o início dos anos 1960, o país vivera uma crescente crise econômica e financeira, fechando a balança de 1962 com um déficit financeiro de 360 milhões de dólares, o PIB (Produto Interno Bruto) havia caído para 6,6, além do alto custo de vida que marcava aceleração de preços. A inflação chegou, nesse mesmo, a 49,4% ao ano. A crise econômica foi um fator importante para a desestabilização do governo Goulart.

No ano de 1963, João Goulart anuncia o que ficou conhecido como Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, formulado pelo ministro extraordinário do Planejamento Celso Furtado e pelo ministro da Fazenda San Tiago Dantas, com os objetivos

básicos de conquistar o apoio político dos setores conservadores da sociedade e ganhar confiança dos credores internacionais, tentando solucionar a crise econômica. A meta do Plano trienal era, basicamente, uma agenda de estabilização econômica e de combate à inflação, por meios ortodoxos em negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O governo Goulart acreditava que, após tomar controle da crise, ganharia força e levaria adiante o seu principal programa, as Reformas de Base. Os objetivos que alcançariam o plano eram algo quase consensual – todos os segmentos da sociedade queriam a queda da inflação. A grande questão era como fazê-la sem desrespeitar a constituição, pois o Plano Trienal implicava medidas de cortes financeiros, como limitações de aumento salarial, restrição de crédito, controle de preços, taxação de impostos e corte de despesas. Todos queriam o fim da inflação, mas a população não queria arcar com os custos, tornando-se um forte argumento das lideranças das esquerdas contra a contenção salarial como parte do plano econômico de um governo que se intitulava trabalhista. Em maio de 1963, o FMI esteve em missão avaliativa no Brasil, dando parecer negativo e assegurando que o governo não conseguia cumprir com as metas de estabilização, prejudicando o país na obtenção de novos empréstimos para renegociar a dívida externa, de modo a levar Goulart a desistir do Plano Trienal ainda de 1963. Com o fracasso, o governo não tinha outro plano para enfrentar a crise econômica no país, voltando-se mais à luta pela aprovação das Reformas de Base, enquanto a inflação piorava e ainda não se contava mais com os créditos internacionais, o que fez com que o ano de 1963 fechasse com o crescimento do PIB em menos de 1% e a inflação em 73%. Ao final de 1963 e início de 1964, Jango abraça o reformismo radical, deixando de lado seu tom conciliador. Após tentativas malsucedidas de dialogar com as direitas políticas, esse momento é marcado por uma guinada até as esquerdas numa intenção de ganhar sustentação ao seu governo. De tal modo, o presidente regulamentou as remessas de lucro por empresa de capital estrangeiro instaladas no Brasil em janeiro de 1964. Ao final de fevereiro do mesmo ano, em meio à crescente inflação e à pressão dos trabalhadores, João Goulart anuncia um aumento no salário mínimo (FERREIRA; GOMES, 2014).

Em reunião da Câmara Municipal tijucana, os vereadores petebistas Geraldo Moises da Silva e Ribamar Nunes enviam um requerimento para a casa se congratular com o Presidente da República pelas medidas tomadas para “baixar o custo de vida”. O requerimento foi reprovado em votação por 7 votos contra 6. A favor do projeto foram os dois vereadores que fizeram a proposta junto com Geraldo Luiz de Morais Andrade, José Arantes de Oliveira e Diógenes de Souza – todos do PTB –, integrando o voto de Manuel Moraes (PSD). Contra a proposta posicionaram-se os udenistas Geraldo Gouveia Franco, Paulo

Domingos Vilela, Benedito Santana, Vicente Vilela de Carvalho, em conjunto com Arthur Junqueira de Almeida do PSP, e Geraldo Tavares e Agesípolis Maciel do PSD³⁰. Ainda nessa mesma reunião, são apresentados outros requerimentos do vereador Moraes Andrade, reivindicando do Presidente da República o tabelamento dos preços do Arroz, milho e “gêneros de 1º necessidade”, e fazendo um convite ao prefeito em exercício – Rodolfo Leite de Oliveira – para comparecer à Câmara e discursar sobre a criação de uma comissão para conter sobre o “alto custo de vida” e quais seriam essas medidas na política local (ITUIUTABA, 02/03/1964). Dias depois, o prefeito em exercício comparece à sessão para tais esclarecimentos e discorre sobre a fiscalização de pesos e medidas e controle diretos dos preços, convidando o poder legislativo para encontrar uma solução para a situação. Assim, foi criada uma comissão com essa finalidade (ITUIUTABA, 09/03/1964).

De fato, a inflação atingiu fortemente a região durante o ano de 1964, mas até o fim do ano anterior se via, nas atas, a preocupação com a crise econômica interligada ao período de falta de chuvas na região, o que prejudicava a produção rural. Todavia, em 64, a discussão se fez firme e presente em torno da causa sobre o aumento do “custo de vida” e a relação com a produção local e os preços de grãos que não baixavam, visto que o período de seca já havia passado com a chegada de chuvas no início do ano.

Outra discussão que se fez presente em 1964 foi em relação à corrupção no poder municipal. Discussão que, nas reuniões do ano anterior, não havia aparecido e nem minimamente citada. Ao final ainda de janeiro, é apresentado, de maneira ainda tímida na Câmara Municipal, o projeto de resolução CM/2/64, que constitui uma comissão de inquérito para “apurar possíveis irregularidades da atual administração municipal”, sem citar de quem é o projeto ou o pedido, ou ainda muito menos ao que tipo de irregularidade a que se referia. No início do mês de março, é aprovada uma comissão de inquérito para averiguar as tais irregularidades.

Quando perguntado a José Arantes sobre as irregularidades, este nos informa que não houve irregularidades na prefeitura, que isso foi um discurso de oposição:

Isso era a campanha que eles fizeram, falaram que o Zé Arsênio roubou horrores da prefeitura, que ele era corrupto. Falavam sobre o prefeito e o sobre o PTB, envolveu todo mundo. Mais isso não é verdade não, estou lhe falando com toda a sinceridade, toda a lealdade, não houve corrupção no governo do Zé Arsénio de Paula e pode ter certeza, e naquela época vereador não recebia nada, também não ganhava nada (...). E não houve corrupção e subversão também não, num tinha subversivo aqui. Tinha assim, não político (ARANTES, 2015).

³⁰ Em matéria, o jornal Folha de Ituiutaba escreveu um texto denominando os vereadores que votaram contra eram “Inimigos do Povo”, criando um mal-estar declarado entre o jornal e alguns vereadores.

Já Afonso Arinos Faissol, filho do então chefe do PSD local, nos afirma que realmente houve desvios na prefeitura, sobretudo por parte do prefeito José Arcênio de Paula:

Já havia uma certa pendência com o Zé Arsênio, ele já tava usando máquina da prefeitura pra faze serviço na fazenda dele e tal, o Geraldo Gouveia tinha ido na fazenda dele tirado fotografia, já tava meio enrolado mesmo (...) Zé Arsênio já tava meio manjado, tinha um misto, já tava usando umas maquina da prefeitura pra faze o serviço dele e tal (AFONSO FAISSOL, 2013).

Se realmente houve ou não corrupção por parte da prefeitura, não sabemos e talvez seja impossível de averiguar. Acreditamos que o importante aqui não é o ato da corrupção, e, sim, o uso dela como legitimador de ações. A corrupção foi um dos discursos mais usados na desestabilização do presidente João Goulart, pois:

A corrupção – quase sempre atribuída ao “populismo de esquerda” -, a incompetência administrativa e a fraqueza pessoal da liderança de Jango, refém dos “radicais”, completavam o quadro discursivo que procurava desqualificar e desestabilizar o governo. Perante ao “caos”, a saída era reforçar o “Partido de Ordem”, reunindo conservadores de diversos matizes e liberais assustados com o ambiente político polarizado (NAPOLITANO, 2014, p. 49).

Após o golpe de Estado em 1º de abril, o argumento da corrupção no executivo local se mostra como uma das principais pautas dos opositores dentro do poder legislativo, desse modo, o vereador Vilela (UDN) solicita informações do prefeito sobre um “carro” da prefeitura que se encontrava em poder do prefeito titular, bem como operários da prefeitura que estavam trabalhando na fazenda do prefeito, fazendo um apelo para a devolução (ITUIUTABA, 14/04/1964). No encontro seguinte, é anotado em ata que:

O vereador Vilela teceu considerações sobre a resposta que o Sr. Prefeito enviou, sobre o uso do carro da prefeitura, o qual se mostra muito vago e nada se explica sobre o uso indevido do carro (...). O vereador Souza informou que sr. Prefeito em exercício estava constrangido em pedir o automóvel ao Sr. Prefeito, mas que agora o veículo se encontra em uso da prefeitura (ITUIUTABA, 20/04/1964).

No fim das contas, é criada uma comissão interna de inquérito, que seguiria de maneira legalmente constitucional para apurar a irregularidade, mas essa não serviu para nada. A “punição” do prefeito e de alguns dos vereadores viria de maneira inconstitucional, sendo que a tal comissão foi deixada de lado.

Na noite de 31 de março do corrente ano, na qual se iniciou a movimentação que desaguaria em um golpe de Estado que depôs o Presidente João Goulart, foi convocada uma reunião de urgência na Câmara Municipal do Município de Ituiutaba. O que aconteceu foi que o destacamento policial/militar (a cidade abrigava já na época um Tiro de Guerra) do

município havia se recolhido para a cidade vizinha de Uberaba e os vereadores sentiram que deveriam tomar medidas de segurança à população, criando uma comissão interpartidária para tomar decisões que se fizessem necessárias para a “ordem” e segurança pública, enquanto a cidade estivesse desguarnecida (ITUIUTABA, 31/03/1964).

Ocorreu uma movimentação civil-militar em nível nacional nesse dia, que culminaria na deposição do então Presidente da República. Contudo, as movimentações e conspirações golpistas precedem esse dia. Goulart teve sua gestão marcada por efervescência e instabilidade política em meio a uma polarização, de maneira que o golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada por distintos projetos do que seria o processo de modernização e de mudanças sociais no país.

As direitas políticas, formadas por liberais e por alas conservadoras da sociedade³¹, combatiam fortemente Jango, em aliança com parte da grande mídia, pois João Goulart juntou as políticas trabalhistas com a preocupação do reformismo social para a transformação da realidade, ação marcada pelo projeto das Reformas de Base. João Goulart era visto por essa ala social como um corrupto, amigo dos comunistas, um populista que prometia mais do que poderia dar e um incompetente em relação a ações políticas. As esquerdas³² criticavam João Goulart pelo tom de “conciliação” e “moderação”, principalmente por suas alianças com alas mais conservadoras como o PSD (FERREIRA; GOMES, 2014).

Essas elites conservadoras clamavam por intervenção no poder público antes do fim de março de 1964, intensificando, nesse período, as atividades conspiratórias, envolvendo não só a alta cúpula dos militares, assim como também empresários e políticos que vinham participando de um programa de desestabilização do governo do então presidente. Desse modo, o golpe dependia da iniciativa dos militares e esses esperavam uma iniciativa ilegal de Goulart para unificar a atitude de grandes unidades militares para marchar contra o presidente. Impaciente, o general Olympo Mourão Filho e sua tropa iniciaram precocemente a marcha em 31 de março, saindo de Juiz de Fora em aliança com o governador do Estado, o udenista Magalhães Pinto. Aos poucos, a marcha foi ganhando adesão das forças legalistas. Ante a ofensiva, o presidente caiu sem resistência para evitar uma guerra civil ou apenas avaliou que era inútil resistir, exilando-se no Uruguai após perder seu mandato. De tal modo o presidente do senado Auro de Moura Andrade (PSD), no dia 2 de abril, formalizou a declaração de vacância do cargo de Presidente da República. O nomeado “Comando Supremo da

³¹ Dentre eles, destacam-se a União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, algumas alas da igreja católica conservadora, proprietários rurais, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais.

³² Representada pelos marxistas, Comunistas, o PCB, as Ligas Camponesas, entre outros.

Revolução”, formado pelos líderes do golpe, chegou a escolher, no dia seguinte, o novo Presidente da República, o General Castelo Branco, empossado no dia 15 do mesmo mês (FICO, 2014).

Em um momento de crítica polarização no cenário político brasileiro, as direitas se unificaram e defendiam abertamente a derrubada do governo Goulart, que foi eleito de forma democrática, enquanto as esquerdas foram incapazes de fazer alianças com os setores progressistas e não golpistas, incapacitando-se de se mover e articular a defesa contra o Golpe. As lideranças de esquerda foram ineficazes no trabalho de organização e de resistência, liberando espaço para a unificação e mobilização da ação conservadora no âmbito civil e militar. A esquerda não conseguiu reagir ao golpe, experimentando, assim, o amargo de uma das maiores derrotas políticas no Brasil.

No dia 7 do mesmo mês, o vereador Ribamar Nunes faz uma indicação para que a Câmara enviasse ao Sr. Prefeito “mensagem de congratulação, pela sua brilhante atuação frente aos destinos de nossa terra, durante os corridos dias”. A indicação é aprovada pela maioria, com a exceção do vereador Gouveia, que se absteve de votar, alegando não ter conhecimento de quem fosse o prefeito e, além disso, que o prefeito José Arcênio tentou impedir a passeata pela liberdade em Ituiutaba (ITUIUTABA, 07/04/1964). O que acontecia na cidade para que o prefeito em exercício fosse congratulado? Provavelmente, Nunes se referia a pressões populares contra a gestão. Devido à queda do presidente petebista, movimentos favoráveis a golpes surgiam na cidade e em diversas cidades do país, principalmente pelas “Marchas da Família com Deus Pela Liberdade”, que apoiavam a intervenção militar e o fim do governo reformista³³.

Após o 1 de abril, encontramos em atas pronunciamentos de políticos ligados a UDN de elevação aos novos dirigentes do Governo instituído e pregando o anticomunismo. A exemplo, Agesípolis Maciel (PSD) propõe requerimento de mensagem de congratulações ao novo presidente, o General Castelo Branco. Além disso, a UDN local:

[...] pelo vereador Vilela foi feito um pronunciamento de louvor à atitude das forças armadas, bem como de vários governadores de Estado pelo (palavra ilegível) movimento de restauração da ordem democrática em nosso país, alijando de vários postos chaves notórios comunistas, cuja a ação nefasta vinha prejudicando o desenvolvimento nacional. Fez voto para que o movimento vitorioso atingisse o fim coligando para a grandeza do Brasil (ITUIUTABA, 07/04/1964).

³³ Ao início do mesmo mês aconteceu na cidade uma versão local da “Marcha da Família com Deus pela liberdade”, como é registrada em ata. Para saber mais, ver no capítulo III do presente trabalho.

A UDN, enquanto partido, se constituiu dentro de um paradoxo liberal, consolidando-se na ambiguidade, emergindo da crítica à ditadura do Estado Novo e marcando o partido como anti-getulista (Goulart era visto como herdeiro político do ex-ditador). Esse mesmo partido apoiou o golpe de 1964 contra a “infiltração comunista”, que se encarnou na oposição a qualquer movimento social e à política externa independente. O udenismo teve como uma de suas características principais a contradição de apoiar um movimento antidemocrático em “favor” da democracia (BENEVIDES, 1981).

Na reunião de 20 de abril, o vereador udenista Geraldo Gouveia Franco pede requerimento para colocar uma foto de Castelo Branco na parede da Câmara Municipal da cidade. Com o golpe instaurado em nível nacional e iniciando-se uma nova organização, políticos começaram uma movimentação em direção a novas alianças. O anticomunismo expressava-se no repúdio à doutrina comunista. Outros que eram de esquerda se mostraram sempre distantes dela, afirmando o caráter reformista, a exemplo, a bancada do PTB local, que se manifestou contra o comunismo³⁴ e a favor dos valores cristãos:

O vereador Andrade declarou que a bancada afirma seus propósitos reformistas, e que a bancada sempre defenderá as reformas e repudiará o comunismo no Brasil, não abandonando o propósito das reformas de base democráticas e cristãs (ITUIUTABA, 07/04/1964).

Nesse primeiro momento da ditadura, prometiam eliminar a subversão, o comunismo e punir os que se haviam enriquecido por meios corruptos. Dessa maneira, a coalização civil-militar adquiriu o apoio da população e justificou seus atos com base nesse programa. Antes de assumir o novo presidente, no dia 09 de abril, pelo Comando Supremo da Revolução, foi decretado o Ato Institucional (depois conhecido como AI-1), que conferiu à presidência o poder de cassar mandatos efetivos e suspender direitos políticos até o dia 15 de junho do mesmo ano. O ato suspendia qualquer imunidade parlamentar, dando ao Executivo o poder de cassar sumariamente representantes governamentais em qualquer nível, municipal estadual ou federal:

O Artigo 7º suspendia por seis meses as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade. Desse modo, o Estado, mediante “investigação sumária” e no período estabelecido pelo artigo, podia demitir, dispensar, pôr em disponibilidade, aposentar, transferir para a reserva ou reformar burocratas civis ou pessoal militar [...]. Este artigo lançou as bases dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs) que atingiram milhares de pessoas (ALVES, 1989).

³⁴ Falaremos mais sobre o anticomunismo e suas bases. Para isso, ler o Subcapítulo II desta dissertação no último capítulo.

O artigo 10º autorizava a cassação de mandados políticos em todas as instâncias, seja de mandatos federais, estaduais, municipais, além da suspensão de direitos políticos de qualquer cidadão. Esses artigos abriram o caminho para o que ficaria conhecido pelo codinome de “Operação limpeza”, a qual ativaría as forças repressivas que daria controle ao Estado. Foram criados os chamados IPMs, que nada mais eram do que comissões de inquéritos criadas em todos os níveis de governo e que deveriam investigar atividades de civis e militares para apurar atividades “subversivas”. Após a apresentação do inquérito, o alegado e o envolvimento factual do sujeito acusado eram examinados pelo chefe do departamento militar a que a região estava vinculada, optando pela decisão final da punição, cabia ao presidente, aos governadores de Estado ou aos prefeitos.

O ser “comunista/subversivo” toma uma dimensão nesse momento, pois esse poderia ser um motivo de alegação para a punição. Vários políticos e sujeitos da sociedade civil buscam distância de tais termos – quando não condenavam, reforçavam –, legitimando as ações que o Estado tomava.

Após o Golpe no início de abril de 1964, uma grande campanha de busca e prisões foi desencadeada em todo o país. A “Operação Limpeza” chegou também ao Pontal do Triângulo Mineiro, e até o início de junho de 1964, aconteceria uma série de arbitrariedades, perseguições, prisões e deposições políticas na cidade de Ituiutaba – tudo contra a “subversão do comunismo e da corrupção”.

Ao dia 28 de abril, no último encontro do mês da Câmara Municipal, o prefeito José Arcênio de Paula retirou mais 6 meses de licença. Após isso, observa-se, estranhamente, quase um mês de silêncio nos encontros do legislativo da cidade. As reuniões que eram feitas semanalmente param por 28 dias, retornando apenas no dia 26 do mês seguinte. O retorno dos encontros foi marcado por uma enxurrada de renúncias. Os próximos três encontros do legislativo representam uma ruptura e nova organização dentro do poder local, que marcaria a ascensão de uma nova estrutura administrativa e política imposta por meio autoritário.

A primeira das três reuniões foi executada sobre a presidência de Agesípolis Fernandes Maciel (PSD) e secretariado por Jurandir Inácio Moreira (PSD), pois não estavam presentes Germano Laterza (PTB) nem Diógenes de Souza (PTB). Além desses, encontravam-se no recinto os vereadores Vicente Carvalho (UDN), Paulo Domingos Vilela (UDN), Antenor Domingues (UDN), Geraldo Gouveia Franco (UDN), Arthur Junqueira de Almeida (PSP), José Arantes de Oliveira (PTB), Silva (PTB), Geraldo Alvares Tavares (PSD), Geraldo Moisés (PTB) e Sebastião Francisco da Silva (PTB). No expediente foram assinalados as renúncias de Geraldo Luiz de Andrade (PTB) e Germano Laterza (PTB).

Foram convocados os suplentes David Francelino de Oliveira (PTB) e Jeová Abraão (PTB). Com a renúncia do presidente da casa, é feita uma nova eleição para substituí-lo, por meio de voto secreto: Agesípolis Maciel vence o udenista Paulo Vilela. Ao fim da reunião, é narrado que:

[...] o senhor Presidente levou ao conhecimento da Casa haver recebido naquela oportunidade do comandante do comando, digo do senhor encarregado do inquérito policial militar nesta Casa um “Dossiê”³⁵ contendo documentos de caráter sigiloso para apreciação da Casa, pelo que deu por encerrada a presente reunião convocando os senhores vereadores para uma reunião secreta para análise dos referidos documentos, reunião esta a realizar-se logo a seguir (ITUIUTABA, 26/05/1964).

O “Dossiê” apresentado pelo comandante nada mais era do que um relatório do IPM instaurado e que, detalhadamente, acusava os gestores municipais e outros sujeitos da cidade de atividades subversivas.

Segundo os entrevistados, o então presidente da Câmara e outros vereadores estavam por fora do acordo de deposição em andamento nesse dia, tomando outros rumos com relação ao que deveria ser feito durante a votação. Entretanto, o resultado não ficaria dessa maneira, de modo que seria executada outra votação. No segundo encontro, estavam presentes os vereadores Maciel, Almeida, Domingues, Tavares, Franco, Moisés, Abrão, Silva, Moreira, Vilela e Carvalho. Nesse momento, são anunciadas as renúncias dos vereadores Ribamar Nunes (ex-UDN, que migrou para o PTB), Diógenes Souza (PTB), Sebastião Luiz Mamede (UDN), José Arantes de Oliveira (PTB) e Antônio Ferreira Neto (PTB). São convocados os suplentes Francisco Sanches (PTB) e Simão Ferreira de Jesus (PTB). Foram tomadas, também, as renúncias do prefeito José Arsênio de Paula e do vice-prefeito, que estava em exercício, Rodolfo Leite de Oliveira. Em sequência, é anulada, sem motivos aparentes, a eleição para presidente da casa feita na sessão do dia anterior, sendo executada a votação novamente, na qual Geraldo Gouveia Franco vence por votação unânime, tendo como vice Jurandir Inácio Moreira. De acordo com a Lei 28, de 1947, com a vacância no poder executivo da cidade, quem assumiria o cargo de prefeito automaticamente com as renúncias seria o presidente da Câmara em atuação. Com o resultado da nova votação, Geraldo Gouveia Franco assume o cargo de Prefeito Municipal e Jurandir Inácio Moreira (PSD) se torna o novo Presidente da Câmara e consequente vice-prefeito (ITUIUTABA, 28/05/1964).

Podemos supor a hipótese de que o que aconteceu nesse momento foi um acordo entre as alas do PSD e da UDN (e os militares que ali estavam) que ocupavam a Câmara Municipal,

³⁵ Felizmente, conseguimos encontrar o tal Dossiê citado. Uma parte do capítulo seguinte será dedicado à análise dele e de outros documentos encontrados no fundo DOPS/MG.

para colocar à frente um prefeito da UDN, Geraldo Gouveia Franco. Com a renúncia do prefeito e do vice, quem assume a cadeira do executivo é o presidente da Câmara. Como afirma Sammir Tannus, os vereadores do PSD apoiaram as medidas tomadas pelos udenistas nas deposições: “[...] e os do PSD passaram de lado, nós éramos minoria tinha três vereadores só aquela época na Câmara, e os três passaram para o golpe militar pra UDN e eu perdi meus três vereadores”(TANNUS, 2015).

Na terceira e última reunião, verificaram-se não somente renúncias, mas também a cassação dos vereadores petebistas David Francelino de Oliveira e Nestor Fernandes de Moraes (líder sindical, conhecido vulgarmente como “Durezinha”, do qual falaremos mais à frente do trabalho). Anunciaram-se as renúncias de Sebastião Francisco da Silva – o “Satipo” (PTB) –, Geraldo Moisés da Silva (PTB) e dos suplentes Pedro de Lourdes de Moraes (PTB) e Otávio Cardoso (PTB). Assumiram alguns dos cargos Murilo Rezende (PTB), Geraldo Adad (PTB), Jafet Ferreira Breves (PTB) e Meinardo Cunha Passos (UDN). Ainda nesse encontro, o prefeito encaminhou um ofício de suspensão do estudo de todos os projetos de lei enviados pela prefeitura, e o vereador Vilela fez o mesmo pedido referente aos projetos formulados pelo legislativo, suspendendo todos os projetos propostos pelo PTB no município (ITUIUTABA, 01/06/1964).

Na reunião seguinte, o udenista Vilela requereu a expedição de ofício ao Capitão Claudio Albano de Brito Rech, informando a respeito das renúncias e da cassação de mandatos dos suplentes de vereadores Nestor Fernandes de Moraes e David Francelino de Oliveira.

Como podemos perceber, quase todos esses políticos que renunciaram foram eleitos ou eram suplentes que pertenciam ao PTB. Nesse sentido, é possível questionar a respeito do que aconteceu durante esse intervalo de quase um mês nas reuniões da Câmara Municipal. Aí entra a importância das fontes orais. Se nos apoiamos apenas nas atas dos encontros do legislativo e outros documentos textuais, não iríamos compreender, em partes, a conjuntura histórica. Atas de Câmaras Municipais, apesar de terem uma condição de documentos oficiais restritos ao âmbito político-administrativo, constituem-se em importantes fontes, se tomarmos a análise a contrapelo e nos direcionarmos a perguntas certas, sobretudo, se as relacionarmos e/ou as entrecruzarmos com outras fontes, podemos fazer um confronto de informações.

Segundo os entrevistados, chegou nesses dias à cidade uma junta militar vindas de Uberlândia (alguns entrevistados apontam que os militares dessa junta vieram da cidade de

Juiz de Fora-MG³⁶) e instaurou-se um Inquérito Policial-Militar (IPM) na cidade³⁷. À frente dessa junta estava o Capitão Luiz Cláudio Albano Rech, que, com cerca de 20 a 30 homens, se instalou no Tiro de Guerra da cidade (ITUIUTABA, 02/06/1964). Esse capitão é o mesmo que apresentou o tal “Dossiê” à Câmara em reunião do dia 26 de maio. Como no explica um dos então vereadores que foram cassados³⁸, José Arantes de Oliveira:

[...] e veio um comando revolucionário pra Ituiutaba, porque aqui era a “cidade” de Minas Gerais, principalmente do Triângulo Mineiro, a cidade que tinha maior oposição, não aos militares, mais a UDN né e a menina dos olhos deles da revolução era Ituiutaba. Então, aqui foram presas várias pessoas. E fez uma pressão, foi tão violenta que obrigou a renúncia coletiva de todos os vereadores, do prefeito e vice-prefeito da cidade. Do PTB, todos do PTB, inclusive eles fizeram uma pressão tão violenta, pressão psicológica, os familiares desesperados, ninguém saía na rua [...] nós estávamos em 5 ou 6 vereadores presos, já estavam lá na cadeia, *tavam* presos: Diógenes de Souza, José de Ribamar Nunes, Sebastião Luiz Mamede, Antônio Ferreira Neto [...] fizemos a reunião, todos concordaram fazendo a renúncia coletiva, todos renunciaram. Fizeram uma reunião na câmara, elegeram um vereador pra ser presidente da câmara, esse presidente da câmara... inclusive ele não sabia que ia ser assim, elegeram um outro que não era da UDN, que era do PSD. Daí o comando, o Capitão Rech disse “não, o presidente da câmara que vai ser o prefeito”, aí mandaram ele renunciar, renunciou e fizeram nova eleição. Colocaram um da UDN, o Geraldo Gouvêa Franco foi eleito prefeito de Ituiutaba. Eleito não! Foi nomeado né, indicado (ARANTES, 2015).

Há, ainda, o depoimento do pessedista Samir Tannus, que, nas eleições de 1962, havia sido derrotado por José Arsênio de Paula e, segundo o próprio, em 1964, deu apoio aos políticos que estavam sendo golpeados:

[...] em 1964, veio o golpe militar e nesse golpe militar eles, o PTB, foram atingidos[...]. Aí começou a UDN fazendo uma... aproveitando da situação e fazendo um limpa, que eram as cassações. Com razão, sem razão, com direito, sem direito, correto, incorreto, e naquilo foram cassando [...]. Então, começou a derrocada aqui, os militares vieram de Uberlândia pra cá pra depor o Prefeito, aí esse quadro talvez eu seja o único político que participou ativamente, e é uma ferida que eles abriram que só vai cicatrizar o dia que eu morrer. Porque eu assisti e eu participei. Aí quando eu vi que eles estavam querendo tirar o José Arcênio da prefeitura, eu pulei pra dentro e comecei a dar apoio para o José Arcênio, porque eu sempre achei um absurdo você destituir as pessoas sem prova, sem processo, sem nada. Acha um absurdo tomar o poder pela vontade pura. Então começou um movimento aqui, que vieram os militares de Uberlândia e fizeram pressão na cidade, eles andavam de Jeep na rua em contramão, a rua 22 desce e eles subiam com fuzil e metralhadora, assustavam senhora que estava na calçada nas lojas. Então eles foram criando um trauma, um clima de pressão e começaram a pressionar a Câmara dos Vereadores. Mesmo assim o Zé Arcênio tinha oito vereadores, o que eles fizeram, eles prenderam quatro vereadores – incomunicáveis – pra utilizar como moeda de

³⁶ Após investigarmos, concluímos que se trata de militares do que viria a ser o 36º Batalhão de Infantaria motorizado, localizado na cidade vizinha de Uberlândia.

³⁷ Não foi somente na deposição dos Políticos Locais que se baseou o IPM e a ação Civil-Militar na cidade. O jornal “Folha de Ituiutaba” foi fechado, o dono e o redator chefe também foram presos, além de outros sujeitos tachados de “comunistas”, que foram perseguidos.

³⁸ Segundo José Arantes, ele não foi preso porque tinha amizade e influência com o Drº José Zoccoli de Andrade, um dos líderes locais da UDN, que não permitiu que acontecesse a prisão do comerciante.

barganha, que pra soltar queriam a renúncia [...] e já era maio, foi em 64 mais não era em abril já estava em junho, maio e daí eles não resistiram, tiveram que renunciar. O Rodolfo renunciou, era mais ou menos uma hora da manhã e eu tava na prefeitura com ele quando ele me chamou e me falou “não aguento mais, vou ter que renunciar” (TANNUS, 2015).

Como também afirmou Afonso Faissol, que, apesar de não ser engajado na política institucional no momento, observou e vivenciou indiretamente a trama da conquista no poder político:

Aí eles chamaram, a revolução era deles... da UDN, pessoal da UDN pediu e vieram aqui e fizeram. Comando militar veio aqui, começou com os vereadores, exigindo que os vereadores renunciassem, renunciaram, os do PTB né. É... chegaram onde tinha problema, e fizeram o Zé Arsênio renunciar, o Rodolfo era o vice-prefeito. Entrou, mas ele não aceitaram também, tiraram o Rodolfo também e fizeram uma nova eleição por que o vice-presidente da Câmara, o presidente da câmara na época era o Agesipolís Fernandes Maciel era do PSD, então num serve, PSD não serve, tem que ter outro candidato [...] o Geraldo Gouveia, que era suplente, ele não tinha ganhado eleição, ele era suplente. Então, dois vereadores da UDN pedem licença, que o Geraldo vai assumir, o Geraldo vai ser prefeito, vocês vão votar nele pra presidente da câmara [...] jesses quatro vereadores do PTB, fizeram eles renunciar... colocaram outros quatro sem expressão nenhuma, num podia fica... a câmara num podia funcionar só com meia dúzia de vereador né (FAISSOL, 2012).

Ou, ainda, Fued Dib, que era uma das lideranças do PSD. Influente homem público que constitui a vida política tijucana até hoje:

Olha, o golpe aqui na cidade foi o seguinte é, é, é o pessoal da UDN que apoiava o golpe eles seguiram junto à ditadura depor o prefeito da cidade, o vice prefeito e todos os vereadores do PTB, O senhor José Arsênio de Paula, que era prefeito, o senhor Rodolfo Leite, que era vice prefeito, e tinha os vereadores, vários vereadores, naquela época a câmara tinha 15 vereadores e eles foram depostos, e eles puseram na prefeitura, por indicação, sem eleição, o vereador da UDN que era Geraldo Gouvêa Franco (DIB, 2009).

Na mesma perspectiva, também narrando em diálogo, o ex-dono do jornal Folha de Ituiutaba, Ercílio Domingues da Silva:

[...] foi uma vergonha porque o golpe de 64 veio dar posição àqueles que não tinham condição de conquistar essa posição pelo voto democrático. Daí que foi apoiado com a coparticipação da então UDN, que era o partido da reação e muitos dos elementos que pertenciam à UDN ganharam posição de domínio, de poder durante o governo militar[...].

O PTB, com a eleição de José Arsênio de Paula, que foi deposto sumariamente, pelos eventuais participantes, os intervenientes do golpe, ele foi deposto sumariamente, foi substituído pelo vice, que era o Dr. Rodolfo Leite de Oliveira, que também foi pressionado com ameaças, até que se viu na contingência de largar também o poder. Assumiu o Geraldo Gouveia Franco, foi nomeado por um Conselho representando aqui o poder militar (SILVA, 1995).

Essa junta manteve, em cooperação com civis (principalmente políticos ligados à UDN, e provavelmente uma parcela do PSD também), durante um certo período, em cárcere

privado, alguns sujeitos da cidade, dentre eles, alguns desses vereadores³⁹. De tal forma, foi feita uma barganha para acontecer a liberação desses sujeitos, de modo que alguns vereadores, junto ao prefeito e o vice, deveriam renunciar aos seus respectivos cargos. E assim foi feito. Os políticos que assinaram a renúncia durante esses três dias fizeram-na dentro desse acordo e, por pressão, foram depostos de seus cargos. As renúncias, na verdade, foram executadas por meio de coerção: ou os petebistas renunciavam ou ficariam presos.

Provavelmente, David Francelino de Oliveira e Nestor Fernandes de Moraes resistiram e não renunciaram, por isso foram cassados⁴⁰. De acordo com as entrevistas, o capitão Rech estava presente nas reuniões em que foram depostos.

Ao que se poderia chamar de “renúncias”, preferimos denominar como deposições. Em uma democracia, por meio de várias regras constitucionais, o plebiscito popular é o que decide quem terá o poder de governar, logo, quem é mais votado é o vencedor e o eleito para o cargo – o que chamamos de eleição direta. Sendo assim, só há uma maneira do perdedor chegar ao poder: por meio de golpe político. Segundo Benevides (1981), o envolvimento de udenistas com chefes militares era intenso desde 1962, sendo que, em sua primeira nota, logo após a deposição de Goulart, a UDN se congratulava com os militares. Aqui configurou-se uma ação de deposição e desmantelamento de políticos trabalhistas e em seu lugar foi posta uma oposição conservadora, que entra de forma indireta no poder legislativo e executivo.

Claramente, temos um plano arquitetado entre civis e militares de deposição e de ascensão de novos administradores locais. Como nos afirma Maria Helena Moreira Alves (1989):

Os IPMs vieram também a servir a interesses políticos locais. Certos políticos da UDN que frequentemente perdiam eleições passaram a valer-se desse recurso de acusar seus adversários políticos de atividades subversivas, envolvendo-os em algum IPM para eliminar a concorrência indesejada (ALVES, 1989, p. 57).

³⁹ A UDN, dentre todos os partidos políticos existentes em 1964, foi o que mais participou ativamente na conspiração golpista de 1964. Como exemplo próximo, podemos citar alguns personagens udenistas da cidade Uberlândia como Virgílio Galassi, vereador eleito em 1962, e que, em 1964, listou para a confecção de um IPM local, alguns vereadores da cidade que, seguidamente, foram obrigados a renunciar – em um total de 12 – além da cassação do vereador Natal Felice. Essa ação teve à frente, em uma trama parecida com a de Ituiutaba, também, o Capitão Claudio Rech. Galassi seguiu vida pública na cidade, sendo prefeito de Uberlândia 4 vezes, de 1970 até o final do século XX. Outro udenista que foi um dos grandes articuladores do Golpe em nível nacional, estadual e regional, que podemos citar é Rondon Pacheco. Pacheco iniciou sua vida na política como deputado federal no final da década de 1950. Após o 1964, a carreira política de Rondon alavancou ao fato de Rondon fazer parte do bloco parlamentar, liderado pela UDN, que deu sustentação à política do Marechal Humberto Castelo Branco. Em 1966, já sobre o regime bipartidário, Rondon se tornou secretário da ARENA até 1967. Com a ascensão do Marechal Costa e Silva à presidência da República, assumiu como ministro chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Em 1970, foi nomeado governador de Minas Gerais pelo Presidente ditador General Emílio Médici (MARTINS, 2015).

⁴⁰ Vale lembrar que ambos eram suplentes e iriam assumir os cargos que acabaram de ser depostos.

A ação civil-militar local destruiu qualquer possibilidade de prosseguimento de um projeto trabalhista e reformista, que havia sendo aplicado na gestão petebista, e dentro desse curto processo de deposições foi construído pela oposição, pelo menos nas reuniões da Câmara Municipal, que a gestão petebista local, além de incompetente, era corrupta.

Nesse processo, não foram somente os petebistas depostos de seus cargos na política institucional. Nesse meio, havia figuras ligadas à própria UDN, como Ribamar Nunes, que havia migrado de partido, apesar de a cadeira pertencer ao partido e Sebastião Luiz Mamede. Desde o início da gestão, Mamede diferenciava-se de seus companheiros udenistas, haja vista que muitas vezes havia embates entre os demais com ele. Não raro, Mamede não votava em conjunto aos seus pares. Era visto como um problema que deveria ser varrido dentro do legislativo, por algumas vezes não compactuar com seus companheiros de partido. Muitos dos entrevistados em suas narrativas negligenciam que Mamede era udenista.

Nessa trama, quem saiu vitorioso? A UDN, o empresariado e os latifundiários locais foram os grandes favorecidos, pois agora poderiam aprovar projetos políticos de seus interesses. Porém, não só eles saíram lucrando dentro dessa trama. Figuras de outros partidos se beneficiaram também com as deposições. Como exemplo, o PSD, que, dentro dessa nova organização, conquistou a presidência da Câmara Municipal e, consequentemente, o cargo de vice-prefeito, o qual ficou nas mãos de Jurandir Inácio Moreira. Agesípolis Maciel, representando a bancada do partido na Câmara, exprime em suas palavras votos favoráveis a nova gestão:

O vereador, em seu nome e do PSD, cumprimentou os eleitos e disse que o pôvo desta terra espera dos novos dirigentes o cumprimento estrito do dever, para que impere a ordem, paz e trabalho profícuo em benefício da coletividade (ITUIUTABA, 28/05/1964).

Todavia, não foi só a oposição ao PTB que se beneficiou com o golpe. Muitos petebistas que eram suplentes conquistaram os cargos como efetivos da gestão, provavelmente em troca de compactuar com a nova administração local e seu projeto. Dessa maneira, muitos dos suplentes do PTB que assumiram foram destituídos em seguida, possivelmente por serem contra. Esses petebistas que assumiram, definitivamente, o cargo não se opunham à situação ou concordavam com o novo projeto político. Inclusive, se beneficiaram com a ação civil-militar, conquistando os cargos, mesmo não tendo sido eleitos. Esse apoio do “novo” PTB foi registrado em ata:

Abraão, que profundamente sensibilizado saudou, em nome do novo PTB, àqueles que hoje tomam conta dos destinos de Ituiutaba. Afirmou que a atual bancada não

votará mais fanaticamente por imposições, saberão dar o voto independente em tudo que fôr em benefício do Município. Teceu cumprimentos aos gloriosos membros do exército que aqui vieram para dar a Ituiutaba um governo honesto (ITUIUTABA, 28/05/1964).

Ainda de um modo mais tímido, Arthur Junqueira de Almeida, representando o PSP, saudou também a nova gestão e o novo prefeito em exercício. Podemos assegurar que a ação golpista civil-militar não só colocou o poder nas mãos de um projeto municipal liberal/industrial, como eliminou qualquer possibilidade, naquele momento, de política oposicionista. Outro exemplo de que esses compactuaram com a nova organização se deu em fevereiro do ano seguinte, quando aconteceu a nova votação para Presidente da Câmara. Votaram em favor da manutenção desse sistema, mantendo Gouvêa Franco como chefe da casa e, por assim, como prefeito do município (ITUIUTABA, 08/02/1965).

Ainda como beneficiados, podemos apontar os militares. Não os golpistas locais, mas os de nível nacional, isto é, os que assumiram o poder federal. Conseguiram, pelo menos nesse primeiro momento, controlar a vida política institucional da microrregião (como devem ter feito em diversas outras localidades no interior do país), ao eliminar qualquer núcleo de potência oposicionista, lançando também a base coerciva do novo Estado, promovendo expurgo nas burocracias para neutralizar qualquer política que fosse contra o novo modelo imposto.

Após terem as suas vidas atravessadas por esse evento, muitos seguiram na vida política local. Rodolfo Leite conquistou o pleito de Deputado Federal décadas depois; José Arantes de Oliveira se elegeu e foi vereador outras vezes e até prefeito interino na cidade durante um curto período; Germano Laterza também continuou na vida pública. Outros não seguiram o mesmo caminho: José Arcênio de Paula, após a sua deposição, se retirou da cidade, indo morar no estado vizinho de Goiás; Ribamar Nunes ainda tentou a eleição para vereador em 1966, perdendo o pleito, em seguida, mudando-se também da cidade de Ituiutaba. José Arantes e Rodolfo Leite de Oliveira, que, com a decretação do Ato Institucional II e o início do bipartidarismo, fundaram o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) local, junto com o ex-udenista Sebastião Luiz Mamede, Fued Dib (ex-PSD) e Arthur Junqueira de Almeida (ex-PSP), entre outros. Nas eleições de 1966, o MDB local não lançaria nenhum candidato, apoiando a eleição bem-sucedida de Samir Tannús – candidato por parte de uma das ARENA (Aliança Nacional Libertadora) locais, partido que, em sua maioria, aglomerava os ex-udenistas da cidade⁴¹.

⁴¹ A extinção dos partidos políticos veio no Bojo do Ato Institucional II, com a decretação do bipartidarismo em outubro de 1965, formando-se a ARENA e o MDB. Na cidade de Ituiutaba, um pouco diferente, formaram-se

2 - IMPRENSA TIJUCANA EM TORNO DE 1964.

três partidos: o MBD, Arena I e Arena II – exemplo de que havia artimanhas locais contra a organização política que partia de cima.

2.1 – A Folha de Ituiutaba: Um periódico “comunista”?

Questionados sobre os jornais que circulavam, referentes ao Pontal do Triângulo, quando houve o golpe de 1964, os sujeitos que vivenciaram a conjuntura apontam dois periódicos: um que encerrou suas atividades neste ano e outro que retornou a ativa logo em seguida. O primeiro era a *Folha de Ituiutaba*, e o segundo, o *Correio do Triângulo*.

A *Folha de Ituiutaba* e seus jornalistas foram uns dos grandes prejudicados pelo golpe na região. Foram vítimas de uma atrocidade política que teve como desfecho a perseguição e prisão do dono e do redator chefe, além de que o jornal teve seus dias findados. Nunca mais circulou sequer uma edição após o 1º de abril. O motivo da repressão pela qual passaram é apontado nos documentos do DOPS e dito pelos entrevistados de modo semelhantes: eles, os redatores, principalmente Geraldo Sétimo, eram “comunistas”.

Como nos afirma Capelato (1988), desde “os seus primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais” (CAPELATO, 1988, p. 13). Assim, esses jornais não fugiram dessa lógica.

O jornal *Folha de Ituiutaba* foi um informativo impresso do Pontal do Triângulo Mineiro⁴² que circulou de 1942 até o ano de 1964. Ao longo dos seus 22 anos, o jornal passou por diversas modificações, inclusive em sua linha editorial. O periódico foi fundado e iniciou-se sua circulação pelas mãos do jornalista e escrivão de polícia Ítalo Terêncio José Bermasse Gentil e do também jornalista e escrivão da coletoria estadual Aloisio Silva Novais. Pouco tempo depois, em 1946, o jornal tijucano foi adquirido por Ercílio Domingues da Silva e por Guilherme Borges Lacorche, de modo que, até o final da década, Lacorche sairia de cena e o

⁴² Segundo artigo encontrado por Bandeira (2015) em um jornal da década de 1950, até a metade do século XX houve diversos periódicos de circulação local que tiveram uma vida curta, muitos não passaram de uma década. Dentre esses, além de propriamente a *Folha de Ituiutaba*, o pesquisador nos aponta alguns e seu donos/linhas editoriais: *Vila Platina* (1907-1910), dirigido pelo Pio Augusto Goulart Brum, Redator Coletto de Paula; *Gazeta Platinense* (1912), dirigido por Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessôa; *O Tagarela* (1913), dirigido por Odilon José Ferreira; *A Alvorada* (1914-1917), de Hipólito Maria de Freitas e Alfeu de Freitas; *A Tesoura* (1917), de Francisco Antônio de Lorena; *O Porvir* (1917-1918), também de Francisco Antônio Lorena; *A Colmeia* (1926-1927), de Maria Prudêncio Franco e Maria da Glória Lemonaco; *O Sertão* (1934), dirigido por Petrônio Rodrigues Chaves; *Jornal de Ituiutaba* (1934-1942), de Cicero de Freitas Barros; *O Vencedor* (1935), dos alunos do Instituto Marden, dirigido por Laci Vilela de Andrade e tendo como redator João Damaceno Ribeiro; *Cidade de Ituiutaba* (1936), Petrônio Rodrigues Chaves; *Folha da Semana* (1942), Dir. João Petrâglia.; *A Chanha* (1943), de José Maia e José Féres; *Saneando* (1946), jornal espírita, José Bento Ferreira; *A Sogra* (1946), jornal humorístico, Dir. Antonio Gentil; *Gazeta de Ituiutaba* (1949), Benjamin Dias Barbosa; *A Estampa* (1955), revista e jornal, Pedro Lourdes de Moraes; *Brasília* (1956), revista de Benjamin Dias Barbosa e Walmôr Pinheiro Machado Caffaro; *Correio do Pontal* (1956), dirigido por Pedro Lourdes de Moraes e Luiz Alberto Franco Junqueira; e *Correio do Triângulo* (1959), de Jayme Gonzaga Jayme e Benjamin Dias Barbosa. Como o autor nos aponta, provavelmente há periódicos locais que não entraram nessa lista.

jornal ficara nas mãos apenas de Ercílio, que seguiu como diretor do jornal até seu último dia de circulação. Durante esses anos, o jornal teve circulação quase interrupta⁴³. Era um típico jornal de cidade pequena, segundo Rui Costa (2008), “[...] era um jornal de interior com coluna social com notícias locais de futebol de esporte de cotidiano de cidade pequena, que era isso que era a *Folha de Ituiutaba*” (COSTA, 2008).

Ercílio nasceu em Capinópolis ainda quando a cidade era distrito pertencente ao município Ituiutaba. Mudou-se para a cidade de Ituiutaba no ano de 1934, quando estudava o curso normalista. Iniciou a vida profissional trabalhando como cobrador no *Ituiutaba Club*, passando depois ao cargo de tesoureiro no clube⁴⁴ tijucano, e logo após começou a lecionar no colégio particular chamado *Instituto Marden*, onde trabalhou como docente durante três anos e meio. Após esse período, iniciou sua vida como jornalista ao adquirir a *Folha de Ituiutaba* junto com o também professor do mesmo colégio Guilherme Lacorche. No estabelecimento físico do jornal, funcionava também uma livraria e papelaria que tinha uma seção de prestação de serviços de gráfica, a qual pertencia também a Ercílio. Como Ercílio narra em depoimento:

[...] depois de formado, ingressei no magistério, no Marden (Colégio Instituto Marden, particular também de bastante prestígio na época), onde lecionei durante três anos e meio. Após esse tempo, eu ingressei na atividade comercial e jornalística, tendo fundado, ou melhor, tendo adquirido o acervo de um jornalzinho que existia na época, é, em sociedade com o então professor, também do Marden, Guilherme Borges Lacorche, hoje já falecido, e foi assim que eu dirigi aquele jornal “Folha de Ituiutaba”, durante longos anos [...] (DOMINGUES, 1995).

Até o início dos anos de 1950, passaram pelo jornal diversos redatores contratados, sendo que, até 1951, pelo menos dois redatores assinaram as páginas do periódico. Eram eles Otáclio Nascimento (até 1949) e A. Pajuaba (até 1951). Em 1951, Ercílio procurava um novo redator para o seu jornal, entrando em cena o jornalista Geraldo Sétimo Moreira.

Geraldo Sétimo nasceu em 1921 na cidade de Santa Bárbara e, ainda muito pequeno, com 6 meses de vida, foi-se para Sabará, cidade onde foi criado e apelidado de “Copeba”, alcunha que não o seguiu quando se mudou para Ituiutaba. Foi recenseador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em Sabará na década de 1940 e mudou-se da cidade para Ituiutaba em 1951, devido ao cargo de funcionário público que assumiu no IBGE local por meio de concurso público.

⁴³ Em alguns momentos, nesse período, a *Folha* não circulou, sendo que em janeiro de 1964 e metade de maio de 1963, devido à falta de papel, o jornal não foi produzido. O material em que era impresso era importado e, por isso, muitas vezes podia estar em falta.

⁴⁴ O *Ituiutaba Club* é um tradicional clube esportivo e de lazer de Ituiutaba e, durante esse período, ocupar sua diretoria era um privilégio. Hoje o clube, apesar de ainda existir, não contempla mais o status que lhe era atribuído.

Logo que se mudou para Ituiutaba, a convite de Ercílio Domingues, passou a compor o corpo editorial da Folha de Ituiutaba como redator-chefe, devido à experiência que Geraldo já possuía como jornalista, pois compôs e fundou, em 1943, a redação e o editorial do periódico "O Kaquende", quando morava na cidade de Sabará. Ainda na cidade de Sabará Geraldo, foi educador e lecionou a disciplina de Geografia em escolas e foi presidente da Liga de Futebol de Sabará, pois era um admirador do esporte. Geraldo Sétimo seguiu a partir da contratação em 1951 como redator-chefe até o empastelamento da *Folha de Ituiutaba* em abril de 1964⁴⁵.

No início dos anos de 1960, o nome do farmacêutico tijucano Manoel Agostinho passa a integrar o cabeçalho do jornal como redator, apesar de Agostinho escrever artigos e notas para o jornal desde a década anterior.

Esse trio de jornalistas, Ercílio Domingues, Geraldo Sétimo e Manoel Agostinho, seguiu como os principais nomes do jornal durante a década de 1960 até seu fechamento. O primeiro como diretor, o segundo como redator-chefe e o terceiro assinando apenas como redator. Entretanto, o jornal ainda tinha outros importantes nomes de colaboradores que escreviam constantemente em suas páginas. Listaremos alguns dos que contribuíam com frequência ao impresso em seus últimos anos e algumas colunas.

De 1962 até 1964, semanalmente encontramos uma seção na *Folha* chamada de *Crônica da cidade*, assinada pelo nome apenas de Anastácio (nome que não apresenta mais descrições no jornal, provável pseudônimo). As crônicas se dedicavam aos mais diversos assuntos, principalmente às recorrentes da vida social tijucana e do cotidiano da população local.

Outra repartição interessante no jornal são as *Notas de Uberlândia*, do correspondente na cidade vizinha de Uberlândia G. de Souza, que trazia desde informações políticas até reportagem sobre tragédias do município vizinho.

Ainda havia outra divisão no jornal chamado de *Trapos E Retalhos*, o qual não tinha uma periodicidade constante. Essa ala era escrita pelos próprios redatores que assinavam o cabeçalho do jornal. Nela, havia curtos parágrafos divididos por temas, que discutiam determinados assuntos, desde posições sobre a política e ações locais até críticas sobre sujeitos nacionais – falaremos mais a diante sobre alguns trechos.

Há uma ala especialmente voltada para piadas e escrita cômica no jornal intitulada *Fofocadas* e assinada apenas pelo nome de Niodons.

⁴⁵ Durante um período no ano de 1957, a assinatura de Sétimo sai do cabeçalho do jornal, dando lugar a Eurípedes Alves de Freitas e Lincon Ávila Borges. A assinatura de Geraldo retorna ao jornal no final do mesmo ano.

Nas páginas da folha há também a *Coluna Agrícola*, escrita por J. M. Ferrer (Pepo), que se dedicava a discutir sobre a produção rural, principalmente no que se refere à produção de arroz, em vista da produtividade na microrregião. Outro colaborador que discutia sobre a produção agrícola no jornal era Alberto Monteiro. Nesses artigos, encontramos informações sobre adubos, controles de praga e demais assuntos sobre a parte técnica da lavoura.

Havia, também, as *Crônica Relâmpago*, com a assinatura de Alaôr Ribeiro, que se constituíam de pequenas crônicas, de dois parágrafos geralmente, que discutiam interesses de Ituiutaba, principalmente voltados para seus clubes esportivos e sociais da cidade.

Vale aqui destacarmos a *Coluna Sindical*, escrita pelo alfaiate e sindicalista Ivanildo Francisco dos Santos, seção que estreou em 18 de agosto de 1962. A coluna tinha como objetivo:

(...) prestar esclarecimento aos trabalhadores sindicalizados desta cidade, bem assim propugnar por uma vida sindical mais ativa, capaz de elevar sempre o nível associativo dos empregados no comércio, dos condutores de veículos rodoviários e dos oficiais de alfaiate e costureiras (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/08/1962).

Por mais que esses fossem os objetivos declarados da seção, essa tinha um papel informativo para além da declarada, o qual traremos mais à frente desta discussão.

Ivanildo também publicou durante o ano de 1963 e 64 na seção “Legislativo em ação”, onde comentava os lances do poder da Câmara municipal e o seguimento das leis, aprovações e negações que ocorriam no poder legislativo da cidade.

Vale apontar que os advogados Humberto Teodoro Gomes e Tomaz de Aquino Petraglia, que outrora tinham colunas no jornal, contribuíam esporadicamente para o jornal durante a década de 1960.

Diferente dos grandes jornais, provavelmente os redatores faziam o papel de repórter, indo a campo quando havia “furos”. Em relação às notícias nacionais e estaduais, tinham como referências, provavelmente, outros jornais e de rádios, em vista que a tevê ainda era uma novidade na região. Como nos afirma Robert Darnton (1990), em suas reflexões sobre o jornalismo os “repórteres de cidades com apenas um jornal precisam se manter apenas à frente da televisão e dos serviços telegráficos, que representam outros tipos de informação e não constituem uma verdadeira concorrência” (DARNTON, 1990 p. 85). Em relação às notícias locais eram necessários trabalhos de campos, isto é, sair atrás dos eventos e documentá-los em notícias.

Desse modo, o historiador norte-americano afirma que a notícia não é o que aconteceu no passado ou no imediato, e sim um relato de alguém sobre o que aconteceu, pois:

Converter os fatos em matérias e publicar matérias é uma questão do que pode caber em termos culturais – convenções narrativas e tradições jornalísticas que funcionam como uma maneira de dar uma forma ao amontoado confuso e ruidoso dos fatos do dia (DARTON, 1990, p. 15).

Os jornais possuem sua dinâmica interna e isso se faz importante para entendermos o seu funcionamento. Darnton (1990) deixa claro que, para compreendermos os periódicos, devemos ter uma noção de como funciona e opera a produção do fato jornalístico. O autor demonstra isso ao fazer um estudo dentro do jornal *The Times*, ao misturar um estudo crítico com sua experiência de trabalho. Em seu estudo, o historiador afirma a importância de compreendermos o funcionamento dos jornais por meio de sua cultura de produção. Os jornalistas escrevem por si, mas há uma gama de diversidades que influência em seu trabalho, desde os preparadores, os diversos editores, as fontes e objetos de seus artigos, os repórteres de outros jornais, amigos e parentes, além de grupos de interesses específicos. Portanto, “as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais previas relacionadas à notícia” (DARNTON, 1990, p. 96).

Com relação a notícias, o jornal publicava diversos temas. Podemos começar falando das de cunho sensacionalistas, como a seção *Front Policial*. Como exemplos: “Pavoroso desastre na BR-31” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/08/1962); “Motorista baleado recebe auxílio de colegas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/01/1962); “Lavourista furtado em 1 milhão e 300 mil cruzeiros!” e “Nordestino baleado e morto num pagode” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/09/1962); “Matou a ex-noiva e suicidou-se” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/11/1962); “Seduziu a própria filha” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/11/1962); “Pescaria trágica: Homem morreu afogado no São Domingos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/02/1963); “Incêndio em Campina Verde: 6 mortos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/04/1963); “Caminhão atropelou e matou jovem eletricista” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/11/1963); “Lavrador assassinado por motivo fútil” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/02/1964). Todas essas notícias buscavam um apelo pelo sensacional, com títulos que almejavam chocar, causar impacto sentimental e de curiosidade no leitor e na opinião pública.

Havia nas suas páginas constante noticiários referentes ao futebol, isto é, desde notícias sobre partidas nacionais, como confrontos de times cariocas e paulistas, como do futebol local e regional, principalmente sobre as partidas que envolviam o *Boa Esporte Clube*, time abrigado na cidade. Muitas dessas páginas eram escritas sobre futebol, haja vista que Geraldo Sétimo era grande fã do esporte, o que faz supor que muitas eram, provavelmente, escritas por ele.

No jornal encontram-se também notícias de cunho solidário, pendido ajudas aos leitores em prol de problemas locais. Entre essas, podemos citar algumas notícias com títulos como: “Donativos para o nordestino enfermo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/08/1962) e “Surdo-mudo pede aparelho ao leitor” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/03/1963).

No jornal, também eram publicados diversos editais de praça das cidades próximas, como Ituiutaba, Campina Verde, Capinópolis, Ipiaçu, Capinópolis, entre outras, além de decretos municipais, entre outros de cunho oficial.

Podemos considerar, ainda, que a *Folha de Ituiutaba* era um jornal da *Pequena Imprensa*, em vista de sua circulação⁴⁶. Um “órgão dedicado a assuntos da região”, subtítulo que se encontra logo abaixo do nome das edições da *Folha de Ituiutaba*, junto a outros dados recorrentes nas primeiras páginas do impresso. A “região” a que o subtítulo se refere é a microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro. Publicava notícias sobre as cidades em que circulava, principalmente as localizadas na microrregião e no entorno, dando ênfase às notícias da cidade de Ituiutaba, mas também se encontravam em suas páginas registros sobre Capinópolis, Santa Vitória, Cachoeira Dourada, Prata, Monte Alegre de Minas, Gurinhatã, Ipiaçu, Campina Verde, Canápolis, Uberlândia, Uberaba, Araguari, entre outras, além das mais diversas notícias de cunho nacional e estadual – muitas vezes transpostas de outros periódicos.

Produzido e entregue duas vezes na semana⁴⁷ (aos sábados e às quartas-feiras), o impresso contava geralmente com quatro páginas – a não ser em edições especiais e comemorativas, que geralmente ampliavam esse número, podendo chegar a 20 –, e apesar de tratar, de maneira quase essencial, sobre assuntos da região, o jornal era distribuído em todo o Triângulo Mineiro, oeste de Minas Gerais, parte dos estados e Goiás e de São Paulo, chegando, nos seus últimos anos de trajetória, a ter uma tiragem de 3.000 exemplares por edição, vendido por 1 cruzeiro o exemplar (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/01/1963).

O jornal era impresso somente com a tinta preta, seguindo o padrão de um jornal em tamanho “grande”, com suas páginas tendo entre 53,5x36cm, configurando-se como um jornal perto do formato que conhecemos como *broadsheet*. No jornal, há colunas que orientam o texto das páginas, variando por edição e dando forma ao conteúdo, porém, imagens e anúncios muitas vezes não seguem essas colunas, sobrepondo-as. Na segunda

⁴⁶ A denominação “Pequena Imprensa” aqui utilizada se refere a jornais de cidades pequenas e de médio porte, que possuem entre suas manchetes a circulação quase restrita à região onde são produzidos. Essa denominação constitui-se em contraposição à noção que usamos de “Grande Imprensa”, que é designada aos jornais com altos números de tiragem e de circulação, quase nacional.

⁴⁷ Durante um curto período na metade da década de 1950, a Folha de Ituiutaba, por questões financeiras, passou a circular e ser produzida apenas uma vez durante a semana.

metade do século XX, os jornais brasileiros se modernizaram principalmente em decorrência da concorrência com os veículos de massa eletrônicos, como a televisão. Na diagramação, ilustrações, fotos, caricaturas e desenhos quebram a monotonia das colunas escritas, imprimindo movimento ao todo (CAPELATO, 1988).



Figura 1 - Reprodução de capa. *Folha de Itiutaba*, n. 1.304, 1 de fev. de 1964.

A apresentação do jornal é fundamental, uma vez que a embalagem precisa ser atraente para a vendagem. Desse modo, os diversos recursos de persuasão da mercadoria encontram-se logo na primeira página. Sobre isso, pontua Capelato (1988): “É preciso considerar, contudo, que a empresa jornalística coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política” (CAPELATO, 1988, p. 18). Um exemplo disso é que muitas notícias na *Folha* iniciavam-se na primeira página e terminava na última, constituindo uma forma de fazer com que o leitor adquira o impresso para além do olhar somente na banca. O jornal possuía algumas imagens, mas que não configuravam o padrão estético nas edições. Havia poucas fotos e imagens, e essas, quando apareciam, estavam apenas nas primeiras páginas e, em sua maioria, apenas em páginas de propagandas e anúncios.

Importante percebermos que Ercílio adquiriu a Folha no momento em que a imprensa acabava de sair do regime de controle imposto pelo Estado Novo (1938-45), executado por órgãos oficiais como o DIP(Departamento de Imprensa e Propaganda). Com o início da Guerra Fria, o Brasil se alinhou aos Estados Unidos e os jornais passaram a seguir o modelo norte-americano – principalmente no que se refere à publicidade e à propaganda, nas quais os EUA se tornaram nossa matriz (MARTINS; LUCA, 2006)

Jornais são empresas que, dentro de sua lógica, buscam o lucro. Por outro lado, o jornal negocia um produto muito especial, pois ele é capaz de formar opiniões, estimular comportamentos e ações políticas. Percebe-se, com isso, que a Folha vivia à custa não só das vendas das suas edições, mas também de anúncios e propagandas que lotavam suas páginas. Nesse sentido, podemos dividir as propagandas do jornal em três eixos distintos.

Há anúncios de produtos vendidos em níveis nacionais, principalmente ligados ao ramo automobilístico, como de Bateria de automóveis Heliar; Carros da Ford; Jeep WILLYS; trator Valmet e Ferguson; Renault Gordini; aparelho de Rádio Telefuken, entre outros. A partir de junho de 1963, iniciam-se as propagandas de chegada do sinal de televisão no potal do Triângulo Mineiro, acontecimento destacado com uma página toda a partir da edição do dia 10 desse mês, onde anunciam quem eram os novos que adquiriam a televisão no município.

Em segundo lugar, encontram-se os diversos anúncios locais, de lojas, empresas e trabalhadores liberais, tais como: Armazém Junqueira; Armazem Luruçu; Oficina do Caetano; Demetrio Coelho Ortopedista; Bar e Restaurante Icê; Propaganda da tipografia do mesmo grupo que produzia o jornal; A Tijucana, loja de calças e sapatos; Escritório de Advocacia do petebista Daniel de Freitas Barros; Cine Teatro Ituiutaba; Assinaturas de Jornais de grande Imprensa com Humberto Teodoro Gomes, etc.

E, por fim, podemos elencar as vendas de propriedades rurais, casas, bares e outros restaurantes, que compunham a estrutura física do comércio no município.

Devemos compreender a imprensa escrita como um meio de comunicação fecundo, capaz de produzir uma linguagem específica para o cumprimento de sua atividade como meio de comunicação. A Folha carregava em suas páginas uma grande força comunicativa com o público da microrregião. O jornal, por ter sobrevivido por esses 22 anos, conquistou um bom número de leitores, diferentes dos outros periódicos locais que duravam pouco tempo, não cativando um público. A imprensa, além de registrar e comentar, participa ativamente da história, em constante disputa pela conquista de mentes e corações. Acima de tudo, a imprensa se interessa em vender o seu produto, configurando-se como uma mercadora particular, desde sua apresentação, seu conteúdo e todos seus recursos persuasivos de

propaganda. Faz-se essencial considerar que a empresa jornalística coloca à venda um produto muito específico, o produto político, que vai chegar aos leitores.

Desse modo, o posicionamento político da *Folha de Ituiutaba* se fez no interior do seu histórico, com suas tensões e contradições, e se constituiu na peculiaridade de quem escrevia e comandava o periódico.

É importante para compreendermos esse posicionamento dos jornais buscarmos como eles se comportavam em relação aos movimentos partidários, principalmente em períodos eleitorais. Como nos afirma Galves (2004), as relações políticas que dão as características dos espaços em que circulam periódicos da “pequena imprensa” se compõem de variáveis que precisam ser consideradas, como o comportamento eleitoral, a tradição política de quem ali escreve, as relações com as lideranças políticas locais e regionais, além das ações/reações perante os acontecimentos estaduais e nacionais.

A *Folha de Ituiutaba*, no período das eleições municipais de 1962, se comportou como o produto que era: quem pagava mais, tinha maior espaço de propaganda eleitoral em suas páginas, independentemente da posição política do dono, de seus jornalistas e redatores. Podemos afirmar que as três grandes legendas da cidade da cidade (PTB, UDN E PSD) tiveram espaços parecidos nas páginas do jornal no período eleitoral de 1962, enquanto os partidos menores mal apareceram.

O PTB, em seu espaço eleitoral, tinha uma ilustração pequena nas edições que faziam a propaganda do futuro prefeito e do vice em conjunto com o deputado estadual pela legenda Daniel de Barros, junto a do deputado federal Omar Diniz do PSP – o conchavo político que saiu vitorioso. Em uma imagem pequena, anunciam-se para vereadores Murilo Rezende, Sebastião “Satipo” Silva, Nestor Fernandes (o “Durezinha”, sindicalista), Antônio Ferreira Neto e Germano Laterza. Muitos dos vencedores no pleito pelo legislativo não tiveram suas propagandas no jornal.

Quanto ao PSD, encontramos, de maneira exaustiva, nas primeiras páginas das edições, ocupando metade dela, a propaganda de Samir Tannus para prefeito, com uma foto grande, seguida dos nomes de Fued Dib, para deputado, e Meinardo Passos para vereador.

Quanto à UDN, anuncia para prefeito Euripedes Alves de Freitas e, para vereador, Antenor Tomaz Domingues, José de Meideiros, Geraldo Gouveia Franco, Geraldo Tavares, Armando Campos e o jornalista Benjamin Dias Barbosa.

Entretanto, se não podemos compreender o posicionamento político dos jornalistas durante a corrida eleitoral, com a vitória do PTB, nas folhas do jornal isso se torna mais claro. Assim, o jornal comemora com o editorial “Conquistou o PTB (por fim) a prefeitura de

Ituiutaba" (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/10/1962). Ainda nas primeiras edições de 1963, o jornal saiu em defesa da posse dos vereadores que eram parentes, se posicionando contra a tentativa de impedir José Arantes (PTB) de assumir o cargo, com o editorial "Parentes podem integrar uma mesma Câmara de Vereadores: Jurisprudência firmada pelo Tribunal Regional Eleitoral" (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/02/1963).

Vale aqui ressaltar o posicionamento político dos três jornalistas (Ercílio, Geraldo e Agostinho), que apesar de serem apontados como "comunistas", eram formalmente filiados ao PSD local, sendo que Geraldo Sétimo concorreu ao pleito de vereador na cidade pela legenda no ano de 1958. Nessa eleição, Sétimo teve problemas com Juiz eleitoral da cidade, que tentou impugnar sua campanha, de modo que o caso foi levado ao Tribunal Regional Eleitoral (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/12/1958).

Uma famosa reflexão nas ciências políticas propôs o questionamento se "Jornais são Partidos?", e apesar de não serem, muitas vezes esses se confundem, pois se "os partidos são de opinião, os jornais também são de opinião, nada de surpreendente se estes às vezes se comportam como aqueles" (WEFFORT, 1984, p. 39).

A grande diferença é a relação entre ação e opinião, a qual dentro dos partidos é pequena, quase inexistente, enquanto no jornal é fato excepcional (WEFFORT, 1984). Os jornalistas da *Folha* não abandonaram seu apoio ao PSD, a exemplo disso, foram os pleitos nas cidades do Estado de Minas Gerais, onde o jornal anuncia com o título "Estrondosa vitória do PSD em todo o Estado", devido ao fato de que, na maioria dos municípios, o partido venceu os pleitos. Outro momento a partir do qual podemos deduzir isso é quando, em entrevista, Ercílio, no alto de sua idade, ao se referir às perseguições políticas, trata do ex-presidente Juscelino Kubitschek, e um dos principais nomes do PSD, como o "maior" presidente do Brasil:

[...] Juscelino foi também perseguido, foi preso, foi exilado, e muitos senadores, ex-governadores, deputados que não comungavam com o pensamento militarista da época né, então tornou-se uma honra para esses que foram perseguidos, porque nós tínhamos do nosso lado um ex-presidente da República, que foi o maior presidente do Brasil até hoje que foi o Juscelino Kubitschek (SILVA, 1995).

Porém, há, nas páginas do jornal, um claro apoio às medidas tomadas pelos trabalhistas no poder municipal e às ações em favor dos trabalhadores no legislativo, tornando-se porta-voz das ações do prefeito petebista.

Em 19 do primeiro mês de 1963, Ivanildo dos Santos registra na *Coluna Sindical* um encontro na Câmara Municipal entre o novo prefeito eleito José Arsênio, o vice e os

trabalhadores municipais, em que o prefeito esclarece seus pontos de vista sobre os direitos trabalhistas, se posicionando a favor da “regulamentação definitiva do salário mínimo” e o “13º salário foi igualmente objeto de consulta em reais possibilidades de aprovação” para os trabalhadores do município (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/01/1963). A coluna, durante várias edições do mesmo ano, apoia os trabalhadores da prefeitura a reivindicarem esses dois direitos, chegando a propor uma greve entre eles na edição de 23 de janeiro de 1963 (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/01/1963).

Encontra-se também nas folhas do jornal o título “Legislação Trabalhista (salário mínimo, etc.) para os trabalhadores municipais”, que nada mais é que uma entrevista inaugural da nova gestão de José Arcênio, na qual o recém-empossado no executivo afirma suas propostas para os trabalhadores do município (FOLHA DE ITUIUTABA, 02/02/1963). Outro artigo do ano anterior tem em seu título “Prefeitura de BH vai pagar 13º salário a seus servidores”, dizendo que essa ação deveria servir de exemplo às outras prefeituras dos outros municípios do Estado (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/09/1962).

Outras notícias que se referiam à luta dos trabalhadores municipais foram destacadas, como: “13º não pode ser descontado” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/12/1962). Em 1963, os trabalhadores iniciam greve pelo direito, fato noticiado como “Terminou a greve na prefeitura”, afirmindo-se que “O movimento paredista dos operários municipais teve caráter pacífico e ordeiro, pondo à mostra a consciência da causa por que lutavam ao desencadearem a parede” (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/08/1962).

Por fim, em 1964, o jornal anuncia: “13º Salário: Prefeitura começou a pagar” – Notícia de que, por determinação do prefeito em exercício, iniciou-se o pagamento relativo a 1963 aos servidores municipais (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/02/1964). Na edição seguinte, o jornal avisa que a partir de março desse ano começaria a pagar os funcionários com base no novo salário mínimo (FOLHA DE ITUIUTABA, 26/02/1964).

O jornal também se posicionou em favor da “Semana Inglesa”, proposta que diminuiu a carga horária dos trabalhadores da indústria e comércio local. Logo ao início de 1963, o jornal comemora a nova instalação da nova Câmara Municipal com uma nota em destaque na primeira página, que dizia: “A Semana Inglesa vem aí!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/02/1963), a qual foi, como já afirmamos um, dos projetos que eram o carro chefe das políticas locais do PTB. Semanas depois, ainda havia uma cobrança nas folhas do jornal, dizendo: “Ituiutaba quer a Semana Inglesa!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/02/1963). E, por fim, o jornal anuncia a notícia em sua primeira página, da seguinte forma: “Câmara aprovou instituição da “Semana Inglesa” (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/03/1963).

O jornal também saiu em favor da proposta do executivo para um novo código tributário, noticiado como: ““Refifi” no legislativo: Votação do Código tributário provocou renúncia do presidente” (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/08/1963). Denunciando a artimanha de alguns vereadores para barrar a votação do novo código de tributos que aumentaria a taxa de impostos das propriedades rurais, conforme seu tamanho.

Em outra edição do jornal, Agostinho, na coluna “Tudo em poucas linhas”, intitulada “Poucos decidem para tantos”, faz uma chamada para a população em favor da aprovação do novo código, em que afirma: “VAMOS todos, independente de coloração partidária, ajudar o chefe do Executivo nesse seu esforço para dotar Ituiutaba de uma justiça tributária” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/09/1963).

Ainda sobre esse assunto, tempos depois, com a falta de *quorum* nos encontros dos vereadores na Câmara Municipal, o jornal publica na sua primeira página um editorial com o título “Obstrução paralisa atividades na câmara”, iniciando-se com a afirmação de que o:

[...] não comparecimento dos vereadores do PSD, da UDN e do PSP tem impedido que a câmara de Ituiutaba funcione. Os edis que concorrem para a paralisação das atividades do legislativo assim procedem como represália pela manutenção, certa, dos vetos do Prefeito ao projeto do Código Tributário recentemente aprovado (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/11/1963).

Nos dias seguintes do mês, o jornal ainda relatou a continuidade na paralisação nos trabalhos da câmara do município. Como podemos observar, o jornal se alinha a interesses e propostas dos políticos ligados ao trabalhismo na cidade.

Apesar dessa aproximação com os políticos trabalhistas, o jornal se dizia oposição ao PTB local, mas apoiava as ações quando seus interesses se cruzavam. Em editorial intitulado “Nós e o plano de obras da Prefeitura”, o jornal se posiciona dizendo:

Não votamos, no último pleito municipal, com as correntes que levaram o PTB ao poder em Ituiutaba. Temos conôscio, todavia, um princípio que insistimos em defender e aplicar: proclamados e empossados os eleitos, ainda que sejam adversários nossos, temos de desejar-lhes uma administração feliz, pontilhada de grandes realizações, para abreviar a solução de problemas que não são apenas dos vencedores, mas de tôda a comunidade.

E esta tem sido nossa posição com o PTB de Ituiutaba, dêle, como de quem quer que seja, em qualquer ocasião, jamais recebemos espórtula. E jamais permitiremos que alguém insinuasse apenas a oferta de uma propina. Julgamos, contudo, ser um dever da imprensa, não apenas registrar um plano de realizações em perspectiva, como também encorajar, estimular a execução desse plano para grandeza de Ituiutaba. Assim procedemos com administrações anteriores, sem nunca, como no caso em tela, de abdicar também de nosso direito de crítica, feita sempre de caráter sistemático, mas com objetivo construtivo.

E essa, parece, é também a posição dotada pela maioria do povo, sobretudo pelos contribuintes que confiam em que o PTB, guindando pela primeira vez à direção do

município, deixe, ao termo de sua administração, concluídas e entregues à população as grandes obras que tem programadas. Reservado ao direito de fiscalizar essas obras, que é seu dever, a própria oposição, como parcela que é do legislativo, e, consequentemente, da administração, dará sua contribuição a esse esforço pela solução dos problemas mais cruciantes que nos afligem (FOLHA DE ITUIUTABA, 29/02/1964).

Em diversas ocasiões, o jornal publicava entrevistas e relatos sobre as ações do prefeito petebista, como a “Mensagem do Prefeito José Arcênio de Paula aos seus municíipes”, na qual o empossado prefeito descreve para a população tijucana sobre o seu encontro com o Governador Magalhães Pinto junto ao seu conterrâneo e companheiro de legenda, o Dep. Estadual Daniel de Barros, cobrando a transferência do colégio “Machado de Assis” para a responsabilidade do Estado, a criação de uma nova escola rural, além da cobrança da pavimentação da estrada que liga Ituiutaba ao trevo de Monte Alegre de Minas. Ou, também, “Pela Reforma na constituição: Vigoroso pronunciamento do Prefeito”, na qual o prefeito sai em favor das medidas de João Goulart (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/06/1963). Ainda pode-se citar o apoio à medida do interino Rodolfo Leite junto aos vereadores, em que: “Prefeito e vereadores iniciam luta contra a carestia: uma providência concreta e elogiável” (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/03/1964).

O jornal tomou a frente em defesa dos novos direitos dos trabalhadores que emergiam no campo. Escrito por Alberto Monteiro, o artigo “Leis Trabalhistas para o trabalhador Rural”, sobre a lei do “Estatuto do trabalhador rural”, confirmou novos direitos aos trabalhadores, a partir do qual, com o advento deste, ficam “abolidos os velhos os velhos costumes, tradições e os sistemas empíricos de trabalho predominantes no meio rural, entre empregado e empregador” (FOLHA DE ITUIUTABA, 30/10/1963).

Outro desses exemplos foi o surgimento da *Coluna Sindical*, escrita por Ivanildo Francisco dos Santos. Ivanildo chefiava o Sindicato dos Alfaiates da cidade e se tornou diretor da Associação dos Trabalhadores do município em abril de 1963. Além disso, em janeiro de 1964, junto a outros trabalhadores, fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba. Na sua coluna, Ivanildo trazia trechos como forma de conscientização sobre esses novos direitos.

Na coluna do alfaiate, encontram-se notas para os trabalhadores sobre direitos e esclarecimentos, dentre esses, podemos citar: “Util e proveitoso trabalho: Procedida a identificação e a entrega de cadernetas profissionais aos trabalhadores de Ituiutaba” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/10/1962); “Esclarecimentos sobre o salário mínimo” (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/01/1963); “Da aposentadoria por invalidez” (FOLHA DE ITUIUTABA,

13/03/1963). Nesse sentido, a *Coluna Sindical* de Ivanildo se configurou como um importante instrumento de mobilização dos trabalhadores, afirmando, logo em sua primeira coluna, que:

Consciente da imperiosa necessidade desta coluna, aqui estamos para informar e orientar o trabalhador, sobre às leis que regulam os seus direitos e deveres como empregado.

O trabalhador tem pela frente um grande dever à cumprir. Cerrar fileiras em torno de seus Sindicatos e partir para a luta em defesa de seus direitos (...). Abrir uma frente de luta contra a alta galopante do custo de vida, porquanto sabemos insustentável e de extrema penúria à situação de chefes de família quem vêm na amarga continência de assegurar a subsistência dos que lhes são caros, com o salário atual, irrisório, convenhamos (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/08/1962).

Nessa seção, encontramos esclarecimentos sobre direitos conquistados pelos trabalhadores, como “Das Férias” e do “Repouso semanal Remunerado” (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/09/1962). Ou ainda os atualizando em questões de lei recém adquiridas, como “Nova Lei que regula a dispensa de empregados”. Ademais, coluna trazia mensagem de junção, afirmação e mobilização de luta para os trabalhadores, tais como: “União a Grande Arma” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/10/1962) e “Trabalhador amigo organiza-te” (FOLHA DE ITUIUTABA, 21/11/1962).

Ivanildo e sua coluna, junto com *Folha*, não só agiu na tentativa de orientar os trabalhadores da região, mas também articulou, por meio dos seus escritos, junto a outros escritores do jornal, a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, onde o jornal foi um importante espaço de informação dos encontros que aconteceriam na cidade, como maneira de agrupar os trabalhadores.

Em sua coluna do dia 6 de abril, Ivanildo apresentou, com o título “Problemas do Campo”, o fato de que estava em suas mãos a documentação necessária para a criação e funcionamento de um novo Sindicato voltado para os trabalhadores rurais da região, tentando convencer da necessidade da criação de um movimento unificado que defendesse a classe e que os interessados o procurassem para iniciar a organização (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/04/1963).

Em outra notícia na primeira página do prelo, diz que: “Vai começar a sindicalização rural”. Com isso, a notícia afirma que o redator-chefe, Geraldo Sétimo, dispunha de instruções para a formação do Sindicato na cidade (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/08/1963).

Além disso, novamente na *Coluna Sindical*, há um “Convite aos Trabalhadores”, convocando-os para uma reunião conjunta no dia 15 na Câmara Municipal, onde seriam tratados assuntos como “o salário mínimo, abono-família, aposentadoria, entre outros”. Esse encontro foi o embrião do que seria o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o qual, no mês

seguinte, foi fundado em um encontro no mesmo espaço das reuniões (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/12/1963).

Na primeira edição de 1964, na sua primeira página, a *Folha* noticia a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, que aconteceu em assembleia no dia 19 de janeiro na Câmara Municipal. Segundo a notícia, o evento contou com mais de 500 trabalhadores do campo, sendo os trabalhos secretariados por Mario Campos, presidente da Associação dos Bancários de Ituiutaba, o colunista Ivanildo Santos, presidente da Associação de Trabalhadores de Ituiutaba, e “outros líderes operários”. A notícia ainda afirma que a segunda reunião do sindicato, no dia 26 de janeiro, contou com cerca de 800 homens (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/02/1964).

A Folha também foi porta-voz de segmentos de trabalhadores, a exemplo do recado de várias associações, que apoiavam as ações trabalhistas, tanto do governo Jango quanto das ações do executivo municipal. Com o título “Ao povo de Ituiutaba: Posição das Associações e Sindicatos Locais em Face a política nacional e municipal”, o jornal registra uma nota assinada por Ivanildo Santos, líder do Sindicato dos Alfaiates de Ituiutaba e Associação dos trabalhadores de Ituiutaba, Antônio de Assis pelo Sindicato do Comércio, Sebastião Francisco da Silva pelo Palmeira Clube, Mario Campos pela Associação dos Bancários de Ituiutaba, Ribamar Nunes pela Associação dos Nordestinos de Ituiutaba e Renato Brandão pela Associação de Imprensa e Rádio. Nela, diziam que eram “em defesa das liberdades democráticas e pelas reformas de base”, elencando pontos positivos do executivo local, que “Vem procurando o sr. Prefeito aplicar a política do salário mínimo, atendendo as necessidades dos servidores públicos (...), Clima de Liberdade para o povo (...) Criação da Semana Inglesa (...”, entre outros e favoráveis a voto parcial em relação a emendas do Código tributário (FOLHA DE ITUIUTABA, 16/11/1963).

É quase consenso na historiografia que a maioria da imprensa, principalmente o que conhecemos como grande imprensa, não só foi contra o governo de Jango como também ajudou a desestabilizá-lo (CAPELATO, 1988; MARTINS; LUCA, 2006). Esse não foi o caso da *Folha de Ituiutaba*. O jornal se mostrou, nos seus dois últimos anos, como um apoiador do governo de João Goulart e também das suas medidas, como as Reformas de Base, em especial da Reforma Agrária⁴⁸.

⁴⁸ A página online, Observatório da Imprensa, reuniu diversos jornais que demonstraram seu apoio ao movimento que levou a derrubada de João Goulart em 1964. Para verificar as informações, acessar o sítio online: http://observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/_ed792_a_imprensa_disse_sim_ao_golpe/

Ainda em 1962, o jornal faz forte propaganda local em favor da retomada do presidencialismo contra a continuidade do sistema parlamentarista, que foi decidido em plebiscito. Uma página inteira é dedicada ao escrito, onde se lia: “No dia 6 de janeiro marque NÃO”. Logo abaixo dessa mensagem, havia uma imagem de um trabalhador rural, com um chapéu de palha, sem os dentes e com uma enxada sustentada ao ombro esquerdo, apontando o dedo indicador para o leitor. Ainda nas próximas páginas havia avisos de “vote não”, menos destacados que o anterior (FOLHA DE ITUIUTABA, 12/12/1962). Na edição seguinte se repetiu a página, dessa vez com uma mulher apontando o dedo, com o escrito: “Chegou a Hora de dizer NÃO!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/12/1962). Na edição posterior também havia uma página dedicada ao “Não”, dessa vez com uma imagem de diversas pessoas em uma manifestação com cartazes à mão contra o sistema parlamentarista, destacando o título “Dia 6 vote não”. No dia 9 de janeiro, o jornal lança em seu editorial uma nota comemorando a vitória do sistema presidencialista, com uma manchete que dizia: “O povo disse não ao Ato Adicional” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/01/1963).

O jornal noticia em suas páginas o plano de controle inflacionário como “Plano Trienal de Celso Furtado”, dizendo que “Pela primeira vez, na história do País, o governo da União, pretende executar um plano, cuidadosamente elaborado, prevendo pelo menos o início da equação dos problemas do Brasil” (FOLHA DE ITUIUTABA, 05/01/1963). Em outro editorial, o jornal afirma que o “Plano Trienal vai à garra” (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/05/1963).

Há, nas páginas do periódico, notícias referentes às Reforma de Base de Goulart, muita das vezes criticando e/ou chamando os opositores das reformas de “gorilas”. Um dos jornalistas, na seção *Trapos e Retalhos*, afirma que:

Aos ingênuos, afirmamos sempre que os gorilas brasileiros, que dentem nêste País toda a sorte de privilégios, jamais permitiriam – pacificamente, já se vê – a realização das faladas Reformas de Base. Inda agora estamos vendo o cinismo com que combatem qualquer modificação do texto constitucional, êles mesmos que, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, alteraram a constituição da noite para o dia, apenas para mutilar as prerrogativas do sr. João Goulart (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/05/63).

Também há uma crítica em um trecho da coluna *Trapos e Retalhos* de que “OS PRESIDENTES nacionais do PSD, da UDN e do PSP já tomaram posição ostensiva contra as Reformas de Base. Querem que tudo continuem como está para ver o que fica, sem se importar com a brisa que anuncia a tempestade” (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/08/1962).

Além dessa, há também, na coluna de Alberto Monteiro, com o título “Reforma Agrária e Gorilas conservadores” (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/07/1963), ou ainda o

editorial “Reformas: única solução” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/12/1963), e, também, “Necessária a Reforma Agrária, segundo o Censo Agrícola”, título de notícia seguido de “Fazendas de Jango também vão entrar na reforma” (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/08/1963). Além desses títulos, também temos: “Começou a Reforma Agrária”, em que um jornal fez uma transcrição de notícia da Folha de S. Paulo, na qual afirma que o governo federal inicia a compra de fazendas no Mato Grosso (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/02/1963).

Ainda sobre críticas, o jornal aponta a não aprovação de uma moção de apoio das Reformas de Base no legislativo local, culpabilizando a falta de alguns vereadores, e o fato de a bancada da UDN ter vencido: “Por um voto: Câmara Municipal ficou contra as reformas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/06/1963).

Outro momento de conflito com alguns vereadores da Câmara Municipal (do PSD e UDN) foi quando houve a votação em favor de medidas de Goulart tomadas contra a inflação, momento no qual o jornal noticia que: “Incrível: Câmara (7x6) não quis apoiar providências contra a carestia!” – nota sobre a votação que foi contra a moção de apoio ao João Goulart, chamando os que votaram contra de “esfomeadores do povo (...) ao lado da exploração” (FOLHA DE ITUIUTABA, 07/03/1964). Em outra edição, outra nota com o mesmo título, porém com novo subtítulo, anuncia que: “Incrível: Câmara (7x6) não quis apoiar providências contra a carestia – O protesto de alguns vereadores e linguagem fria dos documentos”, em que afirma que o jornal foi criticado pelos que votaram contra o projeto (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/03/1964).

O jornal se posicionou claramente favorável em relação às Reformas de Base na edição de 20 de julho, na qual, no editorial chamado “De como fazer omelete sem quebrar o ovo”, afirmam que: “Nesse assunto de reformas de base – Reforma Agrária, sobretudo – temos nossa posição definida. Propugnamos por elas e apoiamos a proposta do Governo da União por sua consecução” (FOLHA DE ITUIUTABA, 20/07/1963).

Entre outros, há também o posicionamento dos sindicatos tijucanos em ação junto ao então prefeito, em que: “Sindicatos de Ituiutaba (Também) defendem as Reformas de Base: Mensagem enviada ao Presidente da República por intermédio do Prefeito José Arcênio” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/03/1964). Houve também apoio a outras medidas de Goulart, tais como “Jango: energia contra sonegadores de impostos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/02/1963), e “Gigante acelerou a Marcha: Jango assinou o decreto da SUPRA” (FOLHA DE ITUIUTABA, 14/03/1964).

Encontra-se nas folhas do prelo, também, apoio à movimentação de trabalhadores em favor das reformas, como “Trabalhadores nas ruas exigem reforma”, na coluna sindical de

Ivanildo, sobre o movimento iniciado em 1º de agosto, no qual trabalhadores iniciaram uma mobilização em favor das reformas de base e contra a “carestia”. Ainda na mesma coluna, Ivanildo aponta que “Carteira de Colonização coopera no sentido de uma reforma agrária” (FOLHA DE ITUIUTABA, 04/08/1962).

A Folha apoiava as medidas de Jango e criticava ostensivamente um dos maiores opositores de Goulart e do PTB. Um dos grandes alvos políticos do jornal era o líder udenista, então governador do estado da Guanabara, o golpista Carlos Lacerda. As notícias aparecem com títulos como “Govêrno nazista da Guanabara assassina mendigos!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/02/1963), e em uma denúncia da ação de Lacerda para erradicar a mendicância, na próxima edição, uma notícia parecida: “Lacerda e a operação mata mendigos” (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/02/1963).

Ou ainda: “Lacerda arquiteta um novo plano Cohen” (FOLHA DE ITUIUTABA, 22/12/1962), e “Almino tachou Lacerda de Mentirosa”, sobre matéria publicada no New York Times (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/04/1963). Há, também, uma nota com o título “Lacerdinhos infestam a cidade: impõe-se uma imediata dedetização” (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/09/1962), relacionando os apoiadores locais de Lacerda com uma praga rural.

Na coluna *Trapos e Retalhos*, os jornalistas criticam Lacerda, dizendo que o mesmo “mandou a polícia baixar o porrete nos trabalhadores que realizavam passeata de protesto contra a carestia”, no dia 7 do corrente mês no estado onde era governador. Acusava, ainda, Ademar de Barros de trabalhar com jogo do bicho em São Paulo (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/08/1963).

Além disso, na edição de 15 de fevereiro 1964, há uma Charge (uma das poucas que encontramos nas edições) na terceira página do jornal, na qual há um homem obeso de terno e cartola com um charuto na boca, provavelmente representando a burguesia industrial, montado sobre outro com rédeas de cavalo na boca e tapa olhos, escrito logo abaixo “Lacerda em 65”, se referindo às eleições que aconteceriam no ano seguinte. Nela, não há assinatura do chargista (FOLHA DE ITUIUTABA, 15/02/1964).

No jornal também há outros dois colunistas que merecem nossa atenção. São os advogados Humberto Teodoro Júnior e Thómaz de Aquino Petaglia. Seus artigos, declaradamente de cunho nacionalista, apareciam esporadicamente nas páginas da *Folha*.

Podemos citar de Teodoro Júnior o artigo “A alvorada de uma nação”, no qual afirma que existe a:

[...] possibilidade de sermos uma nação honrada, digna e respeitada, de termos um governo que represente efetivamente a vontade das massas [...]. O Povo, o operariado, está por si, e pelo sentimento já invencível do nacionalismo, aprendendo a ler a própria cartilha, na cartilha dos brios nacionais, da reivindicação da Justiça Social, do respeito à soberania nacional, a verdadeira dignidade humana, e à única e efetiva igualdade: a de identidade de oportunidade a todos os nacionais em qualquer setor, mormente na cultura (FOLHA DE ITUIUTABA, 09/03/1963).

Também de Teodoro Jr. encontramos o texto “Pensamento de um Brasileiro”, no qual afirma que “Aquêles que se alinharam em posição de permanente agressão aos interesses nacionais, não deixam escapar a menor oportunidade para realizar alguns serviços ao seu estimado “patrão”, os grupos econômicos estrangeiros, que só se preocupam com a manutenção do nosso estado de subdesenvolvimento” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/03/1963). E, também, o texto “Nacionalismo, democracia, comunismo e outras coisas”, que discutia a alcunha de comunista dada a sujeitos que questionavam o *status quo*, afirmado que a saída seria o nacionalismo, definindo tal termo como:

Em conclusão, nacionalismo, dentro da nossa concepção democrática, é a legítima defesa adotada pelos que querem um Brasil realmente grande, econômica e politicamente merecedor incontestado dos respeitos das demais nações como um País Independente, Soberano e Justiceiro para seu Povo, malgrado aqueles que insistem em conservar a injustiça e a veleidade da situação atual (FOLHA DE ITUIUTABA, 03/04/1963).

Ainda em “A Crise Brasileira”, o advogado afirma que a crise que vivenciavam não era só “oriunda das nossas condições socioeconômicas de país subdesenvolvido, como também e principalmente do espírito fortemente reacionário que se opõe intransigentemente à realização democrática e prática da reestruturação necessária de nossas instituições e de nossa política, quer interna, quer externa”. Com isso, foi apontado Carlos Lacerda como o maior representante dessa direita conservadora (FOLHA DE ITUIUTABA, 24/04/1963).

Há, ainda, o posicionamento de outro advogado, Tomaz de Aquino Petraglia, que escreveu diversos artigo, muitos deles defendendo o papel de nacionalizar as riquezas país, principalmente como aconteceu na Revolução Cubana. Em artigos como “Compreendamos Cuba!” (FOLHA DE ITUIUTABA, 23/02/1963), ou em outro denominado “Os empréstimos norte-americanos”, condena os empréstimos dos EUA ao Brasil e a dívida e dependência criada deles (FOLHA DE ITUIUTABA 06/04/1963).

Também é de Petraglia o artigo “Congresso pró-cuba”, sobre o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba e a tentativa do Governo da Guanabara de impedimento, afirmado em favor do país caribenho que “se livrou de uma nação poderoso que opõe ao Brasil e demais países da América Latina” (FOLHA DE ITUIUTABA, 11/05/1963). “A Reforma

“Agrária” é um artigo que afirma que “Em nossa época, uma das grandes tarefas a serem realizadas pelo povo é a reforma agrária, expressão que ainda provoca uma atitude quase de pânico em certas pessoas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 18/05/1963). Há, também, os artigos “A reforma da constituição” (22/05/1963) e “Testemunhos Nacionalistas” (FOLHA DE ITUIUTABA, 25/05/1963), que afirmam a importância das Reformas de Base como um movimento libertador do país em relação à dependência de outros países.

Segundo a historiadora Vania Moreira (1998), o ideário nacionalista, centrado no conceito de auto-sustentabilidade, apesar de diverso, se concentrou em duas correntes preponderantes na metade do século XX: o *nacional-desenvolvimento*, de caráter liberal, preocupada com a modernização, e o *nacionalismo econômico*, que era a vertente defendida pelas esquerdas, ligada aos interesses populares, característica de socialistas, trabalhistas e comunistas. Essa segunda corrente é a que encontramos nas páginas da *Folha*. Conforme aponta a autora, o nacionalismo, enquanto ideologia de Estado, característico dos anos 1930-1964, se ancorou não só ao populismo de Getúlio Vargas, mas também ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek e ao reformismo social de João Goulart. Assim, na “prática, defender o desenvolvimento autossustentado significava, em primeiro lugar, criticar o modelo econômico agrário-exportador e, por extensão, a classe social a ele ligada: a oligarquia latifundiária” (MOREIRA, 1998, p. 4).

A opção nacionalista se revela com a construção de uma economia autocentradada, voltada para o mercado interno. O vilão social interno seria a elite agrária. Logo, a corrente liberal definiu a burguesia urbana como um novo herói que industrializaria o país em uma revolução democrático-burguesa. Nas esquerdas, cresceu um forte antiamericanismo, que identificava os interesses econômicos dos EUA como “imperialismo”. Ser nacionalista, portanto, significa ser favorável ao país tornar-se autossustentável, elegendo a oligarquia agrária como representante interno da exploração e do atraso e o imperialismo como fator externo. Desse modo, os nacionalistas econômicos apontavam para a necessidade de disciplinar a remessa de lucros, royalties, intervenção estatal em ações de empresas estrangeiras em assuntos nacionais e viam na reforma agrária um meio de recuperação social e econômico das massas rurais.

Apesar de nos artigos dos dois advogados a questão do nacionalismo se mostrar de maneira mais latente, os jornalistas da *Folha* em si seguiam o ideário nacionalista econômico. A exemplo, em propaganda política da candidatura de Geraldo Sétimo para vereador do município anos antes, ele anuncia no jornal, abaixo de sua imagem, que era um “Candidato Nacionalista – Candidato Independente” (FOLHA DE ITUIUTABA, 19/08/1958).

Sem contar os diversos artigos que se encontram no jornal, como “Capital de maus brasileiros depositados no exterior daria para resolver os problemas do País” (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/12/1962). Ou de ação dos EUA, como “Conspiração contra JK na embaixada americana: Tubarões reunidos sobre a presidência do sr. Lincon Gordon articulam maior apôio a Carlos Lacerda” (FOLHA DE ITUIUTABA, 17/08/1963). Ainda, na seção *Trapos e Retalhos*, o grupo jornalístico “O Globo” é chamado de antinacionalista e entreguista (FOLHA DE ITUIUTABA, 28/08/1962). Ou, ainda, “Frente Única das Fôrças Progressistas”, no qual afirma que:

[...] as fôrças progressistas – e se denominam progressistas exatamente aquelas fôrças não comprometidas com o atraso, - fazem nêste momento um esfôrço hercúleo, em prol da esquematização de uma Frente Única capaz de prevalecer ideais e princípios autênticos de emancipação econômica (FOLHA DE ITUIUTABA, 08/02/1964).

Há, também, “A 5º coluna norte-americana: Brizola denuncia” (FOLHA DE ITUIUTABA, 27/10/1962). Esses artigos, entre outros, demonstram a relação em defesa do nacionalismo que cultivavam os jornalistas da *Folha*.

Hippolito (2012) afirma que o PSD, dentro de suas contradições, era formado, a grosso modo, por duas alas que entraram em conflito nos últimos anos de partido. Há a chamada Ala Moça, formada por jovens (muitos favoráveis ao governo de JK), na maioria de orientação reformista/nacionalista, e, por outro lado, o que a autora chama de “raposas”, referindo-se a partidários ligados às elites rurais e herdeiros oligárquicos que defendiam os direitos das elites rurais. A Ala Moça do PSD foi um dos fundadores da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o que criou conflitos internos no partido devido a outras alas ligadas à oligarquia rural. Podemos afirmar que os jornalistas da Folha se aproximam, politicamente, da primeira ala⁴⁹, por defenderem, em suas páginas, políticas reformistas, aliando-se aos políticos do PTB local que estavam, na ordem do dia, colocando em prática tal defesa, além de defenderem as Reformas de Base João Goulart.

Entretanto, os comunistas não ficavam de fora das páginas do periódico. Em 1954, o jornal foi arquivado no Departamento de Ordem Política e Social mineiro (DOPS-MG) por ter transposto, de vários outros jornais (inclusive do Diário de S. Paulo), como afirmou seu ex-dono, uma publicação de propaganda do “Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil” (FOLHA DE ITUIUTABA, 06/03/1954), partido que vivia na clandestinidade desde a

⁴⁹ Podemos afirmar também que Fued Dib e Sammir Tannus também eram ligados a Ala Moça, defendendo o nacionalismo. Como nos afirma DIB, sobre sua atuação ainda no movimento estudantil na década de 1950: “era através das entidades nossas estudantis, eu tive a honra de participar ativamente do movimento brasileiro nacionalista né, da ação nacionalista brasileira” (DIB, 2009).

década passada. Gerado Sétimo e Ercílio Domingues foram conduzidos à Delegacia Local para dar esclarecimentos, onde afirmaram que a tal notícia foi paga para ser publicada no jornal. Ercílio foi processado com base na Lei de Imprensa, processo que foi arquivado ainda no mesmo ano (FOLHA DE ITUIUTABA, 10/04/1954).

Cruz Neto (2016), ao analisar os reflexos sobre a Revolução Cubana nas páginas de alguns jornais produzidos no Triângulo Mineiro – abrangendo o recorte temporal de 1959 até 1964 –, nos afirma que a Folha, em suas páginas, demonstrava admiração pela revolução e a defendia como um evento libertador para o país caribenho a partir do arquétipo nacionalista de triunfo revolucionário, sendo que Petraglia foi um grande exaltador da revolução cubana nas páginas do periódico, apesar de os jornalistas salientarem que não eram comunistas.

Há, em 1964, um texto na Folha com o título: “Nova agressão à Cuba”, assinado como XXX, o qual afirma que os EUA estão investindo em uma nova ação contra a Revolução Cubana (FOLHA DE ITUIUTABA, 01/02/1964). Também se encontra no jornal a chamada para uma palestra na Câmara Municipal do Município, na qual o Comunista da cidade vizinha e líder regional do Roberto Margonari, de Uberlândia, relataria sua visita à União Soviética e a outros países do leste europeu (FOLHA DE ITUIUTABA, 13/07/1963).

O grande “crime” da Folha foi ser o porta-voz das esquerdas da microrregião. Nas suas páginas encontramos desde a defesa de interesses trabalhistas, sindicalistas e nacionalistas, como escritos e informes dos comunistas (apesar de esses serem mínimos). As elites locais viam o jornal como um inimigo que precisava ser derrotado, e o golpe de 1964 foi esse momento. Como nos afirma Tannus, a relação entre a Folha e UDN foi de oposição, tanto que:

[...] eles (os udenistas) tiveram que aproveitar a força que eles criaram e eles tinham que eliminar os adversários, a luta pelo poder é eterna, sempre foi assim né? Num tinha uma ideologia política nenhuma, eles eram contra o Jornal do Ercílio porque o jornal era contra eles (TANNUS, 2015).

Ademais, José Arantes afirma que:

porque era oposição da UDN, era oposição, esse jornal não comungava o mesmo pensamento da UDN, então ele foi fechado pela revolução. Como o Zé Arsênio caiu, ele podia tá com um rosário na mão na igreja rezando - ele tinha caído [...] Faziam propaganda contra a UDN, ai veio a revolução e a menina dos olhos da UDN era fechar o Jornal do Ercílio e aconteceu (ARANTES, 2015).

Da mesma forma que a *Folha de Ituiutaba*, há um grande número de jornais que foram fechados pelo golpe de 1964. Podemos citar alguns como, por exemplo, *O Binômio*, jornal de sátira e crítica política produzido em Belo Horizonte; *O Semanário*, jornal de orientação

nacionalista; *Brasil Urgente*, informativo católico; *Panfleto*, jornal da Frente de Mobilização Popular (Brizolista); *Política Operária*, tabloide da *Nova esquerda*; os semanários clandestinos *Novos Rumos* e *A Classe Operária*, que eram jornais ligados ao PCB; e *A Liga*, do movimento das Ligas Camponesas. Todos esses jornais são uma alternativa ao que conhecemos como a Grande Imprensa, ou mídia burguesa, e muitos deles foram o embrião do que viria ser conhecido como imprensa alternativa da década de 1970. Esses impressos se apresentavam como críticos ao sistema liberal ou apoiadores das Reformas de Base propostas por João Goulart (KUCINSKI, 2001). A *Folha* não fugiu dessa lógica.

Como no afirmam Martins e Luca (2006), “regimes autoritários impuseram (e ainda impõem) limites às atividades jornalísticas, por meio de censura, apreensão de edições, proibição de circulação, perseguição de profissionais etc.” (MARTINS; LUCA; 2006, p. 11). Nesse sentido, não bastava caçar/apreender os jornalistas. Era necessário estrangular o meio a partir do qual as ideias chegavam ao público, e assim foi feito⁵⁰.

As atividades da Folha foram interrompidas pelo Golpe, sendo que nenhuma edição do jornal correu em abril de 1964⁵¹. O jornal, no início desse mês, foi fechado e impedido de circular, e Ercílio e Geraldo (junto a outros que escreviam no periódico) foram perseguidos pela aliança civil-militar. Ercílio foi preso pela junta comandada pelo capitão Claudio Rech e encaminhado ao DOPS de Belo Horizonte, onde ficou preso por um período de 21 dias, liberado por motivos de saúde. Sétimo se refugiou na zona rural da cidade e se entregou dias depois, sendo também encaminhado para a capital mineira. Tempos depois os dois foram liberados, mas ficaram sob vigilância política durante um período.

Os dois foram processados por subversão e o jornal proibido de circular – depois liberado apenas o funcionamento da parte gráfica da empresa. Geraldo foi exonerado do cargo

⁵⁰ Há diversos trabalhos que se dedicaram a compreender processos políticos por meio dos jornais, desde o apoio até o papel de resistência. Sem a intenção de fazermos um inventário exaustivo, podemos citar alguns que se destacam em relação ao estudo sobre os prelos, o golpe de 1964 e a ditadura militar: O trabalho de Rodrigo Sá Motta (2006) que, por meio de análise de caricaturas de jornais, tentou interpretar o contexto do Golpe de 1964, analisando como a imprensa operava no pré-1964, demonstra como se instituiu o imaginário social no período diante da crise política. As charges da maioria dos jornais de grande circulação, ao pintar uma imagem desfavorável de João Goulart, acabaram ajudando no processo de desestabilização do presidente; já em relação à ditadura militar (1964-1985), a historiadora Maria A. Aquino (1999), ao comparar o jornal da Grande Imprensa *O Estado de S. Paulo* com o semanário *Movimento* - considerado jornal de Imprensa Alternativa típico da década de 1970 -, discute a censura e seus efeitos práticos nos diferentes prelos durante a ditadura militar, apontando de maneira latente a resistência e a criatividade dos diferentes jornais; por outro lado, Beatriz Kushnir (2004), ao analisar o jornal *Folha da Tarde*, também de grande tiragem e circulação nacional, afirma que muitos dos jornalistas foram colaboradores do regime autoritário, contribuindo com autocensura dos jornais. Inclusive, muitos dos jornalistas do jornal analisado eram apoiadores e trabalhavam em favor do regime.

⁵¹ A última edição que encontramos do jornal *Folha de Ituiutaba*, tanto no acervo da Biblioteca Nacional quanto do CEPDOMP, foi a referente à data de 25/03/1964.

público que ocupava no IBGE da cidade. O acervo do jornal resguardado por Ercílio foi confiscado pelos militares, e não tiveram mais nenhuma notícia sobre a coleção.

2.2 – O Correio do Triângulo: Um periódico anticomunista

Em contrapartida, quase que de imediato ao golpe, um prelo que já havia circulado na cidade nos fins da década anterior voltou à ativa com uma nova roupagem. O jornal *Correio do Triângulo* retornou como porta-voz tanto dos militares quanto das elites econômicas e conservadoras locais que estiveram à frente dos atos arbitrários ocorridos naquele ano na microrregião.

Não era essencial apenas impedir que a *Folha* continuasse publicando e divulgando as ideias nas suas páginas. Era indispensável colocar um novo produto em seu lugar, que faria o mesmo papel de imprensa local da *Folha*, mas com a missão de porta-voz de outras políticas e como um legitimador da nova ordem imposta. Como a política é um jogo de forças, decomposta uma dessas forças, outra toma o seu espaço num todo. E, nesse contexto, ressurge o *Correio do Triângulo*, ocupando o vácuo político e econômico que foi criado com o fim da *Folha de Ituiutaba*.

O *Correio* e seus jornalistas não eram nenhuma novidade na cidade e região, pois já eram jornalistas tão conhecidos quanto os da *Folha*. Anos antes, em 1959, uma versão do *Correio do Triângulo* circulou na microrregião. Bandeira (2015), em um estudo sobre essa primeira fase de circulação do *Correio*, que ocorreu entre os meses de fevereiro a setembro de 1959, afirma que o jornal possuía o formato próximo do que se conhece como *tabloid*, com suas dimensões 47x33cm, que comparadas com o tamanho da *Folha de Ituiutaba*, eram páginas “pequenas”, com uma tiragem inicial de 5.000. Uma das hipóteses do fim dessa primeira versão do *Correio* (da mesma forma que outros periódicos tijucanos que também tiveram vida efêmera ao logo do século XX) foi por questões financeiras, já que a região não suportaria mais de um impresso, pois a *Folha* já se tornara um jornal tradicional e tinha seu público formado em 1959.

O *Correio*, produzido na década de 1950, tinha um projeto gráfico com temas e questões distintas das que circulariam em 1964, desde seu tamanho até a impressão, que contava com cores nas fontes e imagens, artifício que o jornal não havia na sua segunda fase. Se comparada com as edições da *Folha* da época, nessa versão de 1959 havia muitas imagens, enquanto a *Folha* contava com mais escritos do que gravuras – tanto jornalísticas como de

propagandas. Isso demonstra um papel crucial na manutenção do periódico por meio da propaganda, enquanto a *Folha* provavelmente se sustentava por outros meios para além do uso de propagandas, provavelmente com a venda de seus exemplares.



Figura 2 - Reprodução de capa. *Correio do Triângulo*, n. 18, 19 mar. 1959.

Nesse primeiro momento, a redação e produção estava por conta de Jayme Gonzaga Jayme, enquanto a direção estava a cargo de Benjamin Dias Barbosa. Segundo Bandeira (2015), Jayme era nascido na cidade de Araguari e contribuía também para outros periódicos da região, inclusive o jornal *O Triângulo*, produzido na cidade de Uberlândia. Já Benjamin Barbosa integrou a redação e produção de alguns jornais locais, como a *Gazeta de Ituiutaba* (1949-1951), e com Manoel Agostinho e João Petraglia, dedicando-se ao movimento separatista do Triângulo Mineiro, montaram *O Autonomista* (1951). Posterior ao Correio do Triângulo, articulou-se em outros jornais locais, como a *A Cidade de Ituiutaba* (1966-?), *Folha do Pontal* (1978-1979), findando sua carreira de jornalista no final da década de 1970. Nascido em 1914, era contador de profissão. Nessa primeira fase do *Correio*, Benjamin abandona a direção do jornal antes do fechamento dele em 1959. Além desses dois:

Outros nomes, tais como João Petraglia, João Batista Vilela, Roseno Resende, entre outros, ajudavam a compor as páginas do *Correio do Triângulo*. Eram colaboradores frequentes. Produziam para colunas ou publicavam textos. Dois pseudônimos eram frequentes: além de Agha Xis, com a coluna “Chumbo Miúdo”, que afirmava contar,

sem medo, os problemas de Ituiutaba, havia Deborah, pseudônimo de Dilza Castanheira que escrevia a coluna “Flagrantes, Society's dust”. No *Livro de (quase) todos*, a biografia de Dilza é construída a partir de seu envolvimento com eventos sociais, viagens, teatro e artes em geral (BANDEIRA, 2015, p. 29).

Conforme afirma Bandeira (2015), o jornal, em seu projeto político em 1959, defendia os interesses do setor agropecuário, investindo em forte propaganda sobre as riquezas produtivas rurais do município. O jornal era produzido na tipografia Finholdt, propriedade da família de mesmo nome, residentes de Ituiutaba.

A nova versão do *Correio*, que passou a circular a partir de abril de 1964, se comparada com a de 1959, ressurgiu muito mais parecida, em sua estética, com a *Folha* que propriamente com o antigo *Correio*. Inclusive seu novo tamanho, que era o mesmo da *Folha*, configurando o formato de um jornal também parecido com o *broadsheet*, de modo que agora suas páginas eram impressas apenas na tinta preta, com poucas imagens e propagandas e muitas reportagens e colunas.



Figura 3 - Reprodução de capa. *Correio do Triângulo*, n. 3, 10 de maio 1964.

Durante seus primeiros meses, o jornal circulou sem periodicidade fixa, sendo que, no mês de abril, contou apenas com 2 edições. Essa inconstância na periodicidade das publicações se deu por o jornal ter iniciado suas atividades (provavelmente de maneira

precária) em gráfica emprestada, produzido dentro da Associação Rural de Ituiutaba, organização formada por produtores e proprietários rurais, em sua maioria latifundiários, da qual o udenista Geraldo Gouveia Franco (que dias depois assumiria o poder executivo) era diretor naquele ano.

O jornal contava com seis páginas em um primeiro momento. Posteriormente, em agosto de 64, passou a quatro, a não ser em edições comemorativas, podendo chegar até 12 páginas. As primeiras edições foram vendidas por \$30,00 o exemplar. Em setembro do mesmo ano, retornou a ter seis páginas, em consequência, o jornal passou a não ser um único e, sim, dois, correndo anexo um novo periódico intitulado como *Correio de Capinópolis*. Entretanto, seu preço subiu junto com o número de páginas, chegando a \$40,00.

Nessa nova empreitada do jornal, assinava o cabeçalho do *Correio do Triângulo* como diretor comercial Joaquin Pires das Neves, e voltava Jayme Gonzaga Jayme como redator-chefe. Benjamin Dias Barbosa assinava como secretário. O nome de Joaquin Pires das Neves no final de 1964 já não apareceria entre os nomes principais no cabeçalho do jornal, o que não excluiu que ele possa ter continuado a contribuir com o jornal esporadicamente.

Em novembro do mesmo ano, Orivaldo Vieira de Paiva passou a assinar como diretor do periódico, assinatura que dura pouco, pois, em janeiro do ano seguinte, já não constaria no jornal. Em junho de 1965, desaparece o nome de Benjamin Barbosa, sendo assinado com a palavras “Diversos” no que se refere aos redatores. No mês seguinte, Barbosa retorna ao seu posto no jornal.

A gráfica “Correio do Triângulo” S/A possuía vários acionistas que assinavam como subscritores, muitos desses nomes ligados à política local, principalmente a UDN e PSD. Alguns desses nomes aparecem logo na terceira edição do jornal, dentre esses: Geraldo Gouveia Franco (UDN), Agesipolis Fernandes Maciel (PSD), Paulo Domingues Vilela (UDN), Jacob Tahan (PSD), Napoleão Faissol (PSD), Eurípedes Alves de Freitas (UDN), José Feres (UDN), entre outros.

Como já apontado, em setembro de 1964, em anexo às folhas do *Correio do Triângulo*, passa a circular junto um novo periódico, chamado de *Correio de Capinópolis*, logo abaixo do título corre o escrito: “O arauto das aspirações do município”, assinando a redação João Rodrigues de Miranda e a direção de João Garcia Filho. Em janeiro do ano seguinte, no cabeçalho também consta como “Responsabilidade de Jayme Gonzaga Jayme”, sendo que ele passa a assinar como redator do jornal em março de 1965. Com apenas uma página, o jornal se dedicava exclusivamente a propagandas e notícias do município que

carregava o nome no título, circulando como um anexo do *Correio do Triângulo*, geralmente publicado na penúltima página.



Figura 4 - Reprodução de capa. *Correio de Capinópolis*, n. 1, 16 de set. 1964.

Em suas páginas, o *Correio do Triângulo* tinha diversos redatores que colaboravam, com variadas colunas, citaremos algumas:

A “Correi....adas”, coluna escrita por Correia Durães, foi uma coluna que discutia os mais diversos temas, desde a vida social na cidade, notas cômicas e recortes de frases. Havia a *Secção Agrícola*, escrita pelo professor Vicente Barroso, que se dedicava a discutir notícias referentes à parte técnica da produção no meio rural. Também há a *Vida Estudantil*, assinada por Davil. Essa Secção se dedicava a discutir sobre o movimento estudantil na cidade e no plano nacional, além de também se referir à vida cotidiana dos estudantes.

Também havia os “Bilhetes da Fazenda”, assinada por G. Maria, que nada mais era do que pequenos relatos, de teor literário – muitas vezes carregados de nostalgia – sobre a vida no campo e a infância. Durante 1964, correu a *Coluna Espírita*, de José Gonzaga de Freitas, que trazia notas referentes ao espiritismo kardecista. Também de cunho religioso, em 1965, começa a aparecer uma coluna escrita por Fr. Francisco Maria de Uberaba.

Estavam também nas páginas do periódico as *Crônicas Avulsas*, assinadas por Neves. Havia, ainda, a “*Minha coluna*”, de responsabilidade de Jayme Gonzaga Jayme. Em novembro de 1964, o jornal começa a publicar a “*Crônica de Anastácio*”, assinada por Anastácio, cronista que antes contribuía regularmente para a *Folha de Ituiutaba*. Em 1965, o jornal passa a ter uma interessante coluna dedicada às mulheres do município, intitulada “*De mulher para a mulher...*”, assinada por Teresinha Reis.

Havia, também, as colunas semanais sem assinaturas, que por esse motivo entendemos ser escritas pelos responsáveis pelo jornal. São elas: a coluna *Bilhete ao Leitor*, voltada para o leitor que adquiria o periódico; o *Correio Esportivo*, seção de esportes dedicada principalmente ao futebol regional; a coluna *Sociais*, na qual havia poemas e declaravam-se felicitações de aniversários a sujeitos da cidade e região; numa linha bem próxima desta última, também havia a coluna “*...Da sociedade*”, sobre sujeitos e festas da elite tijucana; o *Legislativo em Foco*, que se dedicava a discutir os entraves no legislativo de Ituiutaba; *O pontal em revista*, que trazia notícias dos municípios vizinhos; *Repórter “A. Z.”*, que cobria furos locais e passou a circular nas páginas do *Correio* a partir do ano de 1965; e, também, havia a *Coluna da ACIAPI* (Associação comercial e Agropecuária de Ituiutaba) - associação dos proprietários rurais, donos de indústrias e comerciantes da cidade.

Além dessas, o jornal contava com os editais de praça, notificação, publicações oficiais do executivo do município, entre outras. Nesse ponto – as colunas – os dois jornais (*O Correio* e a *Folha*) eram bem parecidos. Muitas das colunas que existiam na *Folha* parecem terem sido transpostas para o *Correio*, discutindo temas muito parecidos (se não os mesmos), desde a agricultura, o futebol local, os entraves do legislativo, o formato das crônicas e até um cronista que passou a escrever no novo periódico. Porém, o *Correio* trazia colunas com temas novos também.

Outro ponto muito interessante do jornal eram as frases de efeito, as quais podemos encontrar no final das páginas, algumas de cunho preconceituoso, anticomunistas e de elevação ao papel da imprensa, como: “uma cidade vale a sua imprensa” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 13/03/1965); “Uma sociedade vale, o que valem suas mulheres” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 09/04/1965); “Ocupemos o Brasil antes que outros o façam!” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 02/07/1965); “Para construir é necessário cabeças que pensem, para destruir, bestas que pisem” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 23/08/1964); “A imprensa não é uma voz na multidão, é a multidão numa voz” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 22/10/1964); “O comunismo é o último aborto de satanás” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 27/02/1965); “É mais fácil fazer um jornal comunista que defender a democracia. Para o primeiro jorra

dinheiro às mancheias de providência duvidosa, através de maus brasileiros. Para o jornal democrático os espúrios centavos são difíceis" (CORREIO DO TRIÂNGULO, 27/02/1965).

Do mesmo modo que fizemos com a *Folha*, podemos diferenciar os anúncios e propagandas que encontramos nos jornais, basicamente, em três eixos. Os jornais se assemelhavam até nas propagandas, que eram parecidas, já que, muitas vezes, empresas e prestadores de serviço eram concorrentes das anunciadas na *Folha*, quando não eram as mesmas.

Havia, nas páginas do periódico, propagandas de produtos nacionais, na maioria automóveis, tais como: Carro Vemaguet 1001, Belcar 1001, Caminhetes da Mercedes-benz, Baterias Durex, Tratores e caminhonetes da FORD, máquina de colheita de arroz Vistura, Casas Pernambucanas, Trator Massey-Ferguson, Volkswagen, entre outros.

Em segundo lugar, havia serviços autônomos e lojas locais, tais como: Auto agrícola Ituiutaba, Oliveira Materiais para construção, Cerealista Tijucana, Industria Ciclone, Armazém Bandeirante, Livraria ABC, José Feres Sobrinho – advogado, Moto Ituiutaba, José Feres -médico, Farmácia Nossa Senhora de Fátima, Sociedade de Peças e rolamentos, Casa Oswaldo Oliveira – matérias para construção; A Predial – Materiais para construção; José Zoccoli de Andrade – médico; Expresso Ituiutaba – Transporte de Cargas; Apredial Materiais para construção e até de assinatura de jornais da grande imprensa – responsabilidade de Humberto Teodoro Gomes –, escritório de advocacia de Tomaz de Aquino Petraglia, Moveis Planalto, Moveis Bandeirante, Rádio Cancela.

Em terceiro lugar, encontramos vendas ou aluguéis de propriedade, como de fazendas, estabelecimentos, bares, residências, centro comerciais, entre outros.

Já as propagandas na página do *Correio de Capinópolis* se referem essencialmente às lojas e as indústrias da cidade de Capinópolis, tais como: Torrefação e Moagem do Café Castelo; Farmácia S. Vicente; Farmácia N. S. de Fátima; Armazém Ferreira, etc.

Em sua estrutura, os dois jornais se pareciam muito, o que nos leva a afirmar que o *Correio* e o grupo que o financiava tomou o espaço econômico e mercadológico que ocupava a *Folha* por meio de anúncios. No entanto, se os jornais se pareciam em suas estruturas físicas, o *Correio* se fez, politicamente, muito distinto da *Folha*.

Como afirma Laurenza (2015), os jornais brasileiros da metade do século XX defendiam claramente, em suas páginas, suas posições políticas, e os atores políticos e econômicos se desdobravam para configurar embates que eram dinamizados nas páginas dos jornais. Esse modelo saiu de moda quando o Brasil se tornou um país complexo de se cobrir e o poder se tornou mais intrincado e diversificado. Como exemplo desse uso, podemos

apontar, na Grande Imprensa, uma batalha na década de 1950 entre o jornal *Tribuna da Imprensa*, pertencente ao udenista Carlos Lacerda, e o *Última Hora*, pertencente a Samuel Wainer. O primeiro se fez como grande opositor contra o então presidente Getúlio Vargas (1951-1954), o PTB e a base aliada no congresso, enquanto o segundo se mostrava não só apoiador e afinado com o ideal dos trabalhistas, mas intimamente ligado ao ex-ditador e ao governo, sendo que, em 1953, Wainer respondeu por uma Comissão de Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o favorecimento do jornal junto ao Banco do Brasil.

Os jornais tijucanos que circularam em 1964 não fugiam dessa lógica. Como já afirmamos, os jornalistas da *Folha* eram ligados partidariamente a uma corrente nacionalista/progressista do PSD e possuíam afinidades com alas progressistas e nacionalistas. Já os jornalistas do *Correio* se aproximavam ideologicamente do pensamento udenista. Logo, Benjamin Dias Barbosa foi candidato a vereador da cidade pela UDN em 1962, não conseguindo vencer o pleito. Como nos afirma Tannus (2015) sobre o fato: “Benjamim Dias Barbosa era ligado a UDN, ele era jornalista e era um homem fechado, não dava conta de tocar(a política) não. Era ligado a UDN e eram contra mim” (TANNUS, 2015).

Para Nora (1988), na sociedade contemporânea, é por meio das mídias (como a imprensa, o rádio, a televisão, entre outros) que se faz presente o acontecimento, que são as condições de sua própria existência. O caráter público de tornar o evento conhecido é o que dá forma aos acontecimentos, e não o acontecido em si – para conhecer, é preciso publicar. Os veículos da mídia transformam a ação humana em acontecimentos. Porém, esses eventos são sempre registrados por um agente histórico, de maneira que, por via de regra, devem ser passíveis de crítica.

Podemos ver a afinidade com a UDN nas páginas do jornal. Em uma das suas primeiras edições, o jornal afirma quais eram essas suas posições e, em nota intitulada “Advertência oportuna”, anuncia que condena o “comunismo” em nome da “democracia”, bandeira levantada até o fim do jornal:

“Correio do Triângulo” é iniciativa de democratas de Ituiutaba e cidades vizinhas para defender a democracia contra seus inimigos e combater a doutrina e prática do comunismo.

Por isso queremos advertir aos nossos leitores, aos acionistas da gráfica encarregada de manter este jornal, aos futuros subscritores de ações desta emprêsa, às classes produtoras, aos intelectuais, aos estudantes, ao operário livre e consciente, ao povo em geral para que não se iludam com a atual situação do País.

Comunismo é uma idéia, uma filosofia de vida, uma mística, uma técnica subversiva de líderes politizados e adestrados na doutrina prática da guerra revolucionária. Não decresce com prisões e decretos-leis afogadilho. Não se extirpa em meses e mesmo em poucos anos.

O processo de recuperação democrática, de alienação do cancro comunista é lento e trabalhoso. O mal está implantado no País, com raízes profundas e esparsas, nas faculdades, nas escolas secundárias, nas Forças Armadas, nas elites intelectuais, no operariado, na burocracia.

Não será fácil eliminar em curto prazo a extensa rede de espionagem moscovita que se infiltrou em todos os setores da vida pública brasileira.

Há consciências embrutecidas pelo fanatismo, pela doutrinação intensiva, que não se deixaram influenciar por medidas repressivas apenas, articuladas que estarão com ativistas profissionais do Partido Comunista a soldo da Russia, da China ou de Cuba. Mais do que nunca precisamos doutrinar, esclarecer, advertir, documentar contra o comunismo, em favor da democracia. Mais do que nunca precisamos desse jornal para transformá-lo numa cidadela contra o inimigo da humanidade.

Mais não o faremos sozinho. Precisamos de seu auxílio e seu apoio, triângulino democrata. Venha até nós. Subscreva ações da gráfica em organização. Assine ou compre o nosso jornal. Anuncie em suas páginas. Recomende-o aos seus parentes e amigos.

Vamos juntos combater o inimigo comum.

Vamos cooperar com o governo atual para que nossos filhos não tenham que pegar em armas contra a quinta coluna russa em futuro próximo (CORREIO DO TRIÂNGULO, 10/05/1964).

Nesse sentido, se a *Folha* apoiava as medidas de Goulart – principalmente as Reformas de Base –, o *Correio* apoiou sua deposição e a ascensão dos militares. Podemos perceber isso logo em sua primeira edição, que circulou em 07 de abril de 1964, noticiando uma versão da Marcha da “Família com Deus pela Liberdade” em Ituiutaba, que foi publicada com o título “Marcha da Vitória”, onde afirmam que:

Dia 3 de abril foi uma data que ficará na história de Ituiutaba. Nada menos que 5.000 pessoas participaram da grandiosa passeata da vitória, comemorando a mudança do governo, e a consequente derrota do comunismo que ameaçava as instituições e a própria soberania nacional.

[...] Ituiutaba vibrou, numa das maiores manifestações públicas já realizadas em nossas terras. Regozijo pela vitória da democracia. Foi uma autêntica Marcha da Família com Deus pela liberdade (CORREIO DO TRIÂNGULO, 07/04/1964).

Na notícia, o jornal se posiciona favorável à deposição de Goulart e anuncia o seu inimigo que acabou de ser derrotado: o “perigo comunista”. O jornal vivia um clássico paradoxo udenista: afirmava que defendiam a democracia, mas apoiava um golpe de Estado. Acreditava que ali estava livrando o Brasil de uma futura “ditadura” das esquerdas, contudo, acabou apoiando o início de uma ditadura de direita.

Outras notas e editoriais reafirmam a posição do jornal a favor das perseguições e cassações, uma dessas intitulada “Um esquecimento grave”, escrita por Gustavo Corsão, que discorre sobre o esquecimento de expurgo ou cassação do mandato de Juscelino Kubitschek (no primeiro momento do Golpe, uma vez que, meses depois, ele foi perseguido), o qual teria sido “eleito senador por trapaça e barganha, responsável pela entrada de comunistas nas

cúpulas brasileiras, e agora herdeiro presuntivo dos votos dos janguistas saudosos” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 19/04/1964).

Também há no jornal um recado levado ao recém empossado ditador com o título “Mensagem ao Marechal Castelo Branco”, no qual é publicado que foi entregue uma carta em mãos para o ditador, que estava na cidade vizinha de Uberaba no dia 3 de maio, desejando-o que tomasse uma direção certa na administração do país, “Tudo por um Brasil forte, livre e feliz”, documento assinado por diversos personagens tijucanos, desde o prefeito em exercício Rodolfo Leite, José Feres líder da UDN, Germano Laterza presidente da Câmara e Benjamin Dias Barbosa como representante do Jornal (CORREIO DO TRIÂNGULO, 17/05/1964).

Também na nota de “Um ano de Luta”, o jornal comemora tanto o primeiro aniversário do periódico quanto do golpe, mas lamenta que, até o momento, uma oficina de impressão proposta logo ao início do jornal não foi realizada, continuando a ser produzido na Associação Rural de Ituiutaba (CORREIO DO TRIÂNGULO, 09/04/1965).

Podemos ver a posição política específica de Jayme Gonzaga Jayme na “Minha Coluna”, em texto intitulado “Paradoxo”, no qual narra sua visão sobre a deposição de Jango:

Dizem, os austeros, os homens de envergadura, que presidente não renuncia, morre. Mas o enfático cavaleiro dos pantanais matogrossenses quando percebeu que as nuvens do seu céu voltavam-se achou prudente “dar às de Vila Diogo...”, indo aprisionar-se no aeroporto de Congonhas.

Depois...depois, surgiu após si outro aborto execrando e execrável – o “guasca”, o “che” Goulart, cuja ação e métodos notabilizaram e acabaram em um só dia da história.

Os monstros que ele e Pangaré plasmaram, que vieram enriquecer a fauna catrista no Parlamento Nacional, pregando a subversão da ordem constituída, a criação da militância dos onze, adextrada nos ensinamentos moscovitas, tinham por princípio a revolução ostensiva, a invasão da propriedade privada, o roubo, a extorsão, o extermínio por fuzilamento em massa de todos os patriotas inimigos do comunismo, provocaram reação inesperada. Essa epopeia de heroínas e gigantes teve por palco Belo Horizonte. Foi quando se movimentou a sua população e poz em curso a “Marcha da democracia, com deus, pela família”.

Rasgou-se então o céu da pátria um raio novo de dias melhores e em menos de quarenta e oito horas os patriotas democratas retomavam o Brasil dos comunistas e o entregavam, preservando e uno aos lutadores incontéstes e autênticos (CORREIO DO TRIÂNGULO, 12/07/1964).

O jornal se posicionou favorável à tomada do poder local também, marcando em suas páginas intimidade com a nova administração do executivo local de Geraldo Gouveia Franco e com outros membros da UDN que estiveram à frente das mudanças no legislativo e executivo da cidade. Sobre essas deposições, o jornal lança um editorial com o título “Ituiutaba sobre ação do comando militar: Profundas modificações na vida do Executivo e Legislativo do Município”, no qual:

A cidade viveu nestes últimos dias momentos de “suspense” com a chegada inesperada do Comando Militar, para nova ação no Município.

Tal acontecimento trouxe profundas modificações na política local.

Como resultado da ação do Comando Militar, o prefeito, sr. José Arsênio; o vice-prefeito, Dr. Rodolfo Leite de Oliveira; o presidente da Câmara, sr. Germano Laterza e os vereadores, dr. Geraldo Luís Moraes Andrade, Diógenes José de Souza, José Arantes de Oliveira, Cristóvão José de Ribamar Nunes e o suplente Antonio Ferreira Neto renunciaram a seus mandatos.

Em consequência a câmara Municipal em reunião que se prolongou até a madrugada do dia 27 para 28, presidida pelo sr. Agesípolis Fernandes Maciel, elegeu, respectivamente para presidente, vice e secretário, os cidadãos Geraldo Franco Gouveia, dr. Jurandir Inacio Moreira e Arthur Junqueira de almeida.

De acordo com o Ato Institucional, o presidente da Câmara declarou vago os cargos em referência, elegendo, ato continuo, o sr. Geraldo Gouveia Franco, prefeito municipal e para vice-prefeito, Jurandir Inácio Moreira, que é, automaticamente, o presidente da edilidade.

Os suplentes de vereadores foram convocados para ocupar seus postos no executivo tijucano. Maiores detalhes, na próxima edição (CORREIO DO TRIÂNGULO, 31/05/64).

Na edição seguinte, no editorial “Ação do Comando Militar em Ituiutaba”, publica-se uma “Palpitante entrevista (exclusiva) concedida a este jornal pelo Dr. José Feres (Zinho), presidente do diretório municipal da UDN”, na qual o então líder udenista responde sobre as mudanças políticas no município, demonstrando a responsabilidade do partido na deposições locais e acusando os políticos locais depostos de mau uso de verbas municipais e subversão (CORREIO DO TRIÂNGULO, 07/06/1964).

No mês seguinte, as deposições locais voltam a aparecer no *Correio*, com uma publicação de uma Carta da UDN local em resposta a uma outra nota publicada no jornal carioca “Correio da Manhã”, em que um provável pseudônimo assinado como Osmar Vandykm denuncia que udenistas locais estiveram meses antes no Rio de Janeiro, onde se encontraram com Carlos Lacerda e outros líderes, articulando uma ação de derrubada de vários políticos pelo interior do Brasil. Na nota assinada pelo líder local do partido, dizia que todas as denúncias do IMP de “malversação dos dinheiros públicos e atos subversivos” foram “devidamente comprovadas” e, por isso, a ação foi executada (CORREIO DO TRIÂNGULO, 05/07/1964).

Em outra edição saiu uma entrevista com o novo prefeito da cidade, com o título “O novo chefe do Executivo Municipal, Sr. Geraldo Gouvêa Franco, concede momentosa entrevista a este jornal”, afirmando que há uma grande dívida municipal devido a maus usos de verba pública por parte do executivo, por conta de “excesso de funcionários. A prefeitura foi transformada n’um cabide de empregos” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 14/06/1964).

Do início até o seu termo, o jornal demonstrou apoio à administração de Geraldo Franco. No aniversário da cidade, o jornal dedica ao então prefeito um espaço na primeira

página com uma foto dele (junto a outros personagens da história oficial da cidade), com os dizeres: “Prefeito Geraldo Gouveia Franco, uma inteligência moça a serviço de Ituiutaba: Rol de realizações do jovem, idealista e dinâmico administrador” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 16/09/1964). No início de 1965, o jornal noticia: “Eleita a nova mesa da Câmara Municipal”, em que os vereadores votaram pela manutenção de Gouveia Franco como presidente, mantendo o mandado dele como prefeito (CORREIO DO TRIÂNGULO, 12/02/1965).

No editorial de 11 de julho de 1965, a notícia principal na primeira página comemora o aniversário de Geraldo Gouveia Franco, em homenagem, eleva-o, chamando de:

[...] operoso e realizador prefeito deste município, fazendeiro evoluído e figura destacada da sociedade tijucana.

O nataliante, que vem exercendo, com probidade, senso de responsabilidade, brio cívico e alto padrão de honestidade o cargo de prefeito do município, que lhe fora outorgado em hora dramática e difícil para a vida democrática da Nação, tem se revelado um autêntico líder administrativo, guardião fiel do patrimônio municipal, que deverá ser manipulado com lisura, rigidez e parcimônia (CORREIO DO TRIÂNGULO, 11/06/1965).

Na edição comemorativa de aniversário de 64 anos do município de Ituiutaba, o jornal em sua primeira página coloca uma nota destacada de “Geraldo Gouveia Franco: “Prefeito Padrão” de Minas Gerais”, afirmando que “não acreditamos que ninguém, em todo o território das Alterosas, tenha feito tanto em tão pouco...” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 16/09/1964). Geraldo Franco é descrito pelo jornal como um competente prefeito, que salvou o município das garras da subversão e da corrupção cometida pela gestão que havia sido derrubada.

O jornal apoiava incontestavelmente a posição do novo prefeito do município, sendo que este foi um dos mantenedores do jornal, além de que a Associação Rural de Ituiutaba, que por ele era presidida, abrigou o jornal durante seus dois anos de trajetória. Entretanto, se o jornal apoiou o golpe, a sua relação com o governo dos militares não foi de apoio. O jornal se manteve fiel ao golpe, compreendendo-o como uma “revolução libertadora”, mas não gostou dos rumos que estavam sendo tomados na política. Assim, vemos uma nota no jornal, ainda em 1964, afirmando que: “Quando a revolução iniciará a caça aos Grandes exploradores do Povo?” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 12/07/1964). Também em uma nota de N. I. Moreira, chamada de “Revolução Mórtua”, o escritor eleva o golpe, mas questiona o fato de não ter havido nenhuma melhoria e a população continuar sofrendo em termos econômicos. Ao fim do texto, questiona os acontecimentos na cidade: “Em Ituiutaba diz-se que houve roubos, que houve subversões. Caçaram mandatos, instalaram inquérito. Onde a divulgação dos resultados? Existe mesmo culpados?” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 16/09/1964).

Também no editorial “A volta dos covardes”, se referindo às edições de 1959, o jornal afirma que:

Antes do 31 de março, nossos jornais eram impedidos de chegar às mãos dos assinantes por funcionários inescrupulosos dos Correios e Telégrafos. Comprovamos isto, fartamente. Depois foi uma maravilha: nenhuma reclamação recebímos; todos os jornais eram entregues religiosamente. Mas, o susto passou, a politicalha acabou com a punidade e esfriou a Revolução, encorajando de novo os covardes. Agora, já nossos jornais voltaram a ser boicotados. Imprensa independente sofre demais, apanha de todo o lado, porque não pode se amarrar a ninguém [...] (CORREIO DO TRIÂNGULO, 02/07/1965).

Provavelmente, o jornal estava passando por problemas financeiros e estava culpabilizando a falta de apoio dos “democratas” na manutenção do periódico.

Também o jornal publica uma entrevista com o então pessedista Sammir Tannus, na qual afirma que os acontecimentos foi “um espetáculo deprimente, dentro da intranquilidade nacional, resultando na renúncia involuntária de legítimos representantes do povo, tudo sobre coação física e moral” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 19/07/1964).

O Correio era um jornal de direta e conservador em muitos dos seus aspectos, pois defendia o *status quo* imposto, principalmente no que diz respeito à propriedade privada. Podemos fazer tal afirmação baseando-nos em suas posições e editoriais. A exemplo, quando o jornal parabeniza o ex-líder integralista, o “Deputado Plínio Salgado: Aniversaria, dia 22 p.f o ilustre sociólogo e político, deputado federal Plínio Salgado, representante do Paraná na Câmara Federal” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 16/01/1965). Ademais, isso fica mais claro quando o jornal se refere aos comunistas e à revolução. Na sua segunda edição, encontramos a transcrição de um trecho escrito por Ruy Barbosa, que se repetiria em outras edições, em que afirma:

O COMUNISMO não é fraternidade: É a invasão do ódio, entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: É a sua exterminação mútua. Não arvora a bandeira do Evangelho: Bane a Deus das almas e reivindicações populares. Não dá tréguas à ordem. Não conhecem a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanaria a humanidade. Everteria, subverteria, inverteria a obra do criador – Ruy Barbosa (CORREIO DO TRIÂNGULO, 19/04/1964).

Também, em um canto de página, há escritos como:

Ninguém lhe negará mais o direito de ir a igreja; ninguém mandará na educação de seus filhos; ninguém porá pessoas estranhas na casa onde você mora, nada disso que acontece nos países socialistas acontecerá com você, anule a ação nefasta do comunismo (CORREIO DO TRIÂNGULO, 02/08/1964).

O jornal via no comunismo o fim do cristianismo, o fim da propriedade privada e, mais latente, o fim dos direitos de liberdade. Os artigos discutiam que os comunistas estavam ativos em plano conspiratório para tomar o país e o mundo. Dentre esses artigos, podemos citar: “Corrupção é aliada do comunismo” e “Ação comunista na América Latina” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 10/06/1965).

Há artigos que denunciam a tentativa de uma “revolução” comunista, tais como “O “Paraiso” comunista no Brasil”, no qual o jornal afirma que encontrou um documento em que se lia que “se as forças Armadas não pusessem de pé em defesa das instituições democráticas e da soberania nacional, o Brasil seria transformado em nova Cuba, em simples satélite da Rússia, tal como a República do Caribe, Checoslováquia, Hungria, Polónia, Alemanha Oriental e outro” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 05/07/64).

O comunismo era visto como o mal da humanidade e o inimigo comum que precisava ser combatido, logo, qualquer forma de oposição o jornal enquadrava como comunista. A exemplo, artigos como “Reunião de Goiânia: Nitidamente comunista encontro de Fundação da FLN”, que segundo o jornal, foi fundada por 79 deputados comunistas, “de danosas consequências à democracia Brasileira” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 24/05/1964). Também encontram-se nas páginas: “Conheça os fabricantes do comunismo” (CORREIO DO TRIÂNGULO 24/05/1964); “Você e o perigo comunista” de Flávio Meurer (CORREIO DO TRIÂNGULO, 26/07/1964); “Entidades subversivas: Algumas Organizações comunistas que trabalharam no Brasil e continuam em outros países”, artigo que denunciava supostas associações que pregavam o comunismo no Brasil (CORREIO DO TRIÂNGULO, 31/05/1964).

Entre outros, o jornal insistiu, após o golpe e a tomada do estado, que ainda havia um plano revolucionário em ordem: “Comunistas voltam outra vez a perturbar a vida da Nação” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 02/08/1964), e, também, “Imprensa Comunista: A revolução não extinguiu os agentes de Moscou da imprensa Brasileira – jornais comunistas em ação – desapropriação de gráficas a serviço do marxismo”, defendendo o fechamento de jornais, principalmente do *Última Hora* um dos “maiores órgão de divulgação comunista” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 24/09/1964). Ou artigos como: “Plano subversivo nacional” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 16/01/1965), no qual, já em 1965, o jornal insistia ainda que há na ordem do dia um plano subversivo nacional, e “Comunista continuam ativos” (CORREIO DO TRIÂNGULO, 06/02/1965). Essas notas demonstram a militância anticomunista do jornal.

Nas páginas do *Correio de Capinópolis*, o anticomunismo é tão latente quanto nas folhas do *Correio do Triângulo*, a exemplo, temos as nota: “O grave é propaganda” de Suzane Labin, na qual afirma que:

Chegaram, para a civilização ocidental os dias de vida ou morte.

A civilização que deve a sua grandeza à inteligência arrisca-se a morrer de paralisia da inteligência. Ante a ameaça do comunismo totalitário, o Ocidente aprendeu, mais ou menos a se defender militarmente (CORREIO DO TRIÂNGULO/ CORREIO DE CAPINÓPOLIS, 15/10/1964).

Também encontramos no jornal, referente a Capinópolis, artigos como “Estatuto da terra é socialista e anticristão”, o qual acusa o projeto da Reforma Agrária de criar uma conjuntura brasileira, “que poderá importar numa verdadeira ditadura rural cooperativista” (CORREIO DO TRIÂNGULO/ CORREIO DE CAPINÓPOLIS, 26/11/1964). E, também, “O que você deve saber sobre o comunismo” (CORREIO DO TRIÂNGULO/ CORREIO DE CAPINÓPOLIS, 06/02/1965).

O *Correio do Triângulo* de 1964, que seguiu um modelo parecido com a *Folha de Ituiutaba*, fazia questão de se diferenciar politicamente e apoiava as medidas persecutórias contra a esquerda, declarando qualquer fagulha progressista como “comunista”. Fazendo isso, o jornal se distanciava do perigo que seu antecessor sofreu: o de ser fechado, além de ganhar e demonstrar apoio e formar aliança com esses setores que venceram no processo político. Dessa forma, o jornal se tornou o porta-voz da nova ordem imposta na microrregião, trazendo artigos que tentavam dar legitimidade e confiança ao público leitor sobre os novos administradores que conquistaram o cargo por meios indiretos.

A imprensa tem papel central na defesa de interesses dos cidadãos contra quaisquer tipos de abusos e violações por parte do Estado. Porém, para além desse papel de vigilância, a imprensa não é isenta de tensões e muitas vezes desempenha papel fundamental em prol dos interesses de grupos que lutam pela hegemonia política, já que muitas vezes não cumpre somente um papel de vigilância, mas também de cumplicidade política. Por outro lado, os Jornais são empresas e, como tal, buscam o lucro. Assim, o jornal negocia um produto muito especial, pois ele é capaz de formar opiniões, estimular comportamentos e ações políticas, ou seja, os jornais “se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público” (MARTINS; LUCA, 2006, p. 11).

O *Correio do Triângulo* vivia uma complexa militância anticomunista, pois manifestava que havia um plano arquitetado pela esquerda para tomar o Brasil em 1964,

fundando a ditadura do proletariado. Dentro dessa lógica, o jornal viveu uma contradição e uma tensão interna, em que chamava seus escritores e apoiadores de democratas, mas, nas suas linhas, apoiou a derrubada de Goulart em plano nacional e a deposição do prefeito e vereadores em nível local – todos esses eleitos democraticamente. Todavia, se o jornal abordou o momento político local, este se silenciou sobre o fechamento da *Folha de Ituiutaba* e sobre a perseguição dos jornalistas e líderes de organizações de trabalhadores. Talvez porque o surgimento e a manutenção econômica do jornal só foram possíveis dessa maneira, desarticulando o outro que já era tradicional. Desse modo, o *Correio* foi privilegiado pelo golpe de 1964.

O jornal não só teve a audácia de ocupar um espaço político que se esvaziou com o fechamento da *Folha*, como também ocupou o espaço econômico como produto da imprensa, em que os anúncios e o formato do jornal eram parecidos. Logo, o periódico provavelmente se aproveitou da clientela que era fiel à Folha e tomou-a para si, sendo o único jornal a circular no momento. A imprensa constitui-se como um poderoso instrumento de formação da opinião, mormente num país no qual a sociedade civil possui fraca tradição organizativa. Temos que compreender, portanto, ambos os jornais como porta-vozes políticos, espaços de lutas, empreendimento e de forças que atuaram na conjuntura.

O *Correio do Triângulo* teve curta duração, chegando ao seu término em dezembro de 1965. Benjamin Dias Barbosa seguiu na produção jornalística, fundando em janeiro de 1966, junto a Ruy do Nascimento, um novo jornal, intitulado como *A Cidade de Ituiutaba*, que seguia uma linha estética e política muito próxima a do *Correio do Triângulo*.

3 - ENTRE CIVIS E MILITARES: PERSEGUIÇÃO, PRISÃO, ANTICOMUNISMO.

3.1 - Da Perseguição Civil: A marcha da família com Deus pela liberdade em Ituiutaba.

Os primeiros dias do mês de abril de 1964 foram bem movimentados na cidade de Ituiutaba, da mesma maneira que em boa parte do Brasil. As perseguições, nesses dias, não foram apenas marcadas pelas deposições no poder legislativo e executivo da cidade, já que outros agentes sociais sentiram a ação, e a trama se estendeu no desenrolar da ação civil-militar na microrregião. Nesses primeiros dias nas trevas, o redator-chefe da *Folha de Ituiutaba* e funcionário público do IBGE, Geraldo Sétimo Moreira, sentiu que pairava na cidade um ar persecutório, que cabeças iriam rolar e que a dele fosse uma delas.

Entre os dias 7 e 8 de abril de 1964, Sétimo datilografou, em seis páginas, uma narrativa expondo seu olhar sobre os acontecimentos em nível nacional e sua trajetória local durante aqueles dias incertos e persecutórios⁵². A sua visão é um misto de desconfiança e especulação por não saber o que estava acontecendo, além de um sentimento de perseguição (o que de fato aconteceria com ele) e indignação em relação à situação política. Porém, não sabemos ao certo qual o motivo que levou o jornalista a escrever tal narrativa; podendo ser uma nota que viria a ser publicada no jornal posteriormente ou um relato que seria enviado como carta para alguém, denunciando o que estava acontecendo, ou, ainda, apenas um registro que Sétimo gostaria de deixar para a posteridade, o que pode ser o mais provável, haja vista o teor livre da escrita que marca a narrativa.

Seu relato inicia-se no dia 31, como um dia que “correra calmo” como qualquer outro. No entanto, com o cair da noite, ao passar em frente à delegacia da cidade, descobriu que o destacamento militar estava se recolhendo na cidade vizinha de Uberaba, logo, deduz-se que não havia policiamento no município de Ituiutaba. Sétimo interligou o acontecimento da polícia local ao discurso contra Jango proferido pelo então governador mineiro Magalhães Pinto no dia anterior. O udenista Magalhães Pinto foi um dos principais articuladores no que diz respeito à participação civil dentro do golpe de 1964. Segundo Geraldo Sétimo:

A tensão nacional, destarte, estava no auge. Com que intuições estava Magalhães a recolher a Polícia Militar?

Mistério. Havia alguma coisa no ar, que agente, por mais que desse trato à bola, não conseguia vislumbrar. Acabara o meu jantar quando percebi que um veículo estacionara à frente da minha casa. Batera a porta, abri e me defrontei com o prefeito Rodolfo Leite de Oliveira, que fazia acompanhar dos vereadores Geraldo Luiz Moraes Andrade e José Arantes de Oliveira. A preocupação se espelhava no semblante dos três. Que estaria acontecendo?

⁵² Agradeço à família de Geraldo Sétimo Moreira, em especial, ao filho Cid Antônio Moreira, por ceder gentilmente essa narrativa para além de importantes informações sobre a vida e trajetória do jornalista.

Uma breve análise de conjuntura levou-nos a uma única conclusão, Magalhães liderava um golpe contra Jango. Mas, como, se o presidente, pelas reiteradas declarações de altas patentes das Forças Armada, de suboficiais e de sargentos parecia contar com o apoio quase total das forças federais?

Entramos, por fim, no carro do Prefeito em exercício, e demos uma volta pela cidade, tudo calmo, embora se percebesse a intranquilidade de quanto acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos, possível apenas por dedução, que as emissoras insistiam nas declarações costumeiras em tais ocasiões, de que imperava a ordem em todo o território nacional (MOREIRA, 1964, p. 1).

O trecho acima, além de demonstrar tal desconfiança, nos traz uma importante informação: a relação pessoal entre o prefeito em exercício e os vereadores petebistas com o jornalista, a ponto de se encontrarem durante o período noturno e frequentarem a casa de um deles, e, logo em seguida, fazerem uma jornada pela cidade no carro de Rodolfo Leite de Oliveira. Alguns dias após, os quatro que estavam no carro teriam problemas com a interferência local pelo novo regime instaurado.

A desconfiança e o calor do momento fizeram com que o jornalista e seus amigos deduzissem que o responsável pelo movimento golpista era o governador udenista, porém, tinham quase certeza de que Magalhães não conseguiria êxito nessa empreitada, pois o Presidente da República contava com o apoio das Forças Armadas. Sétimo chega a apontar um trecho da constituição, no qual afirmava que as forças armadas eram responsáveis por resguardar a pátria e garantir os direitos constitucionais. A legalidade, para Geraldo, era a garantia de que não havia um golpe de Estado contra João Goulart e que logo a revolta de Magalhães Pinto seria abafada pelas forças legalistas:

Meia hora depois estava eu em casa e procurava, juntando detalhes aqui e ali, tirar alguma conclusão do que de fato estaria acontecendo. Depois fui dormir, na convicção de que tudo não passava de fanfarronada do Magalhães, dênde que o Presidente contava com o apoio das Forças Armadas, sobretudo do Exército. E a Constituição em seu título VII “Das Forças Armadas” rezava claramente: “Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem”. João Goulart estava investido de poderes constitucionais e se achava, portanto, garantido! Em política há de tudo e Magalhães, com a mobilização da PM, o que desejava era popularidade, era cartaz. Dormi tranquilo (MOREIRA, 1964, p. 2).

No dia seguinte, as coisas se tornaram mais tensas com a cidade praticamente despoliciada. Em Ituiutaba, encontrava-se, dentre os policiais e militares, apenas o delegado capitão Waldir Rosa Nazareth, que estava praticamente desarmado, pegando de empréstimo uma carabina de Antônio Ferreira Neto⁵³, o que aumentou o ar tensão sentido pelo jornalista,

⁵³ Na sua narrativa, Geraldo Sétimo chama vulgarmente Antônio Ferreira Neto como o “popular Antônio Arsênio”. Isso se dá possivelmente por uma relação próxima entre o assessor com José Arsénio de Paula, provavelmente de bajulação por parte assessor do Prefeito, que, no momento, também estava ocupando o cargo vereador suplente pelo PTB.

que afirma que era “tão intranquila a situação que nem as brincadeiras habituais do “primeiro de abril” foram realizadas” (MOREIRA, 1964, p. 2).

No período noturno, as notícias nas rádios deixaram mais claro, para Geraldo (que ficou atento as rádios de diversas localidades do país, como Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco), sobre o que estava acontecendo, desde as lideranças civis na ação, como os políticos Ademar de Barros (PSP) e os udenistas Carlos Lacerda (governador da Guanabara) e Magalhães Pinto, como da movimentação das forças armadas em Minas Gerais e a adesão das forças legalistas para derrubar João Goulart da presidência. Sétimo via, claramente, que acontecera uma ação golpista em aliança de civis e militares. Nas palavras de Sétimo:

À noite, somente à noite, é que os fatos começaram a ganhar contornos mais objetivos. O que de fato havia era um golpe desfechado contra o Presidente da República, liderado por Magalhães, Lacerda e Ademar, do lado civil, e pela maioria dos generais, almirantes e brigadeiros, na parte militar. A guarnição federal de Minas, sob o comando dos generais Olímpio de Mourão Filho e Luiz Guedes, rebelara-se, deslocando tropas para Juiz de Fora, na intensão clara de tomar a Guanabara. Jango, contudo, tinha o I e o II Exércitos à sua disposição. Pelo menos era o que diziam as emissoras oficiais, principalmente a Rádio Nacional. Ele esmagaria a crise com facilidade. Os primeiros contactos entre a guarnição mineira e as tropas do I Exército já se verificara, em Paraibuna, anuncia a Nacional. Numerosos sargentos e soldados vindos de Belo Horizonte haviam aderido ao I Exército, acrescentava a emissora da Praça Mauá. A coisa para o Presidente estava mais fácil que se pensava. Em poucas horas a rebelião seria debelada e o País retornaria à tranquilidade. As rádios de S. Paulo e de Belo Horizonte, porém, anunciam a adesão do II Exército, sediado em S. Paulo, sob o comando de Amauri Krue, ao golpe contra as instituições. Pelo microfone da Nacional desfilavam adesões ao Presidente, mas, do Sul, vinha o apôio de Meneghetti à rebelião contra Jango. Em Pernambuco reinava o Silêncio.

A Situação era confusa às primeiras horas da tarde do dia 1º de abril. Os que torciam por Jango alimentavam ainda esperanças da vitória da legalidade. O assédio ao palácio da Guanabara pelos fuzileiros navais comandados pelo Alm. Cândido Aragão e a voz de Lacerda, choramingando e xingando pelos microfones, davam a impressão de que Jango mantinha ainda o contrôle da situação[...].

A posterior saída do ar da Rádio Nacional, que voltou a transmitir sob novo comando, agora festejando a vitória do golpe militar, convenceu-nos a todos de que o País ingressara mesmo em novo regime. O véu negro do fascismo desabara sobre a Nação (MOREIRA, 1964, p. 2).

Por meio do noticiário radiofônico, Geraldo Sétimo deduziu o que de fato acontecera: Jango havia sido derrubado da presidência por uma aliança entre civis e militares. É importante percebemos a influência do noticiário via telecomunicações que o rádio oferecia, principalmente pela Rádio Nacional. Geraldo Sétimo, como o jornalista que era, mostrou, de maneira atenta, as informações divulgadas via rádio, que, provavelmente, era um veículo privilegiado de suas notícias de nível nacional para a redação da *Folha de Ituiutaba*.

O jornalista percebeu que, ainda no dia 1º às 15 horas, começaram na cidade a soltar fogos de artifício, comemorando a queda do presidente. Segundo sua narrativa, Geraldo

afirma que, durante a madrugada, mal dormiu com um sentimento de preocupação pelo que estava em andamento. Além do que acontecia na vida política nacional, Geraldo se preocupava com a sua integridade e de sua família, sabendo que seus inimigos locais estavam do lado dos vencedores nesse processo político, de tal maneira preocupando-se com o que aconteceria ali na cidade com as tais mudanças no cenário político, pois havia promessas de agressão contra quem era classificado como “comunista” por esses vencedores. Nesse momento, é possível que tenha começado a sua angústia junto aos que apoiavam João Goulart, em suas palavras:

As primeiras sombras da noite de 1º para 2º de abril caíam sobre a cidade, iniciando-se, para todos aqueles que apoiavam Jango, e que constituíam maioria absoluta em Ituiutaba, a primeira noite de angústia. Ninguém tinha tranquilidade. A desgarantia era geral. A cidade estava despoliciada, o que poderia encorajar a ação de fanáticos, que prometiam abertamente atos de agressão contra todos, sobretudo contra os que eles classificavam de comunistas. Marcado pela minha ação anti-fascista na *Folha de Ituiutaba*, eu não dormi naquela noite. Viví a ansiedade da vigília, juntamente com minha esposa. Meus dois filhos, um de 4 e outro de 2 anos, dormiam sossegados, sem perceber o perigo que passávamos. Alta madrugada um veículo parou próximo a minha casa. Não consegui identificá-lo, nem seus ocupantes, pois a perspectiva de que dispunha, através de uma veneziana, era mínima. Um dos ocupantes desse carro, que se manteve parado por uns 30 segundos, apenas, disse então:

-Ele está dormindo. Vamos embora.

E o carro foi-se, enquanto eu sentia o coração bater descompassadamente e as temporas se umedecerem. Que intenção alimentariam os ocupantes daquele veículo? Seriam amigos ou inimigos? Se inimigos, julgavam por certo, que eu estaria participando de algum complô alta madrugada, para reempossar João Goulart, o que seria uma insensatez, por todos os títulos, inclusive porque não somos chefes políticos. Não dispomos de armas e porque, ainda que contássemos com Ituiutaba inteira ao nosso lado, não seria possível promover a reversão dos fatos (MOREIRA, 1964, p. 3-4).

Em 2 de abril, no dia seguinte, Geraldo nos informa que se organizou na cidade uma passeata e comício da “vitória” (a mesma passeata da “liberdade” que, segundo o vereador Geraldo Gouveia Franco, em reunião da Câmara Municipal, assevera que o prefeito então acamado, José Arsênio de Paula, tentou impedir). Geraldo ficara sabendo que, no dia anterior, começou-se a organizar a marcha que aconteceria do mesmo dia, e no seu trajeto final, era planejado que o estabelecimento físico do jornal *Folha de Ituiutaba* fosse apedrejado, o que não aconteceu no dia devido à interferência do Juiz local, Sebastião Lintz, impedindo a passeata no dia. Porém, no dia seguinte, a passeata que havia sido cancelada ocorreu na cidade:

A realização da passeata, porém, não saiu da cabeça dos “vencedores”, dos que dominavam a situação. Aquela era uma oportunidade de desrecalque que não queriam perder de maneira nenhuma. Que melhor chance teriam para humilhar os

adversários do que esta? E decidiu-se que a passeata seria realizada no dia seguinte. Eram a passeata da “família com Deus pela liberdade”. Seus promotores mantiveram entendimentos com o dr. Sebastião Linz. Que espinafrou os mais atrevidos e prometeu responsabilizar três pessoas pelo que de grave acontecesse como decorrência da manifestação (MOREIRA, 1964, p. 4).

Essa movimentação foi uma versão local da chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que aconteceu nesse momento em diversas cidades do Brasil. A primeira foi na cidade de São Paulo, no dia 19 de março de 1964, dia de São José, o padroeiro da família. A marcha reacionária, majoritariamente de classe média, contou com faixas do espírito legalista (assegurando que um golpe estaria por vir pela parte de Jango), religioso e anticomunista. A marcha se movera por discursos contra o comunismo e contra as reformas de base de Goulart, proferidos por diversos líderes políticos como do presidente do senado Auro de Moura Andrade, o udenista Herbet Levy e o ex-integralista, e líder do PRP, Plínio Salgado, ambos deputados. Segundo Napolitano (2014):

As ruas do centro de São Paulo ficaram tomadas por uma grande multidão, calculada em 500 mil pessoas, que empunham cartazes anticomunistas e contra o governo e sua agenda reformista. Patroas de cabelo com laquê e empregadas domésticas não muito confortáveis estavam lado a lado, contra o fantasma do comunismo. Religiosas, políticos lideranças de classe também estavam presentes na passeata. Organizada pela União Cívica Feminina, uma das tantas entidades femininas conservadoras e anticomunistas que existiam no Brasil da época e que passaram a ser ativistas exaltadas contra a esquerda, a marcha teve apoio de mais de 100 entidades civis (NAPOLITANO, 2014, p. 57).

Nos dias seguintes, a marcha que ocorreu em São Paulo aconteceu em outras versões no interior do estado de São Paulo, alastrando-se às demais capitais e, posteriormente, ao interior do Brasil. As primeiras marchas foram uma das respostas da direita política contra o Comício da Central do Brasil em 13 de março, proferido por vários líderes políticos e finalizado por João Goulart, que, por sua vez, além de afirmar a luta pelas suas Reformas de Base, conclamando ao congresso a revisão da Constituição, esse comício demonstrava uma guinada em direção à esquerda do governo em meio à polarização política evidente.

A Marcha da Família em Ituiutaba, na visão de Geraldo, também contou com as elites econômicas locais, demonstradas por ele, especificamente, no que se refere à posse de automóveis de alto valor econômico da época, integrantes da UDN local e também com o seguimento católico da cidade, tendo à frente o líder religioso da paróquia local em conjunto com secundaristas de dois colégios particulares, também católicos, que existiam na cidade. No entanto, o jornalista declara que a massa trabalhadora da população da cidade não esteve presente no ato. Nas suas palavras:

[...] realizou-se a passeata, com o padre João Ávi à frente, seguindo dos alunos dos dois colégios católicos da cidade e dos carros da gente rica da UDN. Aero-Willys e Simcas último tipo deram sopa. Massa popular mesmo não havia. Excluindo escolares e algumas religiosas, eram escassos 300 pedestres. Defronte à Rádio Platina, falaram alguns oradores [...] (MOREIRA, 1964, p. 4).

Independentemente da quantidade de pessoas na passeata local, o acontecimento da marcha nos demonstra o apoio de segmentos civis locais para além de sujeitos ligados à política institucional, como estudantes escolares, religiosos e parte da classe média local na ação golpista de 1964. Ao perguntarmos em entrevista para José Arantes sobre a marcha na cidade, o mesmo aponta, em depoimento, que a adesão se deu devido ao medo dos moradores, que ao aderir ao movimento, demonstravam distanciamento dos perseguidos:

Na época sabe, o povo parece que tava muito medroso, mais aqui, a marcha, parece que não foi muito pequena não, mas também não foi grande não. Sabe a pessoa começa a fica com medo e começa a aderir pra não... pra se livrar de alguma coisa e tudo, entendeu? (ARANTES, 2015).

A experiência local demonstra como a sociedade teve participação fundamental no golpe, fosse apoiando e/ou executando-o em nível nacional, ou ainda, conclamando no que se refere a intervenções locais. Concordamos que a ação golpista se deu dentro de um complexo arquitetado por civis e militares, um projeto liberal, antirreformista e conservador⁵⁴. Concordados, também, com alguns intelectuais (FICO, 2004; NAPOLITANO, 2014) quando afirmam que o caráter do golpe foi civil-militar.

A Marcha no Pontal do Triângulo, assim como as demais ocorridas, demonstrava não só o apoio à intervenção no poder federal, mas também o descontentamento das elites econômicas com as políticas reformistas de João Goulart e reformismo da gestão petebista local. Porém, como nos esclarece a narrativa, a marcha na cidade marcava um pedido de ação local, iniciado por civis, e apenas por estes, que tomariam como atitude a depredação do estabelecimento que abrigava a *Folha de Ituiutaba*, sem que os militares estivessem no contexto, o que poderia realmente vir a acontecer, porque a cidade estava sem policiais no momento.

Heloisa Starling (1986), ao analisar a participação de militares e políticos de Minas Gerais na ação que depôs Goulart, identifica os conspiradores mineiros que se alinharam aos conspiradores nacionais e internacionais. De tal maneira, a autora afirma que o IPES (Instituto

⁵⁴ Antes mesmo do fim da ditadura militar, René Armand Dreifuss (1981) estudou, minuciosamente, a participação da sociedade civil no golpe de 1964, que, para ele, foi mais que um golpe, foi um “movimento de classe”. Demonstrando como uma elite orgânica de caráter empresarial desestabilizou o governo Goulart por meio do complexo IPES/IBAD, que, financiadas pelo capital externo, atuaram em propaganda para fortalecer políticas conservadores contrários ao governo de João Goulart, de maneira que essa conspiração conquista o Estado em decorrência da sua desestabilização (DREIFUSS, 1981).

de Pesquisa e Estudos Sociais) de Minas Gerais (cujos organizadores se intitulavam de “Novos Inconfidentes”), junto aos políticos conservadores do Estado, reclamando para si valores do que a autora chama de “mineiridade”, fortaleceram as elites tradicionais mineiras que se unificaram e agiram no processo de desestabilização do governo Jango, pois se sentiam ameaçadas pelo crescente posicionamento popular que fustigava os privilégios e o eixo de poder das elites dominantes tradicionais, as quais se sentiam insatisfeitas com os rumos da política de João Goulart.

Assim, tornou-se interesse coletivo desses grupos a luta em favor da propriedade privada (sobretudo pelos latifundiários, que se sentiam intimidados pela reforma agrária) e contra o “perigo vermelho”, que ameava seus privilégios e interesses. O golpe foi um movimento estratégico que vinha sendo arquitetado entre a UDN, as elites econômicas e os setores do empresariado. Todavia, o golpe envolveu outras elites nacionais, como as altas patentes militares, setores da igreja Católica, latifundiários, parte da imprensa, entre outros.

No dia seguinte à marcha na cidade de Ituiutaba, Geraldo se encaminhou até a Folha de Ituiutaba, que funcionava em conjunto com uma livraria, para saber como estava a situação com a possível ameaça. Ao chegar ali, ficara sabendo, em conversa com Ercílio Domingues, o proprietário do jornal, que, mesmo com o impedimento do juiz da comarca local, ainda algumas pessoas, durante a manifestação, ameaçaram a destruição do estabelecimento e a integridade da família de Ercílio, que, no momento, foi defendida por um grupo de maçons (provavelmente Ercílio era membro da sociedade maçônica da cidade), em conjunto com pessoas que trabalhavam na *Folha*. De tal modo, Sétimo descreve o acontecimento, dando um tom de heroísmo a seus protagonistas, por terem garantido a proteção:

Ali, soube então e um dos episódios mais heroicos ocorridos em Ituiutaba, por ocasião do golpe. Ante a ameaça que pairava sobre as instalações do jornal e mesmo sobre a integridade da família de Ercílio Domingues, um grupo de maçons, alguns armados, todos dispostos a qualquer sacrifício, unira-se ao proprietário do jornal e, juntamente com alguns empregados da firma, aguardaram corajosamente os acontecimentos. O jornal seria defendido ainda que com o sacrifício de vidas! Aquele baluarte da democracia, aquela tribuna verdadeiramente livre, encontrava para defendê-la homens de fatos valentes, cujo nome há de se perpetuar-se na história de Ituiutaba [...].

[...] Contou-me Ercílio, quando estive na Folha, que, durante a passeata, algumas pessoas, inclusive senhoras, dirigiram seus foguetes na direção de sua residência, nos altos da livraria, enquanto que outros fizeram-nos espocar no corredor que separa as oficinas do jornal da livraria. Era a provocação mais acintosa. A vitória somente, não os contentava. Era preciso humilhar ao máximo e por isto davam vazão seus instintos (MOREIRA, 1964, p. 5-6).

Nesse instante, outros sujeitos da cidade que compartilhavam visões políticas opostas ao novo regime instaurado, e que eram considerados comunistas pelos vencedores no Golpe,

sentiam que seriam perseguidos e começaram a se refugiar em outras cidades e na zona rural. “A estas horas os elementos considerados de esquerda, procuraram refugiar-se, desde que as ameaças pairavam no ar. Cada qual tomou seu rumo” (MOREIRA, 1964, p. 4). Muitos desses que também foram perseguidos se entregaram posteriormente.

Sétimo sabia que a perseguição começara contra esses que eram vistos como de “esquerda”, demonstrando o forte apelo anticomunista na cidade – e que ele próprio seria um desses sujeitos tachados como “subversivos”. Ainda no dia da passeata, o jornalista começou a se organizar para se retirar da cidade junto com sua família, de modo que ficaria um tempo na zona rural do município até a poeira abaixar. É provável que ele não tenha se retirado da cidade nesse momento, por insistência de amigos e parentes, Sétimo talvez avaliasse nesse instante que era inútil fugir, pois em algum momento seria encontrado. Mesmo assim, sentia-se perseguido e obrigado a se afastar da cidade, a fim de se proteger e também proteger sua família:

Não eramos criminosos e se fossem perseguir-nos pela tais “ideias avançadas”, a perseguição era no âmbito nacional. Destarte, ao invés de um, teríamos dois motivos de sofrimento, que era impor às nossas famílias pelo deslocamento inesperado e o fato mesmo de estarmos sendo perseguidos.

Era o T-E-R-R-O-R, com tódas as lêtras, e dele não havia como fugir.

Os “vencedores” estavam eufóricos. Diziam que a democracia e a liberdade haviam sido reestabelecidas no País. O terror e a in tranquilidade dos outros poucos lhes incomodavam. Gente de esquerda para êles era como se fosse bicho do mato, não fazendo jus a qualquer espécie de comiseração. Alguns mais sádicos, manifestavam publicamente sua alegria pelas apreensões que nos assaltavam. Uma vizinha [...] cuja maior diversão consiste em futricular a vida da vizinhança, já espalhara por tóda as casas próximas que à nossa que eu “caíra fora”. Minha mulher, ao regressar, na manhã do dia 3, ficou brava ao saber, xingando a mulher. Ainda assim, continuou ela a seguir-nos os passos através de um vitrô de sua residência (MOREIRA, 1964, p. 6).

Qual o crime que Geraldo cometeu para ser perseguido? Quais eram suas “ideias avançadas”? Como era seu pensamento? Analisando essa narrativa, podemos fazer um esforço para compreender um pouco como ele refletia em relação ao calor dos acontecimentos de 1964 e seus adversários políticos.

A filosofa Hannah Arendt (1985) argumenta que há um amplo consenso entre pensadores da política de que a violência nada mais é do que uma flagrante manifestação de poder. A concepção da autora é diferente desta, pois acredita que a fonte do poder é o povo, que decide, de sua maneira, como serão reguladas suas relações sociais. Dessa maneira, as leis de um Estado só são possíveis pelo consentimento popular, e o poder das instituições estatais só são possíveis por meio de apoio do povo. Um governo tirano não se sustenta pelo poder e,

sim, pela violência, pois ao não contar com o apoio, recorre à apelação para a obediência. Dessa maneira, a autora define que é necessário diferenciar algumas palavras que se confundiram no pensamento político, como “poder”, “fortaleza”, “força”, “autoridade” e “violência”. Poder é a competência humana de agir em comunidade, sendo que o poder jamais é propriedade de um único indivíduo, mas de um grupo. Dessa forma, dizer que “alguém está no poder” é equivalente a dizer que está com consentimento de um grupo de pessoas. Fortaleza é o vigor individual do corpo ou da alma. Força é um termo designando a energia feita por movimentos físicos ou sociais. Autoridade, por sua vez, refere-se ao reconhecimento de obediência por parte dos que devem obedecer, a exemplo do pai pelo filho, do professor pelo aluno, etc. Violência, por fim, é distinguida por seu caráter instrumental, como meio para consecução de fins, quando não se pode contar com o poder.

Seguindo essa linha de pensamento, a autora defende que nenhum governo, exclusivamente, baseado na violência, jamais existiu. Mesmo os mais totalitários, cujo principal instrumento de dominação é a tortura, precisam de uma base de poder – a polícia secreta e a sua rede de informantes ocupam esse papel. A violência pode ser justificável, mas jamais legítima em si mesma, de maneira que o poder precisa de justificação. Desse modo, a violência surge quando o poder fraqueja, e o poder nunca pode nascer da violência.

No primeiro momento da narrativa, quando Geraldo aponta o que estava em ordem contra João Goulart, percebemos que ele via a ação contra o presidente petebista e que via, na movimentação nacional – principalmente por parte do caráter conspiratório de políticos como Magalhães Pinto e dos militares –, uma transgressão contra constituição de 1946, caracterizando-o, logo ao início, como golpe de Estado. Geraldo Sétimo termina a sua narrativa com outro trecho, no qual vemos a supervalorização da constituição por meio de uma comparação feita com um acontecimento envolvendo o comunista e ex-deputado federal Gregório Bezerra:

[...] Ontem pelo “Diário de S. Paulo”, soube de um acontecimento impressionante. No Recife, quando a crise estava em ponto culminante prenderam o ex-deputado federal Gregório Bezerra, chefe da casa civil do governador Arraes, e o esquartejaram vivo. A gente fica sem querer acreditar que no Brasil aconteçam essas coisas. Parece que vivemos um pesadelo! Gregório Bezerra era um constituinte de 46, tendo dado sua contribuição para que fosse promulgada essa constituição que era rasgada. Igualzinho a Carta Magna, repositório que tanto nos orgulhamos, Bezerra teve suas entranhas barbaramente estraçalhadas! (MOREIRA, 1964, p. 8).

Em um livro sobre suas *Memórias* (2011), Gregório Bezerra narra os acontecimentos em que se envolveu durante aqueles dias. Gregório não foi estripado como na descrição, mas foi brutalmente torturado logo nos primeiros dias da ditadura. Segundo o autor, que foi

encaminhado pelos militares, ao chegar ao quartel, foi recebido com um golpe de ferro na cabeça deferido pelo coronel Villocq. O espancamento seguiu com pontapés e coronhadas por todo corpo. Logo foi arrastado pelas pernas e jogado em uma prisão, em seguida, teve seus cabelos e dentes arrancados com um alicate. Depois, colocaram-no de pé em um balde com ácido de bateria, quando seu pé estava em carne viva, foi obrigado dar um “passeio” sobre britas e arrastado sobre ruas do bairro de Casa Forte com três cordas em seu pescoço, que eram puxadas pelos militares (BEZERRA, 2011).

A comparação de estripação de Bezerra com o que estavam fazendo com a constituição marca a visão de defesa do regime democrático e da legalidade por parte de Geraldo Sétimo, que, independentemente de sua visão política, estava sendo perseguido por não compactuar com a política dos então vencedores no processo golpista, os quais passaram por cima da constituição. Geraldo os via (os segmentos liberais/conservadores) como os inimigos que agora venceram, usando termos como “adversários” e “vencedores” sempre entre aspas, dando conotação referente à ilegalidade da vitória no processo político. Outro ponto interessante na fala do jornalista é o papel humilhador exercido pelos seus inimigos, que não se saciaram com apenas a vitória na política, mas também tinham que expor seus rivais.

Na narrativa, há uma série de informações ricas, a partir das quais Sétimo nos aponta quem eram os civis que estavam à frente das ações arbitrárias na microrregião, além de citar alguns conspiradores que articularam o golpe em nível nacional. Entre os civis do Pontal, temos o líder religioso da cidade e alguns católicos, udenistas e simpatizantes do partido, e a “gente rica” da cidade – representando a elite econômica da microrregião. Provavelmente donos de indústrias e latifundiários estavam nesse grupo.

Geraldo sentia o ar de perseguição e, também, o que estava em marcha na cidade. Dias após, chega uma junta militar que se alinha a esses civis. Comandada pelo capitão Rech, esse grupo fechou o jornal em que ele trabalhava. Ercílio Domingues, o proprietário, foi preso. Dias após resistir, Sétimo se entregou à polícia local, encaminhado ao DOPS na capital Belo Horizonte, onde Ercílio, entre outros tijucanos, estava já em cárcere privado.

3.2 - A ação e visão da polícia política

Enquanto ocorriam essas primeiras manifestações na cidade de apoio ao golpe, foi aberto um processo inicial, em relação à subversão na cidade, indiciando alguns sujeitos que residiam em Ituiutaba, confeccionado pela própria polícia civil do município. O papel dos

militares de intervenção na vida política local, nesse contexto, começara aí, antes mesmo da chegada da Junta Militar.

A ficha do Inquérito Policial Militar (IPM) de número 70 (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 001, Pasta 0005) trazia como assunto principal a apuração de “atividades subversivas registradas no município de Ituiutaba”, produzida sobre encomenda para a Delegacia de Vigilância Social (DVS) 046. A Delegacia de Vigilância Social de Minas Gerais, anteriormente designada como DOPS, havia passado por reformas em janeiro de 1964 e acabou modificando o seu nome nesse período.

Esse processo inicial foi elaborado pelo delegado da cidade, o Capitão Waldir Rosa Nazareth⁵⁵ (o mesmo que pediu a arma emprestada a um dos indiciados nesses mesmos dias, devido ao despoliciamento do município), e pelo escrivão Ítalo Terêncio José⁵⁶, ambos da polícia local. O documento traz alguns apontamentos sobre os suspeitos, contendo poucas informações, que, muitas vezes, são confusas, chegando até a repetir nomes. Na realidade, esse documento serviu como um chamariz, um atrativo para que os militares averiguassem a “subversão” que ocorria na microrregião.

Temos em mente que, nos arquivos da polícia política, predominam informações nominativas, apreciações e julgamento de valores sobre os sujeitos explicitamente designados. Tendo em vista que uma fonte histórica nunca é neutra, podemos dizer, então, que a atividade da polícia política documentada:

Enquanto atividade estatal encarregada de ajustar a liberdade e a propriedade dos indivíduos aos chamados interesses coletivos, o poder de polícia (preventiva ou repressiva) se caracteriza por um sentido essencialmente negativo que, por extensão, atinge também os produtos residuais de seu funcionamento. É o que ocorre com os documentos resultantes das ações persecutórias empreendidas por serviços de inteligência durante os períodos totalitários, alimentando sistemas de informação

⁵⁵ O delegado tijucano Waldir Rosa Nazareth foi responsável por mais relatórios que poderiam vir a se tornar IPMs na microrregião, confeccionados em junho de 1964. Dois dos documentos são relativos a investigações nas cidades de Campina Verde e Ipiaçu, nas quais concluiu que lá havia uma cédula, em cada cidade, do “Grupo dos 11”, que eram grupos nacionalistas que seguiam a orientação reformista de Leonel Brizola, do PTB, criados, em um primeiro momento, para pressionar que Jango colocasse em ação as Reformas de Base. Em Campina Verde, todos os membros foram fichados e levados a prestar depoimento, logo foram dispensados. Entre os membros do grupo de Ipiaçu, contava-se com o ex-vereador tijucano David Francelino Oliveira – nenhum desses foram notificados. Outro relatório do delegado refere-se à cidade de Santa Vitória, onde é apontado como “agitador e perigoso” o lavrador sitiante Severino Ferreira Gomes, mas que, após a apuração, concluiu-se que não passava de um “semianalfabeto sem expressão ou conceito algum, sem sequer conhecer o que na realidade seja o comunismo”. O último relatório, referente à cidade de Cachoeira Dourada, aponta que na cidade a “Revolução” ocorreu de maneira calma, pois “não existiam agitadores e comunistas”. Ao fim desses relatórios, conclui-se que não há movimentação que atente contra a “ordem”. Para saber mais, pesquisar as pastas 3883, 3884; 3885; 3886 (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 048, Pastas 3883, 3884; 3885; 3886).

⁵⁶ O escrivão policial e cronista Ítalo Terêncio José Bermasse Gentil, junto do escrivão da coletoria estadual Aloisio Silva Novais, fundou o jornal *Folha de Ituiutaba* em 1942. Em 1946, Ercílio Domingues da Silva Adquiriu o periódico tijucano.

(sobre pessoas, grupos e organizações) que acabam por se transformar em mecanismos de auto-sustentação do próprio regime (CAMARGO, 2002, p. 2).

Não raro, as informações procedentes desses registros são inexatas e enganadoras. Muitas de cunho pejorativo. Desse modo, o historiador deve manter, como via de regra, uma atitude prevenida de suspeição em relação a essas fontes.

Uma constatação importante que ajuda a entendermos os arquivos DOPS é que esses documentos eram produzidos diariamente de forma rotineira, sem nenhuma pretensão de informação para a posteridade. Esses documentos “nascem para servir de instrumento ou prova de determinadas ações e são alheios a um eventual uso secundário que deles se possa fazer” (CAMARGO, 2002, p. 4). Temos de compreender que o conhecimento histórico deve ser entendido como uma construção e como uma superação de evidências. Logo, esses documentos constituem prova efetiva do exercício repressivo, mas, por mais que não correspondam à verdade ou tenham informações inexatas, são testemunhos do órgão que os elaborou. Devemos interpretar o documento não por ele mesmo, mas, sim, pelo sentido que ele dá aos sujeitos históricos.

O documento repressivo já citado traz como indiciados uma série de nomes, relacionando-os como “membros do Jornal *Folha de Ituiutaba*”. Os primeiros nomes da lista são do grupo editorial do periódico, em primeiro lugar, o dono, Ercílio Domingues da Silva, seguido do redator-chefe, Geraldo Sétimo Moreira, e, mais à frente do relatório, o outro redator, Manoel Agostinho. Na lista, também encontramos alguns nomes da política institucional, como o prefeito José Arsênio de Paula e o vice Rodolfo Leite de Oliveira, e os vereadores e suplentes: Cristovão José de Ribamar Nunes, Antônio Ferreira Neto, Sebastião Francisco da Silva (também conhecido como “Satipo”), José Arantes de Oliveira, Germano Laterza, Geraldo Moisés da Silva, Diógenes Souza, Geraldo Luiz Moraes Andrade, David Francelino de Oliveira e Pedro de Lourdes Moraes.

Também nessa mesma lista, encontramos outros nomes, como Mário Campos, Iracides Lima, Thomáz de Aquino Petaglia, Humberto Teodoro Júnior, Antônio de Assis, Romualdo João da Silva, Anésio Santana dos Santos, Génésio Alves Ferreira, Mário Calil, Jerônimo Franco Gouvêa, Sadala Jorge, Jorge Jacob Nunes e Miguel Queiróz de Faria – muitas dessas figuras eram ligadas a movimentos sociais de trabalhadores na cidade, principalmente ao recém-fundado Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Em seguida, encontramos outra série de nomes, dessa vez, são 32 testemunhas, provavelmente, denunciando os indiciados. São nomes que surgem no documento que não reaparecem à frente dessa trama histórica. Eles são desde funcionários públicos municipais

(um total de 14, desde secretários até motoristas e operários), bancários (2), fazendeiros (3), tabeliões e escreventes de cartórios (2), comerciantes (6), advogados (1) e lavradores (2). Curiosamente, muitas das profissões dos indiciados são próximas das profissões das testemunhas, provavelmente, trabalhavam na mesma área profissional ou até no mesmo local (como exemplo, o bancário Mario Campos e uma das testemunhas que também trabalhavam na mesma agência do Banco do Brasil na cidade). Isso não exclui a possibilidade de que, além desses citados, pode haver outros delatores que não são apontados na ficha criminal. As denúncias, quase sempre, eram feitas por meio do anonimato, isso nos demonstram que as tais denúncias poderiam ter outros motivos para além do cunho ideológico. Poderiam ser desde desavenças pessoais até motivos de promoções e cargos no meio profissional.

Com o advento da ditadura militar, criou-se um complexo aparelho repressivo que buscava eliminar o que era considerado subversivo e, ao mesmo tempo, reprimir, preventivamente, qualquer atividade que fosse considerada suspeita – que pudesse vir em potencial a subverter a ordem. Além de informantes especializados, havia também informantes espontâneos, que, muitas vezes, possuíam cumplicidade com o regime e cooperavam de formas voluntárias, fosse por convicção ou para se promover no determinado cenário. A técnica consistia em suspeitar de qualquer um, coletar e arquivar informações e entregá-las por escrito à polícia – a denúncia ficava no anonimato, apenas a polícia política tinha acesso a elas. Por meio da vinculação de notícias fabricantes de medo, que apontavam um inimigo eminentíssimo, o cidadão comum era convidado, durante o período do regime, a participar da comunidade de informações. Não raro, os informantes não eram identificados e seu campo privilegiado de investigação era o seu próprio ambiente de convívio: qualquer um era objeto de suspeição (MAGALHÃES, 1997).

Ao final da Ficha de IPM, encontra-se um apontamento da polícia política local sobre qual ação deveria (para eles) ser executada, de tal modo que é “Sugerida a cassação do registro do jornal *Folha de Ituiutaba*”, e em relação a prisões, o documento dizia que não havia a necessidade de efetuar “nenhuma”. De fato, como, na primeira sugestão, o periódico realmente foi cassado, entretanto, em relação à segunda, o que aconteceu foi praticamente o contrário. Aconteceu muito mais do que estava previsto nesse primeiro documento.

A “Operação Limpeza” visou eliminar qualquer possibilidade de ação por parte dos que eram considerados “inimigos da Revolução”. O “Ato do Comando Supremo da Revolução” estabelecia que os encarregados de processos e inquéritos – que suspendiam direitos políticos e cassavam mandatos – poderiam delegar atribuições referentes a investigações e diligências, bem como requisitar sindicâncias e inquéritos que, até então, eram

responsabilidades de outras esferas. Assim, foram criadas as condições para que coronéis, tenente coronéis, maiores e capitães (que ficariam conhecidos, pejorativamente, como “coronéis dos IPM”) executassem suas perseguições, conduzindo IPMs e propondo as tais punições (FICO, 2001).

A elaboração desse documento e o seu encaminhamento serviu como uma chamada para a ação dos militares localmente. Até esse momento, a produção do documento e os sujeitos envolvidos estavam restritos à cidade. O IPM foi encaminhado ao Comando Supremo da Revolução, no qual o Tenente Coronel José Gomes Rodrigues de Albuquerque encarregou sua execução ao Capitão Cláudio Albano de Brito Rech, que chegou a Ituiutaba com uma junta militar não só para apurar os fatos (dentro de seus princípios), mas ampliá-los e executar apreensões.

Assim, a ação se deu em três momentos: 1) executar as deposições na política institucional de cargos do legislativo e executivo – cargos esses que foram eleitos democraticamente e ligados aos projetos locais trabalhistas e colocar em seu lugar outra ordem política, de cunho conservador; 2) coerção e perseguição de sujeitos ligados a movimentos sociais de trabalhadores e ao recém-fundado Sindicato dos Trabalhadores Rurais; 3) o fechamento do jornal *Folha de Ituiutaba* e prisão dos atores que compunham sua linha editorial.

Entretanto, apesar de tratarmos o tema, separadamente, em eixos, não podemos desvincilar os eventos. O IPM instaurado é apenas um e esses sujeitos tinham, politicamente, suas ações interligadas, além de que não eram bem vistas pelas elites locais e pelos militares. Esses três eixos funcionavam em conjunto, por isso deveriam ser desarticulados e neutralizados. Os políticos vinham empregando políticas trabalhistas, de modo que o sindicato surgiu como maneira de reivindicar os direitos dos trabalhadores, enquanto a *Folha* se fez como o porta-voz dessas alas que vinham conquistando o espaço político na microrregião.

O Tenente Coronel José Gomes Rodrigues de Albuquerque, do *Comando Supremo da Revolução*, encarregou o Capitão Claudio Albano de Brito Rech, então comandante do 36º batalhão, localizado na cidade vizinha de Uberlândia, de averiguar a “subversão” no Pontal do Triângulo Mineiro. O Capitão Rech foi responsável por uma série de IPMs na região toda do Triângulo Mineiro no ano de 1964, desde perseguições a políticos de esquerda, uma liga

camponesa, a professores, a sindicatos rurais, sindicalistas, entre outros que não nos cabe analisar aqui⁵⁷.

Logo em seguida ao golpe que depôs o Presidente da República, iniciou-se uma campanha de perseguição e apreensão em todo o país. Essa série de IPMs instaurados no Triângulo Mineiro, como já citado, fez parte da “Operação Limpeza”, que aconteceu em nível nacional, inaugurando a mobilização geral das forças repressivas do novo regime político.

Configura-se, aí, o embrião de um novo aparelho de controle por meio da repressão que, nesse primeiro momento, organizou expurgos dentro de organismos políticos, burocráticos e militares. Desse modo, Moreira Alves (1989) afirma que:

Os IPMs tornaram-se uma fonte de poder *de facto* para o grupo de coronéis designados para chefiar ou coordenar as investigações. Configuravam o primeiro núcleo de um aparato repressivo em geminação e o início de um grupo de pressão de oficiais de linha-dura dentro do Estado de segurança nacional (ALVES, 1989, p. 57).

O documento de IPM referente à cidade de Ituiutaba deu origem a um dossiê lido ao fim de uma das reuniões na Câmara Municipal do município e, posteriormente, entregue ao DOPS-MG. Esse evento, inclusive, demonstra a relação entre os militares e, em parte, o poder político institucional da cidade.

Ao analisarmos documentos da polícia política, devemos ter em mente que esses documentos nos trazem uma visão essencialmente repressiva e conservadora, que expressa o posicionamento de quem os produziu. No caso do nosso trabalho, podemos observar que esses documentos não expressam somente a visão dos militares que produziram os relatórios e os inquéritos e de quem os assina embaixo, mas também de civis que residiam na cidade, os quais ajudaram cooperando com os militares para a construção desses documentos.

Podemos assegurar que muitas das informações que encontramos em relatórios referentes a sujeitos da cidade são detalhadas a ponto de um grupo de militares vindo de outras localidades não conseguir elaborá-las em pouco tempo sem alguma ajuda, no que concerne às informações de pessoas que viviam na cidade e que, provavelmente, conviviam junto aos indiciados.

⁵⁷ Ao pesquisarmos nos arquivos do DOPS de Minas Gerais, encontramos a pasta de número 0008 referente a essas investigações. A pasta, que contém mais de 400 páginas, traz diversos documentos investigativos sobre a cidade de Uberlândia e Região. Segundo Martins (2015), o Capitão Claudio Rech foi responsável por uma série de prisões políticas em 1964, também com base em IPMs, e deposições de 12 cargos políticos (entre eles, três vereadores da própria UDN) na cidade de Uberlândia. Ao todo, foram inquiridas 165 pessoas e 50 foram presas nesse primeiro momento do Regime Militar em Uberlândia, entre esses, encontram-se militantes do PCB (que, até o momento, a legenda vivia na semilegalidade), políticos reformistas, sindicalistas e lideranças de movimentos sociais. Para saber mais, pesquisar na pasta 0008 (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 001, Pasta 0008).

Cláudio Rech e sua junta – em torno de 20 militares –, ao chegar a Ituiutaba, deram início a ações e investigações, a partir das quais concluíram que a situação, aos seus olhos, era pior do que imaginavam. Além da *Folha de Ituiutaba*, havia outras movimentações locais sobre as quais caberia aos militares tomar providências, de tal modo que:

Iniciados os trabalhados, verificou-se ao logo que acima mesmo de atividades subversivas, havia, em escala bem maior, irregularidades administrativas no município de Ituiutaba, de forma que ocorreram paralelamente as investigações para apurar os atos subversivos e os de malversação do dinheiro público (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882-im.3).

A investigação conta com cerca de vinte páginas, que fazem uma descrição sobre subversão individual de cada um dos indiciados, documentos nos quais são retomados os históricos políticos/criminais deles. Seus alvos são bem claros, além do jornal *Folha de Ituiutaba*:

[...]o ex-Prefeito local, José Arsénio de Paula, alguns presidentes de sindicatos e Vereadores da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, pela expressividade de certos manifestos proclamados e que endossavam o processo vermelho em marcha nesta cidade[...]. De momento, face à renúncia do Prefeito, Vice-Prefeito e diversos Vereadores e mesmo fuga dos principais implicados no presente inquérito, o clima na cidade está tranquilo, não havendo possibilidades locais de atentados à segurança Nacional (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882-im.3).

Além dos jornalistas ligados à *Folha de Ituiutaba*, os eleitos do PTB e líderes sindicais locais estavam na mira do novo regime, que os via como um perigo para a segurança nacional. Os políticos ligados ao PTB eram vistos como subversivos não somente pelas suas motivações políticas e alianças com as esquerdas mais radicais, mas também eram vistos como corruptos que dilapidaram o dinheiro público, apontando que “nota-se que os administradores municipais não estabeleciam a diferença entre o bem público e o bem particular, por isso diversas irregularidades são apontadas no inquérito” (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882-im.4).

No inquérito, é descrito um complexo sistema de corrupção por parte desses agentes públicos, no qual é apontado que envolviam o uso irregular de verba municipal, desvio de combustível, uso particular de veículos oficiais, usufruto de mão de obra de operários municipais, compra sem concorrência de materiais públicos, entre outros.

José Arsénio de Paula foi descrito como um incondicional apoiador do governo que acabava de ser destituído (não por acaso já que era do mesmo partido que João Goulart) e que usava seu cargo como um difusor das ideias do governo. No documento, afirma-se que

Arsénio se elegeu com o “intuito de popularizar-se perante a opinião pública, manifestava total e irrestrito apôio à linha governamental seguida pelo Presidente Deposto – João Goulart”. Outro ponto que incomodou os indiciadores foi que José Arsénio teria se locomovido até o Rio de Janeiro, no mesmo ano, para lá assistir ao “comício comunista do dia 13 de março do corrente ano, realizado nas proximidades da Central do Brasil, oportunidade em que foi portador de mensagem de comunistas atuantes [...]”, referindo-se ao famoso comício da Central do Brasil (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882-im.4).

José Arsénio era visto como um incompetente para tais funções do administrativo e facilmente influenciável e manipulado por aranhas “comunistas” (principalmente por Geraldo Sétimo, como veremos à frente no capítulo) da cidade, de tal modo que:

É indivíduo que não estava à altura das altas funções do cargo que exercia, por isso que facilmente influenciável, de nenhuma personalidade e de nenhum comando, tanto que deixou-se envolver na têia comunisante de conhecidos bolchevistas desta cidade, acolhendo-os em seu Gabinete e com êles colaborando nas suas atividades[...] (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882-im.4-5).

No documento, detalha-se, na visão dos militares, como funcionaram as ações de corrupção, por parte da prefeitura no poder público local, em um esquema com diversos indivíduos envolvidos, inclusive membros da bancada do PTB na Câmara Municipal e outros como testemunhas dos casos. É dividido em oito pontos de ação corruptas distintas, que, muitas vezes, dialogam entre si. Estes eram:

- I) Aponta-se que a prefeitura comprou, da firma da cidade Cancela S/A, dois automóveis, de modo que um, com combustível, é deixado para serviço do prefeito em sua fazenda particular.
- II) “Não só o caminhão prestava serviços a fazenda denominada “Chatão”, mas o senhor prefeito para lá levou, também, vários operários da prefeitura, para que, ali, prestassem serviços braçais nas lavoura, por alguns meses” (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882-im.5).
- III) Desvio de combustível em grande nível – em especial óleo e gasolina – para uso, novamente, em máquinas da fazenda particular do prefeito.
- IV) Aponta-se, também, que foram desviados do almoxarifado da prefeitura, mais uma vez, para a fazenda do prefeito, materiais de construção, como sacos de cimento, barras de cano, torneiras para a construção de um criadouro de porcos, conhecido como chiqueiro.
- V) Aplicação irregular de verbas:

Foram encontradas na Tezouraria da Prefeitura ordens de pagamento quitadas, no valor total de quatorze milhões, sessenta e noventa e cinco cruzeiros e setenta centavos (Cr14.069.595,70), conforme se vê em certidão de fls. Passada pelo chefe do serviço da fazenda. Tal importância, como não havia verba para sua aplicação, e não tendo na Câmara aprovado os pedidos de abertura de crédito para o pagamento de algumas delas, - figuravam evidentemente, como dinheiro em caixa, quando, na realidade não havia dinheiro algum no cofre da Prefeitura. Uma das ordens, por exemplo [...] foi paga ao Engenheiro [...] correspondendo à metade de seus honorários para lotamento do local denominado “Capão da Lagoa”. Este pagamento foi ordenado pelo indicado José Arcênio de Paula e ele mesmo admite em suas declarações[...] Parece-nos que era comum tais “emprestimos” da prefeitura aos apaniguados do sr. Prefeito (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882-im.7).

VI) Em 4 de fevereiro de 1964, foram incinerados quatro toneladas de papéis velhos de propriedade da prefeitura, ato que foi lavrado em ata. A apuração aponta que o papel foi vendido a uma fábrica local de papel, e o dinheiro não entrou em cofre da prefeitura, portanto, deduziu-se que foi desviado.

VII) A construção de uma barragem na fazenda de Antônio de Souza, pai do vereador Diógenes de Souza, “velho e íntimo amigo” do prefeito, com materiais retirados do almoxarifado da prefeitura. É afirmado no relatório que esse material era comprado na indústria de outro íntimo do prefeito, o também vereador petebista Germano Laterza.

VIII) O prefeito realizou compras de materiais para o almoxarifado e de veículos para a prefeitura sem fazer nenhuma concorrência pública, em que tudo era comprado em casas comerciais de amigos seus.

Rodolfo Leite, que era o prefeito interino em exercício, devido ao afastamento, é apontado como quem deu continuidade aos atos corruptos de José Arcênio, enviando os materiais à fazenda dos Souza e entregando canos para Samir Tannus para a utilização no Ituiutaba Esporte Clube. Aponta-se que todas essas movimentações foram exercidas sem autorização do legislativo e que construíram uma casa às custas da prefeitura, sem autorização, para a moradia de Camilo Lelis Franca sem pagar aluguel.

Antônio Ferreira Neto, que era chefe de compras da prefeitura e, no momento, exercia como suplente o cargo de vereador, é visto como “o que mais se serviu e se aproveitou do cargo que ocupava na Prefeitura Municipal desta cidade” (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882-im.9). É, também, apontado como quem fez uso de máquinas e serviços públicos para bem próprio, recebendo dinheiro de empresas particulares que prestavam serviços para a prefeitura, como de terraplanagem. Além disso, é acusado de fazer reparos em seu automóvel

nas oficinas da prefeitura. Também determinou serviços de encanamento nas casas dos vereadores Geraldo Luiz e Geraldo Moisés e de seu irmão. Como é descrito no documento, Ferreira Neto é visto como o pior dos elementos dentro da estrutura política, dita corrupta:

Vê-se, pela leitura dos autos, tratar-se de péssimo elemento, aproveitador do cargo público que exercia e que dêle se servia, exclusivamente para auferir vantagem ilícita, em proveito próprio, apropriando-se de dinheiro público [...] e recebendo vantagem ilícita [...] (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882-im.10).

O vereador Diógenes e seu o pai, Antônio de Souza, são indiciados por peculato danoso devido à barragem em sua propriedade feita com materiais públicos. Ainda assim, Diógenes é apontado como manobrista na Câmara na Municipal na indicação CM-5/64, que construiria a barragem, e como Chefe de Gabinete do Prefeito que conseguiu desviar o dinheiro que serviria para bens públicos.

De todos esses nomes citados, é proposto que lhes sejam suspensos os direitos políticos. Ainda no que se refere à corrupção, é apontado Geraldo de Melo e Camilo de Lelis Franca. Segundo o relatório, o primeiro se apropriou de material de construção da prefeitura para uso em sua residência, enquanto o segundo foi quem requisitou no almoxarifado público os materiais que eram desviados para uso particular.

Para os suspeitos de corrupção, a investigação foi sumária. Independentemente se, de fato, cometaram ou não ato de corrupção, o uso da acusação de infringirem a lei e violentarem a política pública foi um ato que serviu de legitimador social da ação civil-militar e de cassação de direitos políticos. Nenhum desses passou por um processo legal no legislativo da cidade, muito menos foram apuradas as tais irregularidades no poder público (como vimos no capítulo anterior). No relatório, é constado que muitos desses indiciados assumiram seus atos de corrupção ante os militares, outra maneira de legitimar tal ação. Acreditamos que, em meio à pressão e torturas psicológica, relatadas nas entrevistas, que tenham sofrido em cárcere privado, qualquer um assumiria diante de tal condição.

O “credo vermelho” da cidade apontado no relatório da polícia política não foi somente composto pelos membros ligados à *Folha de Ituiutaba* e nem à política institucional da cidade. No documento, são descrito outros sujeitos que compunham a tal ala “subversiva”. Muito dos sujeitos que serão citados aqui não eram novidade nenhuma para os agentes do DOPS mineiro. É possível encontrarmos diversos documentos e fichas de identificação, produzidos anos antes, envolvendo esses sujeitos. A polícia política não foi nem novidade nem exclusividade do novo regime – foi, sim, criada décadas antes.

Em 1927, foi criado, no estado de Minas Gerais, um órgão responsável pela manutenção da ordem por meio de repressão política do regime. Primeiramente, chamado de Delegacia de Ordem Social e Ordem Política, foi se aprimorando com o tempo e viria a se transformar em Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em 1956. De tal maneira, como mantedora da ordem, essa polícia teria como obrigações coibir e vigiar qualquer ação que considerassem distúrbio contra a ordem vigente – fossem elas greves, movimentações e/ou atentados. O departamento ficou responsável pela vigilância e repressão de caráter político-social, com o claro objetivo de prevenção. Com o Golpe de 1964, as polícias políticas estaduais reorientaram suas atividades, passando a colaborar com o complexo das agências centrais de informação e inteligência da nova ditadura e com a institucionalização do Estado de Segurança Nacional, participando da coação dos agentes opositores do regime em nome da segurança nacional, no sentido de que os militares se viam como os defensores da democracia contra o “regime totalitário dos comunistas”, que queriam abalar a segurança nacional, perseguindo e vigiando qualquer ato considerado subversivo (MOTTA et al, 2003).

Conforme for pertinente ao trabalho, apontaremos outros documentos referentes a esses sujeitos, os quais foram produzidos antes do golpe de 1964, para melhor entendemos como a polícia política olhava para esses personagens.

Muitos desses apontados como “comunistas” eram lideranças de movimentos organizados de trabalhadores na região. Porém, esses eram vistos, pelos organizadores do tal “dossiê”, como agitadores e perturbadores da ordem política e social – verdadeiros “subversivos” ao olhar dos golpistas. Passaremos a descrever, minunciosamente, como viam cada um deles.

Começaremos, portanto, por Mário Campos. Ele trabalhava como funcionário da agência do Banco do Brasil da cidade e secretariou os trabalhos de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba no início de 1964. É descrito no relatório que ele mesmo organizou e compareceu a uma “reunião comunista” em 26 de janeiro de 1964, que ocorreu nos salões da Câmara Municipal da cidade, sendo um dos principais articuladores e debatedores de tal reunião. Relata-se que, em tal reunião, “compareceram inúmeros representantes do credo vermelho desta região”. Nesse sentido, Mário é descrito como um manipulador dos trabalhadores e um falso líder, uma vez que trabalhava em um banco e não como produtor rural:

É estranho que o indiciado tomasse tal atitude, por isso que representava, na verdade, uma Associação de classe, mas que era a dos bancários e que nada tinha a ver com a fundação de sindicatos rurais. Vale salientar que a Associação por êle

presidida, usou da técnica comunista, qual seja a de açambarcar todos os serviços dos outros membros e tornar-se o verdadeiro “dono” da Associação (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882-im.13).

Ainda, Campos é apontado como um apoiador do governo Goulart, que assinou um manifesto em nome da Associação, apoiando o governo deposto e, também, foi o mentor de greves ilegais deflagradas na cidade. Campos era visto como um perigoso comunista que, apesar de negar sua ideologia, era um vigoroso defensor da “República Sindicalista”. Desse modo, é afirmado que “Lendo-se atentamente o inquérito, verificou-se que o cidadão evidenciado, não obstante negar a ideologia comunista, estava intimamente ligado ao movimento comunista na região” (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882-im.13).

“Reconhecidamente comunista”, Ivanildo Francisco dos Santos, o mesmo que escrevia a coluna sindical e registrava os embates no legislativo na *Folha*, é outro apontado como agitador sindical e autor intelectual de manifesto que se solidarizava com o Presidente da República. Presidente do Sindicato dos Alfaiates, também tomou a frente na sindicalização rural dos trabalhadores do município.

Outro indivíduo, também fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Nestor Fernandes de Moraes (vulgarmente, conhecido como Durezinha), é apontado como o mandante do Sindicato, colocando-se à frente do sindicato um “Presidente fantoche”.

Afirma-se, no tal dossiê, que logo que os militares chegaram e tomaram o poder de assalto na cidade, tanto Nestor quanto Ivanildo se refugiaram, não aparecendo até a data de formulação do relatório, assim, os militares concluíram que eles eram culpados – motivo este da fuga.

O vendedor ambulante Iracides Lima é descrito como “elemento de escola do bolchevismo ituiutabano no esquema comunista na cidade” e “cumpria a divulgação de livros e revista comunistas, bem como disseminava a doutrina nos Sindicatos e estimulava as classes às greves e outras manifestações, de cunho nitidamente vermelho” (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882-im.15). É dito que, em sua casa, foram apreendidas diversas revistas de cunho revolucionário e de propaganda comunista. Os militares viam que, em Iracides, residia um perigo em difundir tal ideologia, notadamente dentro dos Sindicatos, como podemos observar nos escritos:

Distribuía farta e gratuitamente, nesta cidade [...] difundindo suas ideias nos bares, cafés e pontos de estacionamento desta cidade. Comunista perigoso e atuante, por isto que na sua profissão de cobrador ambulante, mantinha contacto com todas as classes sociais, inclusive elementos de municípios vizinhos nas quais segundo se sabe, procurava injetar o “vírus” do comunismo (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882-im.15).

Ivanildo e Nestor “Durezinha” também são acusados como distribuidores de panfletos comunistas na cidade, sendo aprendido vasto material em suas residências de teor “doutrinário subversivo”.

No entanto, se esses documentos do DOPS são claros sobre a perseguição das lideranças ligadas ao Sindicado dos Trabalhadores Rurais, nas lembranças dos entrevistados, esses sujeitos estão à margem dentro do processo do golpe político na cidade, pois poucos se lembram de que eles foram perseguidos, e, quando se lembram, as narrativas orais apontam que eles tiveram problemas com a polícia do novo modelo político instaurado, devido ao fato de que eram “comunistas”. Na memória dos tijucanos, mantém-se o frescor do “comunismo” como o motivo da perseguição. Por exemplo, quando perguntamos a José Arantes sobre a participação de Mario Campos, sua resposta é que “Mario Campos? Acho que também era ideológico, acho que era da esquerda também” (ARANTES, 2015). Ou quando questionamos sobre Iracides Lima e outros, obtivemos como resposta:

Era um homem ideológico da esquerda que não aceitava esse regime e aquele negócio todo, e então. E tinha o Sadala Jorge, eram quatro (comunistas) em Ituiutaba: Sadala Jorge, Geraldo Sétimo, Ercílio, Iracides Lima – o negrinho – e tinha o Alfaiate também. Outros mais que não lembro o nome assim (ARANTES, 2015).

Em diálogo com Samir Tannús, esforçando sua lembrança, este não consegue recordar muito sobre personagens:

Entrevistador: O senhor chegou a conhecer o Mario Campos?
 S. Tannús: ...do Banco do Brasil? Esse Mario foi perseguido também.
 E: E por quê?
 S: Não sei porque, não sei.... era comunista, mais não sei.
 E: Ele tinha ligação com algum jornal também?
 S: Não... o Mario Campos, eu tinha pouco relacionamento.
 E: E o Iracides Lima, o Negrinho Barbeiro?
 S: Morreu agora! Esse era comunista, era um barbeiro de pouco prestígio, mas era um bom rapaz (TANNUS, 2015).

E em outro Trecho:

Tinha o Durezinha, o Durezinha esqueci o nome dele [...] Nestor! Nestor! Meu amigo esse, era comunista, doido também, poeta. Era de Uberlândia mas casou aqui, morava aqui. Tinha o Ivanildo, o Ivanildo era um Alfaiate, se deve saber o nome deles tudo... um alfaiate miudinho, Ivanildo. Tinha um outro alfaiate que era comunista lá na 20 lá em cima, esqueci o nome dele agora, fala o nome dele é.... Os comunistas cabiam tudo numa van aqui [...] (SAMIR TANNUS, 2015).

Rui Costa, homem com grande carga de leituras marxistas, morador da cidade que vivenciou os acontecimentos e que conheceu boa parte desses sujeitos que foram perseguidos, nos fala um pouco sobre alguns deles:

Ivanildo era um alfaiate que era mais acessível e que era talvez mais contador de estórias que ele, que ele... era mais falante [...] extremamente calmo, uma pessoa que explicava o compromisso dele com as pessoas mais simples, era um homem pobre, muito idealista, ele era muito idealista. Eu gostava de conversar com ele. Ele me falava de outros companheiros dele: Nestor, Durezinha, do Geraldo Sétimo, do...do pessoal que em 64 foram presos em Ituiutaba durante o golpe militar [...] foram presos porque eram comunistas, então nessa época, eu guardei um pouco os nomes, o Nestor Durezinha por coincidência, a mulher dele era minha professora no grupo escolar e eu conhecia minha professora e não o marido dela (COSTA, 2008).

Nas narrativas orais, quando se recordam de alguns desses sujeitos, lembram-se somente pelo teor de serem “comunistas” e de que suas prisões foram atribuídas ao caráter de serem pessoas de esquerda conhecidas da cidade. Os documentos do DOPS apontam, para eles, como sujeitos que subvertem a ordem, fato que marcou a memória dos moradores da cidade. Até mesmo quem sofreu o processo persecutório, como José Arantes, veem esses sujeitos como “Comunistas”:

Teve uns comunistas aí que fugiram, eles não conseguiram pegar ele não, depois de muito tempo... o Negrinho Barbeiro (O Iracides Lima) que foi preso, depois o Nestor foi preso... Comunista, Nestor Moreira que era de Uberlândia e veio pra cá depois voltou pra Uberlândia. Sadala Jorge, pai do Badala, era comunista também. E o Genésio! Era também comunista né, tinha um alfaiate ali da rua vinte e dois, um magrinho... comunista aqui contava nos dedos, não passava de dez não.... Todos foram atingidos pela revolução da época também (ARANTES, 2012).

Nesse processo de seleção das lembranças, esqueceram-se de que muitos desses sujeitos tidos como “comunistas” eram organizadores, dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade, de outros movimentos, em detrimento de serem apenas “subversivos” da região, e carregaram durante esses anos tal marca. Interessante observar que foi comprado o discurso da ação golpista: o uso de “comunista” como ação legitimadora foi a marca que ficou impressa na memória em relação a esses sujeitos.

Ainda no Dossier, discorre-se sobre Humberto Teodoro Júnior, bancário e advogado da Associação dos Bancários de Ituiutaba, e também sobre o advogado Tomaz de Aquino Petraglia, ambos acusados de pregar o comunismo na cidade, pois escreveram:

[...] vários artigos no jornal “Folha de Ituiutaba”, dando ênfase às ideias esquerdistas, nos quais deixavam entrever serem simpatizantes do Kremlin.

[...] Seus artigos, pela força de posição que ocupavam e do grau de cultura superior que ostentavam, exerceram enorme influência, especialmente na massa trabalhadora da região (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882-im.15).

São também relacionados José Castanheiras e Genésio Alves Pereira, ambos apontados como fichados anteriormente no DOPS e conhecidos comunistas da cidade, porém, é descrito que não foi apurada nenhuma atividade subversiva por parte dos dois, apesar de Castanheiras estar foragido.

Mário Calil, Jerônimo Franco de Gouveia e Salada Jorge são identificados apenas por serem ex-filiados ao então extinto PCB (Partido Comunista Brasileiro), declarando que deixaram há muito tempo a ideologia comunista. Lembrando que Calil trabalhava como Chefe do Serviço da Fazenda na gestão de José Arcêncio de Paula.

Se compararmos as descrições feitas sobre José Castanheiras, Genésio Alves Pereira, Mário Calil, Jerônimo Franco de Gouveia e Salada Jorge com as de Iracides Lima, Nestor “Durezinha” e Ivanildo (que tiveram seus diretos políticos cassados), podemos traçar o perfil de quem os militares queriam atingir. Interessante a forma com que eles são tachados de “comunistas”, independentemente de assumirem ou não tal ideologia. Ser de esquerda ou comunista não caracteriza aí o motivo para perseguição, uma vez que pensar como comunistas ou de fato sê-lo não configura “subversão”. O grande medo daqueles que golpeavam a política estava contido na divulgação das tais ideais de esquerda, o que deveria ser estancado ali. Qualquer forma e maneira de divulgação de pensamentos reivindicatórios de direito de trabalhadores era assinalada como “comunista” e “subversiva”, essencialmente entre aqueles que estavam diretamente ligados ao recém-fundado Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, ou seja, que poderiam dialogar e levar leituras sobre o pensamento reformista ou revolucionário aos trabalhadores. Era necessário barrar ali a expansão de tal pensamento. Houve aí uma grande preocupação com esse novo instrumento reivindicatório, assim, o sindicato deveria ser neutralizado de alguma maneira, e perseguir esses sujeitos foi uma das formas encontradas pelos militares.

É importante reafirmarmos que a maioria desses sujeitos eram chefes e organizadores de trabalhadores, especialmente em relação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba. Desarticular os sindicatos e a organização de trabalhadores se tornou uma tarefa fundamental dentro da nova estrutura que ascendia. Não bastava caçar os cargos políticos dos que defendiam a política reformista; era preciso eliminar qualquer forma organizada que poderia agir de maneira a reivindicar diretos trabalhistas.

Segundo Delgado (1989), a forte vinculação entre o PTB e as classes subordinadas fez dos sindicatos uma das bases estruturais e um dos locais de militância mais importantes do partido. Durante toda sua trajetória, o PTB se constituiu na prática de mediação entre o Estado e os sindicatos – sobretudo no que se refere a ocupar cargos no Ministério do Trabalho, que, durante todo esse tempo (1945-1964), se manteve na mão do partido. Com o passar dos anos e com a defesa da bandeira reformista dentro do Partido Trabalhista Brasileiro, em detrimento da herança varguista, o movimento sindical foi incorporando também a pauta, pois:

De uma posição de vínculo orgânico com o Estado através do getulismo, o sindicalismo brasileiro evoluiu para criticar e exigir, em inúmeras ocasiões, uma política econômica e social mais participativa e distributiva por parte do próprio Estado – vide reformas de base. Esse foi um importante fundamento da participação ampliada que caracterizou o ciclo das lutas sindicais no início da década de sessenta. [...] Pode-se afirmar que, com certeza, as lutas sindicais se ampliaram, renovaram seus objetivos e se transformara em uma ameaça real à ordem estabelecida. Todavia, paradoxalmente, mantiveram-se vinculadas, na maior parte das vezes, inclusive via PTB, aos próprios canais institucionais do Estado, em sua prática cotidiana (DELGADO, 1989, p. 295).

Em um dos documentos apreendido pelo DOPS, referente a assinaturas do jornal Novos Rumos⁵⁸ (segundo a tal descrição, a “cidade comporta mais de 100 assinaturas”), um responsável pela distribuição do jornal que estava na cidade no momento faz anotações atinentes a uma reunião do Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da cidade, que aconteceu às 14:00 horas do dia 19 de janeiro. É documentado que, na reunião, encontravam-se Mario Campos, Ivanildo, além dos trabalhadores e representantes da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), no local havia também lideranças de trabalhadores de cidades próximas. Um desses era o überlandense Roberto Margonari, que era também um velho conhecido da

⁵⁸ Provavelmente, o Jornal Novos Rumos era um dos materiais apreendidos na casa desse “comunistas” e que era distribuído pela cidade, segundo as descrições no relatório policial. Iracides Lima, Mario Campos, Ivanildo dos Santos, Genésio Ferreira, José Castanheira e Sadala Jorge, em diversos documentos apreendidos pelo DOPS, aparecem como assinantes do tal periódico que circula na cidade (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 008, Pastas 0085; 0087). O jornal Novos Rumos foi um jornal do PCB (que, no momento, estava na clandestinidade), que, assim, era a porta voz das orientações políticas do partido. O periódico teve início de publicação no primeiro mês do ano de 1959, com sua última edição em março de 1964. O Novos Rumos se inseria com um meio de comunicação os Partidos Comunistas, que, em todo o mundo, tinham jornais oficiais e semioficiais que buscavam expressar a linha política adotada, veiculando mensagens enaltecedoras de si mesmo, desqualificava os inimigos, mobilizava a militância, publicava notícias sobre o movimento revolucionário, esforçava-se para arregimentar novos filiados e adeptos, entre outras atividades. Em janeiro de 1959, emerge o jornal “Novos Rumos”, de modo que o periódico expressava uma nova linha com a chamada “Declaração de Maio de 1959” – eram os “novos rumos” que tomavam o partido. Os comunistas do PCB faziam coro com a FMP, criticando Jango e recusando sua opção política. Críticas essas que eram comuns no “Novos Rumos”. Na visão do jornal, Jango deveria romper com o PSD e com outras alianças tidas como reacionárias. De forma que as reformas seriam aprovadas pelos parlamentares por pressão popular e não por alianças. Com o golpe de 64, o “Novos Rumos” deixou de existir e, consequentemente, circular. O Jornal foi um veículo oposicionista ao governo Jango que exigia a decretação imediata das reformas e a construção de um governo exclusivamente montado pelas esquerdas (FERREIRA, 2011; 2013).

polícia política (preso em 1951, pela realização de um evento que havia sido proibido), tanto que há diversos IPMs nos quais constam o nome dele (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 008, pasta 0078-im.188-189).

Marginari, dentista prático de profissão, era uma das principais lideranças dentre os comunistas da região. Em 1947, Marginari e mais três outros comunistas foram eleitos, dentre os 15, no legislativo überlandense. Esses três concorreram por outras legendas devido à cassação do PCB. Porém, os comunistas não comprometiam a hegemonia da direita política local, pois a maioria da câmara do município era udenista. Em 1950, com a investidura contra o PCB, apenas um comunista – Virgílio Mineiro – foi eleito na cidade, cedendo o lugar, a mando do partido, que atuava clandestinamente, para Marginari. Na próxima eleição, 1954, os comunistas não conseguem eleger ninguém, marcando o declínio dos comunistas. Marginari se fez linha de frente, desde o final da década de 1940, na organização de trabalhadores rurais na região, fosse de Ligas Camponesa, Associações e até de Sindicatos (LEPERA, 2003).

É descrito que no encontro:

Roberto Marginari falou sobre a necessidade da Reforma Agrária no que foi entusiasticamente aplaudido por mais de 600 trabalhadores do campo, que lotando o salão da prefeitura local tendo gente até na praça local de tão cheio que estava. [...] a abertura contou com mais de 400 assinaturas, compareceu também na solenidade o presidente da associação dos Bancários o Sr. Mario Campos. O Prefeito Sr. José Arcênio de Paula não pode comparecer, pois se encontrava em Uberlândia, deu todo apoio ao movimento.

Aliás mesmo sendo grande latifundiário sempre pronunciou a favor das reformas, contrariando a maioria de seus colegas fazendeiros. A tempo já como prefeito, quando a Câmara estava reunida para aprovar o Novo Código Tributário, aumentando os impostos sobre os latifundiários, e a reação encabeçada por alguns elementos [...], quis tumultuar a sessão, o mesmo mandou prendê-los causando mal-estar na burguesia local, que sempre considerava Ituiutaba fazenda sua (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 008, pasta 0078-im.188-189).

Tal afirmação demonstra como se relacionava o líder do poder executivo local com o sindicato, mandando recado de apoio ao movimento que defendia a Reforma Agrária, proposta dentro das Reformas de Base de João Goulart. Podemos afirmar que o diálogo com os trabalhadores rurais se fazia presente na gestão de José Arcênio.

Fez-se necessário, na cooperação civil-militar, desmantelar a relação do poder público local com os sindicalistas e líderes de movimentos de trabalhadores. Para tal, fez-se essencial, na mesma leva, perseguir os políticos trabalhistas e os líderes dos trabalhadores, neutralizado a organização e articulação desses movimentos sociais e eliminando qualquer núcleo em potencial de oposição política e social.

Como nos afirma Moreira Alves (1989), a estratégia psicossocial da “Operação Limpeza” se concentrou em atingir os movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe de Estado. Os diversos IPMs vieram para fazer uma “limpeza” dentro dos sindicatos e, a partir de então, exercendo controle direto na estrutura sindical, de tal maneira que:

O caso dos sindicatos demonstrou a habilidade do Estado de Segurança Nacional em tirar vantagens dos controles existentes, como os da CLT, e em criar novas estruturas quando necessário. O controle dos sindicatos era indispensável à efetivação das diretrizes de controle salarial que seriam um dos fundamentos do novo modelo econômico (ALVES, 1989, p. 71).

O golpe acertou o reformismo, afundando um projeto de novo modelo político e social. Entretanto, sua mira descrita era o comunismo. Como já afirmamos, a maioria desses sujeitos perseguidos foram descritos como “comunistas”, independentemente de, de fato, serem ou não ligados a movimentos comunistas ou se compactuavam com tal ideologia. O período em torno de 1964 vivenciou uma forte onda anticomunista, de maneira que relacionar esses nomes ao comunismo se fez essencial para justificar a repressão.

Anticomunistas são pessoas ou grupos que, pela palavra e/ou pela ação, se dedicavam à luta contra o comunismo. Grupos conservadores viam a revolução comunista como a destruição de suas tradições, costumes e valores, de tal maneira elegendo os comunistas como um perigo para a nação. O medo contra o “perigo vermelho” e a “ameaça revolucionária” se tornou central durante quase todo século XX, com alguns momentos mais intensificados, outros de maneira residual. Geralmente, a radicalização do fenômeno anticomunista está ligada ao crescimento do PCB ou das esquerdas, destacando-se três momentos na história do Brasil, a começar pela chamada “Intentona Comunista”, em 1935 (cujas consequências se estenderam até 1937, com o surgimento do Estado Novo), quando uma rebelião armada dos comunistas tentou tomar o poder com apoio conspiratório ligado à Internacional Comunista. Outros dois momentos agudos do anticomunismo foram:

[...] o início da Guerra Fria, principalmente nos anos de 1946 a 1950, quando após breve interregno legal o PCB foi proscrito e voltou a ser perseguido; por fim, a crise de 1964, que levou ao golpe militar. Nos três períodos referidos, as atividades anticomunistas foram intensificadas, sendo que, em 1937 e 1964 a “ameaça comunista” foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda (MOTTA, 2002, p. 7).

Segundo o autor, o anticomunismo, na tradição brasileira, se ancora em três matrizes: o liberalismo, o catolicismo e o nacionalismo de direita. Identificado como a imagem do “mal” pelas alas conservadoras, que encaravam o comunismo como um destruidor da moral e do *status quo*, viam a revolução como algo que destruiria a família, a propriedade privada, a pátria e a religião.

O agravamento do anticomunismo na década de 1960 se deu por fatores internos e externos. No contexto externo, começando pelo medo revolucionário e de sua influência na América Latina, principalmente após a revolução cubana, tornou-se um dos centros da Guerra Fria, de modo que fez os norte-americanos tomarem medidas de vigilância e segurança, intensificando propagandas anticomunistas, aumentando a sua ajuda econômica (a chamada Aliança Para o Progresso) e, por fim, estabelecendo influência para conter a progressão do comunismo.

No contexto interno, por sua vez, os conservadores se preocupavam com a expansão de organizações de esquerda, fossem revolucionárias ou reformistas, notoriamente com a ascensão de João Goulart, que era visto pelas alas mais conservadoras como um aliado dos comunistas. Amedrontadas com a impressão de crescimentos dos inimigos, as entidades anticomunistas se organizaram, contribuindo para um ambiente de polarização ideológica, ligando qualquer movimento de esquerda com a “infiltração comunista”.

O anticomunismo foi um dos principais argumentos a se justificar e causar intervenções autoritárias durante o período republicano brasileiro. Nesse sentido, o anticomunismo forneceu o argumento principal para a desestabilização e perseguição de vários sujeitos. A urgência em combater a “ameaça vermelha” convenceu diversos setores da necessidade de rompimento da normalidade institucional em nome da luta contra o inimigo maior. O terror comunista foi insuflado visando à obtenção de ganhos no plano político (MOTTA, 2002).

A maioria desses perseguidos, na cidade de Ituiutaba, fugiu nesse primeiro momento; outros foram presos e alguns encaminhados para o DOPS em Belo Horizonte⁵⁹. Iracides Lima foi um desses que, em 1 de maio, foi encaminhado para o DOPS, em Belo Horizonte, por escolta, enquanto Mario Campos ficou na cidade sob custodia de seu irmão (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 018, pasta 0269-im.310). Nestor Fernandes Morais e Ivanildo Santos foram encontrados tempos depois e sofreram processos que se estenderam até o final da década (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 005, pasta 0055-im.205-206).

⁵⁹ As informações dos documentos DOPS carecem a respeito dos que foram presos nesse instante ou posteriormente.

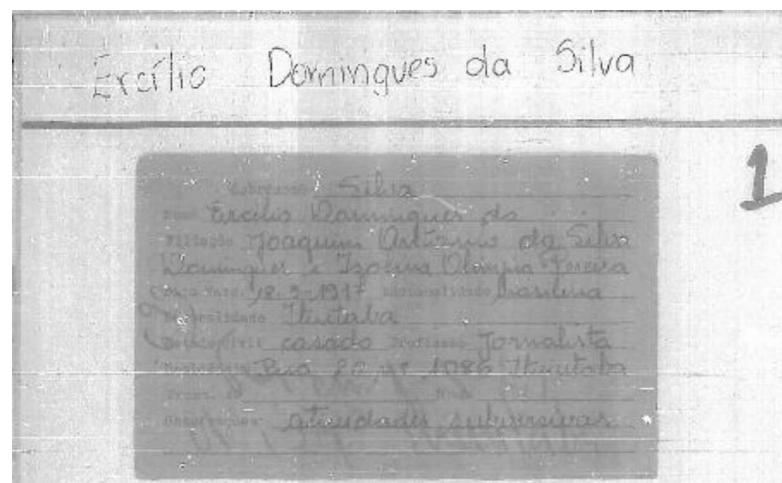


Figura 5 - Reprodução de Ficha de Identificação de Ercílio Domingues da Silva. APM-Fundo DOPS/MG, rolo 097, pasta 5489-im.289.

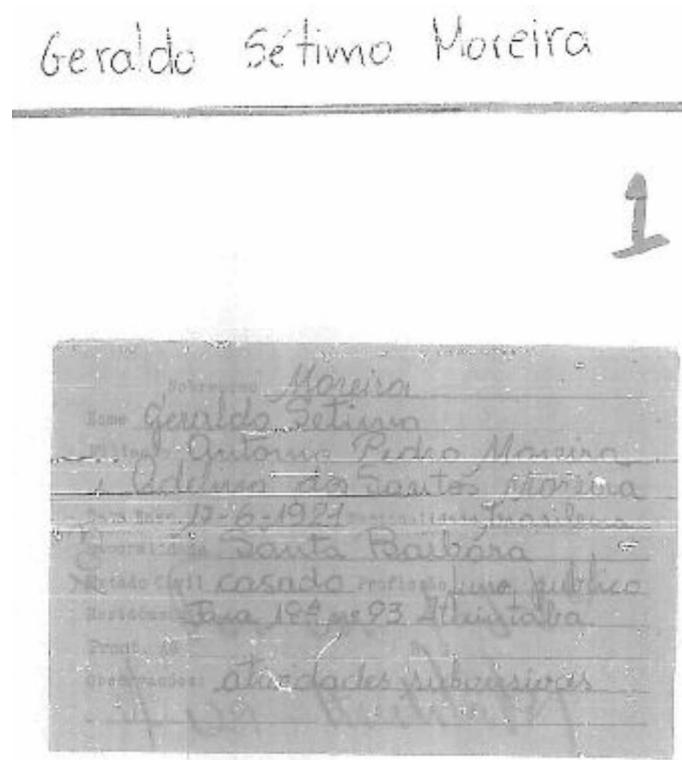


Figura 6 - Reprodução de Ficha de Identificação de Geraldo Sétimo Moreira. APM-Fundo DOPS/MG, rolo 097, pasta 5489-im.402.

“Atividades Subversivas”, assim são descritas as atuações dos jornalistas Geraldo Sétimo Moreira e Ercílio Domingues da Silva, nas respectivas fichas de identificação, que se encontram nos arquivos DOPS (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 097, pasta 5489-im.289;402). A *Folha de Ituiutaba* era vista pelos golpistas como um órgão subversivo e manipulador local e, portanto, não poderia continuar em funcionamento. No entanto, se essas lideranças de trabalhadores ficaram sendo lembradas como “comunistas”, esse estigma se fez mais forte para os perseguidos que tinham relação com o jornal *Folha de Ituiutaba*. Se há dificuldade na lembrança em relação aos líderes do movimento dos trabalhadores rurais da cidade, a perseguição aos jornalistas e o fechamento da Folha se mostraram tão presentes nas narrativas quanto as deposições políticas na cidade, mas, de uma maneira diferente, os jornalistas são lembrados pelos seus papéis de “subversivos” como “comunistas”, enquanto os políticos não carregaram a marca de “subversivos corruptos” atribuída a eles pela ação civil-militar de 1964. Como nos aponta José Arantes:

Ercílio era tido como comunista e foi preso, foi preso e passou muito mal na prisão. Eu inclusive visitei o Ercílio lá na... ele foi preso no, não sei o local que ele foi preso... ele tava num coxão assim muito grande no chão tomando soro, judiaram muito do Ercílio... psicologicamente né, fisicamente não né, mais ele sofreu muito, o Ercílio fui um dos que mais... Ahhhh, tinha o Geraldo Sétimo também que escrevia no jornal Folha de Ituiutaba né? Geraldo Sétimo também era comunista. Capaz que tinha mais de dez aqui em Ituiutaba (ARANTES, 2012).

Ou como Rui Costa se dirige à trama:

[...]Jo Ercílio, o dono da gráfica, o dono do jornal foi preso que era uma pessoa muito conhecida. Ituiutaba devia ter o que? Talvez uns trinta e pouco mil... não sei quanto, mas era muito pequena. Então, eu não entendia, quando você é criança... a questão de a pessoa ter sido presa chamava atenção principalmente a minha que sempre fui muito curioso e talvez, um menino de 11 anos, nem todos têm esse tipo de interesse, eu tinha... mas por que eu tinha, eu não sei. Mas eu tinha muita atenção nessas coisas, ouvia falar e ficava me perguntando o porquê essas pessoas foram presas, por que? “São comunistas” e eu ficava indignado (COSTA, 2008).

Ou, ainda, como Afonso Faissol: “[...] o Ercílio era comunista e eles... ele tinha um redator do jornal, também era tido como comunista, foi preso, foi para Belo Horizonte... aqui de conhecido foi os dois só, de presos aqui mais é... e de Belo Horizonte vieram pra cá” (FAISSOL, 2012). Ademais, em diálogo com Sammir Tannús:

Pesquisador: E qual o motivo do fechamento do Jornal?

S. Tannús: Deles serem comunistas, eram contra a UDN, o que era contra a UDN era comunismo, tinha que fechar, eles tiveram que aproveitar a força que eles criaram e eles tinham que eliminar os adversários, a luta pelo poder é eterna sempre foi assim né? Num tinha uma ideologia política nenhuma, eles eram contra o Jornal do Ercílio porque ele era contra eles. Cidade pequena sabe (TANNÚS, 2015).

O funcionamento do Jornal era visto pelos seus opositores como uma cooperativa da subversão, um complexo no qual vários subversivos usavam a escrita para difundir a tal ideologia, e Geraldo Sétimo era o comunista chefe, mais perigoso, que usufruía do jornal para tais ações:

Na parte subversiva, Ituiutaba possuía, como célula mais atuante, o jornal “Folha de Ituiutaba”, que mantinha no seu quadro há longos anos, como redator chefe, Geraldo Sétimo Moreira, um dos mais destacados comunistas locais. Como excelente órgão de divulgação nessa região, prestava-se ao trabalho de exposição do material específico do processo esquerdistas, e da sua disseminação, salientando-se, neste particular os trabalhos dos doutores HUMBERTO TEODORO JÚNIOR e TOMAZ DE AQUINO PETRAGLIA, advogados locais, que alimentavam o jornal com artigos perniciosos ao regime. Ainda o ex-Prefeito local, José Arsénio de Paula, alguns presidentes de sindicatos e Vereadores da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, pela expressividade de certos manifestos proclamados e que endossavam o processo vermelho em marcha nesta cidade, foram usados pelo jornal “Folha de Ituiutaba”, dentro do plano de difundir, realmente a ideologia comunista nesta região. Outros elementos atuantes foram utilizados, - tais como Ivanildo Francisco dos Santos, Nestor Fernandes Morais, Mario Campos, etc. (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pastas 3882-im.3).

Segundo a visão expressa nos documentos, desde os políticos locais até os líderes sindicais, foram usados pelo redator chefe como meio de difundir o comunismo na região. A explicação da polícia política perante a relação do ex-prefeito José Arcêncio com o jornal é de que este “fez vários pronunciamentos público ao jornal “Folha de Ituiutaba”, nos quais preconizava especialmente as Reformas de Base, na linha tão aclamada pelo Governo então”. Continuando o exemplo, o ex-prefeito:

Deixou-se agasalhar-se sob sua sombra elementos nitidamente comunistas, sendo de destacar o redator do citado jornal, Geraldo Sétimo Moreira, sagaz e inteligente, que, por isto mesmo, dava maior ênfase aos pronunciamentos do senhor Prefeito, levando ao povo, através do jornal, com muito maior realce que nele na verdade devia se conter (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pastas 3882-im.4).

Sétimo é, para a polícia política, o maior comunista local e principal manipulador, que fez uso de sua sagacidade e inteligência em conjunto com sua posição privilegiada dentro do principal periódico que serviria como brado para contaminar os demais. Geraldo Sétimo é visto como manobrista dos demais que se deixaram influenciar pelo jornalista na cidade, tido como chefe, “orientador político” e “mentor intelectual”, o qual escrevia artigos com a má intensão de manipular a massa e destruir a ordem, porém, segundo o documento, seus escritos agiam de maneira sutil. É descrito como “elemento perigoso” não só por sua atuação na redação da Folha, mas também por sua posição de chefe do IBGE local:

Trata-se do expoente máximo do comunismo nesta cidade. Indivíduo perigoso, já por sua inteligência, já porque dispunha de fácil meio de divulgação de suas ideias, por isso que era redator do jornal comunista “Folha de Ituiutaba”. Redige com facilidade e, até certo ponto, se lhe pode reconhecer cultura geral mediana, tanto que era o orientador político do jornal e de todos os simpatizantes da ideologia comunista. [...] autor de vários artigos, publicados no jornal acima referido, em cujo texto se percebe a intensão malévolas de conduzir a massa a extremismos, fazendo, também, ainda que de forma sutil, propaganda de processos violentos para a subversão da ordem. Também él, como seu chefe e patrão, Ercílio Domingos da Silva, não pregavam ostensivamente a revolta armada, mas deixavam claro, em seus artigos, que isso era necessário taxando os democratas de “gorilas” e outros termos próprios do linguajar bolchevista.

Elemento perigoso, porque além de redator de um jornal, ocupava posição, que no interior é destaca, qual seja a de chefe do Escritório do IBGE, desta cidade. Concluiu-se, logicamente, ter él transformado este escritório em bureaux divulgador das idéias comunistas. Considero-o como mentor intelectual de todos os telegramas e artigos publicados na “Folha de Ituiutaba” (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pastas 3882-im.11-12).

O dono da Folha, Ercílio Domingues, ficou marcado como subversivo, contudo, Geraldo Sétimo é remetido em algumas narrações sempre de maneira mais latente, lembrando, de certa maneira, como os documentos do DOPS apontavam pra ele, como o “mais perigoso comunista da região”, como se pode ver nestes trechos das narrativas:

[...] o Ercílio era dono da gráfica, do jornal e o Geraldo era o editor e os dois tinha...o Geraldo, muito mais, tinha fama de comunista, mas se você pega o jornal e dizer o conteúdo do jornal, não vai achar nada que justifique o fechamento do jornal [...] o jornal não precisava ser fechado, por que não era usado como veículo de transmissão das ideias no caso de esquerda. E foi fechado por tempo em função da presença do Geraldo e do Ercílio, um como dono e o outro como redator chefe então, além de prender os jornalistas (COSTA, 2008).

[...] eles comentavam que o Ercílio era da esquerda e falava que ele era comunista, tinha o Geraldo Sétimo que trabalhava com ele, esse era comunista, esse falava que era comunista mesmo, era dos ideais comunistas (ARANTES, 2015).

Já Samir Tannús aponta que Ercílio, apesar de ter fama de comunista, não seguia tal doutrina. Porém, o mesmo não se aplicava a Geraldo Sétimo:

Eles prenderam o Ercílio, ele foi pra Juiz de Foram pro exército, o Geraldo Sétimo era o redator, eram comunista [...] Porque falavam que eles eram comunistas. O Ercílio não era nada né, já o Geraldo era, o jornalista era. O Geraldo Sétimo era comunista, ele era do IBGE, ele é de... lá de perto de Belo Horizonte...de Sabará. Ele era um cara bão, casado aqui, muito prolixo, esses comunistas que não conversava entendeu, era um indivíduo do jornal (TANNÚS, 2015).

O ex-prefeito, Rodolfo Leite de Oliveira, aponta que os intitular de comunistas serviu de argumento para deslegitimar os jornalistas e justificar a ação golpista:

[...] Nada, eles precisavam de um argumento e eles usaram né. Não tinha nada, não tinha nada, aqui não tinha partido comunista. Não tinha ninguém entendeu, parece que tinha um, um lá o Ger(...) Geraldo como é que chama?

Geraldo Sétimo! Geraldo Sétimo era comunista, só que ele na convivência não era nada, só que ele falava que era (risos). E foi preso, foi para Belo Horizonte e tal, e falando, mas você é, e ele: “sou comunista”, em Belo horizonte ele falou (OLIVEIRA, 2012).

O proprietário do periódico, Ercílio Domingues da Silva, no relatório do inquérito, é apontado como quem permitiu que o seu jornal, o de “maior circulação na cidade”, fosse o principal órgão divulgação das ideologias “comunisantes”, integrando o “esquema vermelho como órgão de divulgação e infiltração de doutrina extremista”. Os artigos escritos no jornal não escondem a linha doutrinária adotada pelo jornal, de tal maneira que “mostram-se, cada dia mais incisivos na divulgação das ideias comunistas, bem como demonstram a tentativa de penetração na massa o credo vermelho, usando palavreado adequado a chavões conheidíssimos” (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pastas 3882-im.11-12).

No relatório, é referido que o dono do jornal tentou se eximir da culpa, indicando Sétimo como o responsável, porém, como ele era o dono do periódico, foi responsabilizado também pelos editoriais publicados. Ao mesmo tempo, apontava-se a clara apologia ao comunismo nas folhas do jornal e dizia que não havia “pregação ostensiva, mas ela se fazia nas entrelinhas dos editoriais”, de tal modo que notaram um “sutil propósito de envenenar a massa, através da propaganda de processos de subversão a ordem política e social” (APM-Fundo DOPS/MG, rolo 049, pastas 3882-im.11).

O que preocupava a polícia política, mais uma vez, se mostra de maneira clara: a propaganda e divulgação contra a ordem vigente. Fosse por artigos dos políticos locais que o documento aponta, fosse pelos “comunistas” que escreviam no jornal ou mesmo pelos redatores, o jornal era visto como um forte meio de divulgação de ideias que poderiam ir contra o *status quo* do novo regime.

Foi a última vez que o jornal teve problemas com a polícia política. Entretanto, não foi a primeira. Ercílio e o seu jornal já haviam sido fichados dez anos antes devido às edições de 06/3 e 10/4/54, quando foi acusado de publicar assuntos referentes a atividades comunistas, por isso, sofreu processo por crime de infração à Lei de Imprensa e de Segurança Nacional, que resultou em arquivamento (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684-im. 9 e 46). Essa acusação seria ressuscitada e reutilizada com a ação de 1964.

Em abril de 1964, Ercílio foi preso e seu jornal foi fechado pela ação civil-militar. Foi escoltado para DOPS na capital Belo Horizonte. Em narrativa sobre, Ercílio afirma que:

[...] o jornal foi interrompido pelo golpe militar daquele ano, tendo sido o jornal interditado, dado à sua orientação independente. Então o jornal foi taxado de “subversivo”, exatamente por criticar, é e anunciar que o golpe estava sendo

perpetrado, isto é, estava sendo tramado nos bastidores da vida pública do país, e com isso o jornal foi perseguido, interditado (neste momento o Sr. Ercílio pediu que eu desligasse o gravador para perguntar se podia falar de sua prisão) é fomos, nessa perseguição, fomos presos, fomos porque não fui só eu, o redator também foi preso e processado por crime político (SILVA, 1995).

Arbitrariamente, o jornal foi fechado e Ercílio Domingues, encaminhado e preso no DOPS em Belo Horizonte por 21 dias. Ercílio cita que os dias em que ficou mantido em cárcere privado e encaminhado para o DOPS em Belo Horizonte:

[...] eu estive preso apenas vinte e um dias, inclusive fui levado para o DOPS, cheguei no DOPSS de Belo Horizonte, e lá, após ficar um período, e após a liberação, eu returnei a Ituiutaba e continuei normalmente as minhas atividades até hoje (SILVA, 1995).

No dia 25, Ercílio foi liberado provisoriamente da detenção, para tratar de sua saúde no hospital São Lucas, contanto que não saísse da capital sem autorização do “Comando Revolucionário” (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 097, Pasta 5489-im. 299). No dia 1 de maio, Ercílio foi transferido para a cidade de Ituiutaba, ficando sobre custódia e constante vigilância atribuída a Francisco Veruel⁶⁰. Nesse mesmo dia, foi entregue escoltado, ao DOPS de Belo Horizonte, o redator-chefe Geraldo Sétimo Moreira, que acabava de se entregar, já que havia se refugiado na zona rural da cidade (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 018, Pasta 0269-im. 281).

Nesse cenário, o processo jurídico foi recorrido pelos jornalistas, tendo seu fim (de maneira formal) somente ao chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF), mais de dois anos após o ocorrido (STF, 07/12/1966). Quem apresentou a denúncia contra os dois foi o promotor de justiça da cidade vizinha de Monte Alegre, porém, a denúncia foi rejeitada pelo juiz da comarca de Ituiutaba, provavelmente, Sebastião Lintz, o mesmo citado por Sétimo em seu testemunho de ter impedido o apedrejamento do estabelecimento físico do Jornal durante a Marcha. O relatório de denúncia feito pelo promotor afirma que:

⁶⁰ Ercílio tocou sua vida, mas o ressentimento pelo acontecimento marcou sua trajetória. Acreditamos que ele viu na entrevista um momento oportuno para desabafar sobre aqueles dias em que sofreu tal perseguição. Apesar de seguir com sua vida, Ercílio foi obrigado não dar seguimento nas suas atividades com jornal, mudando seu ramo profissional. Marc Ferro (2009) afirma que, na origem do ressentimento, se encontra uma violência sofrida, uma ferida aberta, uma afronta ou trauma, daquele que a sofreu não pôde reagir devido à impotência no momento. A revivescência da ferida passada é mais forte que a vontade de esquecer, e atormenta sem trégua. Uma ferida que permanece latente, na qual o passado vive no presente. Muitas vezes, o ressentimento não é necessariamente associado a uma reivindicação precisa, sendo que ela pode ser uma companheira de estrada. Nas palavras do autor, o “ressentimento, [...] seja individual ou coletivo, nasce de uma humilhação, ou de um trauma, que pode ser ocasionado pela extração social, pela fraqueza física também, de maneira geral por um complexo de inferioridade” (FERRO, 2009, p. 190).

[...] como DIRETOR e REDATOR-CHEFE, respectivamente, do jornal – FOLHA DE ITUIUTABA – que circulava nessa cidade anteriormente ao movimento político do mês de março de 1964, permitido publicações, no referido jornal, de artigos atentatórios à nossa ordem política e social de pregação de idéias e práticas extremistas, sendo, mesmo, alguns deles, de autoria do acusado GERALDO SÉTIMO MOREIRA, transformando-o, assim, em eficiente veículo de difusão e propagação subversiva[...]. Indiscutivelmente, seus artigos não passam de uma terrível propaganda para subverter a ordem política e social, e os leitores do semanário se viam na obrigação de tomar conhecimento daqueles artigos ou transcrições enfadonhas e anti-patrióticas (STF, 07/12/1966, p. 1-2).

Assim, podemos ver que a denúncia dos delitos dos jornalistas se enquadra como crime contra a ordem política e social. De uma maneira bem interessante, no processo, tentam ajustar o delito dentro do Ato Institucional de nº 2 (AI-2), porém, quando a perseguição ao jornal ocorreu, ainda não existia o tal ato, que foi decretado somente no ano de 1965. Desse modo, foi enquadrado como crime de imprensa, que infringiu o que diz respeito ao crime de fazer propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política ou social, de ódio de classe, raça ou religião.

Todos os responsáveis pelo jornal são acusados, mas é retirada a culpa direta sobre diretor-proprietário e redator. Com isso, mais uma vez Sétimo, é visto como o principal articulador e manipulador da subversão.

O redator, Manoel Agostinho, é o mais ausentado da culpa, não sendo aceita a denúncia. Nesse sentido, afirma-se que:

Quanto ao acusado MANOEL AGOSTINHO, sua participação ativa não teve nos fatos, todavia, solidarizou-se com os demais acusados, prestigiou semelhante procedimento delituoso, emprestando o seu nome, como colaborador, ao Jornal [...]. E no que a denúncia diz respeito a Manoel Agostinho, denunciado que foi, apenas por emprestar o seu nome como colaborador do Jornal, não podemos recebê-la. Seria injusto e injurídico nosso despacho se recebêssemos (STF, 07/12/1966, p. 2).

Já Ercílio foi culpabilizado por permitir que artigos de crimes de imprensa circulassem em seu jornal, porém, aponta-se que a responsabilidade dos escritos não era sua e, sim, do redator-chefe do periódico. Desse modo, ainda é ressuscitado o processo de 1954, também considerado crime de imprensa:

Quanto a situação de Ercílio Domingues, se pecou o foi por omissão, por ser dono do Jornal e da oficina de impressão, e mesmo porque de há muito deveria ter despachado o seu redator-chefe. Dentro, no entanto, daquele conceito de lei de imprensa como os artigos era de responsabilidade de Geraldo, nenhuma infração cometeu[...]. Sobreleva ainda notar-se que quanto a publicação do programa do P. C.B., numa das edições de 54, Ercílio Domingues foi processado, muito embora também houvesse transscrito tal programa de diversos jornais, inclusive o Diário de S. Paulo [segundo seu depoimento] (STF, 07/12/1966, p. 3).

Ercílio e Agostinho são vistos como inocentes e apenas coautores dentro do jornal. O autor principal, de fato, seria Geraldo Sétimo, de modo que é descrito que os dois haviam se deixado levar pelo redator-chefe da *Folha*. Afirma-se, ainda, que “se por ventura estivessem Ercílio e Manoel Agostinho, incuso na lei de imprensa ou de segurança, é ponto pacífico de que em delito de opinião é inadmissível co-autoria” (STF, 07/12/1966, p. 4).

Ao recurso criminal ao chegar no Supremo Tribunal Federal, é negado o provimento em 28 de setembro de 1966. O relator responsável, Ministro Gonçalves de Oliveria, vota pelo desprovimento do recurso, afirmando que não se tratava de propaganda de guerra, violência ou contra a ordem política e, por unanimidade dentre do STF, os votos vão à direção do apontado pelo relator, sendo a decisão “não comprovada a acusação”. Segundo Alves (1989), esse tipo de decisão dentro do poder judiciário, de revogar e revisar os IPMs, causou mal-estar com os juízes, criando um confronto desses com os militares que, em seguida, passaram a exercer controle, também, sobre o poder Judiciário:

Como, na época, a decisão era passível de revisão do Judiciário, o Supremo Tribunal Federal e os tribunais estaduais freqüentemente revogavam as decisões dos IPMs. Estabeleceu-se assim um confronto crescente entre a estrutura legal tradicional e a estrutura paralela extralegal ou “revolucionária”. Os coronéis dos IPMs passaram a protestar com indignação cada vez maior contra esta autonomia judicial, forçando afinal o Executivo a ampliar as medidas de controle sobre os juízes e o próprio judiciário (ALVES, 1989, p. 57).

Apesar do arquivamento do processo, já haviam se passado mais de dois anos desde o início da perseguição, e a situação não era mais a mesma. A vida dos jornalistas já havia sido traçada pela triste arbitrariedade iniciada em abril de 1964. O jornal foi fechado; outro jornal ocupou o espaço econômico e político na região; Sétimo e Ercílio foram presos e encaminhados ao DOPS; e, por fim, foi sancionada a demissão do cargo de Agente de Estatística que Geraldo Sétimo ocupava no IBGE, ainda em 1964 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 09/10/1964, p. 34).

Ercílio Domingues, além de narrar sobre sua prisão, já traz em seu testemunho o motivo pelo qual acredita que o seu jornal foi fechado. Para ele, apesar de o jornal ser tachado de subversivo, o motivo não foi por ele e o redator chefe serem “comunistas”, como os outros testemunhos nos apontam, da mesma maneira que as denúncias feitas que encontramos nos arquivos da polícia política, e sim porque seu jornal denunciava o golpe de Estado em Marcha. O jornalista, justificando como se deu o seu processo jurídico em relação às prisões e ao fechamento do jornal, faz questão de afirmar o arquivamento do processo usando, a seu ver

o parecer do Ministro Gonçalves de Oliveira, de que o processo, em si, foi um “erro”, sem “fundamento”. Segundo ele o:

[...] processo esse que andou de “seca e meca”, foi parar até no Supremo, de lá retornando dois anos depois com o parecer do Sr. Desembargador, cujo nome eu não me recordo, sugerindo o arquivamento do processo por falta de fundamento com a seguinte expressão: “seria inominável erro de justiça processar este homem”, referindo-se ao meu nome, “mesmo porque, em crime de ideologia não existe co-participação”. A justiça local, então, atendendo a sugestão do desembargador, após ouvir o Promotor de Justiça, arquivou o processo que está ainda nos anais do Fórum de Ituiutaba (SILVA, 1995).

Com isso, também o ex-jornalista faz questão de apontar a coparticipação dentro do processo. Ercílio Domingues acredita que o jornal era, em si, um grande poder, equiparando-o ao poder que os políticos depostos tinham e, por isso, o golpe caiu sobre jornal. Assim, a “perseguição foi em cima mais dos políticos ou alguém com algum poder nas mãos, como era o meu caso, tinha o jornal nas mãos” (SILVA, 1995).

Em seu testemunho, o ex-jornalista ainda descreve um fato importante para além da perseguição aos jornalistas: o fechamento e a suspensão da circulação do periódico. A coleção das edições Folha de Ituiutaba, que eram arquivadas pelo dono, foram confiscadas:

A vida econômica, social e política, acompanhei... Não me lembro assim de muitos detalhes, porque eram registrados no jornal, eu não tenho a coleção completa, exatamente em virtude da perseguição política que requisitou o arquivo do jornal e eu não consegui refazer, não me devolveram, os militares não me devolveram o arquivo do jornal e eu não consegui com os números que eu ainda possuía, refazer a coleção do jornal (SILVA, 1995).

Por qual motivo tomaram a coleção de Jornais pertencente a Ercílio? O que representa o confisco do acervo hemerográfico resguardado, durante os 21 anos de circulação do jornal? Foi comum, durante a ditadura militar, os presos políticos terem seus pertences apreendidos, sobretudo livros, como justificativa da subversão. Mas, nessa relação, a representação maior nesta ação, que teve como objetivo desmantelar qualquer rastro desse jornal que, um dia, circulou na região, confiscar o acervo demonstra que a circulação do jornal não poderia acontecer de maneira alguma, principalmente para quem quisesse um dia pesquisar. Se pela lógica do fechamento da folha não sairiam novas edições, as antigas também não poderiam mais ser lidas em conjunto, devido à apreensão do acervo. O confisco das edições toma essa amplitude simbólica da proibição, o de não ter o direito de consulta, na intencionalidade de apagamento de memória e rastro.

Ercílio carregou o estigma de comunista durante os anos que viveu. Continuou morando na cidade, diferente de Geraldo Sétimo, que, devido à perseguição, mudou sua

residência para a cidade de Juiz de Fora. Ambos, além de terem seus direitos políticos cassados, tiveram seus registros de jornalistas detidos, não podendo exercer mais a profissão. Anos depois, Geraldo foi aposentado pelo IBGE em decorrência da lei de Anistia e seu registro de jornalista foi reconquistado devido sua atuação vigorosa em conjunto com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais.

Ercílio seguiu sua vida em Ituiutaba. Não trabalhou mais com jornalismo na cidade, apenas deu seguimento com a gráfica, que já pertencia a ele em 1964. Comprou uma propriedade rural, em uma cidade vizinha, com o dinheiro das máquinas de Jornal, que vendeu por não poder mais exercer a profissão, passando a dedicar sua vida profissional entre o campo e a gráfica.

Nesse sentido, partindo das reflexões feitas neste capítulo, podemos constatar que não só foi efetiva a participação civil no Golpe local, mas também teve o apoio de parcela da sociedade tijucana, formada por alas conservadores locais, como católicos, donos de indústrias, proprietários rurais e a elite econômica urbana, que antes mesmo da chegada da tal junta militar já iniciaram a perseguição contra aqueles que eram opositores ao Golpe de Estado e considerados de esquerda. Dessa maneira, civis denunciaram outros civis, alcunhando-os com o adjetivo de “subversivo”, ou seja, de que esses visavam à mudança e à transformação da ordem estabelecida na sociedade.

Os políticos trabalhistas foram acusados de serem “corruptos”, enquanto algumas lideranças de trabalhadores e jornalistas, ligadas à *Folha de Ituiutaba*, foram acusadas de serem “comunistas” que difundiam a doutrina nas páginas do periódico tijucano. O argumento da subversão corrupção/comunista exerceu papel fundamental como justificativa da perseguição. Da mesma maneira que parte da sociedade tijucana participou informando a tal subversão, a mesma informação se manteve nas memórias dos tijucanos, de maneira que, muitos desses perseguidos, passados 50 anos, ainda carregam a fama de terem sido subversivos/revolucionários durante esse período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que aconteceu em 1964 no Pontal do Triângulo e em todo o Brasil foi uma atrocidade política, um crime contra a democracia e contra os direitos dos trabalhadores e das minorias. Defendemos que as ações persecutórias – tanto dos políticos trabalhista, dos líderes sindicais e dos jornalistas da *Folha* – fazem parte de um plano interligado de desmembramento e silenciamento das políticas de esquerda local que favoreciam os trabalhadores. Movimentos e políticas que vinha se expandindo e se organizando durante esse período. A ação não só desmontou essa estrutura política como também colocou “em seu lugar” um grupo político que defendia os direitos dos grandes proprietários rurais e donos de indústrias. Esse grupo, por meio de um golpe, conquistou a hegemonia política local em 1964.

Na microrregião do Pontal do Triângulo mineiro, formou-se, nas décadas de 1950/1960, uma particular economia voltada, em sua maioria, para a produção rural de arroz. Esse produto exigia grande número de mão-de-obra, o que não havia na região, onde iniciou-se a difusão sobre as “riquezas” abrigadas pela região como chamariz para trabalhadores migrantes, principalmente vindos da região nordeste do país, que chegavam constantemente na região em busca de uma vida melhor. Esses trabalhadores recebiam salários irrisórios e trabalhavam em péssimas condições, sendo cotidianamente explorados. Também se configurou, aí, a produção do meeiro, que recebia uma parcela da terra do proprietário e ali produzia, junto à sua família.

Esse pano de fundo fecundou o surgimento de novos atores políticos e a luta por diversos projetos políticos. Entre esses, se configurou, nesse momento, três maiores diretórios políticos no município de Ituiutaba: a UDN, ligada aos proprietários rurais, donos de indústrias e as elites econômicas; o PSD, também ligado aos latifundiários e donos de indústrias, porém, trazia também em seu grupo um número pequeno de trabalhistas e nacionalistas; e, por fim, o PTB, ligado aos direitos trabalhistas e ao reformismo político, que surge com uma bandeira que buscava reivindicar direitos políticos dos trabalhadores. Este último, após diversas tentativas durante a década de 1950, democraticamente vence o pleito local, tanto no executivo quanto na maioria do legislativo municipal, conquistando a hegemonia política em 1963 na microrregião.

Na cidade de Ituiutaba, era produzido desde 1942 o jornal *Folha de Ituiutaba*, que em 1963 se fez como o porta-voz tanto dos políticos trabalhistas, dos nacionalistas, como das lideranças que ali articulavam a criação de um o Sindicato Rural local. Era o porta-voz das diversas esquerdas locais, representando em suas páginas a luta pelos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais e defendendo as Reformas de Base propostas pelo então presidente da república João Goulart. Por tais motivos, tanto trabalhistas filiados ao PTB e ao

PSD – como outras alas de esquerda – tinham espaço para escrever nas colunas neste periódico tijucano.

O Jornal também foi importante na formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, fundado no início de 1964, no qual as reuniões eram convocadas por meio de suas páginas. O surgimento desse sindicato também nos evidencia o surgimento desses novos atores políticos que ali começaram a se articular em busca da conquista de novos direitos em relação ao trabalho e ao direito à terra.

Com o golpe civil-militar de 1964, iniciou-se o desmantelamento dessas esquerdas que há pouco tinham conseguido se organizar e conquistar o pleito local. Na cidade, aconteceu no início de abril uma versão local da “Marcha da família com Deus pela liberdade”, que comemorava a derrubada do presidente João Goulart. Nessa marcha civil, pretendiam destruir a gráfica e a instalações da *Folha de Ituiutaba*, o que não se efetivou naquele momento.

A *Folha de Ituiutaba*, que já tinha seus 22 anos, se firmava como um forte formador de opinião na microrregião, em que os golpistas sabiam de seu potencial. Desse modo, uma junta militar vinda da cidade de Uberlândia, junto a um grupo de civis locais, em sua primeira ação local, fechou o estabelecimento do jornal, bem como seu dono e o redator chefe foram perseguidos, presos e o jornal proibido de circular. Além desses, outros que escreviam para o jornal foram perseguidos, alguns presos e tiveram seus direitos políticos suspensos. Nesse sentido, interditar o jornal e impedir sua circulação foi necessário como maneira de interromper a condução de ideias e mensagens que o jornal trazia semanalmente em suas linhas.

No bojo dessas perseguições e prisões, também foram alvo lideranças de trabalhadores locais, principalmente os que estiveram na organização e fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. É interessante pensarmos, apesar da escassez de fontes sobre a perseguição desses líderes sindicais, que apesar da despeito do município contar, desde o início dos anos de 1950, com um grande número de trabalhadores rurais – principalmente migrantes –, tardou a organizar um sindicato voltado para eles. Após mais um ano tentando articular-se, principalmente por meio do impresso da *Folha de Ituiutaba*, em janeiro de 1964 finalmente o sindicato foi montado por esses trabalhadores. Porém, meses depois, o grupo foi disperso com a chegada a junta militar, que perseguiu e prendeu os líderes e organizadores do sindicato.

A última ação foi a deposição de agentes políticos ligados ao PTB, na qual, por coerção e prisão, foram obrigados a barganhar sua renúncia em troca da liberação de alguns desses que estavam sendo mantidos em cárcere privado no tiro de guerra da cidade. Em um

acordo no legislativo da cidade, entre udenistas, alguns pessedistas e os militares, foi forjada uma eleição interna que colocou à frente da mesa da Câmara e, consequentemente, do executivo do município um prefeito pertencente a UDN e, como vice, um pertencente a PSD. Esses que foram depostos vinham lutando e implementado leis que favoreciam a luta dos trabalhadores e pequenos proprietários rurais, entre essas, podemos citar a Semana Inglesa, Novo Código Tributário, entre outros, além de que boa parte desses apoiavam as Reformas de Base proposta pelo governo João Goulart. Esses trabalhistas possuíam a hegemonia política local, pois além do cargo de prefeito e vice, tinham maioria no legislativo tijucano.

É necessário reafirmarmos que, instantaneamente ao fechamento da *Folha* e da prisão dos seus jornalistas, ressurge um jornal que já havia circulado no ano de 1959: O *Correio do Triângulo*. Ele ressurge em um formato muito distinto de seu anterior, agora mais parecido com a *Folha*. Esse “novo” jornal não só apoiava ação civil-militar, mas se tornou seu principal porta-voz. Entre os principais financiadores dele estavam tanto o novo prefeito quanto o novo vice (e presidente da Câmara), que acenderam com a nova organização política. Vale apontarmos, também, que o jornal era produzido na Associação Rural de Ituiutaba, grupo formado por produtores e proprietários rurais, na sua maioria latifundiários – também acionistas do jornal. Esse jornal ocupou não só a posição política que ocupava a *Folha*, mas também lhe tomou seus assinantes e leitores e, como consequência, sua posição econômica na região, tendo em vista que era o único jornal produzido no momento na microrregião.

Os civis que participaram da ação pertencem a diversas alas conservadoras da microrregião: católicos, filiados ao PSD e UDN, burguesia urbana, proprietários rurais e donos de indústrias, que, com a ascensão dessas novas políticas, viam seus privilégios ameaçados e agiram junto aos militares na efetivação do golpe. Esses perseguidos foram identificados como sendo subversivos e acusados de corrupção e/ou comunismo.

A ação golpista local foi certeira e vitoriosa, pois agiu no desmantelamento tanto dos trabalhistas na política institucional quanto do jornal e do sindicato, onde se organizavam os trabalhadores e as políticas institucionais que podiam modificar a relação de exploração e poder constituída na microrregião. Essas direitas locais, em 1964, com o golpe, tiveram a habilidade de se unificarem, aproveitando o momento nacional para fazer uma aliança política que buscou perseguir e neutralizar qualquer forma de reivindicação dos trabalhadores locais, derrotando esses setores das esquerdas e seus projetos políticos e sociais. As esquerdas se acuaram e não conseguiram reagir à empreitada da unificação das direitas, sendo desmontadas e desarticuladas por completo.

Essa trama histórica apresenta como o golpe de 1964 e a aliança civil-militar desenvolveu um aparelho de perseguição/neutralização altamente sofisticado que conseguiu agir em lugares distantes dos centros administrativos do país, tendo consequências até mesmo em uma pequena cidade no extremo interior de Minas Gerais.

Aí encontramos uma via de duas mãos: essas elites regionais foram empoderadas pelos militares e se aproveitaram da situação, enaltecendo o golpe e, de maneira autoritária, eliminaram seus adversários políticos que ganhavam espaço por meios democráticos. Os militares viam nos embates políticos locais um terreno fértil de controle social e político descentralizado, dizimando qualquer probabilidade reação e de ação das esquerdas locais nesse primeiro momento do golpe.

Hoje, no campo tijucano se vê, ao olharmos para o horizonte, enormes plantações de cana-de-açúcar, que há alguns anos impulsionou uma nova onda de migração para o trabalho braçal. Os trabalhadores do arroz, com o final do ciclo, se deslocaram para a cidade, que apesar de hoje ter um centro bonito, suas margens demonstram o descaso social, em parte fruto desse período.

No momento em que escrevemos essas linhas, já se passaram mais de 52 anos desde o golpe civil-militar, e nossa democracia, mais uma vez, foi violada. Isso nos mostra quem realmente somos e toda a força do passado volta à tona: não há uma onda conservadora na ordem do dia, pois, historicamente, o Brasil é constituído de valores conservadores, de modo que o aconteceu foi que, em alguns períodos da nossa história, vivenciamos pequenas marés progressistas, como o período pré-1964, da mesma forma que antes de 2016.

Contudo, nossas elites econômicas, conservadoras e reacionárias não permitem isso por muito tempo. Assim, elas agiram novamente, e suas ações foram, mais uma vez, bem-sucedidas. Unificaram-se, derrubaram governos e impuseram novamente todas as arbitrariedades que podem, tomando-nos um direito por dia.

Como nos afirma Koselleck (2012), com a mudança na concepção de história e na sua epistemologia, ela deixou de ser a mestra da vida (*magistra vitae*), ou seja, de ser entendida como guia com função de ensinar lições para planejar o futuro com base no passado. Todavia, Tony Judt (2008), ao fazer *Reflexões Sobre um Século Esquecido*, afirma-nos que vivemos este início do século XXI como se não tivéssemos atravessado o século passado, como se descartássemos os nossos referenciais históricos mais próximos, esvaziando-se os sentidos dos embates políticos e os dilemas morais, como se os contextos não fossem duradouros e contínuos e como se os seus efeitos ainda não fossem evidentes.

Ao vermos essa trama histórica e novamente a ascensão antidemocrática das nossas elites políticas mais conservadoras nesses tempos contemporâneos, podemos questionar: será que esquecemos e desvinculamos do nosso presente todas as barbaridades vivenciadas durante a ditadura militar no século passado?

Temos todo um passado de autoritarismo, de privilégios, de escravidão, de machismo, de exploração e de outras injustiças sociais e políticas pela frente. Resta, a nós, apenas a luta.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *História Oral*: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. p. 45-152.
- ALBERTI, Verena. Histórias Dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-202.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras* (Campo Grande), v. 10/17, p. 55-67, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000112&pid=S1413-2478201300020000700001&lng=pt> Acesso em: 05 de maio de 2016. > Acesso em: 15 de setembro de 2016.
- ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Clóvis Marques. Ed. Petrópolis, Vozes, 1989. p.55.
- AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário(1968-1978)*:O exercício cotidiano da dominação e da resistência – *O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: 1ºEd. Edusc, 1999, 270 p.
- ARENTD, Hannah. *Da Violência*. Trad. Maria Cláudia Drummond Trindade. Ed. Universidade de Brasília, 1985.
- BANDEIRA, Bruno Taumaturgo. *Imprensa e História*: o jornal Correio do Triângulo, Ituiutaba/MG, 1959. Monografia (Graduação) - Curso de História, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2015.
- BARBOSA, Iago de Paula. *Entre Trabalhistas e Trabalhadores*: Uma análise da composição do diretório municipal do Partido Trabalhista Brasileiro em Ituiutaba/MG (1949-1962). Monografia (Graduação) - Curso de História, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2015.
- BARCELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos Arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 23-80.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo*: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 297 p.,1981.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: *Obras escolhidas I*: Magia e técnica, arte e política. Trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, p.222 -234, 2012.
- BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: REMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p.57-98.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias (1990-1983)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Boitempo, 648 p. 2011.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*: Razões e significados de uma distinção política. Trad. Marco A. Nogueira. Ed. Universidade Estadual Paulista, 130p., 1995.
- BOBBIO, Norberto. Reformismo, Socialismo e Igualdade. Trad. Rodrigo Naves, In: *Revista Novos Estudos*, Nº.19, 1987, p,12-25. Disponível em: <

http://lw1346176676503d038.hospedagemdesites.ws/v1/files/uploads/contents/53/20080623_reformismo_e_socialismo.pdf > Acesso em: 05 de maio de 2016.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da Polícia Política como fonte. *Registro - Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, Indaiatuba (SP), v.1, n.1, jul. 2002, p.7-13. Disponível em: <Http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4596&Itemid=356> Acesso em : 05 de maio de 2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CRUZ NETO, José Fernandes da. *Representações da Revolução Cubana na imprensa do Triângulo Mineiro: Uma análise dos jornais Folha de Ituiutaba, Correio do Triângulo e O Repórter (1959-1964)*. 2016. Monografia (Graduação) - Curso de História, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2016.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. Trad. De D. Bottmann, São Paulo, 1ºEd. Companhia da Letras, 1990, 330 p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Do Getulismo ao Reformismo(1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 317 p., 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100006> Acesso em: 05 de maio de 2016.

DREIFUSS, René Armand. *1964 - A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. Novos Rumos: Jornal do Partido Comunista Brasileiro. *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, V.19, n.02, p.205-224, 2013. Disponível em: <<http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2827/2141>> Acesso em: 05 de maio de 2016.

FERREIRA, Jorge. Os Comunistas e os Novos Rumos. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* , São Paulo, p.01-11, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300311193_ARQUIVO_OscomunistaseosNovosRumos.pdf> Acesso em: 05 de maio de 2016.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA. Caio Vinicius de Carvalho. *Memórias da Repressão: O Golpe civil-militar em Ituiutaba-MG(1964)*. Monografia (Graduação) - Curso de História, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2013.

FERRO, Marc. *O Ressentimento na História*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

FICO, Carlos. *Além do golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, v.24, n.47, p.29-60. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003> Acesso em: 05 de maio de 2016.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GALVES, Marcelo Cheche. Pequena imprensa e poder político: pensando os jornais locais como objeto e fonte de pesquisa. *Outros Tempos*, São Luís - MA, v. 01, p. 66-73, 2004. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outroustempos_uema/article/view/372> Acesso em: 12 de julho de 2016.

GRYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). In: *João Goulart*: entre a memória e a história. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, v. , p. 57-77.

HIPPOLITO, Lucia. *De Raposas e Reformistas*: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). 2º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 376 p. 2012.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). Trad. Marcos Santarrita, 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUDT, Tony. *Reflexões Sobre um Século Esquecido*(1901-2000). Trad. Celso Nogueira Rio de Janeiro: Objetiva, 503p., 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Mass; Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. Puc-RJ, 366p., 2012.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*: Nos tempos da Imprensa Alternativa. São Paulo, 2º Ed. Unesp, 2001, 259 p.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda* – Jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo, 1º Ed. Boitempo, 2004. 405 p.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalha em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo; 2ºed. Contexto, 2015.

LEPERA, Luciano Patrice Garcia. *Política e movimentos sociais*: o P.C.B. em Uberlândia/MG: 1947-1951. 44f. 2003. Monografia (Graduação) – Curso de História, Instituto de História Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio* – Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Muller. 1º Ed. Boitempo, São Paulo, 2005, 160p.

LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). In: *Fontes Históricas*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153

MAGALHÃES, Marionildes Brephol. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, 203-220. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011> Acesso em: 05 de maio de 2016.

MARTINS JUNIOR, Vilmar. *Delírios da ordem, fantasmas do progresso: Sobre repressão e resistência – Uberlândia-MG, 1964/1967*. 2015. Monografia (Graduação) - Curso de História, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia –MG, 2015.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Introdução: Pelos caminhos da Imprensa no Brasil. In _____. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo; 2ºed. Contexto, 2015.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. *Extra: Imprensa e cidade*. São Paulo, 1º Ed. Unesp, 2006. 136 p.

MARTINS, José de Souza. O Tempo da Fronteira: Retorno À Controvérsia Sobre O Tempo Histórico da Frente de Expansão e da Frente Pioneira. *Tempo Social*, v. 8, n.1, p. 25-70, 1996. Disponível em: <www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141> Acesso em: 05 de setembro de 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Marcos V. Mazzari. *Revista Estudos Avançados*, Vol. 12, Nº 34, São Paulo, Set./Dez. 1998, p. 7-46. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300002> Acesso em: 05 de maio de 2016.

MATEUS, Renato. *A dinâmica da agricultura no cerrado: do apogeu do arroz à modernização do campo na região de Ituiutaba/MG (1946-1974)*. 2013. Monografia (Graduação) - Curso de História, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2013.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 35, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015> Acesso em: 27 de julho de 2016.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2008.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). In: *João Goulart: entre a memória e a história*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, v. , p. 129-148.

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. ; OLIVEIRA, Samuel ; PEREIRA, Raquel. ; LANA, Jonas ; NOGUEIRA, Emerson . República, Polícia e Direito à informação. Os arquivos do DOPS/MG. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, p. 126-153, 2003. Disponível em: <http://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b57d2ab48def05784fc9/1462458323194/08_Mota%2CSantana%2CLana%2CJesus%2CPereira%2COliveira+e+Queiroz.pdf> Acesso em: 05 de maio de 2016.
- MUNIZ, Ana Maria Alves. *Da luz da lamparina ao opaco refletor*: Ituiutaba, Minas Gerais, 1950-1980. 2014. Dissertação(Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. *Contemporanea - Historia y problemas del siglo XX*, v. 2, p. 208-217, 2011. Disponível em: <<http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2012/07/Napolitano.pdf>> Acesso em: 05 de maio de 2016.
- REMOND, René. Uma História Presente. In: _____ (org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha, 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014 p.13-36.
- RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d'Aguiar, São Paulo: Companhia das Letras, 2007,134p..
- SILVA, Dalva Maria de Oliveira. *Memória: Lembrança e Esquecimento*. Trabalhadores nordestinos no Pontal do triângulo mineiro nas décadas de 1950 e 60. Programa de Pós Graduação em História (dissertação em de Mestrado) PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.
- SILVA, Dalva Maria de Oliveira; FERREIRA, Caio Vinicius de Carvalho. Memórias de um Golpe: Ituiutaba, Mg, Brasil(1964). *Revista Opsi*, Catalão-GO, v.14, n°1, p.321-339, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/Opsi/article/view/28611/17899#.VyuF0oQrLIU>> Acesso em: 05 de maio de 2016.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais*: Os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.
- VICENTINI, Beatriz (org.) *Piracicaba 1964*: O golpe militar no Interior. Ed. Unimep, Piracicaba, 382p., 2014.
- WEFFORT, Francisco Correa. Jornais são Partidos? *Lua Nova* vol.1 no.2, São Paulo. 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451984000200008> Acesso em: 12 de julho de 2016.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.1, ano I, Ituiutaba (MG), 7 de abr. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.11, ano I, Ituiutaba (MG), 5 de Jul. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.12, ano I, Ituiutaba (MG), 12 de Jul. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.13, ano I, Ituiutaba (MG), 19 de Jul. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.14, ano I, Ituiutaba (MG), 26 de Jul. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.14, ano I, Ituiutaba (MG), 2 de ago. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.18, ano I, Ituiutaba (MG), 23 de ago. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.2, ano I, Ituiutaba (MG), 19 de abr. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.21, ano I, Ituiutaba (MG), 16 de set. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.22, ano I, Ituiutaba (MG), 24 de set. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.26, ano I, Ituiutaba (MG), 22 de out. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.3, ano I, Ituiutaba (MG), 10 de mai. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.37, ano I, Ituiutaba (MG), 16 de jan. de 1965.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.4, ano I, Ituiutaba (MG), 17 de mai. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.40, ano I, Ituiutaba (MG), 6 de fev. de 1965.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.41, ano I, Ituiutaba (MG), 12 de fev. de 1965.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.43, ano I, Ituiutaba (MG), 27 de fev. de 1965.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.45, ano I, Ituiutaba (MG), 13 de mar. de 1965.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.49, ano II, Ituiutaba (MG), 9 de abr. de 1965.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.5, ano I, Ituiutaba (MG), 24 de mai. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.58, ano II, Ituiutaba (MG), 11 de jul. de 1965.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.6, ano I, Ituiutaba (MG), 31 de mai. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.61, ano II, Ituiutaba (MG), 02 de jul. de 1965.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.7, ano I, Ituiutaba (MG), 7 de jun. de 1964.

JAYME, Jayme Gonzaga. *Jornal Correio do Triângulo*. N.8, ano I, Ituiutaba (MG), 14 de jun. de 1964.

MIRANDA, João Rodrigues. *Jornal Correio de Capinópolis*. N.12, ano I, Capinópolis (MG), 26 de nov. de 1964.

MIRANDA, João Rodrigues. *Jornal Correio de Capinópolis*. N.21, ano I, Capinópolis (MG), 6 de fev. de 1965.

MIRANDA, João Rodrigues. *Jornal Correio de Capinópolis*. N.5, ano I, Capinópolis (MG), 15 de out. de 1964.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1148, ano XX, Ituiutaba (MG), 17 de jan. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1195, ano XXI, Ituiutaba (MG), 1 de agos. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1196, ano XXI, Ituiutaba (MG), 4 de agos. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1199, ano XXI, Ituiutaba (MG), 18 de agos. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1201, ano XXI, Ituiutaba (MG), 28 de agos. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1203, ano XXI, Ituiutaba (MG), 5 de set. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1205, ano XXI, Ituiutaba (MG), 12 de set. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1206, ano XXI, Ituiutaba (MG), 15 de set. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1207, ano XXI, Ituiutaba (MG), 19 de set. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1207, ano XXI, Ituiutaba (MG), 19 de set. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1212, ano XXI, Ituiutaba (MG), 13 de out. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1213, ano XXI, Ituiutaba (MG), 20 de out. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1214, ano XXI, Ituiutaba (MG), 27 de out. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1215, ano XXI, Ituiutaba (MG), 07 de nov. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1219, ano XXI, Ituiutaba (MG), 21 de nov. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1223, ano XXI, Ituiutaba (MG), 08 de dez. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1224, ano XXI, Ituiutaba (MG), 12 de dez. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1225, ano XXI, Ituiutaba (MG), 15 de dez. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1226, ano XXI, Ituiutaba (MG), 19 de dez. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1227, ano XXI, Ituiutaba (MG), 22 de dez. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1229, ano XXII, Ituiutaba (MG), 05 de jan. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1230, ano XXII, Ituiutaba (MG), 09 de jan. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1231, ano XXII, Ituiutaba (MG), 16 de jan. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1233, ano XXII, Ituiutaba (MG), 19 de jan. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1234, ano XXII, Ituiutaba (MG), 23 de jan. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1235, ano XXII, Ituiutaba (MG), 26 de jan. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1236, ano XXII, Ituiutaba (MG), 2 de fev. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1237, ano XXII, Ituiutaba (MG), 6 de fev. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1238, ano XXII, Ituiutaba (MG), 9 de fev. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1241, ano XXII, Ituiutaba (MG), 20 de fev. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1242, ano XXII, Ituiutaba (MG), 23 de fev. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1244, ano XXII, Ituiutaba (MG), 9 de mar. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1245, ano XXII, Ituiutaba (MG), 13 de mar. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1247, ano XXII, Ituiutaba (MG), 23 de mar. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1250, ano XXII, Ituiutaba (MG), 3 de abr. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1251, ano XXII, Ituiutaba (MG), 6 de abr. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1252, ano XXII, Ituiutaba (MG), 24 de abr. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1253, ano XXII, Ituiutaba (MG), 27 de abr. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1254, ano XXII, Ituiutaba (MG), 11 de mai. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1255, ano XXII, Ituiutaba (MG), 15 de mai. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1256, ano XXII, Ituiutaba (MG), 18 de mai. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1258, ano XXII, Ituiutaba (MG), 25 de mai. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1259, ano XXII, Ituiutaba (MG), 19 de jun. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1263, ano XXII, Ituiutaba (MG), 3 de jul. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1266, ano XXII, Ituiutaba (MG), 13 de jul. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1268, ano XXII, Ituiutaba (MG), 20 de jul. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1275, ano XXII, Ituiutaba (MG), 17 de ago. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1276, ano XXII, Ituiutaba (MG), 24 de ago. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1277, ano XXII, Ituiutaba (MG), 29 de ago. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1278, ano XXII, Ituiutaba (MG), 04 de set. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1291, ano XXII, Ituiutaba (MG), 30 de out. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1292, ano XXII, Ituiutaba (MG), 6 de nov. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1293, ano XXII, Ituiutaba (MG), 9 de nov. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1295, ano XXII, Ituiutaba (MG), 16 de nov. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1297, ano XXII, Ituiutaba (MG), 23 de nov. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1300, ano XXII, Ituiutaba (MG), 7 de dez. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1303, ano XXII, Ituiutaba (MG), 24 de dez. de 1963.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1304, ano XXII, Ituiutaba (MG), 01 de fev. de 1964.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1306, ano XXII, Ituiutaba (MG), 08 de fev. de 1964.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1307, ano XXII, Ituiutaba (MG), 15 de fev. de 1964.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1308, ano XXII, Ituiutaba (MG), 19 de fev. de 1964.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1310, ano XXII, Ituiutaba (MG), 26 de fev. de 1964.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1311, ano XXII, Ituiutaba (MG), 29 de fev. de 1964.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1312, ano XXII, Ituiutaba (MG), 7 de mar. de 1964.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1313, ano XXII, Ituiutaba (MG), 14 de mar. de 1964.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.1314, ano XXII, Ituiutaba (MG), 25 de mar. de 1964.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.904, ano XVII, Ituiutaba (MG), 19 de agos. de 1958.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.904, ano XVII, Ituiutaba (MG), 17 de jan. de 1962.

SÉTIMO, Geraldo. *Jornal Folha de Ituiutaba*. N.927, ano XVII, Ituiutaba (MG), 13 de dez. de 1958.

VANDYK, Osmar. Revolução em Ituiutaba. In: PAULO FILHO, S.M (diretor). *Jornal Correio da Manhã*. N.21.845, ano LXIV, Rio de Janeiro, 24 de jun. de 1964.

FONTES ORAIS

BARROS JUNIOR, Cícero. *Cícero de Barros Junior*: depoimento [23 de Fev.2013]. Entrevistadores: Caio Vinicius de C. Ferreira, Iago de P. Barbosa e Tamara Coimbra. Ituiutaba-MG: 2013. Entrevista concedida ao Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal – CEPDOMP.

COSTA, Lazaro Francisco. *Lazaro Francisco Costa*: depoimento [23 de out.2011]. Entrevistador: Caio Vinicius de C. Ferreira. Ituiutaba-MG: 2011. Entrevista concedida á pesquisa Memórias da Repressão: o Golpe civil-Militar em Ituiutaba – MG (1964).

COSTA, Rui. *Rui Costa*: depoimento [14 de agos. 2008]. Entrevistadores: Caio Vinicius de C. Ferreira e Nathalia H. T. Zanco. Ituiutaba-MG:2011. Entrevista concedida á pesquisa Memórias da Repressão: o Golpe civil-Militar em Ituiutaba – MG (1964).

DIB, Fued. *Fued Dib*: Depoimento [09 de set.2009]. Entrevistador: Pedro Affonso Oliveira. Ituiutaba-MG: 2009. Entrevista concedida ao *Projeto Memória, História e Cidadania* - os sujeitos sociais e históricos e as suas relações nas e com as cidades no Pontal do Triângulo Mineiro.

FAISSOL, Afonso Arinos de Andrade. *Afonso Arinos de Andrade Faissol e Carmen Sílvia Chaves Faissol*: Depoimento [23 de mai.2012] Entrevistadores: C. V. C. Ferreira, Dalva Maria de O. Silva e Maria F. A. Ferreira. Ituiutaba-MG: 2013. Entrevista concedida ao Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal – CEPDOMP.

FAISSOL, Carmen Sílvia Chaves. *Afonso Arinos de Andrade Faissol e Carmen Sílvia Chaves Faissol*: Depoimento [23 de mai.2012] Entrevistadores: Caio Vinicius de C. Ferreira, Dalva Maria de O. Silva e Maria F. A. Ferreira. Ituiutaba-MG: 2013. Entrevista concedida ao Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal – CEPDOMP.

OLIVEIRA, José Arantes de. *José Arantes de Oliveira*: Depoimento [06 de novembro de 2012]. Entrevistadores: C. V. C. Ferreira, D. M. O. Silva e T. Coimbra. Ituiutaba-MG: 2013. Entrevista concedida ao Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal – CEPDOMP.

OLIVEIRA, José Arantes de. *José Arantes de Oliveira*: Depoimento [19 de nov. 2015]. Entrevistador: Caio Vinicius de C. Ferreira. Ituiutaba-MG: 2015. Entrevista concedida a pesquisa de mestrado: Política, Perseguição, Imprensa Local: O Golpe De 1964 no Pontal do Triângulo Mineiro.

OLIVEIRA, Rodolfo Leite. *Rodolfo Leite de Oliveira*: Depoimento [27 de abr. 2012]. Entrevistadores: Iago de Paula Barbosa; Bárbara Quadros Macedo Riqueti. Ituiutaba-MG: 2012. Entrevista concedida para trabalho de conclusão de curso.

SILVA, Ercílio Domingues. *Ercílio Domingues Silva*: Depoimento [26 de set.1995] Entrevistadora: Dalva Maria de O. Silva. Ituiutaba-MG:1995. Entrevista concedida a pesquisa de mestrado: Memória: Lembrança e Esquecimento. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro. 1950 e 1960.

TANNUS, Sammir. *Sammir Tannus*: Depoimento [18 de nov. 2015]. Entrevistador: Caio Vinicius de C. Ferreira. Ituiutaba-MG: 2015. Entrevista concedida a pesquisa de mestrado: Política, Perseguição, Imprensa Local: O Golpe De 1964 no Pontal do Triângulo Mineiro.

TANNUS, Sammir. *Sammir Tannus*: Depoimento [24 de out. 2011]. Entrevistadores: Iago de P. Barbosa e Leonardo S. Oliveira. Ituiutaba-MG: 2011. Entrevista concedida para trabalho de conclusão de curso.

FONTES TEXTUAIS

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 001, Pasta 0005.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 001, Pasta 0008.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 005, Pasta 0055.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 008, Pasta 0078.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 008, Pasta 0085.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 008, Pasta 0085.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 008, Pasta 0087.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 008, Pasta 0087.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 018, Pasta 0269.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 018, Pasta 0269.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 048, Pasta 3883.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 048, Pasta 3884.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 048, Pasta 3885.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 048, Pasta 3886.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 049, Pasta 3882.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 053, Pasta 4084.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 068, Pasta 4684.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 097, Pasta 5489.

APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 097, Pasta 5489.

BRASIL. Sanção: Demissão do Cargo de Agente de Estatística. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, p. 34, 09 de dez. de 1964. Seção I.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 31 de jan. de 1963*. Livro de 03/08/1960 a 10/06/1963.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 05 de fev. de 1963*. Livro de 03/08/1960 a 10/06/1963.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 18 de fev. de 1963*. Livro de 03/08/1960 a 10/06/1963.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 04 de fev. de 1963*. Livro de 03/08/1960 a 10/06/1963.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 19 de fev. de 1963*. Livro de 03/08/1960 a 10/06/1963.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 22 de fev. de 1963*. Livro de 03/08/1960 a 10/06/1963.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 11 de mar. de 1963*. Livro de 03/08/1960 a 10/06/1963.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 14 de abr. de 1963*. Livro de 03/08/1960 a 10/06/1963.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 15 de abr. de 1963*. Livro de 03/08/1960 a 10/06/1963.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 02 de mai. de 1963*. Livro de 03/08/1960 a 10/06/1963.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 05 de mai. de 1963*. Livro de 03/08/1960 a 10/06/1963.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 27 de mai. de 1963*. Livro de 03/08/1960 a 10/06/1963

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 02 de ago. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 18 de ago. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 19 de ago. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 20 de ago. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 26 de ago. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 27 de ago. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 09 de set. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 04 de nov. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 05 de nov. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 07 de nov. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 08 de nov. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 11 de nov. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 12 de nov. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 14 de nov. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 18 de nov. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 19 de nov. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 22 de nov. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 25 de nov. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 27 de nov. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 29 de nov. de 1963*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 03 de fev. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 25 de fev. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 02 de mar. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 03 de mar. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 09 de mar. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 31 de mar. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 07 de abr. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 14 de abr. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 20 de abr. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 26 de mai. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 28 de mai. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. *Ata da reunião realizada no dia 02 de jun. de 1964*. Livro de 11/06/1963 a 25/06/1965.

MOREIRA, Geraldo Sétimo. Ituiutaba – Seu progresso e sua administração. In: *Revista da Associação Comercial*. Ano XVIII Nº 754, Rio de Janeiro, 25 de Agos. De 1953, p.49-57.

MOREIRA, Geraldo Sétimo. *Narrativa*. Acervo da família. 7 e 8 de abr. de 1964, 8p.

STF. *Recurso Ordinário Criminal nº 1070*. Minas Gerais. Relator Gonçalves de Oliveira. Publicado em 07 de dez. de 1966.